

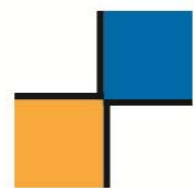


1

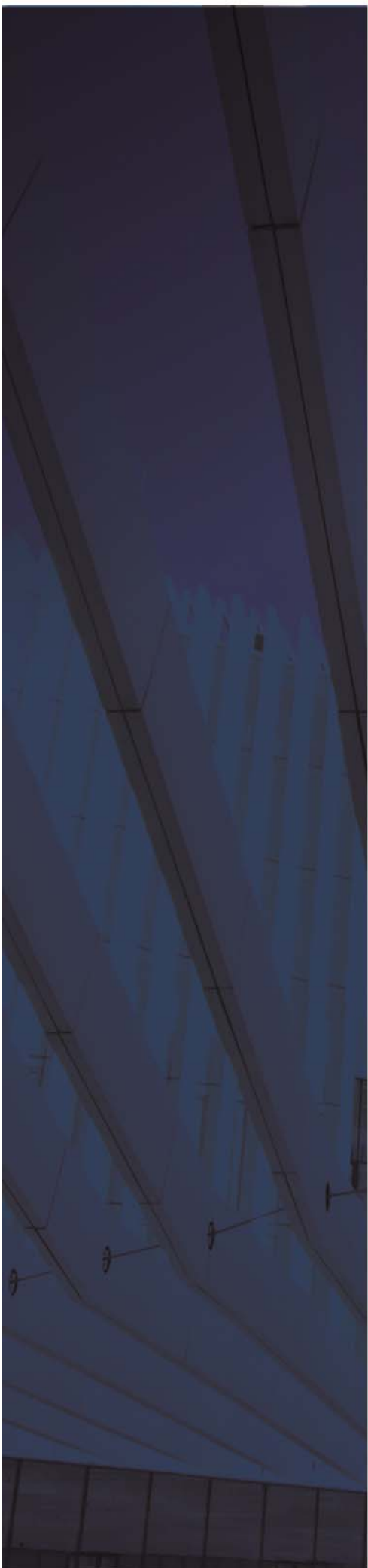
RELATÓRIO & CONTAS
CONSOLIDADAS

7

Um Mundo de Inspiração

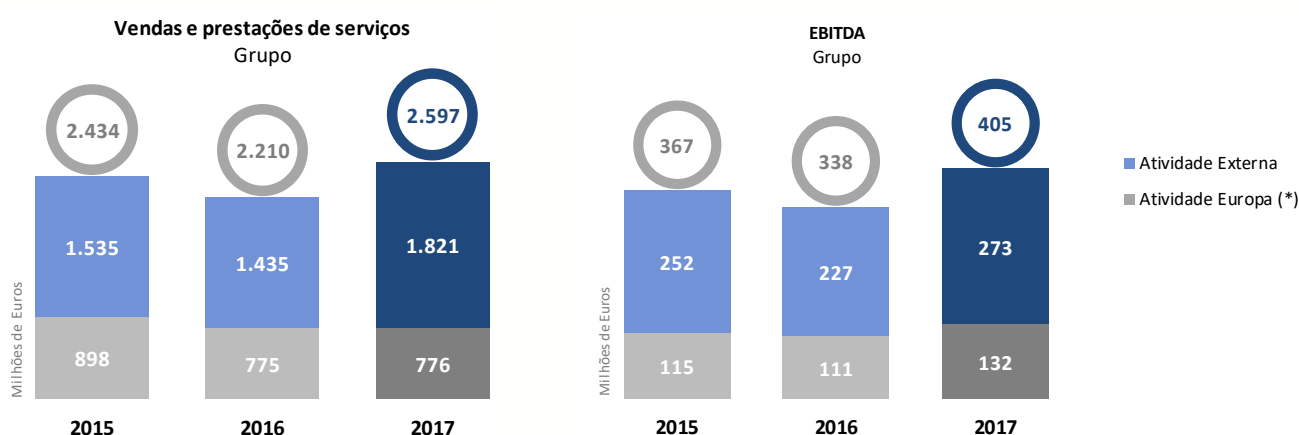


MOTAENGIL
SGPS, S.A.



Destaques

- > Volume de negócios aumentou 18% face a 2016 para 2,6 mil milhões de euros, suportado por todas as regiões
- > EBITDA aumentou 20% face a 2016 para 405 milhões de euros
- > Forte crescimento e diversificação da carteira de encomendas, a qual atingiu 5,1 mil milhões de euros, dos quais 79% fora da Europa
- > Dívida líquida de 877 milhões de euros, menos 24% face a 2016
- > Redução do fundo de maneo em 190 milhões de euros para 177 milhões de euros
- > Expetativa de manutenção do crescimento para 2018 suportado pelo aumento da carteira de encomendas e perspetivas comerciais interessantes



(*) Inclui outros, anulações e intragrupo

	milhares de euros									
	12M17	% VPS	Δ	12M16	% VPS	2S17 (não auditado)	% VPS	Δ	2S16 (não auditado)	% VPS
Vendas e Prestações de Serviços	2.597.294		17,5%	2.210.081		1.401.648		19,3%	1.174.440	
EBITDA(*)	404.738	15,6%	19,8%	337.946	15,3%	218.376	15,6%	15,5%	189.088	16,1%
Amortizações, provisões e perdas de imparidade	-218.607	(8,4%)	15,0%	-257.083	(11,6%)	-129.688	(9,3%)	14,3%	-151.415	(12,9%)
EBIT(**)	186.131	7,2%	130,2%	80.863	3,7%	88.687	6,3%	135,4%	37.673	3,2%
Resultados financeiros	-99.206	(3,8%)	3,3%	-102.617	(4,6%)	-52.055	(3,7%)	28,4%	-72.715	(6,2%)
Ganhos/(perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	2.808	0,1%	-	-2.130	(0,1%)	1.768	0,1%	-	-3.464	(0,3%)
Ganhos/(perdas) na alienação de empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas	-3.058	(0,1%)	-	100.771	4,6%	-3.058	(0,2%)	-	24.129	2,1%
Posição monetária líquida	3.149	0,1%	-	-	-	3.149	0,2%	-	-	-
Resultado antes de impostos	89.824	3,5%	16,8%	76.886	3,5%	38.492	2,7%	-	-14.376	(1,2%)
Resultado líquido consolidado	61.441	2,4%	(9,0%)	67.507	3,1%	21.921	1,6%	-	-11.468	(1,0%)
Atribuível:										
a interesses que não controlam	59.853	2,3%	245,0%	17.350	0,8%	24.947	1,8%	128,1%	10.935	0,9%
ao Grupo	1.588	0,1%	(96,8%)	50.157	2,3%	-3.026	(0,2%)	86,5%	-22.402	(1,9%)

(*)EBITDA corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada dos resultados: "Vendas e prestações de serviços"; "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, Variação da produção e Subcontratos"; "Fornecimentos e serviços externos"; "Gastos com pessoal"; "Outros rendimentos / (gastos) operacionais"

(**)EBIT corresponde ao EBITDA deduzido das seguintes rubricas da demonstração consolidada dos resultados: "Amortizações" e "Provisões e perdas de imparidade"

01

**RELATÓRIO DE GESTÃO
CONSOLIDADO**

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	06
Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	07
1 Análise da performance económico-financeira	10
2 Análise por áreas de negócio	15
3 Análise do desempenho não financeiro	27
4 Mota-Engil na Bolsa	57
5 Atividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração	58
6 Proposta de aplicação de resultados	58
7 Perspetivas para 2018	59
8 Factos relevantes após o termo do exercício	60
9 Nota final	61

02

**INFORMAÇÃO FINANCEIRA
CONSOLIDADA**

65

1 Demonstrações Consolidadas dos resultados	67
2 Demonstrações Consolidadas do Outro Rendimento Integral	68
3 Demonstrações da Posição Financeira Consolidada	69
4 Demonstrações das Alterações no Capital Próprio	70
5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados	72
6 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	73
7 Apêndice A	179

03

RELATÓRIO SOBRE AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

191

04

ANEXOS

243

1 Declaração nos termos do artigo 245.º do CVM	244
2 Artigo 324º do CSC	246
3 Artigo 447º do CSC	246
4 Artigo 448º do CSC	247
5 Decreto-Lei n.º 411/91	247
6 Artigo 66.º n.º5 alínea g) do CSC	248
7 Participações Qualificadas	249
8 Declaração sobre políticas de remuneração aplicáveis aos dirigentes	250
9 Lista de cargos exercidos pelos administradores	253
10 Indicadores GRI 4: Desempenho Ambiental	264

05

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

287

1 Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	288
2 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	301

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Exmos. Senhores,

Terminado o ano, estamos a apresentar através do presente relatório, as contas de 2017.

No ano de 2017, conforme previmos no anterior relatório, o GRUPO MOTA-ENGIL atingiu um crescimento do volume de negócios significativo, ultrapassando a meta dos 2,5 mil milhões de euros.

Apesar desse crescimento, os resultados líquidos do GRUPO ficaram muito aquém do habitual e previsto para este ano, em função não só da crise que a Europa, incluindo Portugal, continua a viver no investimento público, mas essencialmente pela aplicação de uma nova orientação nas contas das empresas com atividade em países com hiperinflação. Não fora esse facto, teríamos resultados líquidos ao nível das expectativas, tal como tivemos ao nível do EBITDA e da redução significativa do endividamento do GRUPO.

Relevante o facto de a carteira de encomendas, sem a contribuição da EGF, ter ultrapassado os 5 mil milhões de euros, número que garante a estabilidade do nosso GRUPO.

É minha convicção que o GRUPO MOTA-ENGIL tem os Mercados Africano e da América Latina consolidados. Na América Latina o ano de 2018 será ano de eleições em vários países, mas a nossa atual carteira permite sustentar o crescimento mesmo que haja algum atraso em novos projetos. Em Angola, mercado histórico e essencial para o GRUPO, apesar das relações com Portugal se encontrarem num período complexo, é nossa convicção que não afetarão o nosso GRUPO, que tem 70 anos de história neste país africano.

Na Europa iremos tomar as medidas necessárias ao equilíbrio indispensável. Se nos últimos anos foi inevitável alienar muitos ativos, é agora altura de, de novo, encontrar soluções de diversificação e não duvido que oportunidades existem.

Esperemos que a melhoria que se sente no sistema financeiro português possa apoiar este desenvolvimento, assim como espero que seja possível maior empenho na internacionalização do Sector de Construção Português quer pelas autoridades Governativas, quer pela Banca.

Com coesão, ambição e ousadia continuaremos o nosso caminho, que só é possível pela qualidade não só da nossa Comissão Executiva e Alta Direção, mas também de todos os nossos colaboradores.

António Mota
Presidente do Conselho de Administração

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

Exmos. Senhores Acionistas,

Findo mais um exercício, que coincide com o término de um mandato, cumpre-me dirigir-me aos Senhores Acionistas relativamente à atividade do GRUPO.

Foi um mandato especialmente difícil, sempre sob a sombra da crise económica e financeira global, com especial incidência no mercado português, a viver sob as regras da assistência financeira internacional.

Tempos de grande exigência, que levaram praticamente à destruição do mercado da construção, levando o investimento público a níveis praticamente inexistentes, dos quais se está ainda muito longe de recuperar.

Isso exigiu da EMPRESA uma grande transformação baseada na flexibilidade e *expertise* para procurar novos mercados, com os riscos e desafios inerentes, no reforço do seu balanço, o que fez com uma política de desinvestimento agressiva, mas muito bem sucedida, sem deixar, contudo, de cuidar estrategicamente do futuro, consolidando novos mercados externos e reforçando a sua componente de diversificação (com especial incidência no *Waste Management* e entrando em áreas novas como a geração de energia).

Foi preciso reforçar as competências e valências no exterior, para desenvolver tais novos mercados, o que implicou uma mobilidade de quadros de grande relevância, o que introduziu alterações qualitativas e quantitativas na nossa organização que a vão mudar e condicionar para sempre.

Estou certo que, fazendo o balanço a este mandato, toda a EMPRESA pode estar orgulhosa do trabalho efetuado e do trajeto que tivemos em tal período de crise para o nosso sector.

Existem sinais animadores de recuperação da economia global, que todos esperamos que não sejam postos em causa por qualquer fenómeno político ou guerra comercial. Tais sinais começam a estar traduzidos na nossa carteira de encomendas, um valor recorde, e no enorme *pipeline* de perspetivas comerciais em desenvolvimento.

Apesar das inegáveis boas perspetivas comerciais, a performance da EMPRESA está ainda condicionada a um contexto muito exigente e isso acaba por se traduzir, apesar de inesperados impactos contabilísticos, nos resultados deste exercício que, claramente, ficam aquém das perspetivas e, seguramente, do desejado.

Não obstante gostaria de salientar um crescimento relativamente uniforme do volume de negócios, de 18%, que há muito não acontecia com esta expressão, um crescimento da margem EBITDA para 16%, um maior controlo dos recursos financeiros, com maior geração orgânica e recorrente do *cash-flow* com impacto na diminuição da dívida líquida do GRUPO.

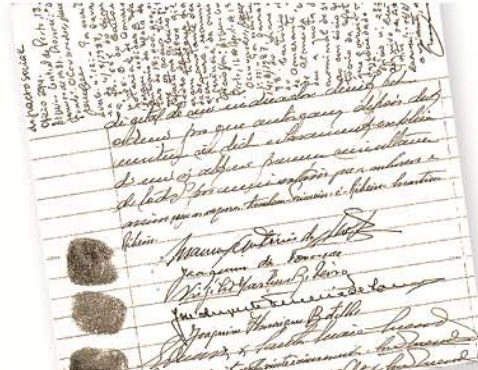
Estou certo estarem criadas as bases para uma recuperação sólida e sustentável do sector a nível global, com claros benefícios para o nosso GRUPO. Todavia, toda a organização tem de estar mais focada na rentabilidade e na eficiência das suas operações.

Não gostaria de terminar, e estou certo fazê-lo em nome dos meus colegas da Comissão Executiva, sem deixar uma palavra de apreço e gratidão a todos os nossos colaboradores espalhados por esse mundo fora, aos nossos clientes, razão da nossa existência, acionistas e demais *stakeholders*.

Gonçalo Moura Martins
Presidente da Comissão Executiva



'52 Aeroporto Internacional de Luanda
ANGOLA



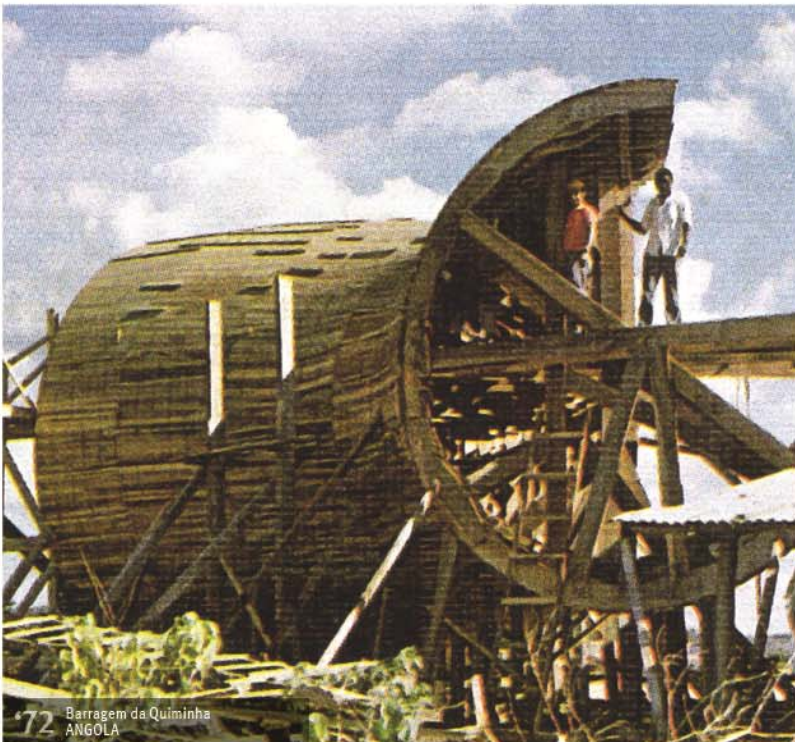
'46 Escritura da Empresa
PORTUGAL



'46 Início da atividade em
Cabinda no setor das
Madeiras
ANGOLA



'47 Entrada no setor Construção
ANGOLA



'72 Barragem da Quiminha
ANGOLA



'76 Barragem de Dreihuk
NAMÍBIA



'77 Barragem de Lucefecit
PORTUGAL



'85 Chaminé da Central
Termoelétrica de Sines
PORTUGAL



'83 Estrada Lonhlopheko-Lomahasha
SWAZILÁNDIA



'81 Estrada N Toum-Cocobeach
GABÃO



'86 Aeroporto de Faro
PORTUGAL

01

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO



Alicerces para crescer

1946

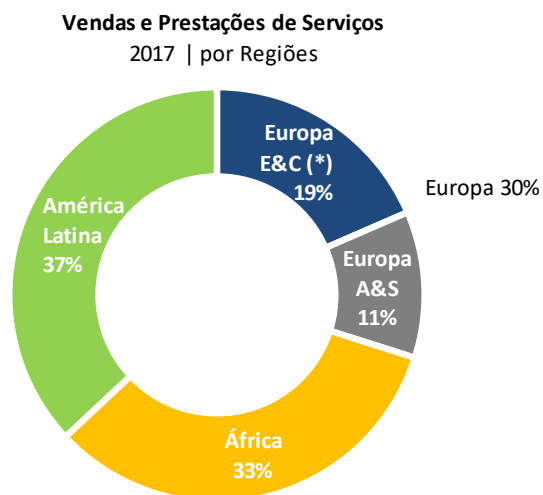
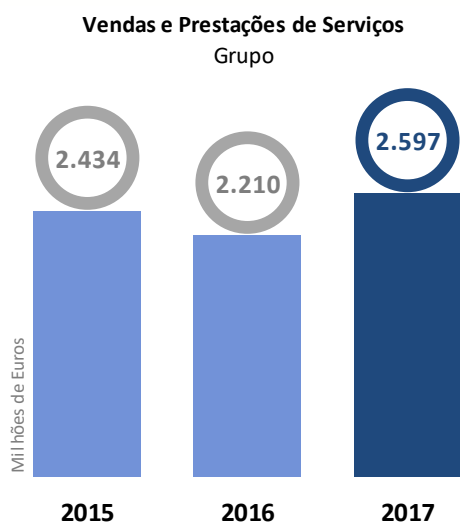
1986

Iniciando a atividade em Angola, os primeiros 40 anos foram dedicados à afirmação neste país e à expansão em vários outros mercados africanos, iniciando a Mota & Companhia atividade em Portugal em 1976, surgindo logo no ano seguinte a Obra da Regularização do Baixo Mondego, projeto que lançaria a empresa para um novo patamar de crescimento.

Compromisso de crescimento.



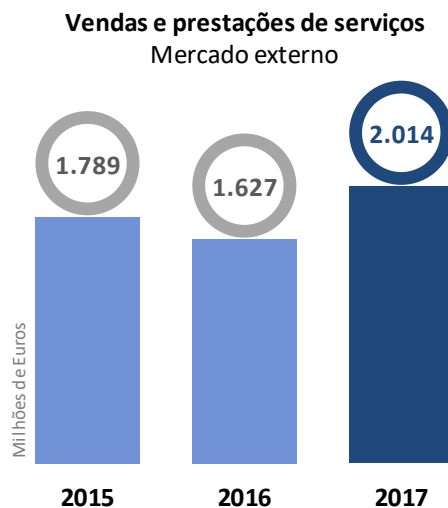
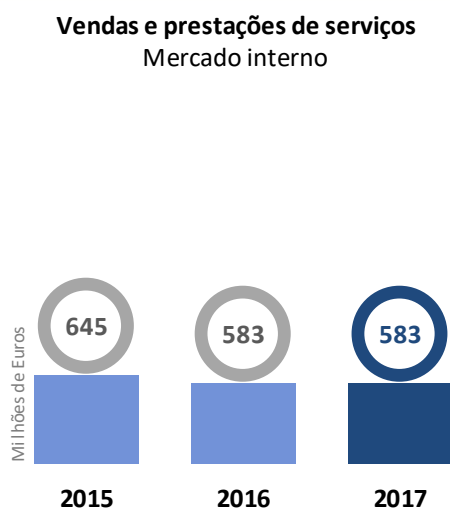
1. Análise da *performance* económico-financeira



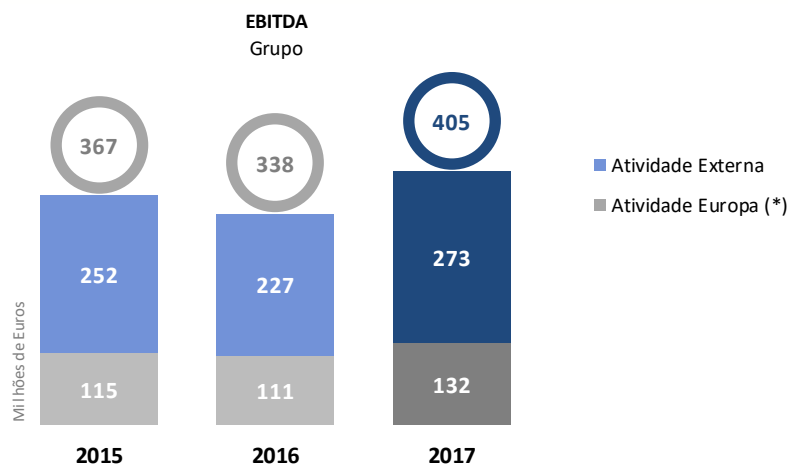
(*) Inclui outros, anulações e intragrupo

O volume de negócios em 2017 atingiu os 2.597 milhões de euros, o que representou uma subida de cerca de 18% relativamente a 2016. Para esta performance, contribuíram significativamente as regiões de África e da América Latina que viram o seu volume de negócios aumentar em 22% e 32%, respetivamente.

Durante o ano de 2017, assistiu-se a uma estagnação do volume de negócios gerado em Portugal, fruto do contexto desafiante que tem afetado o negócio de Engenharia e Construção (E&C) e das alterações ocorridas no perímetro de consolidação no segmento de Ambiente e Serviços (A&S). Excluindo o efeito da consolidação do negócio Português e de Logística em janeiro e fevereiro de 2016, o volume de negócios em Portugal teria registado um crescimento de 5%. O volume de negócios gerado fora de Portugal registou no ano um crescimento significativo (24%), tendo superado os 2 mil milhões de euros.



Por último, tal como preconizado no plano estratégico do GRUPO, há que destacar igualmente o balanceamento do volume de negócios entre regiões, fator mitigador de riscos de concentração.



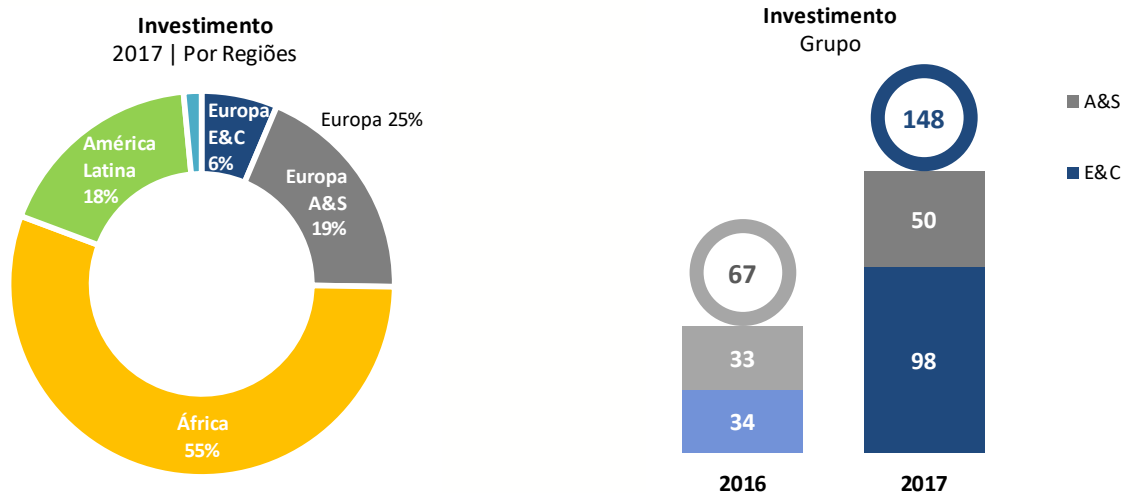
(*) Inclui outros, anulações e intragrupo

Em 2017, o EBITDA registou um aumento de 20% face a 2016 para 405 milhões de euros, tendo a margem EBITDA atingindo os 16% (15% em 2016). Esta performance positiva ao nível do EBITDA foi resultado, essencialmente, da evolução positiva ocorrida na Europa (+28%) e na América Latina (+146%). Relativamente a África, esta região viu o seu EBITDA reduzido em 10%, fruto essencialmente dos impactos gerados com a consideração de Angola como uma economia hiperinflacionária (IAS 29). No entanto, em termos de margem EBITDA, mesmo impactada pelos efeitos resultantes da adoção da IAS 29, aquela região atingiu os 19%, valor no limiar da rentabilidade esperada pelo GRUPO.

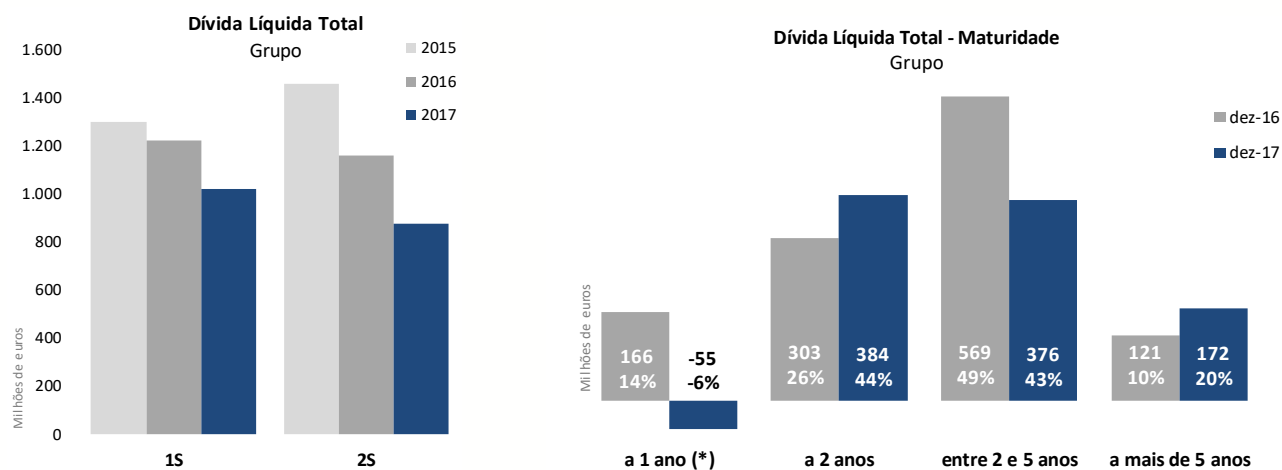
Desta forma, a margem EBITDA em 2017 voltou a atingir os níveis de rentabilidade projetados no Plano Estratégico do GRUPO (Step Up 2020), mantendo-se igualmente acima de um grande número de *peers*.

Em 2017 o EBIT ascendeu a 186 milhões de euros, registando uma subida de 105 milhões de euros face a 2016. Esta performance positiva deveu-se por um lado à melhoria do EBITDA em 67 milhões de euros, e por outro lado à redução das amortizações e das provisões e perdas de imparidade em 38 milhões de euros. De relembrar que o ano de 2016 foi marcado pela constituição atípica de provisões e perdas de imparidade, nomeadamente para clientes da região de África, para um cliente da área de tratamento e valorização de resíduos, bem como para fazer face à margem negativa estimada com a conclusão de um contrato de construção na República Checa.

No seguimento do atrás descrito, em 2017, fruto da melhoria das condições económicas e da política de concessão e acompanhamento de crédito, o nível de provisões e imparidades reduziu substancialmente. Por último, em 2017 as amortizações registaram um decréscimo de 10 milhões de euros, em parte justificado pela redução do nível de investimento nos últimos anos e em parte pela revisão da vida útil de alguns equipamentos em África e na Polónia.



Como resultado da adjudicação de novos e grandes projetos na região de África, nomeadamente os projetos de mineração na Guiné-Conacri e em Moçambique, que requerem equipamentos específicos, 55% do investimento do GRUPO em 2017 foi canalizado para aquela região. Por outro lado, há que destacar o investimento de 50 milhões de euros realizado no negócio de A&S maioritariamente nas empresas concessionárias da EGF, na VISTA WASTE e na FÉNIX, sendo de realçar o investimento de 11 milhões de euros realizado por esta última, principalmente afeto à reabilitação de algumas centrais hidroelétricas, o que potenciou o aumento do volume de negócios e a rentabilidade da empresa.



Em 31 de dezembro de 2017, a dívida líquida (**) ascendia a 877 milhões de euros, tendo registado uma diminuição de cerca de 282 milhões de euros (24%) face a 31 de dezembro de 2016, justificada, essencialmente, pelo sucesso obtido na gestão do fundo de maneo, o qual reduziu 190 milhões de euros, e pelo encaixe resultante do processo de alienação da LINEAS.

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida líquida (**) adicionada das operações de *leasing* e *factoring* ascendia a 1.134 milhões de euros, uma redução de 206 milhões de euros face a 2016.

(*) A dívida líquida a 1 ano inclui a totalidade dos títulos de dívida pública angolanos.

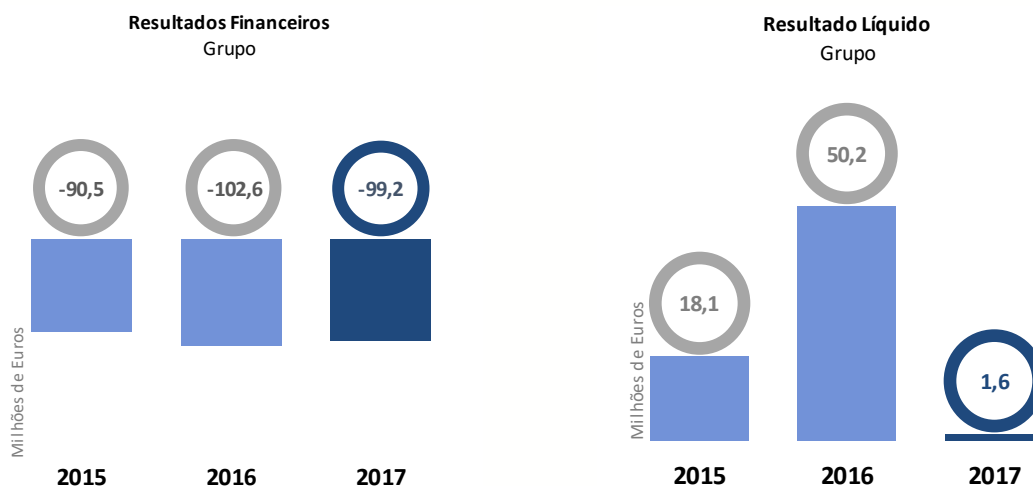
(**) A dívida líquida corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração da posição financeira consolidada: "Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista", "Caixa e seus equivalentes com recurso à vista", "Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo"; "Ativos financeiros detidos até à maturidade"; "Empréstimos sem recurso" e "Empréstimos com recurso". De salientar que as operações de *leasing* e *factoring* contratadas pelo GRUPO não se encontram contabilizadas nas rubricas atrás referidas.

Adicionalmente, há que referir que do total da dívida líquida 92 milhões de euros, ou seja 10%, correspondem a dívida sem recurso (***) , por um lado relativa à aquisição da EGF e por outro lado relativa à operação da APP COATZACOALCOS-VILLAHERMOSA.

De salientar ainda que o rácio que compara a dívida líquida total com o EBITDA dos últimos 12 meses reduziu para os 2,2x (3,4x em 31 de dezembro de 2016) o que assegura desde já o objetivo de médio e longo prazo estipulado pelo GRUPO de registar naquele rácio um valor inferior a 3,0x.

A dívida bruta (****) em 31 de dezembro de 2017 ascendia a 1.678 milhões de euros, estando 64% contratada a taxa variável. O custo médio da dívida baixou de 5,63% em 2016 para 5,60% em 2017 não obstante o maior peso da dívida contratada fora da Europa, nomeadamente em África e na América Latina. Em 31 de dezembro de 2017, 73% do total da dívida bruta estava denominada em euros e esta apresentava uma vida média de 2,4 anos (2,5 anos em 31 de dezembro de 2016).

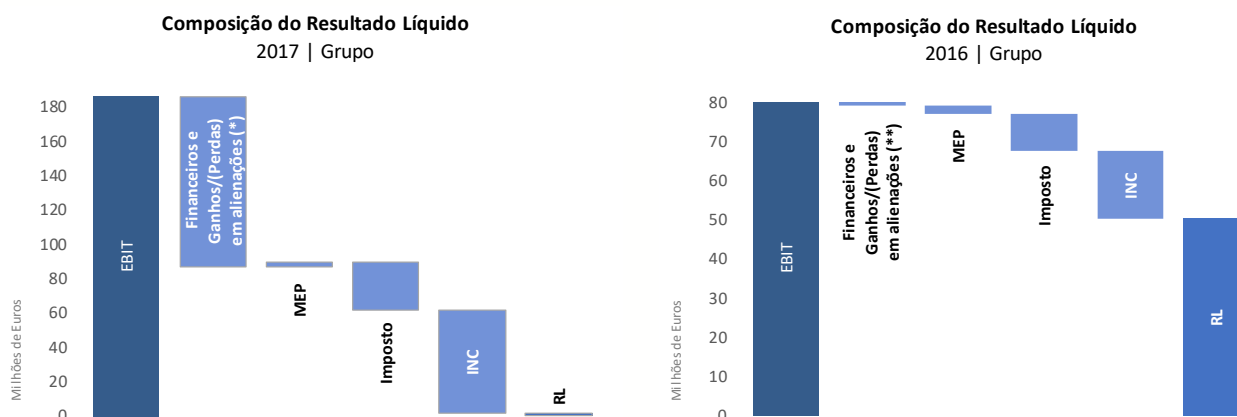
Em 31 de dezembro de 2017, o GRUPO mantinha linhas de crédito contratadas e não utilizadas de cerca de 190 milhões de euros, traduzindo-se num montante total de liquidez efetiva de 990 milhões de euros, correspondendo a cerca de 60% da dívida bruta total.



Em 2017, os resultados financeiros atingiram 99 milhões de euros (103 milhões de euros em 2016), o que representou uma redução de cerca de 3%. Há que salientar que relativamente aos encargos financeiros líquidos (juros suportados – juros obtidos), estes atingiram em 2017 68 milhões de euros, uma redução de 21% face a 2016.

(***) A dívida sem recurso corresponde aos empréstimos em que apenas os ativos das empresas financiadas respondem para liquidar a dívida (*Project finances*).

(****) A dívida bruta corresponde à dívida líquida adicionada dos saldos de caixa e seus equivalentes apresentados na demonstração da posição financeira consolidada e dos títulos de dívida pública angolana detidos pela região de África registados na rubrica “Ativos financeiros detidos até à maturidade”.



(*) Inclui cerca de -21 milhões de euros associados a parte do efeito resultante da consideração de Angola como uma economia hiperinflacionária (IAS 29)

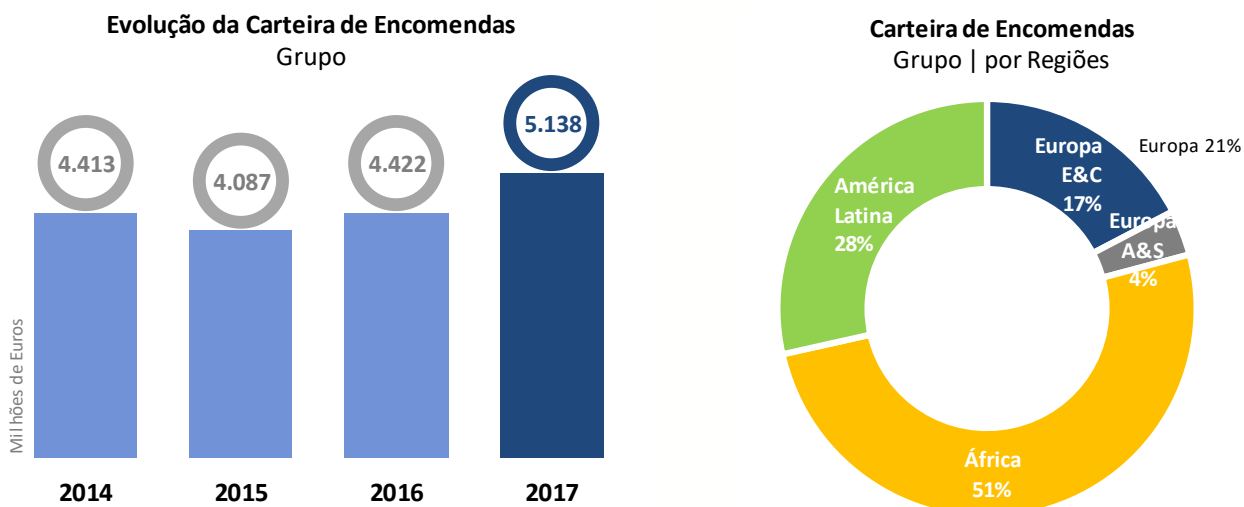
(**) Inclui cerca de 102 milhões de euros de ganhos com a alienação do negócio Portuário e de Logística e da Indaqua

Em 2017, a rubrica de Método de Equivalência Patrimonial (MEP) contribuiu positivamente com 3 milhões de euros para o resultado líquido, evidenciando uma melhoria de cerca de 5 milhões de euros face a 2016. Por outro lado, no exercício de 2017, verificou-se uma forte quebra dos Ganhos/(Perdas) em alienações face a 2016 justificada pela mais-valia de 102 milhões de euros gerada em 2016 nas alienações dos negócios Portuário e de Logística e da INDAQUA.

No que respeita ao imposto sobre lucros, no exercício de 2017 este ascendeu a 28 milhões de euros (9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) correspondendo a uma taxa efetiva de imposto de 32%. De salientar que o imposto sobre lucros de 2016 se encontrava fortemente influenciado pelas mais-valias geradas com a alienação de algumas participações financeiras que não relevaram para efeitos fiscais. Para mais informação sobre esta matéria, recomenda-se a leitura da Nota 13 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Por fim, no que respeita aos interesses que não controlam (INC), estes ascenderam em 2017 a 60 milhões de euros, um aumento de 43 milhões de euros face a 2016, fruto da melhoria da rentabilidade dos negócios mantidos com parceiros (nomeadamente em Angola, nas áreas da construção e da recolha de resíduos e no México nas áreas da construção e de geração de energia elétrica).

Como corolário da performance operacional e financeira acima descrita, o resultado líquido atribuível ao GRUPO ascendeu a 1,6 milhões de euros (50 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016).



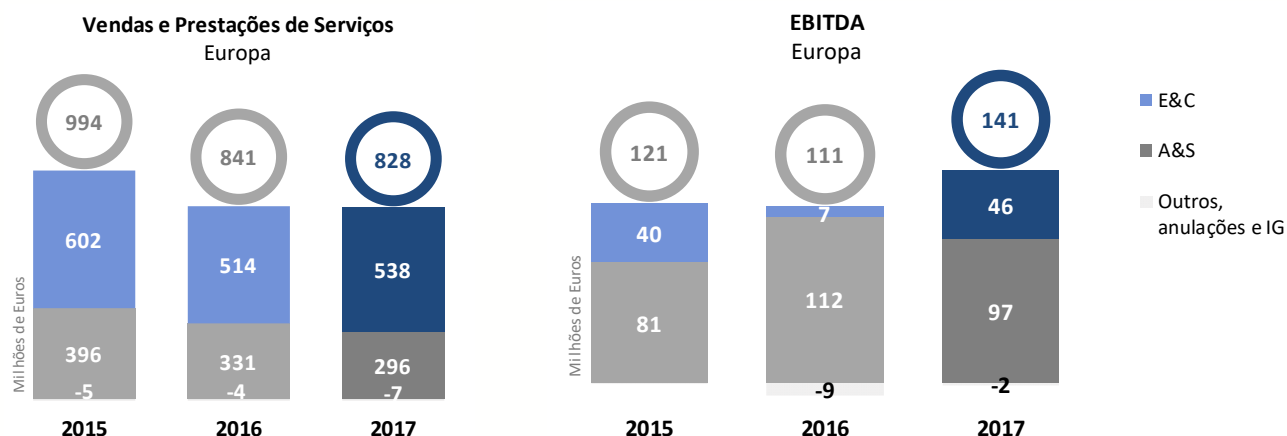
A carteira de encomendas a 31 de dezembro de 2017 ascendia a 5.138 milhões de euros (*), com as regiões de África e da América Latina a contribuírem com cerca de 79% do montante total, a que corresponde a um rácio carteira de encomendas/vendas e prestações de serviços do negócio de E&C de 2,1 anos. Adicionalmente, há que destacar o aumento da carteira de encomendas no ano em 716 milhões de euros (16%), o que vem confirmar o sucesso da intensa atividade comercial que o GRUPO tem vindo a exercer, bem como o reconhecimento da capacidade do GRUPO para executar novos projetos, quer de dimensão, quer de complexidade superiores. Corroborando o atrás descrito, refira-se igualmente a adjudicação, já em 2018, de novos projetos de cerca de 500 milhões de euros, nomeadamente em África e na América Latina.

Em 31 de dezembro de 2017, o negócio de A&S contribuiu com 833 milhões de euros para a carteira de encomendas, e viu diversificada geograficamente a sua atividade fruto de adjudicações recentes no continente africano. De destacar que aquele montante não inclui as receitas previsíveis decorrentes dos contratos de tratamento de resíduos das empresas da EGF.

(*) Contratos adjudicados por executar ao câmbio de 31 de dezembro de 2017

2. Análise por áreas de negócio

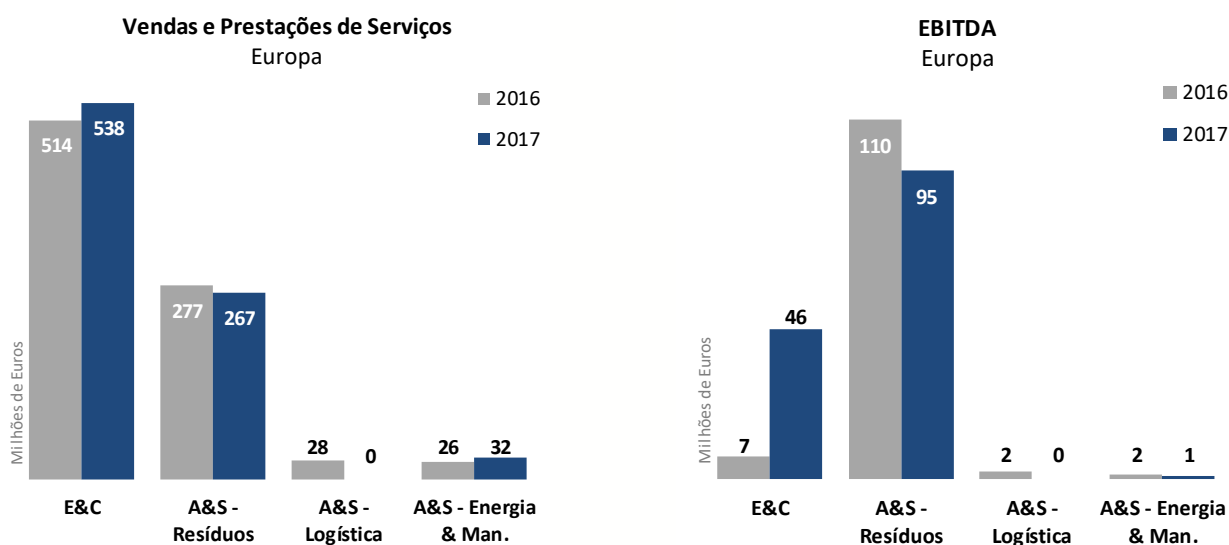
Europa



A região da Europa gere as atividades e empresas de E&C e de A&S que o GRUPO detém em Portugal, na Europa Central e na Irlanda, ou que são geridas pela estrutura de gestão desta região. A partir de 1 de março de 2016, após a alienação do negócio Portuário e de Logística, no domínio do segmento de A&S são desenvolvidas, essencialmente, atividades de recolha de resíduos (cujo veículo é a SUMA) e de tratamento e valorização de resíduos (cujo veículo é a EGF).

O volume de negócios na Europa em 2017 ascendeu a 828 milhões de euros, uma redução de 13 milhões de euros face a 2016, justificada, essencialmente, pela consolidação em 2016 de dois meses de atividade do negócio Portuário e de Logística que contribuiu com 28 milhões de euros.

Ao nível da rentabilidade operacional, o EBITDA ascendeu a 141 milhões de euros, tendo a margem EBITDA melhorado 4 p.p. para 17% face a 2016. Esta evolução foi influenciada essencialmente pelo negócio de E&C, que melhorou a sua rentabilidade em 8 p.p. para 9% fruto, essencialmente, da melhoria verificada na atividade em Portugal (e do suporte de gestão prestado pela estrutura técnica da região).



De salientar que a área de E&C em Portugal já começou a evidenciar no segundo semestre um aumento do seu volume de negócios e que a Polónia durante o ano registou um crescimento de 7%.

Por outro lado, fruto nomeadamente dos atrasos na aprovação/realização dos investimentos nas empresas concessionárias da EGF, o volume de negócios na área do tratamento e valorização de resíduos não assistiu a um aumento no exercício de 2017.

No que respeita ao EBITDA do negócio de E&C, este ascendeu em 2017 a 46 milhões de euros, um aumento assinalável face ao ano anterior, fruto, essencialmente, da melhoria verificada na atividade em Portugal (e do suporte de gestão prestado pela estrutura técnica da região).

Quanto ao EBITDA do negócio de A&S – Resíduos, este ascendeu em 2017 a 95 milhões de euros, tendo-se verificado uma deterioração de 4 p.p. na margem fruto, essencialmente, da correção efetuada pela ERSAR às tarifas de 2016 praticadas pelas empresas concessionárias da EGF, resultante da classificação de alguns aspetos na aplicação do recente modelo regulatório aplicável aquelas concessionárias.

Por último, há que destacar as empresas de Energia & Manutenção, que têm a contribuição quase exclusiva da MANVIA, tendo-se assistido no ano a um aumento do seu volume de negócios em 24% para 32 milhões de euros face ao ano anterior, tendo o EBITDA atingido 1 milhão de euros.

Engenharia e Construção

A atividade do GRUPO em 2017 na Europa permaneceu focalizada nos seus dois mercados principais (Portugal e Polónia) sendo, no entanto, de destacar as operações na Irlanda e no Reino Unido que registaram um crescimento relevante durante o ano.

No sentido de racionalizar as suas operações durante 2017, o GRUPO decidiu afetar à região Europa a gestão dos mercados de Marrocos e Cabo Verde.

No mercado de Cabo Verde a MOTA-ENGIL tem essencialmente executado trabalhos portuários, estando agora preparada para explorar outras oportunidades de negócio, designadamente no setor turístico.

Em Marrocos, onde a MOTA-ENGIL está presente há vários anos, através da sua participada VIBEIRAS, foi constituída igualmente uma Sucursal tendo em vista estender a intervenção do GRUPO aos tradicionais domínios da construção civil e obras públicas.

Portugal

Em Portugal, enfrentando alguns condicionalismos, a MOTA-ENGIL, tem vindo a manter a liderança no setor de E&C, tendo conseguido resistir à crise que se fez sentir nos últimos anos, demonstrando capacidade de adaptação através da implementação com sucesso de medidas de racionalização da sua estrutura, através da diversificação da sua carteira de encomendas, e, muito especialmente, beneficiando do facto de enquanto integrada num GRUPO presente em diversos mercados geográficos e em múltiplos ramos de negócio, ter tido a possibilidade de permutar recursos, designadamente quadros técnicos e equipamentos, conseguindo assim equilibrar de forma harmoniosa as respetivas carências e excessos.

Durante o ano de 2017, ao nível operacional, destaca-se a execução com sucesso de mais dois importantes projetos, a construção da barragem de Foz Tua e as obras de remodelação do Edifício da Brasileira, bem como o início em 2017 dos trabalhos de ampliação do Hospital da Luz e de construção da barragem do Alto Tâmega.

Por outro lado, no início de 2018 é já perceptível uma reanimação do mercado das obras públicas, que previsivelmente irá crescer ao longo do ano, prolongando-se em 2019.

Desta forma, mantendo a sua tradição, o GRUPO não deixará de marcar presença nos diversos projetos de grande dimensão que já se anunciam.

Europa Central

Após um ano de 2016 relativamente calmo na implementação do plano público de investimentos definido pelo governo Polaco, o ano de 2017 trouxe melhorias significativas na implementação do mesmo, o que irá traduzir-se num volume de construção elevado nos próximos anos. Assim, o GRUPO preparou-se desde logo para o esperado aumento no lançamento de concursos públicos, tendo o seu esforço resultado na adjudicação de diversos projetos de infraestruturas de média e grande dimensão, nomeadamente uma componente relevante de construção de uma autoestrada perto de Cracóvia e de dois contratos de construção de vias-férreas. Deste modo, assistiu-se a um crescimento da carteira de encomendas do GRUPO na região, o que vai ao encontro dos objetivos estabelecidos.

Do ponto de vista operacional, há que destacar no segmento das vias rodoviárias a conclusão, antes do prazo, de projetos significativos, nomeadamente o de Nysa Bypass e o de S11 Ostrów Bypass, que mais uma vez confirmaram a capacidade do GRUPO em cumprir os requisitos técnicos e os prazos contratuais definidos. Por outro lado, o ano de 2017 trouxe igualmente o início da execução de alguns projetos de “*design and build*” que reforçarão a notoriedade do GRUPO no mercado.

No que respeita à atividade imobiliária, o mercado na Europa Central registou uma evolução muito positiva, resultado dos mínimos históricos atingidos pelas taxas de juro, da oferta estagnada e de novos incentivos à habitação que estimularam a procura, fatores estes que induzem a que o mercado continue a estabelecer recordes.

Desta forma, o GRUPO tem procurado intensivamente novas oportunidades de desenvolvimento de projetos residenciais no mercado Polaco, tendo como mercados chave as suas principais cidades. Atualmente, o GRUPO já se encontra a construir, desenvolver e a comercializar diversos projetos imobiliários nas principais cidades polacas, nomeadamente em Varsóvia, Cracóvia, Wrocław e Lodz.

Irlanda

O ano de 2017 na Irlanda foi um ano de sinais evidentes de retoma económica, com um aumento da atividade de construção de edifícios, nomeadamente em Dublin, tendo-se assistido igualmente ao lançamento de alguns concursos públicos de montante avultado nos setores rodoviário, portuário e aeroportuário. Por outro lado, o investimento no setor do tratamento e abastecimento de águas limpas e residuais continuou na trajetória de crescimento iniciada em 2014.

No seguimento do atrás descrito, o fecho de ano evidenciou indicadores que favorecem a atividade futura do GRUPO, nomeadamente os resultados operacionais alcançados pelas empresas do GRUPO a operar na Irlanda (GLAN AGUA e MEIC).

A GLAN AGUA, é atualmente uma das principais empresas a operar na indústria de abastecimento e tratamento de águas residuais na Irlanda, tendo fechado o ano com uma carteira angariada superior a 60M€ a executar até 2036. Por outro lado, é neste momento a empresa líder de mercado no tratamento de água limpa, operando em toda a costa Oeste e centro do país.

A MEIC, para além do importante apoio comercial e produtivo que assegura à GLAN AGUA, concluiu durante o ano de 2017 alguns projetos relevantes, nomeadamente algumas remodelações de estradas nacionais no condado de Munster. Do ponto de vista comercial, a MEIC tem direcionado os seus esforços para os concursos públicos rodoviários, bem como para o setor de construção de edifícios, tendo já conseguido algumas qualificações importantes e a adjudicação de um projeto rodoviário junto a Dublin.

Reino Unido

O ano de 2017 no Reino Unido foi um ano de incerteza política, fruto nomeadamente do início das negociações pós-“Brexit”, o que contagiou o desempenho económico naquela região. No entanto, apesar daquela incerteza, o *pipeline* de investimentos em projetos estruturantes manteve-se estável.

Ao nível da presença do GRUPO no mercado, 2017 foi um ano de intensa atividade comercial, tendo parte dos esforços desenvolvidos sido focalizados para o setor do tratamento e distribuição de águas limpas e residuais visando o próximo período de 5 anos de investimento, cujo processo de *procurement* se iniciou nos últimos meses. Fruto daqueles esforços, foram já adjudicados à GLAN AGUA UK alguns projetos relevantes, nomeadamente o Irton WTP Upgrade para a Yorkshire Water, e, já no final do ano, os Lotes 2 e 3 do HS2 Process and Network Modifications para a Afinity Water em consórcio com a Farrans.

Ambiente & Serviços

Resíduos

2017 correspondeu a um ano de continuidade da afirmação da SUMA no seu percurso de liderança do setor dos resíduos em Portugal, tendo um estudo promovido pelo Reader's Digest posicionado a SUMA em 1º lugar na categoria "Empresas de tratamento de lixo", com 24% dos votos, revelando o reconhecimento do compromisso e do papel assumidos pela SUMA na manutenção da qualidade de vida das populações, no que aos resíduos concerne, tendo a mesma continuado a ser um quadro de referência no mercado, nomeadamente ao nível da sua permanente capacidade de inovação e adaptação, o que tem permitido alcançar uma credibilidade publicamente reconhecida e atestada, e que se refletiu, no ano em análise, na atribuição do selo "Marca de Confiança Ambiente 2017".

Plano nacional

Mantendo-se as autarquias como os principais contratantes de serviços de recolha de resíduos e limpeza urbana, a nível nacional foram entregues no ano de 2017 156 propostas, estando pendentes de decisão 18 a serem adjudicadas em 2018. As prestações de serviços com duração igual ou superior a um ano totalizaram 57% do valor total das adjudicações obtidas em 2017.

Entre as novas adjudicações, merecem especial referência os serviços de limpeza urbana, por um período de três anos, a realizar para os municípios de Vila Real e Palmela, bem como os serviços de sensibilização ambiental que a SUMA irá prestar, durante dois anos, à LIPOR.

De relevar, ainda, a continuidade da prestação de serviços de recolha de resíduos e limpeza urbana na freguesia do Parque das Nações, no Carnaval de Torres Vedras e em inúmeros festivais ("NOS Alive", "Super Bock Super Rock" e festividades estudantis em Coimbra e Aveiro), bem como o reforço de serviços na cidade de Fátima por ocasião do Centenário e da visita do Papa Francisco, o que atesta a notoriedade dos serviços prestados pela SUMA.

Ainda no plano nacional, destaca-se a inauguração em fevereiro de 2017 por parte da TRIAZA do novo Centro de tratamento de resíduos não perigosos da Azambuja, cujo investimento rondou os 1,8 milhões de euros, e cujo aterro se prevê que venha a receber, ao longo de quarenta anos, mais de 1 milhão de toneladas de resíduos.

No âmbito do tratamento e valorização de resíduos, atividade exercida pela EGF e suas participadas, 2017 foi um ano de grandes desafios para o setor – com a revisão do regulamento tarifário e a coexistência de duas entidades gestoras no Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE) - tendo a EGF concentrado os seus esforços no arranque dos investimentos e das ações definidas conducentes ao incremento da recolha seletiva como forma de assegurar o cumprimento das metas definidas no PERSU 2020. No final do ano, 17 das 22 candidaturas apresentadas pela EGF estavam aprovadas, correspondendo a um investimento de cerca de 60 milhões de euros.

Plano internacional

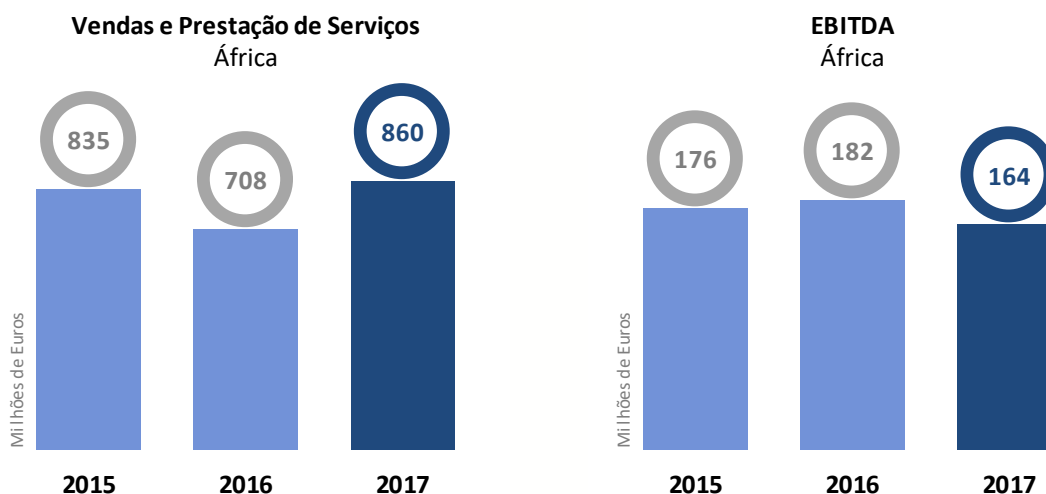
Em 2017, o projeto internacional do GRUPO na área dos resíduos foi alargado para a Costa do Marfim fruto da adjudicação de um importante contrato de recolha de resíduos urbanos em Abidjan. Quanto aos outros cinco mercados onde o GRUPO tem vindo a desenvolver a sua atividade, destacam-se os seguintes eventos:

- A CONSITA, participada da SUMA para o mercado brasileiro, iniciou uma nova prestação de serviços de recolha de resíduos e limpeza urbana no Município de São Sebastião do Paraíso, no Estado de Minas Gerais, correspondendo a uma população servida de 70 mil habitantes e mais de 800km² de área abrangida.

- A ECOVISION, participada da Suma em Omã, viu confirmada, no final do ano, a intenção de adjudicação de um novo contrato, por um período que se estende por sete anos, com possibilidade de renovação por mais dois, que contempla a gestão dos resíduos sólidos urbanos na região de Al Wusta, a gestão de resíduos e limpeza urbana na Zona Económica Especial de Duqm, a operação de dois aterros de resíduos sólidos – um de resíduos perigosos e o outro de não perigosos, bem como a gestão de resíduos em diversos campos petrolíferos espalhados pelo país, pertencentes à Petroleum Development Oman.

Por último, no continente africano, a atividade do GRUPO em Angola, Cabo Verde e Moçambique, através das participadas VISTA WASTE, AGIR e ECOLIFE, decorreu com normalidade, sendo de destacar o aumento do volume de negócios na VISTA WASTE.

África



Em 2017, tal como era antecipado, assistiu-se a uma evolução positiva da envolvente macroeconómica em África (nomeadamente ao nível da realização de novos investimentos, quer públicos, quer privados), o que conduziu a um aumento do volume de negócios de 22% (de 708 milhões de euros para 860 milhões de euros). Neste contexto, verificou-se igualmente um aumento significativo da carteira de encomendas da região de cerca de 900 milhões de euros, diversificada por novos mercados (Tanzânia, Costa do Marfim, Guiné-Conacri, etc.), o que permite antecipar um crescimento da atividade também para 2018. De salientar ao nível operacional, o arranque em 2017 de alguns projetos de média/grande dimensão como: (i) a construção de uma linha ferroviária na Tanzânia e (ii) a realização de trabalhos de escavação mineira em Moçambique e na Guiné-Conacri. A contribuição dos mercados tradicionais africanos para o volume de negócios foi de 78% em 2017, em linha com 2016, sendo expectável que em 2018 essa contribuição diminua fruto da política de diversificação e balanceamento do risco implementada pelo GRUPO.

Ao nível do EBITDA, este ascendeu em 2017 a 164 milhões de euros (182 milhões de euros em 2016), tendo a respetiva margem atingido os 19%. No entanto, há que referir que aquela margem encontra-se negativamente influenciada pelo efeito da consideração de Angola como uma economia hiperinflacionária. Desconsiderando tal efeito, o EBITDA teria ascendido a 169 milhões de euros e a margem a 21%.

Angola

Ano de marcante alteração política por se ter verificado o processo de eleição de um novo Presidente, 2017 foi para a atividade do GRUPO em Angola também um ano de destaque, pois concluíram-se importantes projetos e abriram-se perspectivas animadoras para o reforço da atividade das empresas que a MOTA-ENGIL detém no país.

Por outro lado, depois de anos de descida no preço do petróleo e da desvalorização do kwanza verificada em 2016, o ano de 2017 registou, ao nível destes indicadores económicos, uma estabilidade assinalável que permitiu também uma evolução favorável dos negócios. Apesar disso, uma decisão extemporânea e inadequada, conduziu à obrigação de ser adotada para Angola a regra contabilística aplicável a países considerados como hiperinflacionários (IAS 29), pelo que do ponto de vista da informação financeira apresentada neste relatório registaram-se algumas alterações relevantes que distorceram a imagem do desempenho do GRUPO em Angola.

Ainda assim, destaca-se, na vertente económica, o crescimento do volume de negócios para cerca de 476 milhões de euros e, na vertente financeira, a contínua regularização de saldos, reduzindo de forma sensível o esforço de fundo de maneo e libertando a liquidez necessária para a aposta em novos e importantes projetos para o GRUPO e para Angola.

No mesmo sentido, quanto às perspectivas comerciais, destacam-se várias medidas que permitem antecipar um aumento adicional da carteira (que já registou um crescimento superior a 10% em 2017).

Moçambique

Depois de um ano de 2016 marcado pela inflexão do ritmo de crescimento económico do país que implicou também que a atividade do GRUPO em Moçambique tivesse reduzido, 2017 marcou para a MOTA-ENGIL uma retoma nas perspetivas de reforço do contributo do país para a atividade na Região.

A estabilidade do metical e a melhoria dos níveis de confiança permitiu o reforço da posição de alguns investidores, o que, associado à posição de destaque que a MOTA-ENGIL possui no setor de obras públicas no país, permitiu a retoma de níveis e atividade relevantes.

Mais relevante ainda foi o reforço da carteira de encomendas que permite antecipar uma manutenção de Moçambique como um mercado estável e de risco mitigado, no total do desempenho do GRUPO na Região.

Malawi

Apesar do sucesso do GRUPO na conclusão de mais alguns projetos de infraestruturas no Malawi, o desempenho macroeconómico do país, bem como a desvalorização do kwacha em relação à moeda europeia, não criaram condições para o reforço do investimento externo no país.

Desta forma, também o desempenho do GRUPO neste mercado veio afetado, sendo cada vez mais suportado por projetos privados de investimento. Apesar disso, o volume de negócios agregado das empresas detidas neste mercado atingiu 95 milhões de euros, mais 21% do que em 2016.

Quanto à carteira de encomendas, esta inverteu a tendência de crescimento que se tinha verificado em 2016 e regrediu para cerca de 147 milhões de euros.

Outros países

No Ruanda, a situação política apresentou-se muito estável em 2017 com um ambiente de segurança sem paralelo em África, o que em parte justificou um crescimento anual do PIB de cerca de 6%. Por outro lado, o Governo Ruandês procura tornar o país líder regional em tecnologias de informação e comunicação, sendo que atualmente os serviços representam cerca de 50% da composição do PIB.

No entanto, o país precisa de melhorar as suas infraestruturas, nomeadamente estradas, ferrovias, redes de abastecimento de água e energia e habitação, pelo que as oportunidades são abundantes, nomeadamente em grandes projetos a serem desenvolvidos em Parcerias Público Privadas.

Fruto do reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo GRUPO neste país, foi constituída em 2017, em parceria com o Governo do Ruanda, a Bugesera Airport Company, uma PPP para a conceção, construção e exploração do novo Aeroporto Internacional de Bugesera, tendo as obras de construção do mesmo já sido iniciadas.

Na África do Sul, o setor da construção é caracterizado como sendo um mercado maduro, estabilizado, com elevada concorrência, *players* sólidos e competentes. No entanto, verificou-se em 2017 algum retraimento do mercado devido à conjuntura sócio económica, fruto nomeadamente da contração verificada no investimento privado.

Ao nível operacional, há que destacar, em 2017, a conclusão do Central Squares, um edifício de 184 apartamentos em Joanesburgo e do Kimberly Mental Hospital, bem como a execução em curso do maior centro comercial da cidade – o Fourways Mall e o início de construção de um edifício residencial em Sandton.

Na Zâmbia, assistiu-se em 2017 às eleições presidenciais, à redução dos apoios internacionais e ao agravamento da dívida pública, fatores que motivaram diversas reuniões com o FMI com impacto no abrandamento da economia e na redução do investimento público em infraestruturas. No entanto, a retoma do preço do cobre nos mercados internacionais atenuou em parte a redução do investimento, o qual se espera que se concretize em 2018.

Ao nível operacional, salienta-se em 2017 a conclusão da empreitada de construção de seis lagoas de tratamento de esgotos domésticos em Lusaka para o Millenium Challenge Account e a execução atualmente em curso de duas empreitadas de construção de estradas com uma extensão superior a 170 Km.

No Uganda, país sem litoral na África Oriental, tem-se assistido nos últimos três anos a um crescimento económico consistente entre os 2,3% e os 5,7%, tendo este país realizado diversos esforços no desenvolvimento das suas infraestruturas, potenciando futuros crescimentos económicos, alocando uma grande parcela do seu orçamento anual à construção de infraestruturas na área dos recursos energéticos (petróleo, gás e energia hidráulica).

Ao nível operacional, destaca-se em 2017 a continuação da execução da obra “Capacity Improvement of Kampala Northern Bypass”, a qual durante o ano foi objeto de alterações e alargamento do seu âmbito. De destacar igualmente a adjudicação e início de construção em 2017 de uma nova obra de construção e reabilitação de estradas, aguardando-se a atribuição de mais dois lotes de construção e manutenção de estradas no curto/médio prazo.

No Zimbabué, país onde o GRUPO mantém uma pequena operação de mineração, o ano foi marcado pela incerteza política associada ao afastamento do ex-Presidente da República. No entanto, as alterações verificadas no país e a melhor visibilidade internacional, perspetivam uma melhoria da atividade produtiva, perseguindo-se comercialmente quer a renovação do contrato em curso, quer novas oportunidades na área das infraestruturas, *mining* e edifícios.

Em São Tomé e Príncipe, a atividade desenvolvida em 2017 esteve ao nível de anos transatos, sendo de destacar a construção de várias pequenas estradas na Ilha do Príncipe, a construção do Liceu do Conde, a construção do abastecimento de água em São Tomé, e, a obra de maior relevância, a construção de um eco resort de luxo na Ilha do Príncipe.

Na Costa do Marfim, país em que se estima que o PIB cresça 7,3% em 2018, a MOTA-ENGIL ganhou em outubro de 2017 o seu primeiro contrato de prestação de serviços.

O contrato atrás referido contempla a recolha de resíduos urbanos, a varredura e a limpeza da cidade de Abidjan, foi assinado com o Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e tem uma duração de 7 anos.

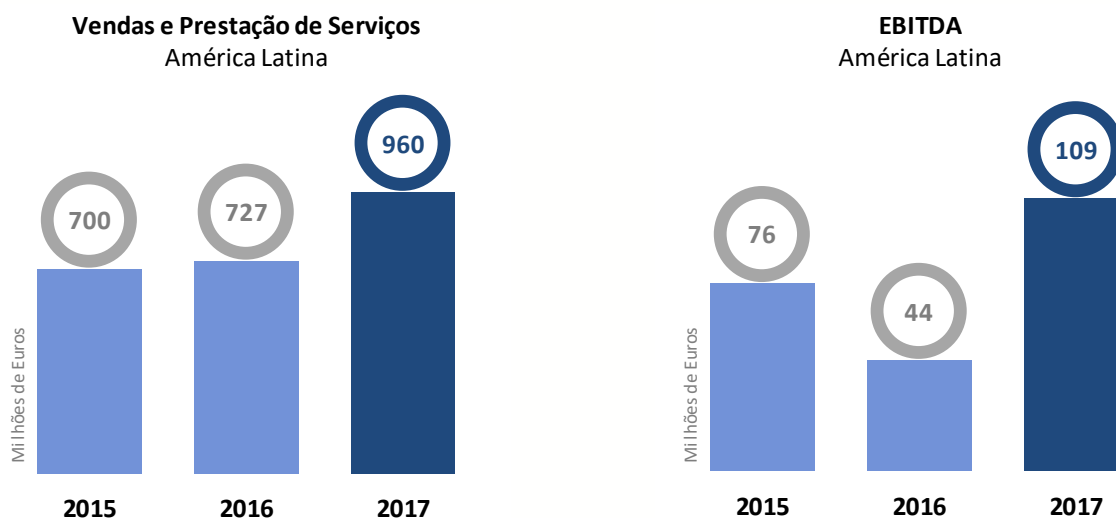
Por outro lado, já em 2018, na sequência daquele contrato, foi igualmente assinado com o Ministério acima referido um contrato para a construção e exploração de um aterro sanitário durante um período de 7 anos.

Face às adjudicações acima referidas, perspetiva-se que a atividade em 2018 seja bastante positiva, refletindo a execução daqueles contratos.

Nos Camarões, o GRUPO iniciou em 2017 a sua atividade, tendo-lhe sido adjudicado um projeto de reabilitação e extensão de um estádio de futebol, a construção de um campo de treinos e a construção de um hotel de 4 estrelas com 70 quartos, no âmbito da realização do CAN 2019.

Na República da Guiné, o GRUPO iniciou igualmente a sua atividade no exercício de 2017, tendo-lhe sido adjudicado um contrato de *mining* na Siguiri Gold Mine, propriedade da Sociéte Anglogold Ashanti SA. A adjudicação deste contrato veio mais uma vez afirmar a notoriedade do GRUPO na área de *mining*, sendo que o mesmo tem uma duração prevista de 56 meses e envolve um grande número de recursos técnicos e humanos (mais de 500 pessoas).

América Latina



O ano de 2017 na América Latina foi marcado pela execução da elevada carteira de encomendas que o GRUPO detinha e detêm naquela região, o que se traduziu num aumento do volume de negócios de 32% para 960 milhões de euros.

Adicionalmente, com a performance atingida em 2017, a América Latina foi a região com maior contributo para o volume de negócios do GRUPO (37%).

Apesar do enquadramento económico da região e de alguma disparidade entre os países onde a MOTA-ENGIL tem presença, o GRUPO logrou não só uma importante consolidação nos seus mercados históricos como uma significativa expansão nos novos mercados e setores de atuação.

Dentro da América Latina, o México é hoje o maior mercado quer em termos de volume quer de diversificação, tendo aumentado no ano o seu volume de negócios em 54%. Neste país o GRUPO atualmente está presente na área da construção de infraestruturas, na gestão de concessões rodoviárias, na geração de energia elétrica, no turismo e na área ambiental.

No que respeita ao Peru, onde o GRUPO tem uma presença histórica com mais de 20 anos e é um dos principais *players* do mercado, e ao Brasil, onde o GRUPO opera na área da construção e na área de recolha e tratamento de resíduos, o volume de negócios destes dois outros mercados tradicionais da região ascendeu a 163 milhões de euros e a 211 milhões de euros, respetivamente, tendo o Brasil registado um aumento anual de 17% no seu volume de negócios.

Por outro lado, há que destacar também o início da execução de importantes contratos angariados em 2016 na Colômbia, em Aruba e no Paraguai, o que permitiu no ano uma maior diversificação das fontes de receita, mitigando o risco dentro da região. Em 2017, aqueles mercados, em conjunto com a República Dominicana, atingiram um volume de negócios de 89 milhões de euros.

Apesar de 2018 ser um “ano eleitoral” nos principais países onde a MOTA-ENGIL tem presença, com a realização de quatro eleições presidenciais (Brasil, México, Colômbia e Paraguai), a forte presença e reconhecimento do GRUPO na América Latina, a carteira de obras existente (avaliada em 1,5 mil milhões de euros e espalhada por 7 países) e a evolução favorável do preço dos *commodities* fazem-nos antecipar um aumento de atividade para 2018 quer na vertente operacional, quer na vertente comercial. Corroborando este sentimento, destacam-se as adjudicações ao GRUPO em 2018 de novas obras no Peru de 142 milhões de euros.

Ao nível do EBITDA, este ascendeu em 2017 a 109 milhões de euros, um aumento de 146% face ao ano anterior, influenciado positivamente pelo maior ritmo de execução de algumas obras rodoviárias no México (nomeadamente a de Gran Canal) e pelo aumento da energia elétrica produzida pela FÉNIX. No entanto, em termos percentuais, a evolução positiva da margem EBITDA registou-se também na maioria dos mercados da região.

México

Durante o exercício de 2017, a economia mexicana cresceu 2,1%, tendo-se assistido no entanto a uma pequena desaceleração económica explicada por uma menor dinâmica no consumo público e privado, fomentada pelo aumento da inflação, pelo aumento no início do ano do preço dos combustíveis, por uma maior volatilidade cambial do peso mexicano face ao dólar, pelos baixos preços de exportação do petróleo (atingindo cerca de 56 dólares/barril em dezembro) e pelo aumento das taxas de juro.

Além dos fatores económicos acima enunciados, o México foi abalado em setembro por fenómenos naturais, nomeadamente por furacões e terremotos, os quais contribuíram igualmente para a desaceleração do crescimento da economia verificado no final de 2017 e início de 2018.

No seguimento do atrás descrito, espera-se que o ano de 2018 seja marcado pelo forte avanço dos trabalhos de reconstrução do país, o que fomentará o crescimento da economia e do setor da construção mexicano.

Relativamente à área da construção, destaca-se em 2017 a produção significativa verificada nas principais obras de excelência da MOTA-ENGIL MÉXICO, nomeadamente no metro de Guadalajara e nas autoestradas do Gran Canal, Cardel Poza Rica e Tuxpan Tampico.

Adicionalmente, o ano de 2017 ficou também marcado pela atribuição ao GRUPO da concessão de reabilitação e manutenção dos troços de estrada entre Villahermosa e Coatzacoalcos (em regime de “APP – Associação Pública Privada”) e da primeira emissão de obrigações no mercado mexicano garantida com os pagamentos futuros a efetuar pelo Estado Mexicano àquela APP.

Relativamente à área de negócio de geração e venda de energia, na qual a MOTA-ENGIL opera no México através da empresa FENIX, o ano de 2017 foi caracterizado pela forte consolidação e estabilização da operação, nomeadamente através da concretização do plano de investimentos e de reabilitação das várias unidades de geração que se iniciou em 2016 e que ficou concluído na sua totalidade em 2017. Este fator foi determinante e refletiu-se no excelente desempenho operacional, que se traduziu na geração de 971 GWH, representando um incremento de 13% face ao ano anterior.

Por outro lado, há que destacar que em fevereiro de 2017 a FENIX ganhou um leilão de venda de CELs ao cliente CFE-Calificados por um prazo de 20 anos. Adicionalmente, também durante 2017, procedeu-se à constituição das empresas de distribuição e de comercialização energética, as quais já apresentam um *pipeline* de 26 MW.

Relativamente à área do Turismo, destaca-se em 2017 o desenvolvimento do projeto de Costa Canuva. Este projeto conta com 268 hectares de terreno para a construção de 5 hotéis, 3.000 residências, uma marina, um campo de golf e outras atividades turísticas. Mais concretamente, em 2017, foram desenvolvidos os projetos de arquitetura para a construção de um dos hotéis, o Hotel Fairmont.

Peru

O Peru apresentou em 2017 uma queda no seu crescimento económico, tendo o PIB diminuído de 4% para 2,7%, sendo esta diminuição explicada pelo baixo dinamismo da atividade económica, devido em parte aos impactos resultantes do fenómeno climatológico El Niño Costero no início do ano, em parte pelo menor ritmo da procura privada e em parte pela diminuição do investimento público e privado.

Ao nível operacional, durante o exercício de 2017 a MOTA-ENGIL PERU concluiu com sucesso os seguintes projetos relevantes: Etapa 2 de Presa Relaves Las Bambas, Hidroeléctrica Marañón Celepsa, Estación de Transferência Pillones, Presa de Relaves Fase VI Antamina, Carretera Huancavelica Lircay e Astillero Base Naval del Callao.

Adicionalmente, fruto do posicionamento bastante sólido que o GRUPO goza no Peru, foram-lhe adjudicadas recentemente (em finais de 2017 e inícios de 2018) várias obras que ascendem a cerca de 250 milhões de dólares. Entre as obras angariadas, destacam-se as seguintes: Presa Vizcachas, Recrecimiento Etapa 3 - Presa de Relaves - Toromocho, Puente Nanay, Puerto de Pisco, Etapa 3 de la Presa de Relaves – Las Bambas e ainda, devido aos trabalhos de reconstrução resultantes do impacto negativo do El Niño Costero, os trabalhos de emergência da Puente Independencia e Puente Rio Virú.

Por último, há que destacar também a conclusão com sucesso em 2017 de uma importante operação de refinanciamento, a qual permitiu estender a maturidade média do passivo financeiro da MOTA-ENGIL PERU e criar melhores condições ao nível da estrutura de capitais para enfrentar os desafios associados ao crescimento esperado do mercado peruano.

Brasil

Após dois anos de recessão, a economia brasileira em 2017 revelou sinais de recuperação, com um aumento do PIB estimado de 0,7% face aos -3,6% de 2016. Esta melhoria da economia brasileira foi fomentada, essencialmente, pelo aumento do consumo privado e das exportações, pela redução da inflação (3,6% em 2017 face a 6,3% em 2016), por uma política monetária mais flexível e por uma melhoria gradual do mercado de trabalho.

Adicionalmente, durante o ano de 2017, foram lançados pelo governo diversos lotes de concessões, quer de energia, quer aeroportuárias com elevado sucesso. Na vertente técnica e comercial, destaque para o facto da MOTA-ENGIL e da ECB terem sido acreditadas como possíveis fornecedores da Petrobras, tendo já participado em diversas licitações durante o ano de 2017, algumas das quais ainda à espera de adjudicação.

Ao nível operacional, a ECB durante 2017 concluiu com sucesso as obras de Passos – BR381 e Linha Carajás Blocos A2, A3 e A4, tendo iniciado igualmente no exercício algumas obras relevantes de construção de estradas e de ferrovias, das quais se destacam a Duplicação da BR-381 - Lote 3.1 e a construção da Autopista Fernão Dias.

Colômbia

A atividade económica na Colômbia em 2017 cresceu a um ritmo inferior ao verificado em 2016 (1,7% face a 2%), tendo-se assistido também a uma diminuição da taxa de inflação e a uma redução das taxas de juro.

Fruto deste enquadramento, 2017 foi um ano atípico no lançamento de concursos públicos, tendo aqueles sido muito menores quer em termos de quantidade, quer em termos de valores envolvidos, o que originou um crescimento quase nulo do setor da construção.

Relativamente à atividade operacional desenvolvida pelo GRUPO no mercado, o exercício de 2017 caracterizou-se pelo início dos trabalhos conducentes à construção dos parques escolares nas regiões de Antioquia, Eje Cafetero e Pacífico, bem como pelas obras da marginal e de saneamento na região de Barranquilla. No entanto, o atraso na aprovação dos diversos projetos dos parques escolares limitou o crescimento da atividade, sendo que atualmente os mesmos já se encontram em velocidade cruzeiro o que indicia excelentes expectativas ao nível do crescimento da atividade para 2018.

Outros países

A atividade económica no Paraguai cresceu em 2017 para 3,9%, resultado, essencialmente, do aumento dos preços de exportação de alguns produtos alimentares. Adicionalmente, há que destacar também a estabilidade do guarani no período e a geração de um *superavit* comercial. Relativamente à atividade operacional desenvolvida pelo GRUPO em 2017, destaca-se o trabalho de modernização do Metro de Assunção, que prossegue o seu ritmo normal e que será concluído em 2018.

Por outro lado, a atividade económica na República Dominicana apresentou um forte crescimento (4,8%), tendo-se assistido igualmente a uma redução significativa da pobreza, embora o país permaneça vulnerável a desastres naturais, tais como furacões e terremotos. O setor da construção é um dos principais dinamizadores da economia, sendo o setor que gera mais emprego, quer direta, quer indiretamente. Apesar do bom desempenho da economia, os atrasos na execução das infraestruturas circundantes ao atual projeto imobiliário que o GRUPO está a desenvolver na Cidade de Bosch, tiveram um impacto significativo no avanço geral da obra e na atividade da MOTA-ENGIL neste mercado.

Por último, a atividade económica em Aruba cresceu em 2017 2,6%, face a -0,2% em 2016, impulsionada, essencialmente, pelo setor do turismo, pelo investimento, pelo consumo privado e pelo aumento das importações. Relativamente à atividade operacional desenvolvida pelo GRUPO em 2017, destaca-se o início da construção da autoestrada “Watty Vos Boulevard” cuja conclusão está prevista para meados de 2018.

3. Análise do desempenho não-financeiro

3.1. Valores e Missão do GRUPO

A nossa Visão

Ser uma referência internacional nos setores nos quais exercemos a nossa atividade, alinhada com as melhores práticas do mercado ao nível da produtividade, com uma permanente inovação, assumindo assim uma identidade forte, reconhecida na competência técnica através da prestação de um serviço de excelência aos seus clientes e à comunidade.

A nossa Missão

Criar valor acionista com respeito pela comunidade e pelo futuro, de uma forma socialmente responsável.

Os nossos Valores

Reconhecendo que a construção de uma identidade e cultura fortes é determinante para a concretização dos desafios a que se propõe, o GRUPO MOTA-ENGIL compartilha com os seus *stakeholders* os seguintes valores:

- **Ambição** – ânsia sempre renovada de fazer mais e melhor, encarando o presente e o futuro com ousadia e confiança e assumindo, de forma determinada e comprometida, novos desafios que contribuam para o crescimento do GRUPO.
- **Integridade** – opção pelo caminho que reforce os princípios de honestidade, verdade, lealdade, retidão e justiça, na conduta diária de todos.
- **Coesão** – garantia de que as metas fixadas, que se pretendem ambiciosas, são atingidas através do contributo de todas as unidades de negócio e que a vitalidade do GRUPO resulta da congregação da sabedoria e força necessárias à superação dos novos desafios.
- **Espírito de Grupo** – consolidação do sentido de pertença, respeito pelas diferenças, lealdade e reciprocidade num contexto global e culturalmente diverso, mantendo o orgulho no passado e reforçando a confiança no futuro.

3.2. Ética e Integridade

Principais políticas e aspetos abrangidos pelo Código de Ética e de Conduta Empresarial do GRUPO:

Juntos...

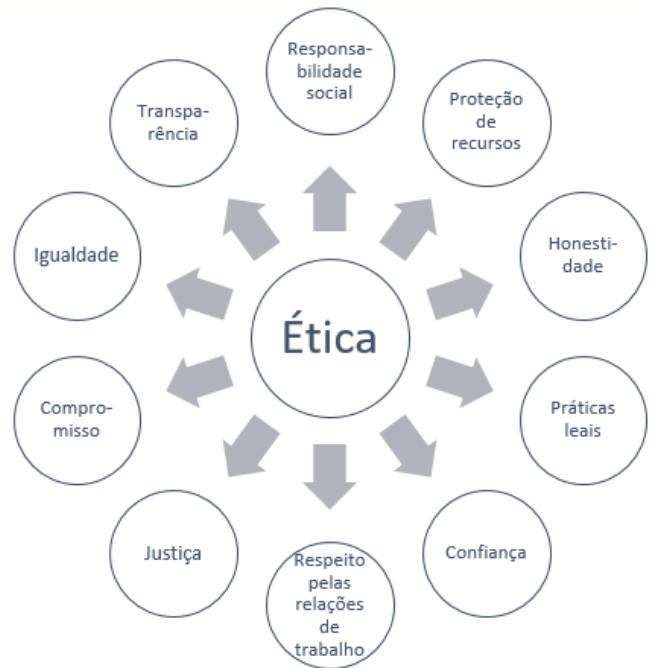
O bom nome e reputação do GRUPO MOTA-ENGIL são produto da dedicação e do trabalho árduo de todos. O nosso objetivo não consiste apenas em cumprir as leis, regras e regulamentos aplicáveis ao negócio; trabalhamos também para cumprir padrões elevados de conduta empresarial.

Cultura pelo exemplo

O Conselho de Administração, os gestores de topo e os gestores operacionais dão o exemplo, orientam e apoiam as suas equipas no cumprimento do Código de Ética e Conduta Empresarial.

Governo societário

O GRUPO MOTA-ENGIL é gerido com transparência e na observância das normas, orientações e princípios do bom governo das sociedades, nos termos do compromisso para com os seus acionistas, parceiros, clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade.



Know Your Customer / Know Your Supplier

O GRUPO MOTA-ENGIL segue as normas de *compliance* nacionais e internacionais aplicáveis à sua atividade. Para esse efeito, cumpre procedimentos e mecanismos de análise de todas as contrapartes com as quais se relaciona.

Política anti-corrupção e suborno

O GRUPO adotou uma política de tolerância zero em relação à corrupção e ao suborno, proibindo-os em qualquer forma, seja diretamente ou através de terceiros, em qualquer lugar no mundo.

Tolerância e respeito pelos outros

O GRUPO MOTA-ENGIL respeita os direitos humanos em todos os contextos culturais, socioeconómicos e geográficos onde opera, reconhecendo as respetivas tradições e culturas e promovendo o apoio às comunidades locais de acordo com as especificidades de cada região.

Canal de comunicação de irregularidades

Qualquer *stakeholder* poderá reportar, em qualquer altura, alegadas irregularidades e, ou, infrações ao Código de Ética e de Conduta Empresarial ou às políticas do GRUPO, sem qualquer receio de retaliação, se e desde que com boa-fé, utilizando para o efeito o e-mail etica@mota-engil.com, o endereço *Ética – Rua do Rego Lameiro, 38, 4300-454 Porto, Portugal*, ou o canal de provedoria disponível em www.mota-engil.pt/provedoria.

3.3. Presença geográfica e tipologia de operações desenvolvidas pelo Grupo

(i) Mercados onde o GRUPO opera e tipologia de serviços prestados

EUROPA

Portugal, Espanha, Polónia, República Checa, Irlanda e Reino Unido.

A MOTA-ENGIL possui no território europeu uma posição destacada, integrando atualmente o lote dos 30 principais Grupos económicos europeus na área da construção.

Para além da liderança em Portugal, a MOTA-ENGIL posiciona-se em outros mercados europeus como um parceiro de confiança para o desenvolvimento de projetos de infraestruturas, mais concretamente nas regiões da Europa Central, onde atua há 20 anos com uma posição entre as 10 maiores construtoras na Polónia. Na Irlanda, a MOTA-ENGIL encontra-se a desenvolver a sua atividade através da MEIC e da GLAN AGUA, tendo estas empresas alargado a sua presença ao mercado do Reino Unido.

Na gestão de resíduos, o GRUPO marca presença através da EGF e da SUMA, assegurando toda a cadeia de valor desde a limpeza urbana, à recolha, tratamento e valorização de resíduos, com tecnologia desenvolvida adicionalmente na produção de energia (*waste-to-energy*).

ÁFRICA

Angola, Moçambique, Malawi, África do Sul, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Zâmbia, Zimbabué, Uganda, Ruanda, Tanzânia, Guiné Conacri, Camarões e Costa do Marfim.

África é um mercado natural para o GRUPO MOTA-ENGIL por uma longa e reconhecida experiência num percurso iniciado em Angola em 1946.

Com uma posição ímpar em África, assegurada por um investimento permanentemente renovado na capacidade de mobilização de recursos para a realização de projetos de elevada dimensão, a MOTA-ENGIL ÁFRICA detém uma perspetiva estratégica de longo prazo e um horizonte alargado de atuação, procurando aprofundar parcerias para a realização de projetos de infraestruturas em áreas tão diversas como Transportes e Logística, Energia, *Oil & Gas*, Mineração e Ambiente.

Com uma posição de liderança em Moçambique e no Malawi, e com a expansão para novos mercados do espaço da SADC, a MOTA-ENGIL ÁFRICA detém capacidade técnica e financeira para desenvolver projetos à medida dos seus clientes, no sentido de elevar o continente africano à dimensão das suas potencialidades.

AMÉRICA LATINA

México, Peru, Brasil, Colômbia, República Dominicana, Paraguai, Aruba e Chile.

A MOTA-ENGIL marca presença na América Latina desde 1998, tendo iniciado a sua atividade no Peru, mercado onde detém competências e meios para atuar em toda a fileira da construção e em que ocupa um lugar no Top 4 no setor de Engenharia e Construção.

Acreditando no potencial da América Latina, o GRUPO promoveu a expansão da sua presença para mercados como o México, Brasil e Colômbia, efetuando projetos de construção de referência, contando igualmente no seu portfólio com concessões de autoestradas numa rede de mais de 1.000 km.

No México, a MOTA-ENGIL está a desenvolver projetos de infraestruturas de relevante dimensão em diversas valências técnicas como a construção de autoestradas, o Metro de Guadalajara, hospitais e outros edifícios, tendo ainda presença no Ambiente através da GISA, e no setor de geração de energia através da FÉNIX, o primeiro operador privado neste Mercado.

No Brasil, e através da EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL, sediada em Belo Horizonte, o GRUPO está a expandir a atividade nas áreas de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, tendo também atividade no setor do Ambiente, através da CONSITA.

Como operador regional de referência nas infraestruturas, a MOTA-ENGIL alargou a sua presença em 2016 a mercados como a República Dominicana, Paraguai, Aruba e Chile.

(ii) Áreas de Negócio

A MOTA-ENGIL desenvolve um vasto leque de atividades associado à conceção, construção, gestão e operação de infraestruturas, detendo uma longa e reconhecida experiência, associada a um elevado *know-how* técnico para o desenvolvimento de diversas áreas, tais como:

Engenharia e Construção

Líder em Portugal e com uma posição destacada em diversos mercados da Europa, África e América Latina, o GRUPO desenvolveu projetos de construção em mais de 40 países, afirmando a competência técnica demonstrada em cada projeto e construindo uma reputação de excelência em áreas técnicas da construção civil e obras públicas, destacando-se na construção de infraestruturas diversas como estradas, autoestradas, aeroportos, portos, barragens, edifícios, ferrovia, eletromecânica, fundações e geotecnia, entre outras especialidades.

Gestão de Resíduos

Com uma participação maioritária na SUMA, empresa constituída em 1995 para a gestão e recolha urbana de resíduos em Portugal, a MOTA-ENGIL concretizou a ambição de liderar este setor, atuando de forma crescente em Angola, Moçambique, Cabo Verde, México, Brasil, Omã e Costa do Marfim.

Por outro lado, o GRUPO MOTA-ENGIL atua, através da EGF, no tratamento e valorização de resíduos, assegurando a capacidade para desempenhar toda a cadeia de valor na gestão de resíduos, detendo tecnologia de vanguarda no tratamento e valorização orgânica de resíduos, bem como na produção de energia através da captação de biogás em aterro e da central de valorização energética.

Energia

O GRUPO MOTA-ENGIL foi o primeiro operador privado no setor da geração de energia no México, detendo um conjunto de ativos em exploração através da FÉNIX com uma capacidade de produção de 288 MW e que poderá ser ampliada para os 2.000 MW.

Em Portugal gerou em 2017 cerca de 540 GWH de energia nas diversas instalações das empresas do universo EGF.

Multisserviços

De forma a complementar a atividade de construção e gestão de infraestruturas, a MOTA-ENGIL desenvolve igualmente atividade na área da manutenção através da MANVIA, uma empresa de referência em Portugal e com atuação em África e no Norte da Europa.

Na área de arquitetura paisagística, o GRUPO marca presença através da VIBEIRAS, líder em Portugal neste segmento e com obras de relevância em África.

Concessões de Infraestruturas de Transportes

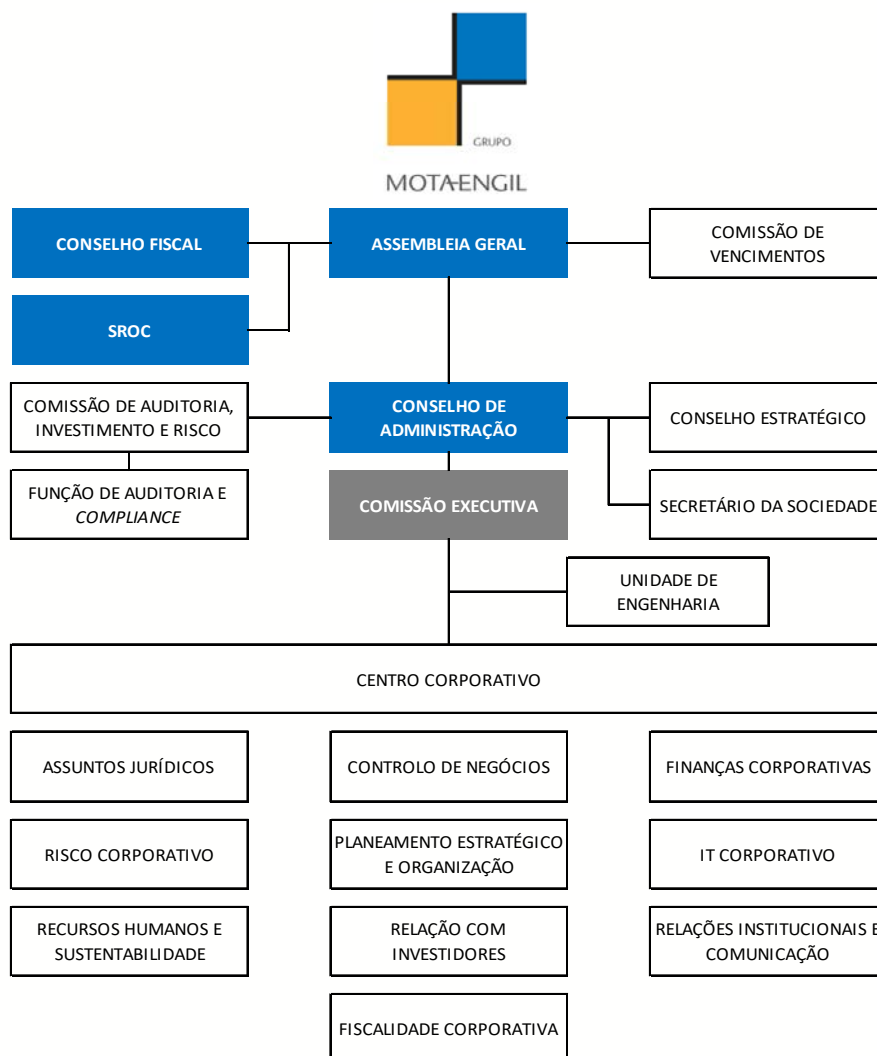
A MOTA-ENGIL assume uma importante posição na gestão de concessionárias de infraestruturas rodoviárias com atividade em Portugal, Espanha, Brasil, México, Moçambique e Colômbia.

Mineração

A MOTA-ENGIL encontra-se a desenvolver nesta área projetos em África e na América Latina, beneficiando da longa experiência obtida na realização de projetos de construção civil e de movimentação de terras para algumas das maiores companhias mineiras mundiais, destacando-se as operações em Moçambique, no Malawi, no Peru e no Brasil.

3.4. Modelo de governação do Grupo

O modelo de governação do GRUPO pode ser esquematizado como se segue:



Informação pormenorizada sobre o modelo de governação do GRUPO pode ser consultada no relatório sobre as práticas de Governo Societário que integra o relatório e contas consolidadas de 2017.

3.5. Gestão de risco

O processo de gestão de risco é parte integrante do sistema de controlo interno e consiste no desenvolvimento de políticas e procedimentos de gestão com o objetivo de assegurar a criação de valor, a salvaguarda dos ativos, o cumprimento de leis e regulamentos e um ambiente de controlo que assegure o cumprimento dos valores éticos do GRUPO e a fiabilidade da informação relatada.

Deste modo, a gestão de riscos no GRUPO MOTA-ENGIL assenta num processo integrado e transversal ao GRUPO, que se pretende que seja evolutivo na permanente identificação e controlo da exposição aos diferentes tipos de riscos inerentes à sua atividade, considerando a diversidade de negócios e geografias em que marca presença e promovendo o estudo e implementação de estratégias de mitigação dos principais riscos.

No presente capítulo apresentamos as estruturas responsáveis pela análise e acompanhamento do processo de gestão de riscos, identificando os principais riscos a que o GRUPO está exposto no exercício da sua atividade.

Organização

A gestão global de riscos do GRUPO MOTA-ENGIL é da competência da Comissão Executiva e dos Órgãos de Administração e Fiscalização. Ao nível da Comissão Executiva, a área de responsabilidade da Função de Risco Corporativo é atribuída a um Administrador Executivo.

Existe ainda uma Comissão especializada, a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, que, reportando ao presidente do Conselho de Administração, tem como principal função apreciar políticas de investimento e risco de negócios e projetos do GRUPO, examinar e emitir pareceres sobre projetos de investimento ou desinvestimento, emitir pareceres sobre a entrada e saída em novas áreas de negócio e novos mercados e monitorizar operações financeiras e societárias relevantes, assegurando a devida independência dos órgãos de gestão dependentes da Comissão Executiva.

A Função de Auditoria e *Compliance* abrange todas as áreas, processos e atividades das empresas que constituem o GRUPO, e tem como principal missão contribuir para a concretização dos objetivos estratégicos, avaliando a conformidade e melhoria contínua da eficácia e controlo interno dos processos de gestão do GRUPO e também apoiar na prevenção e mitigação, tanto de riscos de controlo como de riscos de *compliance*, que se traduzem no risco de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação em consequência da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas, promovendo o respeito do GRUPO e dos seus colaboradores por todo o normativo aplicável através de uma intervenção independente, em conjunto com todas as unidades orgânicas do GRUPO.

Assim, os principais riscos a que o GRUPO está exposto e que em seguida se abordam são acompanhados pelos reportes internos dos responsáveis das áreas de negócio e pelos relatórios, pareceres e recomendações daquela comissão, em conjugação com as informações elaboradas pelos titulares das funções corporativas.

Procurando assegurar o permanente reforço do sistema de controlo interno, a integração do processo e o respetivo alinhamento ao nível das três linhas de defesa, são ainda realizadas com periodicidade mensal reuniões entre as áreas corporativas de Risco e de Auditoria e *Compliance*, tendo por objetivo refletir sobre o nível de exposição de risco do GRUPO e a avaliação do cumprimento dos normativos existentes e em vigor.

Monitorização de Grandes Projetos

Acresce, para os projetos de maior dimensão, o processo corporativo de Monitorização de Grandes Projetos, o qual é partilhado na sua responsabilidade pelas funções corporativas de Unidade de Engenharia, Controlo de Negócios e Risco Corporativo e cujo objetivo estabelecido é o de efetuar um acompanhamento regular de projetos com elevado impacto na performance do GRUPO, garantindo uma visão 360° sobre o desenvolvimento do projeto ao nível da HOLDING, reforçando assim a visibilidade e o controlo sobre potenciais riscos e áreas de atuação prioritárias.

A promoção da visão 360° é um dos aspetos fundamentais do processo, combinando diferentes tipos de monitorização:

- Técnica – análise regular de riscos técnicos e operacionais;
- Económico-financeira – análise regular do desempenho dos projetos face ao previsto;
- Outros riscos – identificação e monitorização de riscos relacionados com a atividade comercial, operacional e com o contexto externo.

No desenvolvimento do processo foram definidos os critérios de elegibilidade dos projetos a monitorizar, que se traduzem no acompanhamento regular e periódico de projetos nas três regiões de atuação prioritária: Europa, África e América Latina.

As diferentes áreas envolvidas neste processo, Unidade de Engenharia, Controlo de Negócios e Risco Corporativo, funcionam como uma equipa multidisciplinar, permitindo a realização de uma avaliação complementar e rigorosa sobre os principais riscos e oportunidades inerentes aos projetos, assim como fornecerem uma perspetiva sobre os riscos futuros.

Estas monitorizações, promovidas num sentido colaborativo, porém rigoroso e independente na análise, têm por objetivo contribuir para a identificação de potenciais eventos de risco, bem como para apoiar na tomada de decisões que mitiguem o risco e, se possível melhorar a rentabilidade do próprio projeto.

Gestão de Riscos Transversais

No domínio específico dos riscos transversais a que o GRUPO está exposto, compete à Função de Risco Corporativo assegurar uma análise independente dos vários riscos, tendo por suporte uma matriz de risco aprovada pela Comissão Executiva, revista anualmente, bem como monitorizar através de vários parâmetros de risco e de modelos especificamente produzidos o perfil de atuação do GRUPO.

A matriz de riscos transversais do GRUPO MOTA-ENGIL assume-se como uma ferramenta de trabalho na monitorização sistemática do grau de risco implícito nas diferentes dimensões de riscos a que o GRUPO se encontra exposto. Deste modo, foram definidas várias etapas chave que definem a construção e manutenção da matriz de riscos transversais do GRUPO, das quais destacamos:

- Identificação dos principais riscos de negócios com impacto na rentabilidade do GRUPO;
- Avaliação com as áreas Corporativas e Regiões do histórico na performance de cada KPI selecionado;
- Definição do *Risk Appetite*;
- Definição do Objetivo Estratégico para cada Tipologia de Risco; e
- Avaliação, Monitorização e Definição das medidas de mitigação e seus resultados.

O processo de gestão de risco, coordenado pela Função de Risco Corporativo, é caracterizado pelas seguintes macro atividades:

- Recolha de informação sobre os KPI definidos: monitorizar os riscos definidos como prioritários;
- Avaliação de níveis de risco identificados nos KPI: definir prioridades de atuação;
- Estimativa de impactos e probabilidades associados: aprofundar a análise de riscos;
- Definição de medidas de mitigação: minimizar a exposição ao risco; e
- Reporte e discussão em Comissão Executiva: reportar principais riscos e medidas de mitigação.

A Função de Risco Corporativo produz Relatórios Trimestrais, os quais são analisados pela Comissão Executiva, permitindo assim analisar as principais recomendações emitidas e decidir as ações necessárias para mitigar os principais riscos sinalizados, sendo cada reporte partilhado com a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco.

O procedimento de acompanhamento permanente e de reporte trimestral permitem naqueles relatórios apresentar e detalhar os níveis de exposição a cada um dos principais riscos identificados ao longo do ano, assim como as medidas de mitigação implementadas.

Riscos conjunturais

O risco-país, aferido sobre as diferentes dimensões para cada um dos mercados onde o GRUPO marca presença, encontra-se associado a alterações ou perturbações específicas de natureza política, económica ou financeira, podendo impedir o cumprimento dos objetivos estratégicos do GRUPO.

Com uma exposição geográfica diversificada e com profunda maturidade na maioria dos mercados, o GRUPO tem ainda assim procurado, ao longo dos últimos anos, promover uma expansão em países integrados nas regiões em que se encontra, colocando na Comissão Executiva e no Conselho de Administração a responsabilidade final de conceder a necessária validação de todo e qualquer projeto de investimento em novos mercados, constituindo, por si só, e ainda que complementada com níveis de análise técnica e económico-financeira, uma premissa organizacional promotora de um efetivo sistema de controlo interno, mitigadora de riscos e promotora de um alinhamento estratégico a todos os níveis do GRUPO.

Quanto à avaliação do risco-país, e iniciando a análise por Portugal, verificámos ao longo do ano de 2017 uma estabilização da economia portuguesa, que apresentando uma melhoria dos indicadores de crescimento económico e de redução do défice público registou a saída do procedimento de défice excessivo e o regresso ao nível de investimento, atribuído por duas das principais agências de rating internacional, o que tem permitido o financiamento da economia portuguesa a taxas de juros muito competitivas e progressivamente mais próximas das principais economias da Zona Euro, refletindo-se assim um menor nível de risco percecionado pelo mercado de dívida.

A permanência, pelo Banco Central Europeu (BCE) do programa “Quantitative Easing” e a sinalização de que o mesmo se manterá em 2018, conferem às economias da Zona Euro a estabilidade e a garantia para continuarem a beneficiar de taxas de juro historicamente baixas nas suas operações de refinanciamento e emissão de dívida.

Em África, assistimos em 2017 a uma melhoria do ambiente económico em alguns dos mercados mais relevantes da atividade do GRUPO, em parte promovida pelo aumento significativo do preço das *commodities*, nomeadamente o petróleo, o que permitiu registar um crescimento significativo do investimento privado, promovendo em consequência um aumento de forma significativa na carteira de encomendas do GRUPO nesta Região, antecipando-se uma tendência de crescimento para o próximo ano.

O desempenho na América Latina registou um crescimento muito significativo, tendo permitido concretizar o objetivo de maior equilíbrio no contributo das diferentes regiões para a atividade global do GRUPO, mitigando assim riscos de dependência de mercados de maior relevância, criando ao invés uma estrutura mais sólida e capaz de reagir a contextos adversos, estando assim o GRUPO mais capacitado, pela sua diversidade, a assegurar o objetivo de crescimento e geração de valor de forma mais sustentável.

Gestão do Risco Financeiro

O GRUPO MOTA-ENGIL, pela sua diversificação geográfica, com presença em 3 Continentes e 28 países, está exposto a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque os riscos de taxa de juro, cambial, liquidez e de crédito.

A política de gestão dos riscos financeiros do GRUPO visa minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados financeiros. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção e medidas concretas e efetivas de gestão.

A atividade de gestão do risco financeiro é coordenada pela Função de Finanças Corporativas, a qual coordena e monitoriza a gestão de tesouraria e da carteira de dívida, com o apoio e suporte da Função Corporativa de Controlo de Negócios, e desenvolve-se de acordo e em conformidade com as orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, com intervenção consultiva da Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, não deixando de ser uma responsabilidade das administrações de cada uma das unidades de negócio do GRUPO.

A postura do GRUPO relativamente à gestão dos riscos financeiros é conservadora, recorrendo, quando aconselhável, a instrumentos de cobertura de riscos, sempre na perspetiva de que estes se relacionem com a atividade normal e corrente, não assumindo nunca posições em derivados ou outros instrumentos financeiros que se revistam de carácter especulativo.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão pretendem assegurar a prossecução do mesmo objetivo, isto é, a salvaguarda dos ativos, e a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

Risco de taxa de juro

A política de gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, pretende controlar e mitigar o risco de se incorrer em perdas resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira do GRUPO, maioritariamente denominada em euros. Refira-se a este nível que a estratégia de alocação da dívida aos mercados locais, próxima da geração de *cash-flows*, tem contribuído para uma diversificação de moedas em termos de tomada de dívida, ainda que contratadas de forma muito significativa em moedas como o euro e o dólar ou a estas indexadas.

Mais recentemente, face à estagnação a que têm estado votadas as taxas de juro de curto e médio longo prazo, estáveis em mínimos históricos, têm sido realizadas com menor expressão novas operações de cobertura deste risco. No entanto, nos casos em que as maturidades dos empréstimos são longas, o GRUPO continua a analisar e a contratar níveis de cobertura que assegurem possíveis alterações futuras das taxas de juro, mantendo-se o GRUPO atento à inversão de tendência que certamente acompanhará a inevitável retoma das economias nos anos que se avizinham.

Risco de taxa de câmbio

O GRUPO MOTA-ENGIL operacionaliza os seus negócios a nível internacional, contando com diversas empresas em diferentes jurisdições, estando por isso exposto ao risco de taxa de câmbio.

Refira-se que ao nível da análise do risco de taxa de câmbio, existe um acompanhamento contínuo e sistemático das variações a que o GRUPO está sujeito. Este acompanhamento é da responsabilidade das Funções de Finanças Corporativas e de Controlo de Negócios, que consolidam e reportam a informação de todas as empresas presentes nas diversas geografias, quer ao nível de fluxos, saldos e dívida.

A exposição do GRUPO MOTA-ENGIL ao risco de taxa de câmbio resulta sobretudo da presença de várias das suas participadas em diversos mercados, que trazem novos desafios, com a exposição a diferentes moedas.

A política de gestão do risco de taxa de câmbio tem por objetivo a redução da volatilidade nos investimentos e nas operações expressas em moeda externa (moedas que não o euro), contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

O risco de taxa de câmbio no GRUPO sintetiza-se de duas formas:

- Risco de transação: risco associado aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos financeiros registados na demonstração da posição financeira, em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e os fluxos de tesouraria.
- Risco de translação: riscos associado a flutuações no valor do capital investido nas empresas estrangeiras do GRUPO, devido a alterações de taxas de câmbio.

Em termos de gestão do risco de taxa de câmbio, procura-se, sempre que possível ou aconselhável, realizar coberturas naturais de valores em exposição pelo recurso a dívida financeira denominada na moeda externa em que se expressam os valores em risco. Sempre que tal não se revele possível ou adequado, promove-se a contratação ou realização de outras operações baseadas em instrumentos derivados, estruturadas, numa lógica de minimização do seu custo, nomeadamente para cobertura de riscos em transações cambiais futuras, com grande grau de certeza quanto a montante e data de realização. Salienta-se, por outro lado, que uma parte significativa dos contratos executados pelos GRUPO é denominada em euros ou em dólares americanos, sendo, sempre que possível, indexado o câmbio ao valor de contrato registado em moeda nacional, com vista a eliminar qualquer risco de volatilidade com perda de valor.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam assegurar os meios financeiros necessários para solver compromissos no momento em que estes se tornam exigíveis.

A política de gestão do risco de liquidez do GRUPO MOTA-ENGIL tem por objetivo garantir que existem fundos disponíveis (saldos e fluxos financeiros de entrada) a cada momento no GRUPO e nas suas participadas, suficientes para que estes possam fazer face, em devido tempo, a todos os compromissos financeiros assumidos (fluxos financeiros de saída).

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes medidas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro ao GRUPO numa ótica de longo prazo, independentemente do contexto que possa condicionar os negócios;
- Contratação e manutenção de linhas de crédito excedentárias de curto prazo, que se constituem como reservas de liquidez, disponíveis para utilização a todo o momento;
- Realização de um rigoroso planeamento financeiro por empresa, concretizado na elaboração e revisão periódica de orçamentos de tesouraria, possibilitando a previsão antecipada de excedentes e défices futuros de tesouraria, e a otimização e gestão integrada de fluxos financeiros entre participadas do GRUPO;
- Financiamento dos investimentos no médio e longo prazo, adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento à capacidade de geração de fluxos de caixa de cada projeto ou empresa;
- Início do processo de negociação dos refinanciamentos de empréstimos de médio e longo prazo a vencer no ano, com pelo menos um ano de antecedência sobre a respetiva maturidade;
- Manutenção de uma estrutura de dívida nas empresas com níveis de financiamento no médio e longo prazo situados entre os 60% a 70%, reduzindo assim a sua dependência de fundos mais voláteis de curto prazo, criando-se alguma imunização a fatores conjunturais dos mercados financeiros;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o ciclo de libertação de meios e do grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos pelo GRUPO;
- Procura de novas fontes de financiamento e de novos financiadores, com o objetivo de:
 - Diversificação geográfica – captação de recursos nos diversos mercados em que o GRUPO desenvolve atividade;
 - Diversificação de instrumentos de dívida – captação de fundos junto de fontes alternativas, reforçando o objetivo estratégico de uma maior desintermediação bancária.

Relativamente aos instrumentos de dívida, o GRUPO conseguiu em 2017 alargar o nível de relacionamento bancário com entidades financeiras nos mais diversos países de atuação, aumentando as suas fontes de financiamento na banca comercial.

Merecem igualmente destaque as operações de venda de ativos não *core*, nomeadamente a venda de concessões da LINEAS, que geraram, em 2017, a captação de recursos relevantes para a atividade do GRUPO, em linha com o impacto gerado em 2016 com a venda dos ativos das áreas Portuária e Logística e da INDAQUA.

Risco de crédito

A política de gestão do risco de crédito tem por objetivo garantir que as participadas do GRUPO promovem a efetiva cobrança e recebimento dos seus créditos sobre terceiros nos prazos estabelecidos e/ou negociados para o efeito.

A mitigação deste risco é conseguida preventivamente, antes da exposição ao risco, pelo recurso a entidades fornecedoras de informação e perfis de risco de crédito que permitam fundamentar a decisão de concessão de crédito.

Posteriormente, depois de concedido o crédito, é promovida a manutenção de estruturas de controlo de crédito e cobrança, implementadas ao nível de cada mercado, e, nalguns casos mais particulares, promove-se o recurso à contratação de seguros de crédito junto de reputadas companhias de seguros especializadas. Estas medidas contribuem para a manutenção dos créditos sobre clientes dentro de níveis não suscetíveis de afetar a saúde financeira das participadas do GRUPO.

O desenvolvimento significativo da atividade do GRUPO em África e na América Latina, foi em parte promovido pelo desenvolvimento de uma estratégia comercial próxima e dirigida a um elevado e crescente número de clientes, espalhados por diversas áreas de negócio e polos geográficos, o que mitiga o risco.

Adicionalmente, regista-se o facto de alguns dos maiores projetos que o GRUPO tem em curso terem como promotores alguns dos maiores conglomerados privados a nível mundial, o que confere uma segurança acrescida ao nível da solidez financeira e de cobertura de crédito, existindo ainda de forma crescente o apoio de entidades multilaterais em África e na América Latina, como financiadoras de projetos de infraestruturas promotoras de desenvolvimento económico e social, em áreas como o Ambiente, a Energia e a Logística, o que assegura um conforto adicional ao nível do risco de crédito.

Apesar da tendência reforçada nos últimos anos para o desenvolvimento de projetos de dimensão superior, o GRUPO tem uma dispersão muito significativa do seu relacionamento comercial, contando muitas vezes nesses projetos com o pagamento de adiantamentos que permitem reduzir de forma significativa o risco de crédito.

Riscos operacionais

Tratam-se de riscos complementares aos dos negócios *core* e também financeiros do GRUPO, nas várias regiões e mercados onde este atua, associados a ativos físicos, contencioso, execução e cumprimento de processos, sistemas de informação, recursos humanos entre outros.

Riscos sobre ativos físicos

Os riscos de incidentes sobre ativos físicos podem decorrer de causas externas ou internas, podendo traduzir-se em perda de valor para o GRUPO sobre a forma de perdas de lucro ou pagamento de indemnizações, ameaçando colaboradores ou terceiros, equipamentos ou a indisponibilidade de outros ativos. No GRUPO MOTA-ENGIL existem várias áreas, corporativas e de negócio, que acompanham estes riscos, gerindo e mitigando-os, através da implementação das melhores práticas ao nível de políticas de operação, inspeção e prevenção, bem como planos de continuidade para eventos inesperados, assegurando-se ainda a transferência de risco através de seguradoras e outros agentes especializados neste mercado.

Riscos Legais

Os riscos legais são essencialmente os decorrentes do exercício da própria atividade do GRUPO, da assunção de obrigações jurídicas cujo risco não tenha sido devidamente avaliado, e ou minimizado, podendo gerar impactos financeiros ou aumento da litigância, bem como os riscos jurídicos emergentes da diversidade dos ordenamentos jurídicos, nos quais o GRUPO está representado, assim como a exposição a níveis de litigância elevados.

A política de gestão dos riscos legais tem por objetivo garantir que as empresas do GRUPO, no exercício da sua atividade, cumprem as normas e regulamentos aplicáveis, e que ao nível das negociações e contratação, bem como de operações de fusões e aquisições, são assessoradas por advogados, *in-house* e ou externos, com vista a ser efetuada uma prévia avaliação do risco jurídico inerente à operação em causa, e bem assim, a serem encontradas soluções legalmente admissíveis, de limitar o risco, a níveis aceitáveis pelos órgãos de Administração do GRUPO.

O GRUPO exerce atividade em diversos países, com sistemas jurídicos distintos e com características locais próprias, pelo que o risco emergente desta diversidade legal é mitigado pela preocupação de ter os projetos, negociações e contratação acompanhados por advogados locais, conhecedores e habilitados nos sistemas jurídicos em causa, com vista a ser dado cumprimento a todas as normas e regulamentos aplicáveis.

Todo o GRUPO é monitorizado do ponto de vista jurídico e do respetivo risco de contencioso laboral, administrativo, civil e fiscal que se possa traduzir quer em danos económicos quer em danos reputacionais. Adicionalmente, existe um acompanhamento especial para a execução dos projetos de maior dimensão e complexidade técnica e financeira, bem como com o contencioso de maior valor e ou de maior risco, através da prestação de informação trimestral, reportada à respetiva Função Corporativa pelos mercados e regiões, procurando-se desta forma ter sempre informação rigorosa e atualizada, e bem assim, poderem ser atempadamente identificadas situações jurídicas que careçam de maior intervenção e acompanhamento, com vista a minimizar os seus efeitos.

Para minimizar o risco de o GRUPO atingir níveis de litigância elevados, é efetuada a gestão pré-contenciosa dos litígios com vista a, sempre que possível, obter a sua resolução extrajudicial.

Riscos Regulatórios

Considerando a presença em diferentes mercados, o GRUPO assegura ao nível técnico e operacional que cada empresa e cada unidade de negócio dá cumprimento às normas legais estabelecidas em cada mercado, assegurando a sua devida habilitação técnica e legal para os projetos a que se propõe no âmbito das negociações decorrentes de cada projeto.

A MOTA-ENGIL SGPS, está cotada na bolsa de valores portuguesa, no principal índice, o PSI-20, pelo que inerentemente encontra-se ao abrigo da supervisão da Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM).

Ainda no âmbito da supervisão dos mercados financeiros, existem também obrigações da MOTA-ENGIL SGPS que se encontram cotadas na bolsa do Luxemburgo, cuja supervisão está ao abrigo da *Commission de Surveillance du Sector Financier*.

O GRUPO, através das suas participadas, cumpre nas suas diversas áreas de negócio com as exigências normativas e regulatórias próprias, sendo objeto de acompanhamento permanente, não tendo sido alvo de qualquer processo nem admoestação por parte das Entidades de Supervisão.

A Função Corporativa de Auditoria e *Compliance* tem um papel preponderante na manutenção do cumprimento dos diversos normativos e regras aos quais o GRUPO tem a obrigação de cumprir.

A avaliação da conformidade das políticas e procedimentos, da eficácia dos controlos internos e do apoio na prevenção e mitigação tanto de riscos de controlo como de riscos de *compliance*, implementados pela gestão do GRUPO, são objeto de verificação, o que se traduz numa análise de risco das sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação em consequência da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas.

Para além do cumprimento legal e regulatório associado às atividades exercidas em cada mercado por parte das empresas participadas do GRUPO, cada colaborador é igualmente sensibilizado a praticar as normas estabelecidas no Código de Ética e de Conduta cuja última versão foi aprovada em 2017, e que se encontra disponível no sítio da empresa, em www.mota-engil.com.

Risco de Sistemas de Informação

Empresas globais como o GRUPO MOTA-ENGIL dependem fortemente da área de tecnologia da informação (TI) para executarem os seus processos e operações nos diversos negócios e geografias onde atuam, assim como para assegurar a devida fiabilidade nos processos de controlo e reporte. Para tal, o GRUPO trabalha constantemente com o objetivo de proceder à uniformização de plataformas de forma a aumentar o grau de confiança da utilização das TI e a transversalidade dos processos.

Atendendo à crescente complexidade da infraestrutura de tecnologias no GRUPO, presente em diferentes geografias, a segurança da informação tornou-se uma função essencial da missão das TI.

A governação da segurança da informação tem diferentes especificidades e um conjunto próprio de requisitos. Neste sentido, o GRUPO definiu uma política de governação ao nível da gestão dos dados, acessos, identificação de perfis, políticas de supervisão e monitorização dos mesmos, como suporte ao sistema de controlo interno, tendo ainda reforçado a qualidade de segurança dos seus sistemas, alinhando-os com as melhores práticas internacionais.

Para tal o seu Plano de Recuperação de Desastres tem sido monitorizado por forma a melhorar a capacidade de resposta a um eventual evento com impacto sobre as suas infraestruturas de TI.

Risco Ambiental

A gestão do risco ambiental é coordenada pelas áreas de Qualidade e Ambiente das diferentes empresas do GRUPO, as quais se encontram comprometidas com a adoção de práticas sustentáveis e eficientes em todas as vertentes da atividade.

Neste sentido, a MOTA-ENGIL tem vindo a reforçar as ações desenvolvidas no âmbito da promoção de comportamentos responsáveis e proactivos, distribuindo valor partilhado para os negócios, ambiente e sociedade, em áreas consideradas como prioritárias, tais como a Gestão de Resíduos e a Preservação de Recursos.

Risco de saúde e segurança no trabalho e risco laboral

A gestão do risco de segurança e saúde no trabalho (“SST”) é coordenada pelas áreas de SST das diferentes empresas do GRUPO, garantindo um enquadramento eficaz para prevenir e minimizar acidentes e problemas de saúde, num setor de atividade onde a sinistralidade assume um carácter absolutamente incontestável, sendo esta a preocupação máxima do GRUPO MOTA-ENGIL.

Estando a saúde e a segurança dos colaboradores no centro da ação da MOTA-ENGIL, a formação e as medidas preventivas constituem a base da atuação das áreas de SST. Por outro lado, o GRUPO dispõe de programas proactivos de avaliação de riscos que atuam no desenvolvimento de medidas de controlo, tais como:

- Formação inicial em segurança no trabalho, realizada na fase de acolhimento e integração de novos colaboradores;
- Informação aos colaboradores sobre os riscos que se apresentam nos postos de trabalho e sobre a conduta preventiva a adotar;
- Formação em *standards* de gestão da segurança das equipas;
- Implementação de medidas de autoproteção;
- Manutenção de apólices de seguro de acidentes de trabalho;
- Realização de auditorias de verificação dos *standards* de segurança e saúde;
- Elaboração da avaliação de riscos;
- Investigação e análise de acidentes de trabalho; e
- Realização de exames de saúde.

3.6. Análise do desempenho ambiental

No Anexo 10 a este relatório encontram-se discriminados os indicadores ambientais GRI4 do GRUPO associados ao seu desempenho em 2017.

Saúde e Segurança Pública

Sendo a Saúde e a Segurança Pública um direito de todos os cidadãos e um dever a ser observado, esta matéria reveste-se de especial importância para o GRUPO, na medida em que afeta intrinsecamente o bem-estar social. Com representatividade intercontinental, a MOTA-ENGIL participa ativamente na promoção de medidas de controlo da saúde e segurança das comunidades onde se insere, coresponsabilizando-se pelo aumento do conforto das diferentes comunidades envolventes. Como exemplo, destacam-se os programas desenvolvidos em parceria com o Instituto de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina de Lisboa, num Programa de Vigilância Epidemiológica Ambiental.

No âmbito da avaliação dos efeitos ambientais são desenvolvidos pelo GRUPO um conjunto de programas de monitorização que abraçam diversas áreas, tais como a qualidade do ar, o ruído, as águas, os ecossistemas terrestre e estuarino da área envolvente, bem como a monitorização psicossocial e de vigilância da saúde pública da população. Concretamente na área da saúde ambiental, são avaliados parâmetros de saúde e prevenção da doença de grupos populacionais da envolvente, designadamente através de três componentes de vigilância: a biológica, a de fatores de risco e a de efeitos adversos (metodologia de monitorização e implementação do programa a cargo do Instituto de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina de Lisboa).

Paralelamente, e sendo também parceira empresarial no Programa Doutoral em Saúde Ambiental do Instituto de Saúde Ambiental, da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, o GRUPO colabora num programa que visa a promoção de uma estreita articulação entre o ambiente académico e o meio empresarial, em colaboração bidirecional, capaz de suportar o desenvolvimento de investigação científica e, simultaneamente, responder às reais necessidades das empresas.

Utilização de energias renováveis e/ou não renováveis

Numa sociedade absolutamente marcada pelas preocupações ambientais, o recurso às energias renováveis tornou-se um marco de referência para a MOTA-ENGIL no âmbito da preservação da natureza e do meio envolvente. Dada a minimização do impacto ambiental que proporcionam, bem como a sua sustentabilidade a longo prazo, as energias renováveis são o garante para um meio ambiente mais saudável. Consciente desta realidade, a MOTA-ENGIL destaca-se ao nível das *renewable energies*.

Emissões de gases com efeito de estufa

Ao longo dos anos, as emissões de gases com efeito de estufa têm vindo a adulterar a composição química da atmosfera, permitindo que se acentue a retenção das radiações emitidas pela superfície terrestre e prejudicando, gradualmente, o equilíbrio térmico do planeta.

Perante um problema tão atual, a utilização de energias renováveis é encarada, pela MOTA-ENGIL, como um fator capaz de minimizar, a longo prazo, as alterações climáticas provocadas pela poluição do ar, sendo um importante fator de controlo do efeito de estufa e contribuindo, decisivamente, para a preservação da natureza. Neste sentido, e tendo o dever ético e moral de focar as suas ações na promoção de um meio ambiente mais neutro, a MOTA-ENGIL esforça-se, todos os anos, por reduzir e dirimir as emissões de gases com efeito de estufa na atividade das diversas empresas do GRUPO.

Utilização da água

Utilizada para os mais diversos fins, a água assume primordial importância na atividade do GRUPO, o qual vem adotando medidas frequentes de combate ao excesso do consumo de água, em todos os seus setores de atividade, promovendo e incentivando a racionalização do seu uso.

Com os seus negócios dispersos por 3 continentes a MOTA-ENGIL destaca-se com um conjunto elucidativo de ações de sensibilização, realizando investimentos em quase três dezenas de países. Desencadeando e promovendo comportamentos que conduzem à proteção ambiental, tais como o aproveitamento da energia térmica das Centrais de Valorização Energética para o aquecimento das instalações e o uso racional da água, o GRUPO depara-se com uma preocupação constante e assertiva nesta matéria.

Exemplo disso mesmo é a parceria realizada com a EPAL, trabalhando em conjunto para uma “única educação ambiental”, incentivando o uso eficiente da água e partilhando boas práticas ambientais. Revigorando esta parceria, as duas empresas esforçam-se por desenvolver uma estratégia comum em toda a área geográfica abrangida por ambas. No âmbito da Comunicação e Educação Ambiental, e coexistindo um plano conjunto de iniciativas comuns a implementar junto da população, o trabalho será realizado com as escolas, numa primeira fase, dirigindo-se, posteriormente, a outros tipos de público, com campanhas integradas e focadas especificamente na temática do consumo de água da torneira. Com este protocolo, para além da partilha dos recursos de comunicação, poderão também ser realizadas, em conjunto, candidaturas a projetos no âmbito de programas de apoio internacionais.

Numa ótica diferente, e encetando uma parceria num projeto inovador no tratamento de águas lixivantes, é aplicada uma tecnologia revolucionária que combina uma etapa de oxidação química a um sistema de tratamento biológico e ainda a uma etapa de afinação do efluente tratado através de fotobioreatores (algas). Este projeto traduz-se no seu essencial na instalação de uma linha de tratamento de águas lixivantes da tecnologia “ALGAMATER”, com a capacidade de 150 m³/d.

Paralelamente, o GRUPO MOTA-ENGIL destaca a campanha realizada em torno da monitorização da qualidade da água, a qual tem por objetivo o acesso a água potável às comunidades. Sendo a água o elemento mais importante para a subsistência das espécies, e sendo a sua disponibilidade cada vez menor, torna-se necessário garantir a sua correta utilização e disponibilização a um maior conjunto possível de pessoas, com a melhor qualidade possível. Neste sentido, a MOTA-ENGIL volta a reforçar o apoio e envolvimento próximo com as populações locais, trabalhando em conjunto com entidades estatais e privadas de forma a garantir um controlo eficaz e a transmitir confiança aos consumidores finais.

Poluição atmosférica

As alterações climáticas, resultantes das mais diversas fontes de contaminação atmosférica, representam uma das maiores ameaças ao equilíbrio dos nossos ecossistemas. O resultado de políticas ambientais desapropriadas, sem regulamentação adequada, provocou um estado de alerta em que vivemos atualmente.

Portadora de valências e de *know-how* transversais aos mais diversos setores de atividade, a MOTA-ENGIL coloca-se na vanguarda pelo respeito do meio em que se insere, promovendo as boas práticas ambientais.

Consciente da importância de planear e executar medidas de combate à poluição atmosférica, a MOTA-ENGIL assume uma atitude proativa nesta matéria, fazendo refletir a sua preocupação junto das comunidades envolvidas, com real impacto nas gerações futuras.

Nesse sentido, e com a perfeita noção de que a educação ambiental é uma parte importante do desenvolvimento das novas gerações, desenvolveu o programa *Tierra Arcoiris*, destinado a escolas primárias e pré-primárias do meio rural, da zona norte de Léon (México), abrangendo 702 crianças, de 11 escolas locais. Este programa tem como objetivo a sensibilização e consciencialização para a preservação e regeneração dos recursos naturais, para a proteção da vida animal e vegetal, bem como para a redução dos níveis de contaminação gerados pelas pessoas. Com a sua meta bem definida, tem um forte enfoque na criação de uma cultura amigável para o meio ambiente, destacando a importância do cuidado da água, da terra, do ar, da flora e da fauna, bem como a relevância da reciclagem.

Investimentos efetuados no ano nesta área

Assumindo um papel de relevo no seu setor de atividade e tendo a plena consciência de que os aspetos ambientais não se dissociam da vida e das necessidades humanas, a MOTA-ENGIL assume como essencial o investimento em formação a este nível (3.500 horas de formação desenvolvidas em 2017), estando os objetivos formativos devidamente alinhados com as orientações estratégicas do GRUPO.

3.7. Análise do desempenho relativo aos aspetos sociais e aos trabalhadores

Aplicação das principais convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Com uma forte presença internacional e conciliando com um mercado de trabalho que já não se coaduna com as fronteiras nacionais, a MOTA-ENGIL leva em consideração as convenções e recomendações da OIT, que abrangem todas as matérias relacionadas com o trabalho, nomeadamente na defesa dos direitos dos trabalhadores, estando estas patentes em todos os relacionamentos com os Governos locais e com as organizações de empregadores.

Neste âmbito, a MOTA-ENGIL mantém o seu compromisso de respeitar, promover e cumprir, de boa-fé, os princípios relativos aos direitos fundamentais no trabalho:

- Não se registaram, no interior de qualquer uma das empresas do GRUPO, situações de discriminação, estando completamente salvaguardada, por outro lado, a prática dos direitos associativos do foro laboral, mormente a liberdade de associação e de negociação coletiva, o que corresponde, de resto, a um imperativo de natureza constitucional e legal;
- Não existem, no GRUPO, quaisquer situações de trabalho infantil ou forçado: a MOTA-ENGIL proíbe quaisquer situações que envolvam ou que estejam relacionadas com trabalho infantil, forçado ou escravo. Paralelamente, e de igual modo, a MOTA-ENGIL veda a contratação ou parceria em negócios com empresas que praticam tais atos. Nesse sentido, para assegurar o disposto acima, o GRUPO dispõe nos seus contratos cláusulas que preveem tais impedimentos;
- Os trabalhadores ou entidades subcontratadas envolvidas em questões de segurança de instalações e salvaguarda dos seus bens (não existem no GRUPO trabalhadores ou entidades subcontratadas envolvidas em missões de segurança pessoal) respeitam, nas suas interações pessoais, os direitos legalmente consagrados em cada espaço geográfico onde exercem as suas funções;
- Refira-se, por último, que o GRUPO MOTA-ENGIL não exerce, habitualmente, atividade em qualquer território onde estejam ou possam estar em causa os direitos das populações ou povos indígenas.

Condições de trabalho

Reconhecidas as reais vantagens inerentes ao equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal, a MOTA-ENGIL considera fundamental incentivar e precaver a harmonia e o bem-estar que o trabalhador necessita para desempenhar as suas funções. Perante realidades distintas, dependendo das diversas geografias em que se encontra, a MOTA-ENGIL vai moldando cada uma das comunidades de acordo com os valores que considera imprescindíveis na relação entre empregador e trabalhador, tomando como missão o bem-estar, quer dos seus trabalhadores, quer dos seus familiares.

Numa preocupação crescente com os mais elevados padrões de saúde e segurança no trabalho, a MOTA-ENGIL procura promover espaços laborais organizados e estruturados, reforçando, sempre que necessário, a utilização de equipamentos de proteção coletiva e individual, desde que aconselháveis ou obrigatórios para o exercício das suas funções. Numa outra vertente, o GRUPO preocupa-se, ainda, em criar condições de trabalho motivadoras e compensadoras para os seus colaboradores, mediante políticas remuneratórias e de incentivo que favoreçam a excelência e o mérito.

Diálogo social

Muitas das boas práticas laborais que atualmente conhecemos foram conquistadas por via do diálogo social. Esta forma de promover consensos entre o Governo, os representantes dos trabalhadores e os empregadores tem vindo a alcançar, ao longo dos anos, grandes feitos históricos e sociais, sendo um garante da paz laboral e contribuindo para um crescimento económico sustentável.

A MOTA-ENGIL, aberta e recetiva ao diálogo social, pauta-se pela igualdade de oportunidades e de tratamento no acesso ao emprego, designadamente, no que respeita a critérios de seleção e a condições de contratação, bem como a formação e reconversão profissionais, incluindo a aquisição de experiência prática.

Respeito pelos direitos dos trabalhadores

No exercício das suas funções, todos os trabalhadores têm os mesmos direitos. Sendo esta a base da relação bipartida, empregador vs trabalhador, o respeito por este axioma promove a confiança nas relações laborais, e devolve à sociedade a igualdade que outros conquistaram.

Ao longo dos tempos, e fortemente marcada pela sua presença internacional, a MOTA-ENGIL transporta para várias comunidades nas quais se insere o fiel respeito pela garantia dos direitos dos seus trabalhadores, assegurando, em especial, os direitos fundamentais inseridos na relação de emprego:

- Cumprimento da legislação laboral e assunção de práticas laborais não discriminatórias;
- Atribuição de retribuição justa e adequada, paga de forma pontual;
- Tratamento pautado pelo respeito e educação;
- Promoção de igualdade de oportunidades na progressão de carreira;
- Prestação de formação contínua, com vista a desenvolver a sua qualificação profissional;
- Garantia de ambiente de trabalho seguro;
- Garantia do direito ao exercício de cargos com estruturas representativas de trabalhadores;
- Garantir boas condições de trabalho, do ponto de vista físico e moral;
- Contribuição para o aumento da produtividade e empregabilidade do trabalhador;
- Prevenção de riscos e doenças profissionais, tendo em conta a proteção da segurança e saúde do trabalhador;
- Garantia de condições de trabalho que favoreçam a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal.

Direito à informação e à consulta

Um bom relacionamento laboral resulta, em grande parte, de diálogos abertos e trocas de opiniões fundamentadas. Deste modo, o direito à informação e à consulta que o trabalhador dispõe, garante a este o legítimo conhecimento da atividade económica da EMPRESA, bem como da evolução do emprego e de medidas preventivas.

Com uma disponibilidade total para o diálogo com os seus trabalhadores, a MOTA-ENGIL faculta a todos os colaboradores as informações necessárias e responde, sempre que solicitada, às problemáticas que lhe são colocadas.

Respeito pelos direitos sindicais

Sendo parte integrante dos direitos humanos, e um princípio aplicável a todos os trabalhadores, o direito sindical assenta, sobretudo, na proteção dos trabalhadores e encontra a sua maior força no diálogo social. Estando a MOTA-ENGIL a operar em diversas áreas de negócio, vem mantendo com os mais diversos representantes sindicais uma abertura ao diálogo, fomentando as boas relações laborais.

Medidas adotadas quanto à saúde e à segurança no trabalho

À entidade empregadora compete assegurar e promover boas condições de saúde e segurança no trabalho, incentivando e despoletando a adoção de medidas nesta matéria, vinculadas aos princípios gerais da prevenção e às normas legislativas em vigor.

Através das mais diversas ações, a MOTA-ENGIL cumpre e faz cumprir todas as disposições legais, disponibilizando, a todos os trabalhadores, o acesso aos mais altos padrões de saúde e segurança no trabalho, promovendo frequentemente formações complementares nesta matéria, bem como ações de sensibilização em prol desta temática. Por sua vez, os equipamentos de proteção coletiva e individual são usados para neutralizar a ação dos agentes ambientais e para garantir que os colaboradores não serão expostos a doenças ocupacionais que possam comprometer a sua capacidade de trabalho e de vida, protegendo desta forma a sua integridade física e incrementando a sua saúde ocupacional.

Destacamos, nesta matéria, a consecução de um milhão de horas trabalhadas sem acidentes de trabalho com tempo perdido, no âmbito da realização do Projeto "Presença de Relaves - Etapa 2". Se considerarmos a totalidade das horas desde a etapa número 1 do projeto, esta conquista ultrapassa já os três milhões de horas sem acidentes, sendo um exemplo do compromisso assumido pela MOTA-ENGIL com a segurança e o bem-estar de todos os seus colaboradores.

Diálogo com as comunidades locais e/ou ações realizadas com vista a assegurar a proteção e desenvolvimento dessas comunidades

Presente em três continentes, e transportando consigo uma experiência inigualável nas relações institucionais e pessoais, a MOTA-ENGIL congratula-se por manter um diálogo aberto e confiante com as comunidades locais, promovendo o desenvolvimento cultural e social, apoiando na criação de infraestruturas básicas e estando sempre disponível para prestar auxílio nas situações de maior fragilidade das comunidades envolvidas.

Com vastíssimas provas dadas em todas as regiões onde marca presença, a MOTA-ENGIL destaca-se com uma vertente muito forte de interação e desenvolvimento local.

Sendo o reflexo de uma estratégia sustentável firme e consistente, a MOTA-ENGIL MÉXICO voltou a ser reconhecida como *Empresa Socialmente Responsável*®2017, mantendo um desempenho sólido em temas sociais, ambientais e governamentais. A condecoração recebida simboliza o forte compromisso organizacional com a responsabilidade social, sendo este (ESR®) o maior reconhecimento de Responsabilidade Social no México.

Manifestando a sua ação pelas comunidades dispersas pelos três continentes onde opera, a MOTA-ENGIL deixa a sua marca em cada um dos locais, intervindo intrinsecamente nas comunidades e no meio ambiente através de:

- Doação de bens, alimentos e equipamentos a famílias carenciadas;
- Consciencialização para o tema da deficiência em crianças e apoio a entidades prestadoras de cuidados;
- Doação de materiais pedagógicos a instituições de apoio a crianças e jovens com perturbações, tais como síndrome de *Down*, autismo, perda auditiva e défice cognitivo;
- Prestação de apoio a pessoas vítimas de doenças neurológicas;
- Doação de material pedagógico a instituições de ensino;
- Recolha e entrega de brinquedos e vestuário infantil a famílias carenciadas;
- Disponibilização de materiais de construção às comunidades envolvidas, contribuindo para remodelações e obras locais;
- Criação de oportunidades de emprego local, apoio social e realização de formações comunitárias;
- Promoção de oficinas de autoemprego para cônjuges dos colaboradores;
- Entrega de "Despesas Mensais" a colaboradores com dificuldades financeiras;
- Contribuição para a inserção social de pessoas em situação de exclusão;

- Doações monetárias e em espécie, apoiando as vítimas de catástrofes naturais ocorridas nos diferentes países, complementando com ações para minimização do impacto dos desastres ocorridos;
- Doação de artigos de dormitório e material ortopédico a instituições de apoio social;
- Disponibilização de pessoal e equipamentos para trabalhos de limpeza e melhoramentos de arruamentos e espaços exteriores/desimpedimento de linhas de água;
- Campanhas de sensibilização de saúde e jornadas de incentivo à dádiva de sangue;
- Voluntariado em prol da proteção da natureza (limpeza de praias e matas) e desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental (reciclagem, uso racional de energia e água, entre outras);
- Ações de formação e sensibilização quanto à igualdade de género, trabalho infantil, assédio sexual, tráfico humano, riscos de segurança e saúde nas comunidades envolventes.

Promoção da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos trabalhadores, bem como o exercício dos direitos de proteção na parentalidade

A conciliação entre a vida profissional e pessoal, necessidade emergente das transformações sociais e empresariais decorridas ao longo dos últimos anos, acentuou a responsabilidade social das empresas nesta matéria, sendo imprescindível que as empresas fomentem a conciliação da vida pessoal e familiar dos seus trabalhadores, contribuindo para uma melhor produtividade no local de trabalho e incrementando o bem-estar pessoal e social.

Neste sentido, e enquanto GRUPO com princípios de sustentabilidade, a MOTA-ENGIL assume, cada vez mais, a promoção da conciliação do trabalho e da vida familiar e pessoal integrando na sua gestão políticas e práticas nestes domínios. Prestando benefícios diretos a trabalhadores e a familiares, o GRUPO MOTA-ENGIL, por intermédio da Fundação Manuel António da Mota, atribui apoios e serviços de consultoria financeira aos colaboradores e famílias mais carenciadas, assegura o patrocínio de serviços de saúde e bem-estar (tais como promoção de atividades desportivas e culturais), bem como estabelece com entidades de renome protocolos com serviços de natureza variada, nas áreas da educação, saúde e lazer e com benefícios extensíveis ao agregado familiar.

Em paralelo, o Clube de Vantagens MOTA-ENGIL permite o acesso a uma ampla rede de parceiros privilegiados, permitindo aos colaboradores o acesso facilitado a condições preferenciais em instituições bancárias, seguros, combustíveis, hotéis, ginásios, cuidados de saúde, farmácias, espetáculos, lojas, telecomunicações, energia, entre outros serviços e produtos.

Aspetos relativos à não discriminação e ao respeito pelos direitos humanos

No interior de qualquer uma das empresas do GRUPO não se registaram situações de discriminação, estando completamente salvaguardada, por outro lado, a prática dos direitos associativos do foro laboral, mormente a liberdade de associação e de negociação coletiva, o que corresponde, de resto, a um imperativo de natureza constitucional e legal.

Todos os colaboradores devem demonstrar tolerância e respeito pelas culturas, opiniões e estilos de vida diferentes dos seus colegas, ponderando sempre de que forma o seu comportamento poderá afetar os outros. Todos estão proibidos de adotar qualquer conduta discriminatória, de intimidação, assédio ou agressão física ou psicológica no local de trabalho. A intimidação no local de trabalho é conduta inaceitável de um colaborador face a outros colaboradores, tendo os supervisores e gestores especial responsabilidade de promover um ambiente de trabalho que promova a honestidade, a integridade, o respeito e a confiança.

A MOTA-ENGIL é um empregador que confere oportunidades iguais nas suas práticas de contratação e promoção, nos benefícios e nos salários e não tolera qualquer discriminação contra qualquer pessoa com base na raça, religião, cor, género, idade, estado civil, nacionalidade, orientação sexual, cidadania ou incapacidade ou por qualquer outro motivo proibido por lei, aquando do recrutamento, contratação, colocação, promoção ou qualquer outra condição de emprego. Todos têm direito à igualdade de oportunidades e a um tratamento equitativo baseado no mérito.

O GRUPO MOTA-ENGIL respeita e promove os direitos humanos em todos os contextos culturais, socioeconómicos e geografias onde opera, respeitando as respetivas tradições e culturas e promovendo o apoio às comunidades locais de acordo com os interesses específicos de cada região e repudia todo e qualquer ato que atente contra a dignidade da pessoa humana.

Gestão do Capital Humano do Grupo

A política de Recursos Humanos constitui um pilar central no suporte ao desenvolvimento, diversificação e expansão internacional do GRUPO MOTA-ENGIL. Alinhada com o plano estratégico StepUp 2020, a política de Recursos Humanos encontra-se estruturada em 4 eixos:

- Cultura de mérito: A Ambição é um valor intrínseco ao ADN da MOTA-ENGIL e, nesse sentido, promove-se uma filosofia assente na gestão e reconhecimento do mérito, que encoraje as suas Pessoas a procurar novos desafios, a crescer e a superar barreiras.

- Reforço da cultura e modelo organizacional: Sob o lema “um só Grupo, um só Projeto, uma só Estratégia”, a MOTA-ENGIL investe na implementação de um modelo organizacional uniforme e transversal ao GRUPO, que seja um elemento facilitador da comunicação, que incremente a eficiência dos processos e incentive a mobilidade entre mercados e regiões.

- Desenvolvimento e transversalidade de competências: “Somos o que fazemos” - A MOTA-ENGIL acredita que o principal fator distintivo reside nas Pessoas, na experiência e *know-how* acumulados, na diversidade e na inteligência distribuída dentro do GRUPO e, nesse sentido, atua na preparação, capacitação e desenvolvimento das competências dos seus colaboradores de modo a garantir a transversalidade do conhecimento dentro da MOTA-ENGIL.

- Mobilidade global de quadros: Os desafios da diversificação e internacionalização do GRUPO têm exigido, crescentemente, a capacidade de transformar a mobilidade num vetor ímpar para a presença do GRUPO junto dos Clientes, Parceiros e Comunidades e um fator de coesão, intercâmbio e crescimento das suas Pessoas.

Esta é a força da MOTA-ENGIL: É pelas Pessoas e com as Pessoas que o GRUPO prosseguirá o seu caminho de afirmação no Mundo.

Caraterização dos Colaboradores da Mota-Engil

Distribuição dos Colaboradores por Região

	Número	%
Holding	340	1%
Europa	8 840	30%
África	11 888	40%
América Latina	8 792	29%
Total Grupo	29 860	100%

Distribuição dos Colaboradores por Região e Género

	Mulheres		Homens	
	Número	%	Número	%
Holding	174	51%	166	49%
Europa	1 271	14%	7 569	86%
África	1 117	9%	10 771	91%
América Latina	821	9%	7 971	91%
Total Grupo	3 383	11%	26 477	89%

Distribuição dos Colaboradores por Região e Faixa Etária

	18 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	≥ 50 anos
Holdings	13%	32%	26%	29%
Europa	10%	25%	31%	34%
África	26%	39%	22%	13%
América Latina	26%	36%	24%	14%
Total Grupo	21%	34%	25%	20%

Distribuição dos Colaboradores por Região e Antiguidade

	< 3 anos	3 a 10 anos	10 a 20 anos	≥ 20 anos
Holdings	25%	25%	26%	24%
Europa	35%	24%	31%	10%
África	74%	15%	8%	4%
América Latina	90%	8%	1%	1%
Total Grupo	67%	16%	13%	5%

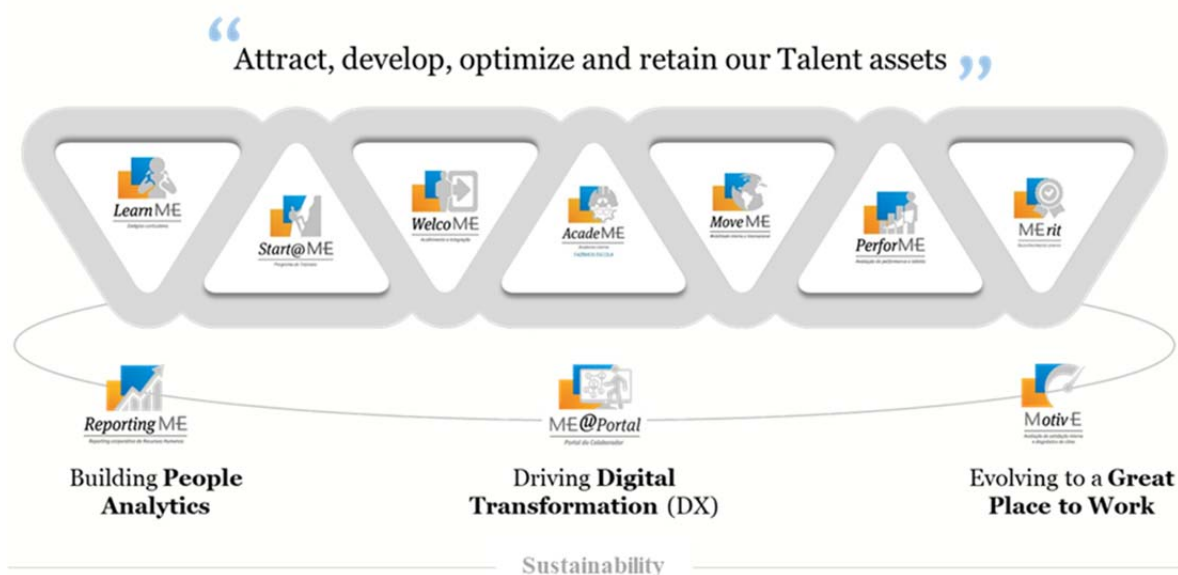
Distribuição dos Colaboradores por Região e Nível de Habilitações

	Básico	Secundário	Superior
Holdings	19%	27%	53%
Europa	58%	22%	20%
África	66%	27%	7%
América Latina	44%	39%	17%
Total Grupo	56%	29%	15%

Distribuição dos Colaboradores Mobilizados por Região

	Mulheres		Homens		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Europa	4	4%	101	96%	105	8%
África	49	5%	863	95%	912	73%
América Latina	17	7%	213	93%	230	18%
Total Grupo	70	6%	1 177	94%	1 247	100%

Apostando numa gestão de talento capaz de cobrir o ciclo de vida do Colaborador, o *HR Corporate roadmap* assume uma posição crítica na gestão e desenvolvimento do Capital Humano do GRUPO, garantindo o desenvolvimento contínuo da empresa e das suas pessoas.



LearnME

No contexto de atração e recrutamento de talento jovem, será de realçar o investimento realizado, em 2017, no sentido de reforçar o programa corporativo LearnME, através da parceria celebrada entre a MOTA-ENGIL e a Universidade de Princeton.

Esta iniciativa pretende não só captar alunos interessados em realizar um estágio curricular ou de verão num dos negócios do GRUPO, contribuindo ativamente nos projetos e desafios propostos, como também acolher grupos de estudantes que pretendam conhecer a MOTA-ENGIL, proporcionando assim uma oportunidade de contacto e de aproximação ao mercado de trabalho.

Através desta nova parceria, a MOTA-ENGIL assume um claro compromisso na captação de futuros profissionais com elevado potencial para os seus mercados, reforçando, também, o seu *employer brand* junto de uma rede alargada de universidades altamente reputadas em todo o mundo.

Start@ME

Em 2017, foi lançada a 6ª edição do programa Start@ME (1ª edição ocorreu em 2009), que visa atrair e integrar jovens talentos em início de carreira profissional, promovendo o seu alinhamento com a Cultura e Valores do GRUPO e a sua integração nos vários mercados e diferentes unidades de negócio, oferecendo, assim a oportunidade de abraçar novos e determinantes desafios para o futuro.

Nesta edição, a MOTA-ENGIL recebeu mais de duas mil candidaturas ao programa, conduzindo à seleção e integração de 133 jovens *Millennials* (com uma representatividade de 41% do género feminino), de diferentes instituições e áreas de estudo, para os vários negócios e mercados do GRUPO.

É pressuposto claro do programa impulsionar o desenvolvimento individual e proporcionar um vasto leque de experiências e aprendizagens, através do contacto com os diferentes negócios, o conhecimento de metodologias e soluções inovadoras, uma rede alargada de *networking*, bem como o desenvolvimento de competências críticas em contexto internacional, essenciais para o seu processo de crescimento pessoal e profissional. Para esse efeito, o GRUPO apostou numa fase intensa de acolhimento e integração, de um total de três semanas, onde os estagiários foram convidados a assistir a múltiplas palestras e formações, visitar obras, bem como superar os diversos desafios propostos, perfazendo um total de mais de 11 mil horas de formação.

Com um índice de satisfação global de 86% e uma taxa de retenção de 96%, à data presente, esta edição revela ser um enorme sucesso, com um forte compromisso e envolvimento das várias partes interessadas, contribuindo, por um lado, para o crescimento sustentável do GRUPO e, por outro lado, para o desenvolvimento holístico destes jovens talento.

AcadeME

Convicta de que a criação de valor se concretiza em grande medida através da valorização do seu Capital Humano, a MOTA-ENGIL continua a privilegiar a diversidade dos perfis e a troca de experiências e conhecimentos dentro do GRUPO e, nesse sentido, atua na preparação, capacitação e desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores, intervindo transversalmente em termos de *know-how* e competências internas capazes de acrescentar valor para o negócio.

São estes os pilares do AcadeME, uma iniciativa com um claro posicionamento estratégico – no valor acrescentado ao negócio, bem como no envolvimento próximo e na capacitação das várias equipas abrangidas –, assegurando deste modo o crescimento sustentável do GRUPO. Tratando-se de uma academia interna, o AcadeME pretende disseminar o conhecimento existente no GRUPO, reforçando determinadas áreas e temas críticos para o negócio, com o objetivo de desenvolver competências *core* nos quadros futuros do GRUPO. Neste âmbito, as sessões levadas a cabo tiveram como objetivo a reflexão crítica acerca das melhores práticas e soluções do mercado, a partilha de experiências e conhecimentos, bem como a aquisição e desenvolvimento de *know-how* e de competências consideradas críticas para a atividade do GRUPO. Para garantir a aplicação transversal deste programa, esta iniciativa foi desmultiplicada pelos vários negócios e mercados onde o GRUPO atua, reforçando desta forma a vantagem competitiva da MOTA-ENGIL nos vários setores de atuação.

Para além do desenvolvimento de competências técnicas, a MOTA-ENGIL promove também um conjunto de ações de formação no âmbito das *soft skills*, competências transversais essenciais para o relacionamento do colaborador com todos os que o rodeiam.

Deste modo, o investimento em formação levado a cabo em 2017 pelo GRUPO cumpre o duplo objetivo de valorizar e impulsionar o desenvolvimento dos seus colaboradores e, conseqüentemente, contribuir para o crescimento sustentável da MOTA-ENGIL, reforçando a sua posição líder nos vários setores de atuação.

PerforME

O Programa de Performance Corporativo tem como missão apoiar a gestão e o desenvolvimento dos seus colaboradores, assegurando o alinhamento das prioridades estratégicas do negócio com as políticas e práticas de Gestão de Recursos Humanos.

Assumindo o papel ativo do colaborador no seu próprio desenvolvimento profissional, esta abordagem aposta numa interação próxima entre o colaborador e a chefia, com vista a garantir a persecução dos objetivos estabelecidos, bem como o acompanhamento e otimização do desempenho do colaborador ao longo do ano.

Com vista a uma gestão de talento descentralizada, transparente e com base na meritocracia, o GRUPO MOTA-ENGIL expande o seu processo de Gestão e Avaliação de Desempenho aos vários negócios e geografias onde marca presença através da plataforma *Success Factors*.

Esta ferramenta, ancorada no eixo “*Driving Digital Transformation*” do *roadmap* corporativo, é uma solução integradora e líder de mercado no que toca aos processos de gestão e desenvolvimento de talento, abrangendo as diversas etapas do ciclo de vida do colaborador, desde a sua atração e recrutamento, à gestão de carreira e reconhecimento interno.

Sendo uma solução *cloud*, tem a vantagem de permitir o acesso via *smartphone*, *tablet* ou *laptop* aos colaboradores nela integrados em qualquer parte do mundo, dentro ou fora do GRUPO.

Com esta plataforma, a MOTA-ENGIL pretende ainda promover uma rede colaborativa entre as diferentes empresas/mercados, incentivando o espírito de grupo, maximizando as sinergias e o intercâmbio entre os diferentes colaboradores das empresas do GRUPO.

MeritME

No âmbito de prémios e reconhecimentos externos, a MANVIA voltou a ser reconhecida, em 2017, como empresa de excelência na Gestão de Recursos Humanos, tendo alcançado o 3º lugar no ranking das Grandes Empresas, numa iniciativa despoletada pela Human Resources Portugal, Executive Digest e o INDEG-ISCTE, parceiros da Neves de Almeida | HR Consulting.

Depois do 4º e 5º lugar nas edições de 2016 e 2015, respetivamente, este prémio representa para a MANVIA e para o GRUPO MOTA-ENGIL um importante reconhecimento para consolidar e credenciar o modelo de gestão de talento em vigor, assente na valorização do capital humano.

3.8. Fundação Manuel António da Mota (“Fundação”)

Enquadramento geral

A Fundação é um importante instrumento da política de responsabilidade social do GRUPO MOTA-ENGIL, enquanto expressão organizada e sistematizada de uma gestão ética e socialmente comprometida, em nome de uma cidadania empresarial ativa e participativa.

Instituída pelo GRUPO MOTA-ENGIL e pela família Mota, seu acionista de referência, a Fundação, atenta à sua matriz empresarial, procura ir ao encontro de uma visão estratégica geradora de valor a longo prazo, assente nos princípios mais amplos do desenvolvimento sustentável, concretizados através de uma política de responsabilidade social coerente e estruturada de que é veículo privilegiado.

Com sede na cidade do Porto, tem por fins a promoção, desenvolvimento e apoio a iniciativas de natureza social nos domínios da beneficência e solidariedade social, e de natureza cultural nos domínios da educação, saúde, ambiente, organização e apoio à atividade artística, exercendo a sua ação em todo o território nacional e nos países onde o GRUPO MOTA-ENGIL marca presença.

No cumprimento dos seus fins estatutários, tem como objetivos estratégicos o desenvolvimento social, a atribuição anual do Prémio Manuel António da Mota, o apoio à educação e formação e a promoção da cultura e o acesso à fruição dos bens culturais.

Atividades desenvolvidas pela Fundação em 2017

As principais atividades e projetos desenvolvidos pela Fundação, em 2017, encontram-se descritos de acordo com os seus objetivos estratégicos.

- Desenvolvimento Social:

Tendo em vista contribuir para o desenvolvimento social das comunidades onde a MOTA-ENGIL exerce a sua atividade, a Fundação concedeu apoios financeiros a diversas instituições que desenvolvem as suas atividades em diversas áreas como a deficiência, saúde, idosos, crianças e jovens, habitação, desporto, comunidade e solidariedade internacional, cujo montante global ascendeu a 97 mil euros.

Para além da atribuição destes donativos, a Fundação desenvolveu novos projetos e deu continuidade a outros promovidos, quer individualmente, quer em parceria com outras entidades públicas e privadas, que a seguir se descrevem.

Em 2017 foi criado o programa “Uma obra, um projeto”, visando a realização de um conjunto de iniciativas de carácter social em grandes empreendimentos onde o GRUPO MOTA-ENGIL se encontre envolvido, pelos impactos de natureza económica, social e ambiental decorrentes da sua realização.

De destacar, a este respeito, o início dos trabalhos de reabilitação de habitações no concelho de Vila Pouca de Aguiar a favor de famílias carenciadas e a realização de uma campanha de prevenção contra o cancro cutâneo que teve lugar na obra “Túnel de Gouvães – Barragem do Alto Tâmega”.

A campanha de prevenção do cancro cutâneo, realizada em colaboração com a Associação Portuguesa de Cancro Cutâneo, envolveu a realização de ações de formação, sensibilização e prevenção junto dos trabalhadores e principais responsáveis da obra, distribuição de folhetos, de materiais informativos e de um kit de prevenção. Foram instalados dispensadores de protetor solar com instruções de utilização nos refeitórios e dormitórios das obras. Foi ainda recomendada a utilização de roupa adequada, como a utilização de manga comprida e uso de óculos de sol. Estas medidas serão de implementação progressiva nas obras da MOTA-ENGIL com forte exposição solar, fazendo parte dos equipamentos de proteção individual (EPI).

No âmbito do protocolo de colaboração entre a Fundação Manuel António da Mota, a Fundação Montepio e a Empresa Mobilidade Positiva, especialista na conceção e estudo de soluções para pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, foram identificadas e apoiadas várias situações de cidadãos deficientes ou com incapacidade temporária e em situação de carência económica. Através deste protocolo, as entidades intervenientes pretendem dar resposta aos pedidos de apoio que recebem regularmente de cidadãos nessas condições, ajudando a financiar parcial ou integralmente a aquisição de ajudas técnicas/produtos de apoio, incluindo a intervenção na esfera habitacional dos beneficiários para garantir as indispensáveis condições de mobilidade. Em 2017, a Fundação despendeu neste programa, designado Mobilidade Integrada, cerca de 22 mil euros.

Sendo a habitação uma das suas prioridades de intervenção, a Fundação manteve o protocolo celebrado com a Associação Habitat for Humanity Portugal, associando-se ao seu trabalho, tendo em vista viabilizar a construção ou recuperação de habitações de famílias carenciadas, em especial no concelho de Amarante, território a que a MOTA-ENGIL se encontra ligada por fortes laços simbólicos e institucionais. A Habitat for Humanity Portugal é uma ONG que tem como princípio fundamental promover iniciativas no âmbito da solidariedade social, visando contribuir para eliminar a degradação habitacional e apoiar famílias carenciadas na obtenção de habitações adequadas e condignas. A mobilização de voluntários do GRUPO MOTA-ENGIL para participar nos trabalhos de reconstrução e a oferta de materiais de construção, contam-se ainda entre as modalidades de apoio. Em 2017, o contributo da Fundação ultrapassou os 30 mil euros.

Visando a coesão social urbana e a promoção de condições habitacionais condignas a favor dos mais idosos, a Fundação e a Câmara Municipal do Porto celebraram em 2011 um protocolo denominado “Porto Amigo” que visa a realização de obras de adaptação e de melhoria das condições de habitabilidade da população sénior dependente da cidade do Porto, em situação de pobreza e que reside em habitação própria ou arrendada. Em 2012, com a inclusão do Grupo de Ação Social do Porto (G.A.S. Porto) nesta parceria, foi alargada a área de intervenção através do apoio no domínio psicossocial e acompanhamento continuado dos beneficiários do projeto. Em 2017 foi reformulado o protocolo com a inclusão da Associação “Just a Change”, que se dedica à reabilitação de casas de pessoas em situação de carência habitacional, recorrendo a voluntários universitários. A Fundação despendeu cerca de 20 mil euros, neste projeto, em 2017.

Na área da saúde, a Fundação manteve em vigor o protocolo celebrado em 2011 com o Instituto Português de Oncologia do Porto e o Núcleo Regional do Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro tendo em vista criar linhas de apoio social ao doente oncológico, nomeadamente as que decorrem de situações de carência socioeconómica e psicossocial suscetíveis de agravar o seu bem-estar e qualidade de vida, colocar em risco a eficiência do acompanhamento clínico ou contribuir para o isolamento ou exclusão social. Manteve também a sua vigência o protocolo assente nos mesmos objetivos, assinado em 2015 com o Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil (IPOCFG), o Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro e o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC). A Fundação, contribui anualmente com um apoio de 15 mil euros em cada protocolo.

No âmbito do apoio social aos colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL, a Fundação desenvolveu novos programas em 2017 e manteve em vigor os programas desenvolvidos em anos anteriores, tendo despendido cerca de 127 mil euros do seu orçamento nas seguintes ações:

- Bolsas de Estudo, atribuindo bolsas no valor de 3.000 euros, por ano e por beneficiário, aos estudantes do ensino superior, filhos de colaboradores do GRUPO com menores recursos económicos e que tenham obtido bom aproveitamento escolar;

- Consultório Financeiro, em que disponibiliza um serviço gratuito de aconselhamento e apoio a colaboradores em situação de sobre-endividamento ou em risco de desequilíbrio financeiro, através de um diagnóstico financeiro ou apoio na recuperação financeira;

- Fundo de Apoio Social, instrumento de apoio económico aos colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL e membros do seu agregado familiar, que se destina especialmente a acorrer a eventualidades verificadas na sua esfera pessoal ou familiar de que possa resultar a privação inesperada de rendimentos ou acréscimo de despesas suscetíveis de colocarem em risco a sua segurança e estabilidade económica;

- Novo programa denominado “Primeira Infância” e que consiste na adoção de duas medidas de apoio aos colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL: uma medida destinada a facilitar a frequência de creches, através de bolsas de 500 euros anuais, para colaboradores de menores recursos económicos, com filhos entre os 4 meses e os 3 anos de idade; uma segunda medida que passa pela oferta de um “kit bebé”, composto por um conjunto de bens essenciais aos primeiros cuidados na infância e pela oferta de um “cheque-farmácia”, aos colaboradores que sejam pais ou mães, independentemente da sua condição económica.

No âmbito do voluntariado, a Fundação tem promovido iniciativas em parceria com outras entidades, convidando à participação os colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL. Em 2017, a Fundação contou novamente com a participação de vários voluntários do GRUPO no âmbito do projeto Habitat – na reconstrução de habitações de famílias carenciadas – e no âmbito do projeto Porto de Futuro - na implementação dos programas da Junior Achievement Portugal.

A nível internacional, em 2017, a Fundação passou a integrar o elenco dos instituidores/associados e respetivos órgãos sociais da “Fundación Manuel António da Mota”, entidade de direito mexicano, instituída em 2015, de que são instituidores/associados a MOTA-ENGIL MÉXICO e a MOTA-ENGIL AMÉRICA LATINA.

No Peru, o Prémio “Fundação Manuel António da Mota”, que procura reconhecer criatividade, inovação e boas-práticas nas escolas, teve em 2017 a sua 2ª edição.

- Prémio Manuel António da Mota:

A instituição do Prémio Manuel António da Mota, imperativo estatutário da Fundação, que visa honrar e homenagear a memória do fundador da MOTA-ENGIL, tem como objetivo distinguir todos os anos organizações que se destaquem nos vários domínios de atividade da Fundação.

O Prémio consiste na atribuição de 50 mil euros à instituição vencedora, de 25 e 10 mil euros respetivamente à 2ª e 3ª classificadas, cabendo às restantes 7 finalistas, uma menção honrosa no valor de 5 mil euros.

Em 2017, na 8ª edição do Prémio, retomou-se o tema do combate à pobreza e à exclusão social, com particular enfoque na pobreza infantil, dos jovens e das famílias, acolhendo ainda no seu âmbito as questões da educação e do emprego, com que o tema da pobreza se encontra transversalmente correlacionado, distinguindo instituições que se notabilizaram pelos projetos apresentados nestes domínios.

Foi vencedora a AE20 - Associação para a Educação de Segunda Oportunidade. Com sede em Matosinhos, esta instituição sem fins lucrativos trabalha especialmente com jovens em abandono precoce de educação e formação, com baixas qualificações escolares e profissionais e em risco de exclusão social. Ficou em 2º lugar a Associação RECOVERY IPSS e em 3º lugar o G.A.to – Grupo de Ajuda a Toxicodependentes.

Nas sete anteriores edições, o Prémio teve como temas: o combate à pobreza e à exclusão social, na sua 1ª edição, em 2010; o voluntariado em 2011; o envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações, em 2012; a cidadania europeia, em 2013; a valorização, defesa e apoio à família, em 2014; a inovação social, em 2015; a educação, emprego e o combate à pobreza e exclusão social, em 2016.

- Educação e Formação:

Cumprindo um dos seus objetivos estratégicos, a Fundação, manteve o seu apoio à educação, formação e qualificação de jovens e adultos, em particular junto dos públicos mais desfavorecidos, valorizando o potencial humano e promovendo a inserção social e profissional, através da atribuição de donativos a diversas instituições que ultrapassaram os 69 mil euros.

A Fundação opera também nesta área através do seu Centro de Formação Profissional Manuel António da Mota, que completou 20 anos de atividade em 2017. Este Centro manteve a atividade formativa de acordo com as áreas de qualificação inseridas na certificação obtida junto da Direção Geral do Emprego e Relações de Trabalho (DGERT), bem como no Protocolo assinado com o Instituto do Emprego e Formação Profissional. Os cursos desenvolvidos incluem-se na modalidade de Aprendizagem em alternância que visa a qualificação inicial de jovens. Em 2017, o Centro de Formação teve em funcionamento quatro cursos de formação nas áreas de Técnico de Instalações Elétricas (dois cursos) e Técnico de Refrigeração e Climatização (dois cursos).

- Cultura:

A Fundação concedeu, em 2017, cerca de 32 mil euros a diversas instituições que desenvolvem a sua atividade na área da cultura.

Para além destes donativos, promoveu ainda, em parceria com o Curso de Música Silva Monteiro, a 4ª edição do ciclo de música Culturaviva, privilegiando a presença de jovens intérpretes, procurando assim captar novos públicos e fidelizar os amantes da música que têm acorrido em cada vez maior número aos concertos de entrada gratuita realizados no auditório da Fundação.

- Espaços da Fundação:

A Fundação tem a sua sede na Praça do Bom Sucesso, no interior do renovado Mercado do Bom Sucesso, na cidade do Porto, local onde se instalou a partir de junho de 2013. Ocupa uma área composta por uma zona de trabalho onde funcionam os seus serviços administrativos e de gestão, uma área expositiva polivalente de grandes dimensões, receção e um auditório com capacidade para 136 lugares sentados, totalmente equipado.

A Fundação prossegue uma política de utilização dos seus espaços caracterizada pelo espírito de serviço e abertura à comunidade. Para além da atividade que desenvolve no cumprimento dos seus objetivos estratégicos, a Fundação acolhe regularmente nas suas instalações as organizações da sociedade civil e do terceiro setor que, por insuficiência dos seus recursos materiais ou financeiros, aí queiram realizar reuniões, sessões de trabalho, ações de formação ou outras atividades, podendo fazê-lo livremente, com toda a privacidade e conforto e em condições de gratuidade.

Tirando partido dos seus espaços, a Fundação manteve, em 2017, uma oferta cultural de referência na cidade do Porto com um programa de exposições de entrada gratuita.

3.9. Política e aspetos relativos à igualdade entre mulheres e homens

Descrição da política de diversidade adotada relativamente aos membros dos órgãos de administração e fiscalização, nomeadamente em termos de idade, sexo, habilitações profissionais

A promoção da diversidade constitui uma preocupação na gestão de recursos humanos do GRUPO MOTA-ENGIL, pretendendo-se que esteja refletida ao nível da representação nos órgãos de administração, conforme prevê a Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto, que estabelece o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e nas empresas cotadas em Bolsa.

A totalidade dos elementos que compõem o Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS contemplam um grau académico superior e apresentam uma média de idades na ordem dos 57 anos. Têm assento neste Conselho de Administração três mulheres, estando constituída uma Comissão Executiva composta por oito membros representantes do GRUPO.

Política de diversidade e sua aplicação no GRUPO MOTA-ENGIL

Consolidando uma cultura empresarial orientada pelos valores da igualdade, a MOTA-ENGIL tem em desenvolvimento um Comité para a Igualdade entre homens e mulheres, cuja missão compreende a monitorização das práticas, já em vigor transversalmente no GRUPO, com vista a contribuir para uma gestão socialmente responsável ancorada na igualdade.

É igualmente parte integrante da missão deste Comité a sensibilização dos colaboradores para a apropriação da estratégia do GRUPO para a igualdade entre homens e mulheres, bem como a integração de conteúdos sobre igualdade nas práticas regulares de formação. Com o objetivo de promover um ambiente organizacional baseado no respeito pela integridade e dignidade das pessoas, a MOTA-ENGIL enceta a divulgação, em local apropriado, de informação relativa aos respetivos direitos e deveres em matéria de igualdade e não discriminação em função do sexo, sendo incentivada a partilha de boas práticas com outras empresas, com vista a uma melhoria do clima organizacional e incremento da motivação e satisfação dos colaboradores. De igual modo, e em consonância com o propósito, a MOTA-ENGIL propõe-se a desagregar, na generalidade dos seus instrumentos de comunicação (designadamente, nos diagnósticos e relatórios), a respetiva informação por género.

Ao nível do recrutamento e seleção, estão estruturadas ferramentas e práticas de atuação que visam mitigar riscos de enviesamento de género, sendo ainda de destacar que as ações de divulgação/comunicação se encontram organizadas de modo a promover a igualdade de acesso e participação a homens e mulheres.

Os atuais procedimentos ao nível do sistema de remuneração e recompensas garantem o respeito pelo princípio de salário igual para trabalho de valor igual, estando ele sustentado num modelo de avaliação de desempenho (explanado nas páginas precedentes) objetivo e isento de quaisquer enviesamentos de género.

Resultados no período em referência

Em média, entre os membros do Conselho de Administração, o salário das mulheres (membros não executivos) é inferior em 19% face ao salário médio dos homens.

3.10. Aspetos relativos ao combate à corrupção e às tentativas de suborno

O GRUPO está empenhado em realizar todos os negócios e parcerias com integridade e profissionalismo, de forma justa e honesta, cumprindo com toda a legislação aplicável.

O GRUPO adotou uma política de tolerância zero em relação à corrupção e ao suborno, e proíbe a corrupção ou o suborno em qualquer forma, seja diretamente ou através de terceiros, em qualquer lugar no mundo. A oferta ou aceitação de subornos de qualquer espécie não é tolerável, em qualquer lugar em que o GRUPO marca presença. A MOTA-ENGIL acredita que a sua reputação em termos de integridade é um dos bens mais valiosos e que a corrupção é uma ameaça para o negócio e para os valores do GRUPO.

O objetivo da política acima referida é o seguinte:

- Definir as responsabilidades do GRUPO e as dos seus colaboradores, na observação e defesa da posição da MOTA-ENGIL contra a corrupção e o suborno;
- Garantir o cumprimento das leis, regras e regulamentos anticorrupção e suborno, em qualquer país onde o GRUPO possa vir a realizar negócios; e
- Oferecer informação e orientação sobre como reconhecer e como lidar com questões de corrupção e suborno.

Instrumentos utilizados no combate à corrupção e ao suborno (comunicação e formação)

Para que o Programa de Integridade e *compliance* seja efetivo na MOTA-ENGIL, os itens comunicação e formação são fundamentais. Os valores e diretrizes gerais sobre as principais políticas de integridade e *compliance* adotadas na MOTA-ENGIL estão disponíveis para acesso e são amplamente divulgadas.

Esta política, assim como o Código de Ética e de Conduta Empresarial e os procedimentos de *compliance*, estão disponíveis para acesso no sítio da internet do GRUPO a todos os colaboradores da MOTA-ENGIL, acionistas, partes interessadas e sociedade em geral.

Adicionalmente, os conteúdos dos mesmos são repassados periodicamente em versões mais sintéticas que favoreçam a plena comunicação desta política de modo a garantir:

- Aos gestores da MOTA-ENGIL uma plena compreensão desta política de modo que possam atuar como educadores das suas equipas;
- Aos colaboradores com atribuições específicas que obrigam a conhecimento especializado sobre determinados temas da política; e
- A todos os colaboradores para assegurar o conhecimento e para promover o compromisso em atuar nos negócios da MOTA-ENGIL de forma ética, íntegra e transparente.

Comunicação

Abaixo descrevem-se algumas das iniciativas de divulgação das políticas de *compliance* nas unidades da MOTA-ENGIL:

- Envio de Ordem de Serviço sobre o tema. A Ordem de Serviço é um meio de comunicação formal da MOTA-ENGIL, enviada a todos os colaboradores, sempre assinada por um membro do Conselho de Administração. Geralmente comunica a implementação de uma diretriz;
- Divulgação do tema por e-mail e cartazes/panfletos que indicam os canais de denúncia e de dúvidas sobre *compliance*;
- Nas formações, conforme descrito no item “Formação”;
- Nas reuniões de administração para acompanhamento do status de implementação do Programa de Integridade e *Compliance*.

Formação

A MOTA-ENGIL possui um plano de aprendizagem, incluindo a formação sobre *compliance*, que tem como objetivo formar os colaboradores sobre o conteúdo e aspetos práticos do Programa de Integridade e *Compliance*.

As formações acontecem:

- Na entrada do colaborador no GRUPO;
- Na revisão de políticas e procedimentos do Programa de Integridade e *Compliance*;
- Periodicamente através de informações, reuniões, etc;
- Reciclagem anual baseada, nomeadamente, numa plataforma digital de formação *online*.

A formação obrigatória para todos os colaboradores contempla os seguintes temas:

Conteúdo	
Ética e Conduta Empresarial	Apresentação do Código de Ética: O que é o Código de Ética, Visão, Missão e Valores da MOTA-ENGIL, Responsabilidades no trabalho, Proteção dos recursos e informações da empresa, Práticas leais, Relações de trabalho, Infrações ao Código de Ética, etc.
Política de Integridade e <i>Compliance</i>	Posição do GRUPO contra a corrupção e suborno (política de tolerância zero); Orientações sobre como reconhecer e como lidar com questões de corrupção e suborno, etc.
Comunicação de Irregularidades	Como comunicar uma irregularidade (canais e formas de comunicação). Investigação e tratamento das denúncias e não-retaliação.

Todo o conteúdo das formações é transmitido aos colaboradores não só de forma teórica, mas também com situações práticas de forma a resolver eventuais dilemas. Todas as formações geram uma lista de presenças que permanece arquivada na unidade de negócio.

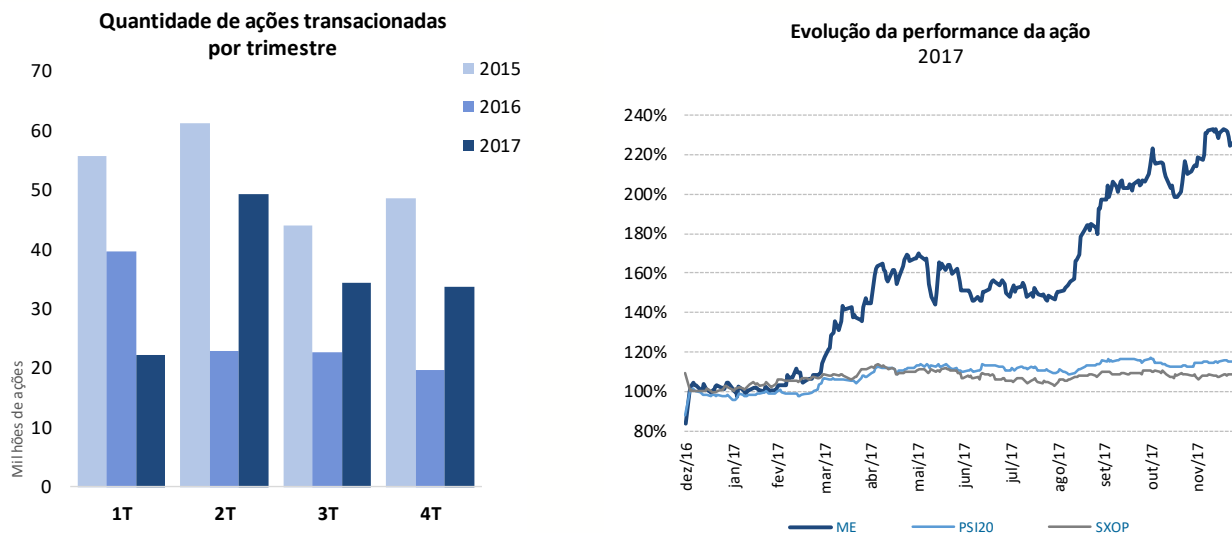
Além das formações acima descritas, de acordo com as suas funções no GRUPO, alguns colaboradores recebem formação sobre procedimentos contra corrupção e suborno, sendo de destacar:

- Procedimentos de ofertas e ajudas de custo e *Royalty Fees*;
- Procedimentos de responsabilidade social corporativa e donativos;
- Procedimentos de Caixa, entre outros; e
- Procedimentos de terceiros.

Por último, o Programa de Formação Global - *Compliance Online* foi criado com o objetivo de assegurar o conhecimento e o comprometimento de todos os colaboradores com o tema.

4. MOTA-ENGIL na bolsa

A evolução da *performance* da cotação da ação em 2017 pode ser analisada nos gráficos seguintes:



Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da MOTA-ENGIL era composto por 237.505.141 ações, com um valor nominal de um euro cada, estando todas as ações admitidas à cotação na Euronext Lisbon. Nessa mesma data, a MOTA-ENGIL detinha 3.639.812 ações próprias, correspondentes a 1,53% do capital social.

A cotação da ação MOTA-ENGIL a 31 de dezembro de 2017 era de 3,663 euros, correspondendo a uma capitalização bolsista de cerca de 870 milhões de euros. Durante o ano de 2017, a cotação da ação MOTA-ENGIL valorizou 128%, tendo o índice acionista português, PSI 20, valorizado 15% e o índice setorial Europeu, SXOP, valorizado 8%.

O mercado acionista português e europeu em geral apresentaram uma tendência positiva durante o ano de 2017. A primeira metade do ano foi caracterizada pelo resultado positivo das eleições presidenciais Francesas de 7 de maio, que culminou na eleição de Emmanuel Macron. Já na segunda metade do ano, assistiu-se a uma descida consistente nas taxas de juro da dívida soberana nacional, bem como a retirada de Portugal da classificação de “lixo” pela Standard & Poor’s e pela Fitch. Adicionalmente, a recuperação do preço das matérias primas, e especialmente do petróleo, durante o segundo semestre do ano, contribuíram positivamente para aquele desempenho.

Durante o ano de 2017, a ação da MOTA-ENGIL atingiu um máximo de 3,754 euros e um mínimo de 1,567 euros, tendo a evolução da cotação apresentado uma tendência positiva em ambos os semestres. No mesmo período, o volume médio diário de transações de ações da MOTA-ENGIL na Euronext Lisbon ascendeu a 548 mil ou a um total de 140 milhões de ações.

Em 2017, a Assembleia Geral Anual de Acionistas da MOTA-ENGIL decorreu no dia 24 de maio, tendo sido aprovados todos os pontos nela apreciados, nomeadamente o relatório e contas relativo ao ano de 2016 e a proposta de aplicação de resultados. Neste contexto, e em conformidade com a proposta do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de treze cêntimos (0,13 euros) relativo ao exercício de 2016.

5. Atividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração

Durante o ano, os administradores não-executivos participaram regularmente nas reuniões do Conselho de Administração, sendo que discutiram as matérias em análise e manifestaram as suas opiniões relativamente a diretrizes estratégicas e a áreas de negócio específicas. Mantiveram, sempre que necessário, contacto com as equipas do Centro Corporativo e com as Unidades de Serviços Partilhados, bem como com os gestores de negócio.

6. Proposta de aplicação de resultados

Do Relatório de Gestão Individual consta a seguinte proposta: O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral anual de Acionistas que o resultado líquido negativo no montante de 9.201.755,06 euros seja transferido para resultados transitados.

7. Perspetivas para 2018

As perspetivas do GRUPO MOTA-ENGIL para 2018 mantêm o alinhamento com os Pilares do Plano Estratégico StepUp 2020 e são as seguintes:

1. Focar a organização na geração de caixa, com base na sólida carteira de encomendas e na busca contínua de peso adicional de contratos estáveis a médio e longo prazo, particularmente na América Latina e em África;
2. Manter o ritmo de crescimento do volume de negócios tanto na Engenharia & Construção, como na área de Ambiente e Serviços;
3. Alcançar margens consolidadas recorrentes, apesar das pequenas alterações no *mix* de negócios;
4. Atingir margens e volume de negócios na Europa sem alterações significativas, ainda sem impacto de grandes projetos em Portugal;
5. Reforçar a posição de líder do mercado em vários países africanos, permitindo um crescimento importante no volume de negócios com margens de acordo com o desempenho tradicional na região;
6. Sustentar o crescimento do volume de negócios na América Latina com sustentação das margens operacionais;
7. Após o sucesso, verificado até agora, do programa de venda de ativos não *core*, a empresa continuará focada na alienação de ativos não estratégicos, como fator adicional para diminuir a dívida do GRUPO;
8. EGF e grandes projetos em África representarão a maior parte do investimento de cerca de 250 milhões de euros;
9. Carteira de encomendas acima de 5.000 milhões de euros, com base na atividade internacional.

Salienta-se que estas perspetivas não correspondem a um compromisso quanto ao desempenho futuro do GRUPO, mas tão-somente à melhor capacidade de previsão, nesta data, quanto à atividade das suas empresas. Assim sendo, o desempenho efetivamente alcançado em 2018 poderá diferir substancialmente destas previsões. Adicionalmente, a MOTA-ENGIL não se compromete a fazer atualizações ou correções desta informação por alteração de qualquer fator endógeno ou exógeno que venha a alterar o desempenho do GRUPO.

8. Factos relevantes após o termo do exercício

Em 2018, até à data de emissão do presente relatório, destacamos os seguintes factos relevantes, cujos detalhes se encontram adequadamente divulgados como informação privilegiada nos sítios da MOTA-ENGIL e da CMVM:

22 de janeiro de 2018

MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE ADJUDICAÇÃO DE CONTRATO NA COSTA DO MARFIM NUM VALOR QUE PODERÁ ASCENDER A CERCA DE 140 MILHÕES DE EUROS

O GRUPO MOTA-ENGIL, através de uma empresa participada em 60% pela MOTA-ENGIL ÁFRICA, informa sobre a adjudicação de um contrato para a conceção, construção e operação de um aterro com capacidade para triagem e produção de energia proveniente de biogás em Abidjan, na Costa do Marfim.

O contrato acima referido envolverá um valor estimado de cerca de 140 milhões de euros (o qual inclui uma componente variável estimada de cerca de 40 milhões de euros dependente das toneladas movimentadas), uma duração de 7 anos para uma capacidade total de 8,2 milhões de toneladas e a componente de construção avaliada em cerca de 48 milhões de euros será executada pela MOTA-ENGIL ÁFRICA.

8 de março de 2018

MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE REFORÇO DA CARTEIRA NA COSTA DO MARFIM E NO PERU EM 225 MILHÕES DE EUROS

O GRUPO MOTA-ENGIL celebrou, através da MOTA-ENGIL ÁFRICA, um contrato para a construção de um estádio de futebol na Costa do Marfim, projeto para o Campeonato Africano das Nações a realizar-se naquele país em 2021, financiado pelo United Bank for Africa (UBA). O contrato celebrado totaliza 83 milhões de euros.

O GRUPO MOTA-ENGIL informa ainda sobre a recente adjudicação de 3 importantes contratos no mercado peruano para o setor privado nas áreas de infraestruturas e mineira, reforçando a carteira de encomendas da sua empresa local (MOTA-ENGIL PERU) em cerca de 142 milhões de euros, com os seguintes projetos:

- Construção do Porto de San Martin, no valor de 110 milhões de euros para a Terminales Portuarios de Paracas, na região de Ica. O contrato tem um prazo de 24 meses, participando a MOTA-ENGIL PERU em 33,3% do consórcio;
- Construção da Barragem de Vizcachas y Bocatoma Titire, no valor de 56 milhões de euros para a Anglo American Quellaveco, na região de Moquegua. O contrato tem um prazo de 26 meses;
- Construção da Fase 4 da Barragem de rejeitos Las Bambas, no valor de 50 milhões de euros para a companhia mineira MMG, na região de Apurimac. O contrato tem um prazo de 24 meses.

Desvalorização do kwanza em 2018

Por outro lado, já em 2018, assistiu-se a uma desvalorização significativa do kwanza face ao euro em mais de 30%.

Embora à data deste relatório o impacto de tal desvalorização não se encontre ainda apurado, o mesmo, antes de impactos resultantes da aplicação da IAS 29, irá provocar um aumento do resultado líquido, fruto do elevado montante de ativos monetários líquidos detidos em Angola em moeda forte (euro e USD), e uma diminuição dos capitais próprios (incluindo resultado líquido).

9. Nota final

Resta agradecer o empenhamento pessoal e profissional de todos os colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL, dos membros dos órgãos sociais, dos clientes e de todos quantos se relacionaram com as suas diversas empresas.

Porto, 27 de março de 2018

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Presidente do Conselho de Administração

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Vice-Presidente do Conselho de Administração e
Presidente da Comissão Executiva (*Chief Executive Officer*)

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Vogal do Conselho de Administração

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Vogal do Conselho de Administração

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva (*Chief Financial Officer*)

António Martinho Ferreira de Oliveira
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

João Pedro dos Santos Dinis Parreira
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

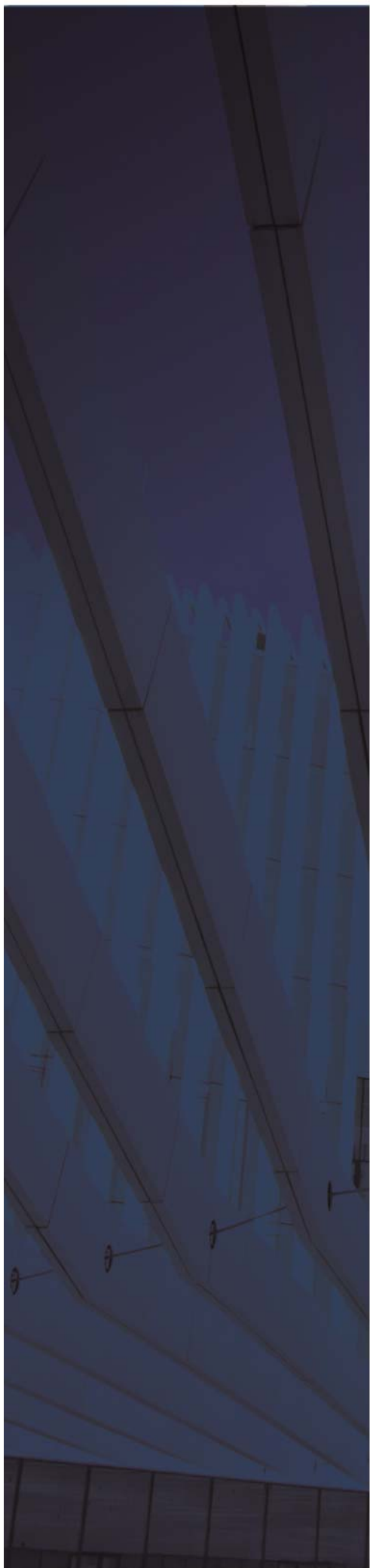
Eduardo João Frade Sobral Pimentel
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Luís Filipe Cardoso da Silva
Vogal do Conselho de Administração

Luís Valente de Oliveira
Vogal não-executivo e independente do
Conselho de Administração

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
Vogal não-executivo e independente do
Conselho de Administração

António Manuel da Silva Vila Cova
Vogal não-executivo e independente do
Conselho de Administração





'87 Barragem Alto Lindoso
PORTUGAL



'90 Centro Cultural de Belém
PORTUGAL



'95 Estrada Massinga-Nhachengue
MOÇAMBIQUE



'91 Estrada Dwangwa-Nkata Bay
MALAWI



'94 Oceanário de Lisboa
PORTUGAL



'97 Autoestrada A4
POLÓNIA



'96 Estrada Awaso-Nobekaw
GANÁ



'98 Limpeza Urbana na Expo'98
PORTUGAL



'99 Barragem Caracocha
PERU



'98 Novo Aeroporto da Cidade da Praia
CABO VERDE



'98 Estrada Cabinda-Landana
ANGOLA

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA



Valores em Expansão

1987

1999

Em 1987 a empresa torna-se uma sociedade cotada, iniciando na década de 90 um processo de expansão para a Europa Central e para outros mercados relevantes como Moçambique, Malawi e Peru, surgindo ainda os primeiros investimentos nos setores do Ambiente e das Concessões de Infraestruturas de Transportes.

Compromisso de crescimento.





Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas para os exercícios e semestres findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Notas	Ano		Semestre	
		2017 € '000	2016 € '000	2017 € '000	2016 € '000
				(não auditado)	(não auditado)
Vendas e prestações de serviços	3	2 597 294	2 210 081	1 401 648	1 174 440
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, Variação da produção e Subcontratos	4	(1 092 907)	(831 844)	(626 787)	(381 243)
Fornecimentos e serviços externos	5	(540 070)	(545 918)	(241 767)	(351 203)
Gastos com pessoal	6	(537 266)	(524 292)	(283 453)	(254 690)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	7	(22 313)	29 919	(31 265)	1 784
Amortizações	8, 16 e 17	(180 585)	(190 623)	(89 718)	(94 905)
Provisões e perdas de imparidade	9	(38 022)	(66 460)	(39 971)	(56 510)
Rendimentos e ganhos financeiros	10	69 382	148 578	56 892	(1 380)
Gastos e perdas financeiras	10	(168 588)	(251 195)	(108 946)	(71 335)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	11	2 808	(2 130)	1 768	(3 464)
Ganhos / (perdas) na alienação de empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas	12	(3 058)	100 771	(3 058)	24 129
Posição monetária líquida	43	3 149	-	3 149	-
Resultado antes de imposto	13	89 824	76 886	38 492	(14 376)
Imposto sobre o rendimento	13	(28 383)	(9 379)	(16 571)	2 909
Resultado líquido consolidado do exercício		61 441	67 507	21 921	(11 468)
Atribuível:					
a interesses que não controlam	37	59 853	17 350	24 947	10 934
ao Grupo	14	1 588	50 157	(3 026)	(22 402)
Resultado por ação:					
básico	14	0,01 €	0,21 €	-0,01 €	-0,10 €
diluído	14	0,01 €	0,21 €	-0,01 €	-0,10 €

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações consolidadas do outro rendimento integral para os exercícios e semestres findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Ano		2º Semestre	
	2017 € '000	2016 € '000	2017 € '000	2016 € '000
			(não auditado)	(não auditado)
Resultado líquido consolidado do exercício	61 441	67 507	21 921	(11 468)
Itens de outro rendimento integral que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados				
Empresas consolidadas pelo método integral				
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	(51 195)	(94 360)	(31 541)	(4 941)
Variação, líquida de impostos, no justo valor de instrumentos financeiros derivados	(616)	65	(653)	(10 593)
Impacto da hiperinflação em Angola	84 933	-	84 933	-
Outro rendimento integral em empresas consolidadas pelo método integral	(189)	(630)	(2 142)	(2 100)
Empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial				
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	(422)	(585)	(326)	101
Variação, líquida de impostos, no justo valor de instrumentos financeiros derivados	1 416	10 184	634	1 697
Outro rendimento integral em empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial	12	(140)	211	(122)
Itens de outro rendimento integral que não serão reclassificados para a demonstração dos resultados				
Empresas consolidadas pelo método integral				
Variação, líquida de impostos, nos excedentes de revalorização dos ativos tangíveis	(2 233)	(828)	2 074	(828)
Desvios atuariais, líquidos de impostos	(1 475)	-	(1 475)	-
Total do outro rendimento integral	30 232	(86 294)	51 716	(16 786)
Total do rendimento integral consolidado do exercício	91 673	(18 787)	73 637	(28 254)
Atribuível:				
a interesses que não controlam	78 431	1 963	42 945	13 384
ao Grupo	13 242	(20 750)	30 692	(41 637)

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Notas	2017 € '000	2016 € '000
Ativo			
Não corrente			
Goodwill	15	37 870	39 830
Ativos intangíveis	16	512 658	541 638
Ativos tangíveis	17	712 273	692 858
Investimentos financeiros em empresas associadas	18	81 086	116 325
Investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas	19	7 840	6 044
Ativos financeiros disponíveis para venda	20	68 916	45 188
Ativos financeiros detidos até à maturidade	21	154 954	86 380
Propriedades de investimento	22	76 676	75 789
Clientes e outros devedores	24	130 965	64 384
Outros ativos não correntes		8 903	726
Instrumentos financeiros derivados	29	98	-
Ativos por impostos diferidos	13	178 313	135 735
		1 970 552	1 804 896
Corrente			
Inventários	23	344 996	304 960
Clientes	24	866 716	775 115
Outros devedores	24	190 686	206 391
Imposto sobre o rendimento	25	23 479	19 875
Outros ativos correntes	24	424 278	426 961
Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo	24	34 663	13 122
Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista	24	154 198	86 754
Caixa e seus equivalentes com recurso à vista	24	455 439	296 183
		2 494 457	2 129 362
Ativos não correntes detidos para venda	26	149 082	286 446
Total do Ativo		4 614 090	4 220 704
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos sem recurso	28	215 346	155 875
Empréstimos com recurso	28	716 667	837 398
Outros passivos financeiros	31	122 934	86 920
Fornecedores e Credores diversos	30	50 862	81 369
Instrumentos financeiros derivados	29	547	759
Provisões	33	96 098	102 085
Outros passivos não correntes	34	161 625	177 838
Passivos por impostos diferidos	13	153 950	128 765
		1 518 030	1 571 009
Corrente			
Empréstimos sem recurso	28	30 580	31 590
Empréstimos com recurso	28	715 121	616 385
Outros passivos financeiros	31	283 569	94 529
Fornecedores	30	489 828	419 408
Credores diversos	30	449 906	420 380
Instrumentos financeiros derivados	29	22	6
Imposto sobre o rendimento	32	28 419	11 783
Outros passivos correntes	34	445 175	427 320
		2 442 619	2 021 402
Passivos não correntes detidos para venda	26	57 703	57 703
Total do Passivo		4 018 353	3 650 114
Capital Social			
Capital Social	27	237 505	237 505
Ações próprias	27	(5 788)	(5 788)
Reservas, Resultados Transitados e Prêmios de Emissão	27	73 829	47 825
Resultado líquido consolidado do exercício		1 588	50 157
Capital próprio atribuível ao Grupo		307 135	329 700
Interesses que não controlam	37	288 603	240 891
Total do Capital próprio		595 737	570 590
Total do Capital próprio e Passivo		4 614 090	4 220 704
Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas			

Demonstrações das para os exercícios findos em

	Reservas de justo valor					
	Capital social	Ações próprias	Prêmios de emissão	Investimentos disponíveis para venda	Imóveis	Derivados
Saldo em 1 de janeiro de 2016	237 505	(3 084)	92 584	27 702	4 409	(139)
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	(828)	(400)
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações próprias	-	(2 704)	-	-	-	-
Transferências para outras reservas	-	-	-	-	-	-
Alterações no perímetro de consolidação em entidades controladas:						
Alienação Grupo Tertir	-	-	-	-	-	-
Alterações de percentagem de participação em entidades controladas:						
- Aquisição de interesses que não controlam da Mota-Engil Africa NV	-	-	-	-	-	-
- Alienação de interesses que não controlam da ME Turismo BV, ME Energy BV, ME Investment South África e Valorsul	-	-	-	-	-	-
- Outras aquisições/alienações de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	237 505	(5 788)	92 584	27 702	3 581	(539)
Saldo em 1 de janeiro de 2017	237 505	(5 788)	92 584	27 702	3 581	(539)
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	(3 108)	800
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Transferências para outras reservas	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Alterações de percentagem de participação em entidades controladas:						
- Aquisição de interesses que não controlam no Grupo EGF	-	-	-	-	-	-
- Outras aquisições/alienações em interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	237 505	(5 788)	92 584	27 702	473	262

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

alterações no capital próprio

31 de dezembro de 2017 e 2016

Reserva de conversão cambial	Reservas legais	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Capital próprio atribuível a acionistas	Capital próprio atribuível a int. que não controlam	Total do capital próprio
(17 364)	40 927	(31 489)	18 128	369 179	359 401	728 579
(79 558)	-	9 878	-	(70 907)	(15 387)	(86 294)
-	-	-	50 157	50 157	17 350	67 507
-	-	(11 693)	-	(11 693)	(26 393)	(38 086)
-	2 704	(2 704)	-	-	-	-
-	-	-	-	(2 704)	-	(2 704)
-	776	17 352	(18 128)	-	-	-
-	-	-	-	-	(98 602)	(98 602)
-	-	(453)	-	(453)	-	(453)
-	-	(2 631)	-	(2 631)	3 438	807
-	-	(1 249)	-	(1 249)	1 084	(165)
(96 922)	44 407	(22 989)	50 157	329 700	240 891	570 590
(96 922)	44 407	(22 989)	50 157	329 700	240 891	570 590
15 437	-	(1 475)	-	11 654	18 578	30 232
-	-	-	1 588	1 588	59 853	61 441
-	-	(30 402)	-	(30 402)	(21 878)	(52 280)
-	3 231	46 926	(50 157)	-	-	-
-	-	(6 976)	-	(6 976)	(555)	(7 531)
-	-	3 127	-	3 127	(9 916)	(6 789)
-	-	(1 556)	-	(1 556)	1 631	75
(81 485)	47 638	(13 346)	1 588	307 135	288 603	595 737

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Notas	2017 € '000	2016 € '000
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2 631 486	2 352 791
Pagamentos a fornecedores		(1 659 161)	(1 545 966)
Pagamentos ao pessoal		(535 765)	(506 058)
Fluxos gerados pelas operações		436 560	300 768
(Pagamento)/Recebimento de imposto sobre o rendimento		(38 494)	(23 676)
Outros recebimentos/(pagamentos) de atividades operacionais		(23 065)	4 517
Fluxos das atividades operacionais (1)		375 001	281 609
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	40	101 225	307 283
Ativos tangíveis		5 120	5 547
Subsídios ao investimento		1 200	-
Juros e proveitos similares		32 899	16 177
Dividendos	40	44 363	406
		184 806	329 412
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	40	(20 770)	(84 461)
Empréstimos concedidos		(30 675)	-
Outras aplicações financeiras		(21 541)	(13 122)
Ativos intangíveis		(44 975)	(14 115)
Ativos tangíveis		(91 054)	(58 704)
		(209 015)	(170 402)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(24 209)	159 010
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1 857 297	138 189
Subsídios e doações		-	3 373
Contratos de locação financeira		79 706	-
		1 937 003	141 561
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1 799 965)	(424 098)
Empréstimos obtidos - efeito da hiperinflação		(33 119)	-
Contratos de locação financeira		(37 412)	(55 703)
Juros e custos similares		(165 845)	(119 720)
Dividendos	40	(41 661)	(23 505)
Aquisição de ações próprias		-	(2 704)
Efeito da hiperinflação nas atividades de financiamento		32 757	-
		(2 045 246)	(625 729)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(108 242)	(484 168)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		239 082	(43 549)
Efeito da hiperinflação em caixa e seus equivalentes		(44 983)	-
Variações decorrentes de alterações de perímetro		-	(391)
Efeito das diferenças de câmbio		(8 915)	(17 020)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	24	424 452	443 896
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	24	609 637	382 937

0. Nota Introdutória

A MOTA-ENGIL, SGPS, SA, com sede no Edifício Mota, Rua do Rego Lameiro, nº 38 4300-454 Porto (MOTA-ENGIL SGPS ou EMPRESA), e empresas participadas (GRUPO ou GRUPO MOTA-ENGIL), têm como atividades principais a execução de empreitadas de obras públicas e privadas e atividades com elas conexas, bem como a recolha e tratamento de resíduos. A atividade do GRUPO é desenvolvida essencialmente em três regiões: Europa, África e América Latina. As presentes demonstrações financeiras são consolidadas nas demonstrações financeiras da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA (acionista direta da EMPRESA – MGP) e nas da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA (entidade detentora de 100% do capital social da MGP e acionista última da EMPRESA (entidade controladora final)).

Todos os montantes explicitados nestas notas são apresentados em milhares de euros, salvo se expressamente referido em contrário.

1. Bases de apresentação, de consolidação e principais políticas contabilísticas

1.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO MOTA-ENGIL foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que o constituem, ajustados no processo de consolidação. O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do GRUPO operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras disponíveis sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o GRUPO dispõe dos recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) ou pelo anterior *Standards Interpretation Committee* (SIC), tal como adotadas e efetivas pela União Europeia à data de 1 de janeiro de 2017. No que se refere às empresas do GRUPO que utilizam normativos contabilísticos diferentes, foram efetuados ajustamentos de conversão para as IFRS.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinadas classes de imóveis, para as propriedades de investimento e para os instrumentos financeiros derivados que foram mensurados ao custo revalorizado ou ao justo valor no final de cada período de reporte, tal como explicitado nas políticas contabilísticas abaixo.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, o GRUPO considera as características do ativo ou passivo que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração. O justo valor para efeitos de mensuração e divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado na base atrás descrita, exceto no que se refere a locações que são tratadas no âmbito da IAS 17, e às mensurações com semelhanças ao justo valor, mas que não correspondem ao justo valor, tais como o valor realizável líquido preconizado na IAS 2 ou o valor de uso preconizado na IAS 36.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é hierarquizada em três níveis (Nível 1, 2 e 3), os quais têm em consideração, nomeadamente, se os pressupostos utilizados são observáveis em mercado ativo e a significância dos mesmos ao nível da valorização dos ativos/passivos ou na divulgação destes.

Os níveis hierárquicos atrás referidos são como seguem:

- Nível 1 – o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para ativos/passivos idênticos;
- Nível 2 – o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e
- Nível 3 – o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

1.1.1. Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“endorsed”) pela União Europeia foram aplicadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
IAS 7 - Demonstrações dos fluxos de caixa (revisão às divulgações)	1/jan/17	Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregadas entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da demonstração dos fluxos de caixa.
IAS 12 - Imposto sobre o rendimento (reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais)	1/jan/17	Esta alteração clarifica a forma de contabilizar ativos por impostos diferidos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos quando existem restrições na lei fiscal.

A nova divulgação requerida pela IAS 7 é apresentada nas Notas 28 e 31.

1.1.2. Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até 31 de dezembro de 2017, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)	1/jan/18	Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no outro rendimento integral, em vez de reconhecer na demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente, é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora.
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	1/jan/18	A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39 relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidades sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	1/jan/18	Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”.
Emenda à IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	1/jan/18	Esta emenda refere-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.
IFRS 16 – Locações	1/jan/19	Esta nova norma substitui a IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”.

Em 31 de dezembro de 2017, o GRUPO não procedeu à adoção antecipada das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Na Nota 44 deste anexo às demonstrações financeiras consolidadas, é apresentada informação detalhada sobre os impactos estimados decorrentes da adoção das normas IFRS 9 e IFRS 15.

1.1.3. Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até 31 de dezembro de 2017, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
Melhorias às normas 2014 - 2016	01-jan-17/01-jan-18	Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1 (esta melhoria elimina as isenções temporárias para a IFRS 7, IFRS 10 e IAS 19, por já não serem aplicáveis), IFRS 12 (esta melhoria tem por objetivo clarificar que o seu âmbito inclui os investimentos classificados no âmbito da IFRS 5, e que a única isenção refere-se à divulgação do resumo da informação financeira dessas entidades) e IAS 28 (esta melhoria clarifica que os investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos detidos por uma sociedade de capital de risco podem ser mensurados ao justo valor de acordo com a IFRS 9, de forma individual e também esclarece que uma entidade que não é uma entidade de investimento, mas detém investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos que são entidades de investimento, pode manter a mensuração ao justo valor da participação da associada ou do empreendimento conjunto nas suas próprias subsidiárias).
IAS 40 - Propriedades de investimento (transferência de propriedades de investimento)	1/jan/18	Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimento quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência.
IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações (classificação e mensuração de transações de pagamento baseadas em ações)	1/jan/18	Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamento baseadas em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“Cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamento baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”) quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação adiantada	1/jan/18	Trata-se de uma interpretação à IAS 21 ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’ e refere-se à determinação da “data da transação” quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A “data da transação” determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.
Alteração à IAS 28 – Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos	1/jan/19	Esta alteração clarifica que os investimentos de longo prazo em associadas e em empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos) que não estejam a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, devam ser contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo.
Alteração à IFRS 9 – Elementos de pré-pagamento com compensação negativa	1/jan/19	Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativas ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados.

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
Melhorias às normas 2015 – 2017	1/jan/19	Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23 (esta melhoria clarifica que os empréstimos específicos obtidos que ainda permaneçam em aberto, após os ativos qualificáveis a que respeitam estarem na sua condição de uso ou venda, devem ser adicionados aos empréstimos genéricos para calcular a taxa de juro média de capitalização nos outros ativos qualificáveis), IAS 12 (esta melhoria clarifica que os impactos fiscais inerentes aos dividendos são reconhecidos na data em que a entidade regista a responsabilidade pelo pagamento de dividendos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, no outro rendimento integral ou em capital, consoante a transação ou evento que deu origem aos dividendos) e IFRS 3 e IFRS 11 (estas melhorias clarificam que: i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor; e ii) quando um investidor numa operação conjunta, que não exerce controlo conjunto, obtém controlo conjunto numa operação que é um negócio, o interesse detido anteriormente não é remensurado).
IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento do imposto sobre o rendimento	1/jan/19	Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – ‘Imposto sobre o rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal relativamente a imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.
IFRS 17 – Contratos de seguro	1/jan/21	Esta nova norma substitui a IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“ <i>building block approach</i> ”) ou simplificado (“ <i>premium allocation approach</i> ”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

As normas acima referidas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo GRUPO no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euro (milhares) por esta ser a moeda principal das operações do GRUPO. As demonstrações financeiras das empresas participadas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para Euro de acordo com as políticas contabilísticas descritas na alínea xiv) das Principais políticas contabilísticas.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRS, o Conselho de Administração do GRUPO adotou certos pressupostos e estimativas que afetaram o montante dos ativos e passivos reportados, bem como os respetivos rendimentos e gastos incorridos, parte dos quais se encontram descritos na alínea xxii) das Principais políticas contabilísticas.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração tiveram por base o seu conhecimento à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração do GRUPO entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. Bases de consolidação

a) Empresas controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da EMPRESA e das entidades por si controladas, bem como as controladas pelas suas subsidiárias. Entende-se que existe controlo quando uma entidade: (i) tem poder sobre a participada; (ii) está exposta a e/ou tem direito a retornos variáveis em resultado do seu envolvimento com a participada; e (iii) tem a capacidade de utilizar o poder atrás referido para influenciar os retornos da participada. Desta forma, algumas empresas participadas cuja percentagem de participação efetiva detida pelo GRUPO é inferior a 50% foram consideradas como controladas pelo mesmo. A maioria dessas situações ocorre quando o GRUPO detém uma participação financeira maioritária numa empresa subsidiária que por sua vez detém outra participação maioritária numa empresa participada. Por outro lado, algumas empresas participadas cuja percentagem de participação efetiva detida pelo GRUPO é superior a 50% não foram consideradas como controladas, dada a existência de acordos com terceiras entidades em que se estabeleceu a partilha de controlo sobre as mesmas. Sempre que se verificam alterações em algum dos três elementos acima referidos relativamente a uma participada, o GRUPO reavalia a existência de controlo sobre a mesma.

O GRUPO controla uma participada mesmo que não detenha a maioria dos seus direitos de voto quando, em virtude dos direitos de voto detidos e/ou de eventuais acordos celebrados, tenha a capacidade prática de dirigir as atividades relevantes da participada de forma unilateral e esteja exposto ao retorno variável.

As demonstrações financeiras das empresas controladas (incluindo entidades estruturadas ou SPV) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação integral a partir do momento em que é adquirido o controlo por parte do GRUPO. Consequentemente, os resultados das empresas cujo controlo foi adquirido ou perdido durante o exercício são incluídos na demonstração dos resultados, respetivamente, desde a data de obtenção de controlo ou até à data em que o mesmo foi cedido.

O resultado líquido e os demais elementos do outro rendimento integral e do capital próprio das empresas controladas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas (interesses que não controlam) são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada do outro rendimento integral em rubricas específicas de "Interesses que não controlam".

O outro rendimento integral das empresas controladas é atribuído ao GRUPO e aos interesses que não controlam, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário destes últimos.

Quando necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas de modo a que as suas políticas contabilísticas sejam consistentes com as adotadas pelo GRUPO. As transações e os saldos entre empresas do GRUPO são eliminados no processo de consolidação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as principais transações realizadas entre empresas do GRUPO podem resumir-se a:

- (i) Compras e vendas de inventários;
- (ii) Prestações de serviços de construção;
- (iii) Prestações de serviços administrativos;
- (iv) Concessão e obtenção de empréstimos; e
- (v) Distribuição de dividendos.

As empresas controladas (incluídas nas demonstrações financeiras pelo método da consolidação integral) encontram-se detalhadas no Apêndice A ao presente anexo.

b) Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica "Investimentos financeiros em empresas associadas".

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos onde o GRUPO exerce uma influência significativa. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de cariz financeiro e operacional de uma empresa, sem todavia exercer controlo ou controlo conjunto sobre a mesma. Adicionalmente, em algumas empresas cuja percentagem de participação efetiva detida pelo GRUPO é inferior a 20%, o mesmo exerce influência significativa sobre as mesmas. A maioria dessas situações ocorre quando o GRUPO detém uma participação financeira maioritária numa empresa subsidiária que por sua vez controla ou exerce influência significativa numa empresa participada. Por outro lado, algumas empresas subsidiárias (cujo peso é imaterial) são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial dada a não disponibilização atempada dos elementos financeiros necessários à elaboração deste anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Os investimentos financeiros em empresas associadas para os quais o GRUPO não conseguiu obter atempadamente demonstrações financeiras (cujo peso é imaterial) foram registados ao custo de aquisição, líquido de imparidades.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros são inicialmente registados pelo seu custo de aquisição, sendo este ajustado posteriormente:

- Pelo valor correspondente à participação do GRUPO no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das associadas - por contrapartida de outro rendimento integral do GRUPO ou de ganhos ou perdas do exercício, conforme aplicável;
- Pelos dividendos recebidos – por contrapartida de uma conta a receber ou de disponibilidades; e
- Por eventuais ganhos ou perdas gerados em operações com outras empresas do GRUPO, que afetem a valorização dos ativos do GRUPO.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as principais transações realizadas entre as empresas do GRUPO e as empresas associadas podem resumir-se a:

- (i) Prestações de serviços de construção;
- (ii) Prestações de serviços administrativos;
- (iii) Concessão e obtenção de empréstimos; e
- (iv) Distribuição de dividendos.

É efetuada uma análise de imparidade aos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme. A quantia recuperável dos investimentos financeiros em empresas associadas é, para este fim, determinada de acordo com o disposto na IAS 36. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixarem de existir, as mesmas são objeto de reversão (com o registo do correspondente ganho na demonstração dos resultados). As perdas por imparidade são registadas como uma dedução à quantia escriturada dos investimentos.

Quando a proporção do GRUPO nos prejuízos da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o GRUPO tenha assumido compromissos para com a associada, registando, nesses casos, uma provisão para fazer face aqueles compromissos.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do GRUPO na associada por contrapartida da rubrica “Investimentos financeiros em empresas associadas”. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas associadas para adequar as suas políticas contabilísticas às adotadas pelo GRUPO.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados no Apêndice A ao presente anexo.

c) Empreendimentos conjuntos

Empreendimentos conjuntos são acordos em que as partes que têm o controlo conjunto do acordo têm direitos sobre os ativos líquidos do mesmo. Controlo conjunto é a partilha contratualmente acordada de controlo, que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controlo. Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são registados nas demonstrações financeiras consolidadas através do método da equivalência patrimonial, tal como descrito na alínea b) acima. Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos encontram-se detalhados no Apêndice A.

d) Operações conjuntas

Operações conjuntas são acordos em que as partes que detêm o controlo conjunto têm direitos sobre os ativos e obrigações perante os passivos do acordo. Controlo conjunto é a partilha contratualmente acordada de controlo, que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controlo.

Quando uma empresa do GRUPO desenvolve a sua atividade no âmbito de uma operação conjunta, o GRUPO como um operador conjunto reconhece em relação ao seu interesse naquela operação conjunta os seguintes elementos:

- Os seus ativos, incluindo a sua parte de quaisquer ativos detidos conjuntamente;
- Os seus passivos, incluindo a sua parte de quaisquer passivos incorridos conjuntamente;
- A sua quota de receitas provenientes da venda da produção pela ação conjunta; e
- As suas despesas, incluindo a sua parte de quaisquer gastos incorridos pela ação conjunta.

e) Concentrações de atividades empresariais

As concentrações de atividades empresariais são registadas de acordo com o método da compra. O custo da concentração é apurado ao justo valor, consistindo na soma, na data da aquisição do controlo, do: (i) justo valor dos ativos transferidos pelo GRUPO; (ii) do justo valor das responsabilidades assumidas pelo GRUPO em resultado da aquisição do controlo; e (iii) do justo valor dos instrumentos de capital próprio emitidos pelo GRUPO em troca da aquisição do controlo. Os gastos relacionados com concentrações de atividades empresariais são registados em resultados quando incorridos.

Na data de aquisição do controlo, os ativos e passivos identificáveis adquiridos são mensurados ao seu justo valor, podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após aquela data. Para efeitos de mensuração do justo valor, o GRUPO recorre a preços de mercado vigentes para ativos e passivos semelhantes, ou, na sua ausência, a técnicas de valorização universalmente aceites (preços comparáveis, *discounted cash-flows*, etc.). O excesso do custo da concentração acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos na empresa adquirida e do valor atribuído aos interesses que não controlam relativamente ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos é reconhecido como *goodwill*. Caso o referido diferencial seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica “Outros rendimentos/(gastos) operacionais” após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos e passivos identificáveis adquiridos. O GRUPO opta, numa base casuística, pela valorização dos interesses que não controlam: (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) pelo seu justo valor. Até 1 de janeiro de 2012, os interesses que não controlam eram valorizados exclusivamente de acordo com a correspondente proporção no justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

Os pagamentos contingentes futuros, caso existam, são reconhecidos como passivo no momento da aquisição do controlo pelo seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada por contrapartida da quantia escriturada do *goodwill*, desde que ocorra dentro do período de remensuração (12 meses após a data da aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição. Caso contrário, será registada por contrapartida de resultados.

Quando uma concentração de atividades empresariais é atingida em etapas, o interesse anteriormente detido pelo GRUPO na empresa adquirida é remensurado ao justo valor na data de aquisição e o ganho ou perda daí resultante, se algum, é reconhecido na demonstração dos resultados. Os montantes resultantes de interesses na empresa adquirida anteriores à data de aquisição que tenham sido reconhecidos no outro rendimento integral são reclassificados para a demonstração dos resultados, desde que esse fosse o tratamento apropriado caso essa participação tivesse sido alienada.

De igual forma, a aquisição de investimentos financeiros em empresas associadas é registada pelo método da compra.

Deste modo, qualquer excesso/défice do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis das empresas associadas na data de aquisição é reconhecido, respetivamente, como *goodwill* (sendo adicionado ao valor do investimento financeiro), ou como um rendimento na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Ganhos/(perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas” (neste último caso, após a devida reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis).

f) Outras alterações em interesses em entidades controladas

A aquisição de interesses em empresas já controladas é considerada uma transação entre detentores de capital e, conseqüentemente, não dá origem ao reconhecimento de qualquer *goodwill* ou resultado. Deste modo, qualquer diferença entre o respetivo custo e a quantia escriturada dos correspondentes interesses que não controlam adquiridos é registada diretamente no capital próprio. De igual forma, na alienação de interesses em empresas controladas que não resultem na perda de controlo, as eventuais diferenças entre a quantia transferida para interesses que não controlam e o preço da transação são registadas diretamente no capital próprio.

Quando uma alienação de interesses numa empresa até então controlada resulta na perda de controlo por parte do GRUPO, é reconhecido um ganho ou uma perda em resultados correspondente à diferença entre: (i) o justo valor dos ativos recebidos pelo GRUPO acrescido do justo valor de eventuais interesses mantidos na empresa e (ii) a quantia escriturada dos ativos e passivos da empresa nas demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO e eventuais interesses que não controlam relacionados.

g) *Goodwill*

O *goodwill* encontra-se registado ao custo (apurado tal como descrito na alínea e) da presente Nota) deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Até 1 de janeiro de 2004, o *goodwill* era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento associado, sendo as amortizações correspondentes registadas na demonstração de resultados na rubrica de “Amortizações”. A partir de 1 de janeiro de 2004, o *goodwill* deixou de ser amortizado, sendo sujeito a testes de imparidade anuais ou sempre que existam indícios de imparidade.

No caso do *goodwill* gerado antes da data de transição para as IFRS, o respetivo custo considerado correspondeu ao valor líquido contabilístico apurado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal àquela data, tendo o mesmo sido objeto de testes de imparidade na data de transição. Adicionalmente, e de acordo com a alternativa prevista no IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, a MOTA-ENGIL SGPS não aplicou retrospectivamente as disposições da IAS 21 – Efeitos de alteração de taxas de câmbio ao *goodwill* gerado antes da data de transição para as IFRS.

O *goodwill* gerado com a aquisição de empresas subsidiárias sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não seja o Euro encontra-se registado na moeda funcional dessas subsidiárias, sendo convertido para a moeda funcional e de relato do GRUPO (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de referência da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica do capital próprio “Reserva de conversão cambial”.

Anualmente e com referência à data da demonstração da posição financeira consolidada, o GRUPO procede à realização de testes de imparidade ao *goodwill*. Sempre que o montante pelo qual o *goodwill* se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas de imparidade”. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. O justo valor é o montante que seria obtido com a alienação do ativo numa transação ao alcance de partes independentes.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que é esperado que resultem do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. No caso do *goodwill*, a quantia recuperável é sempre estimada para a unidade geradora de caixa (UGC) à qual o mesmo foi imputada.

De uma forma geral, as UGC correspondem às próprias empresas adquiridas, exceto no caso das empresas de recolha e tratamento de resíduos, cuja UGC corresponde ao grupo de empresas adquiridas.

As perdas por imparidade registadas no *goodwill* não podem ser revertidas.

h) Conversão de demonstrações financeiras de empresas com moeda funcional diferente do Euro.

Os ativos e passivos expressos nas demonstrações financeiras de empresas estrangeiras (empresas que não utilizem o Euro como moeda funcional) são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de referência da demonstração da posição financeira. Os rendimentos e os gastos, bem como os fluxos de caixa, são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio médias verificadas no exercício, exceto para as empresas estrangeiras que utilizem uma moeda funcional considerada hiperinflacionária, situação em que são utilizadas as taxas de câmbio em vigor à data de referência da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais resultantes, geradas após 1 de janeiro de 2004, são registadas no capital próprio na rubrica “Reserva de conversão cambial”. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro 2004 (data de transição para as IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica “Outras reservas e resultados transitados”.

O *goodwill* e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de empresas estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessas empresas e convertidos para Euro de acordo com as taxas de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma empresa estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou uma perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferida para interesses que não controlam no caso de não haver perda de controlo.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as moedas funcionais utilizadas pelas principais subsidiárias do GRUPO no reporte da sua informação financeira eram como segue:

Subsidiária	2017			2016		
	Segmento de negócio	Moeda Local	Moeda Funcional	Segmento de negócio	Moeda Local	Moeda Funcional
ME África NV	África	Euro (EUR)	Euro (EUR)	África	Euro (EUR)	Euro (EUR)
MEEC África	África	Euro (EUR)	Euro (EUR)	África	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Sucursal Mota-Engil África Rwanda	África	Franco Ruandês (RWF)	Euro (EUR)	África	Franco Ruandês (RWF)	Euro (EUR)
Sucursal Mota-Engil África Malawi	África	Kwachas do Malawi (MWK)	Kwachas do Malawi (MWK)	África	Kwachas do Malawi (MWK)	Kwachas do Malawi (MWK)
Mota-Engil Angola	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)
Vista Waste	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)
Sucursal Mota-Engil África Angola	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)
Sucursal Mota-Engil África Moçambique	África	Metical (MZN)	Metical (MZN)	África	Metical (MZN)	Metical (MZN)
Mota-Engil Construction South Africa	África	Rand África do Sul (ZAR)	Rand África do Sul (ZAR)	África	Rand África do Sul (ZAR)	Rand África do Sul (ZAR)
ME Latin America	América Latina	Euro (EUR)	Euro (EUR)	América Latina	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Peru	América Latina	Nuevo Sol Peruano (PEN)	Nuevo Sol Peruano (PEN)	América Latina	Nuevo Sol Peruano (PEN)	Nuevo Sol Peruano (PEN)
Mota-Engil Colômbia	América Latina	Peso Colombiano (COP)	Peso Colombiano (COP)	América Latina	Peso Colombiano (COP)	Peso Colombiano (COP)
Generadora Fenix	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Mota-Engil México	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Consorcio GDL Tunel	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Construtora Cardel Poza Rico	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Construtora Tuxpan Tampico	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Consorcio GDL Viaducto	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Empresa Construtora Brasil	América Latina	Real (BRL)	Real (BRL)	América Latina	Real (BRL)	Real (BRL)
Mota-Engil Europa	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Ambiente e Serviços	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Engenharia	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Real Estate SGPS	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Suma	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Empresas do Grupo EGF	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Glan Agua (Irlanda)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Central Europe Polónia	Europa	Zloty (PLN)	Zloty (PLN)	Europa	Zloty (PLN)	Zloty (PLN)
Mota-Engil SGPS	Holding	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Holding	Euro (EUR)	Euro (EUR)

Fruto de alterações conjunturais ocorridas em alguns países africanos, nomeadamente ao nível de restrições/escassez de divisas fortes (EUR ou USD), as quais impactaram significativamente a moeda que até então era utilizada nas principais transações comerciais (quer operacionais, quer de investimento, quer de financiamento), o GRUPO procedeu, com efeitos a 1 de janeiro de 2016, à alteração da moeda funcional em algumas empresas/entidades sedeadas em Angola, em Moçambique e no Malawi.

As taxas de câmbio (de fecho e média) utilizadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 na conversão para Euro das demonstrações financeiras das principais subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e empresas associadas estrangeiras (entidades que não utilizam o Euro como moeda funcional) foram as seguintes:

Câmbios		Fecho		Médio	
		2017	2016	2017	2016
Coroas Checas	EUR / CZK	25,54	27,02	26,29	27,04
Dólares dos Estados Unidos	EUR / USD	1,20	1,05	1,14	1,10
Forints Húngaros	EUR / HUF	310,33	309,83	309,31	311,91
Kwanza de Angola	EUR / AOA	185,40	184,48	185,32	182,32
Kwachas do Malawi	EUR / MWK	868,61	766,82	824,34	787,33
Meticais Moçambicanos	EUR / MZN	70,66	75,20	71,63	69,80
Nuevo Sol Peruano	EUR / PEN	3,92	3,54	3,77	3,73
Pesos Colombianos	EUR / COP	3 580,19	3 164,41	3 368,02	3 348,78
Pesos Mexicanos	EUR / MXN	23,66	21,77	21,43	20,68
Rands da África do Sul	EUR / ZAR	14,81	14,46	15,06	16,13
Real do Brasil	EUR / BRL	3,97	3,43	3,64	3,82
Omani Rial	EUR / OMR	0,46	0,41	0,44	0,42
Zlotys Polacos	EUR / PLN	4,18	4,41	4,24	4,37

i) Empresas em economias hiperinflacionárias

De acordo com a IAS 29 – “Relato financeiro em economias hiperinflacionárias”, as demonstrações financeiras de entidades/empresas cuja moeda funcional seja a de uma economia hiperinflacionária têm de ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da demonstração da posição financeira, sendo o ganho ou a perda na posição monetária líquida incluído no resultado líquido do exercício.

São consideradas pelo GRUPO economias hiperinflacionárias aquelas em que se verifiquem algumas das seguintes situações:

- a população em geral prefere conservar a sua riqueza em ativos não monetários ou numa moeda estrangeira relativamente estável. As quantias de moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- a população em geral vê as quantias monetárias não em termos de moeda local mas em termos de uma moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- as vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada de poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- as taxas de juro, os salários e os preços estão ligados a um índice de preços; e
- a taxa de inflação acumulada durante os três últimos anos aproxima-se de 100% ou excede esse valor.

No seguimento do atrás descrito, e verificando-se algumas das situações acima elencadas, Angola foi considerada no exercício de 2017 uma economia hiperinflacionária.

Deste modo, de acordo com a IAS 29, a reexpressão das demonstrações financeiras das entidades cuja moeda funcional era o Kwanza para a unidade de mensuração corrente foi efetuada da seguinte forma:

Demonstração da posição financeira

- As quantias da demonstração da posição financeira não expressas ainda em termos de unidade de mensuração corrente à data de referência daquela demonstração foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços.
- Os itens monetários não foram reexpressos porque já se encontravam expressos em termos de unidade de mensuração corrente à data da demonstração da posição financeira. Os itens monetários representam dinheiro devido e elementos a ser recebidos ou a ser pagos em dinheiro.
- Os ativos e passivos ligados por acordo às alterações de preços, tais como obrigações e empréstimos indexados a um índice, foram ajustados nos termos do acordo a fim de determinar a quantia em aberto à data da demonstração da posição financeira.

- Todos os outros ativos e passivos foram considerados como não monetários. Contudo, alguns itens não monetários foram registados pelas quantias correntes à data da demonstração da posição financeira, tais como o valor realizável líquido e o valor de mercado, e por isso não foram reexpressos. Todos os outros ativos e passivos não monetários foram reexpressos.

- A maior parte dos itens não monetários encontrava-se registada ao custo ou ao custo deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, pelo que encontrava-se expressa por quantias correntes à data da sua aquisição. O custo reexpresso de cada item foi determinado pela aplicação ao seu custo histórico e à sua amortização / perda de imparidade acumulada da variação ocorrida num índice geral de preços a partir da data da sua aquisição (ou data de alteração de moeda funcional) até à data de referência da demonstração da posição financeira. Deste modo, os ativos tangíveis e intangíveis, os investimentos financeiros, os inventários e o goodwill foram reexpressos a partir das datas da sua aquisição ou de alteração de moeda funcional.

- Quando aplicável, a quantia reexpressa dos itens não monetários foi reduzida para a sua quantia recuperável por força do uso futuro estimado do item ou da sua alienação. Deste modo, em certos casos, as quantias reexpressas dos ativos tangíveis foram reduzidas para a sua quantia recuperável, as quantias reexpressas dos inventários foram reduzidas para o seu valor realizável líquido e as quantias reexpressas dos investimentos financeiros foram reduzidas para o seu valor de mercado.

- Os itens expressos pelo custo corrente (justo valor) não foram reexpressos porque já se encontravam expressos em termos da unidade de mensuração corrente à data da demonstração da posição financeira.

- As rubricas de capital próprio, exceto as de resultados transitados e as de qualquer excedente de revalorização, foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços desde as datas em que os respetivos montantes foram gerados. Por outro lado, qualquer excedente de revalorização que tivesse sido originado em exercícios anteriores foi eliminado. Por último, os resultados transitados reexpressos foram determinados a partir de todas as outras quantias da demonstração da posição financeira reexpressas.

Demonstração dos resultados

- A demonstração dos resultados, antes da reexpressão, relata geralmente os custos e os proveitos correntes no momento em que ocorreram as transações ou os acontecimentos subjacentes. Deste modo, o custo das vendas e a amortização dos ativos fixos são registados pelos custos correntes no momento do seu consumo; e os proveitos e outros custos correntes são registados pelas quantias correntes no momento em que foram gerados / incorridos.

- Todos os itens da demonstração dos resultados foram reexpressos em termos de unidade de mensuração corrente à data de referência da demonstração da posição financeira. Deste modo, todas as quantias foram reexpressas a partir das datas em que os itens de rendimentos e gastos foram inicialmente registados na demonstração dos resultados pela aplicação do respetivo índice geral de preços.

- A reexpressão das demonstrações financeiras de acordo com a IAS 29 originou diferenças entre o resultado tributável e o resultado contabilístico. Aquelas diferenças foram contabilizadas de acordo com a IAS 12.

Posição monetária líquida

Num período de inflação, uma empresa que detenha um excesso de ativos monetários sobre passivos monetários (posição monetária líquida devedora) perde poder de compra e conseqüentemente gera uma perda; por outro lado, uma empresa que detenha um excesso de passivos monetários sobre ativos monetários (posição monetária líquida credora) ganha poder de compra e conseqüentemente gera um ganho.

O ganho ou a perda na posição monetária líquida foi incluído no resultado líquido do exercício.

Para efeitos de determinação do índice geral de preços acima mencionado, o GRUPO utilizou a informação divulgada pelo Banco Nacional de Angola sobre os níveis de inflação ocorridos em Angola nos últimos anos. Aqueles índices resumidamente foram como segue:

Índice de Preços em Angola	
Data	Índice de preços
31.12.2017	100,00
30.09.2017	105,21
30.06.2017	111,61
31.03.2017	117,68
31.12.2016	126,25
30.09.2016	134,10
30.06.2016	147,21
31.03.2016	162,22
31.12.2015	179,23
30.09.2015	187,01
30.06.2015	194,05
31.03.2015	200,55
31.12.2014	204,81

Em 1 de janeiro de 2017, o impacto da reexpressão das demonstrações financeiras das entidades/empresas cuja moeda funcional era o Kwanza para a unidade de mensuração corrente, foi registado na rubrica “Impacto da hiperinflação em Angola” na demonstração do outro rendimento integral.

Informação detalhada sobre o impacto da reexpressão acima referida pode ser consultada na Nota 43.

1.3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO foram as seguintes:

i) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, sendo apenas reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para o GRUPO, se for possível medir razoavelmente o seu custo e se o GRUPO possuir o controlo sobre os mesmos.

Os ativos intangíveis são constituídos basicamente pelos direitos de exploração de concessões (decorrentes da adoção da IFRIC 12), pelos ativos reconhecidos no âmbito do processo de imputação de justo valor aos ativos e passivos adquiridos em concentrações de atividades empresariais e por *software*.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviço público nos quais o Concedente controla (regula):

- os serviços a serem prestados pela concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:

- construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros; e
- já existentes e às quais é dado acesso ao operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito, as concessões detidas pelo GRUPO, maioritariamente afetas à área do tratamento e valorização de resíduos (SUBGRUPO EGF), encontram-se abrangidas no âmbito daquela IFRIC pelas seguintes razões:

- O GRUPO possui contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado (Concedente) e por um período pré-definido;
- O GRUPO efetua a prestação de serviços públicos mediante a utilização de infraestruturas;
- O Concedente controla os serviços prestados e as condições em que são prestados (no caso das concessões na área do tratamento e valorização dos resíduos, nomeadamente, através do regulador ERSAR); e
- Os diversos ativos utilizados para a prestação dos serviços revertem para o Concedente no final dos contratos de concessão.

Por outro lado, a IFRIC 12 estabelece igualmente os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração de direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as características mencionadas anteriormente e define os seguintes modelos de reconhecimento:

- i) Modelo do ativo financeiro - aplicável quando o operador tem um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Concedente, correspondente a montantes específicos ou determináveis. Nestas situações, o operador deverá registar um ativo financeiro (conta a receber). Neste modelo, o Concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser, em geral, legalmente vinculativo;
- ii) Modelo do ativo intangível - aplicável quando o operador recebe do Concedente o direito de cobrar uma tarifa em função da utilização da infraestrutura. Nestas situações, o operador deverá reconhecer um ativo intangível; e
- iii) Modelo misto - aplicável quando o contrato de concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo Concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas concessionárias.

Atendendo aos termos dos contratos de concessão celebrados pelas empresas concessionárias da EGF, nomeadamente no que se refere ao modelo remuneratório, foi entendido que as operações daquelas concessionárias são enquadráveis no modelo do ativo intangível, em virtude, essencialmente, das concessionárias terem o direito de cobrar aos utilizadores uma tarifa e de assumirem os riscos operacionais, de investimento e de financiamento das concessões.

Adicionalmente, em relação ao valor residual dos ativos afetos às concessões, este foi integrado, igualmente, como uma parte do ativo intangível, sendo remunerado anualmente de acordo com o regulamento tarifário em vigor.

Para fins de amortização dos ativos afetos às concessões, foi tido em consideração o método que melhor reflete o modelo pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros dos ativos sejam consumidos pelas concessionárias. Desta forma, o GRUPO encontra-se a utilizar as vidas úteis definidas e aprovadas pelo regulador (ERSAR), por ser esta a base do seu rendimento anual, ou seja, os ativos concessionados são amortizados numa base linear em conformidade com o modelo de remuneração subjacente ao regulamento tarifário.

As vidas úteis definidas e aprovadas pela ERSAR para as principais infraestruturas afetas à atividade de tratamento e valorização de resíduos são como seguem:

Classes	Anos
Aterros sanitários	Método de depleção
Selagem de aterros	Período da concessão
Edifícios e outras construções	10 - 36
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	3 - 12
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	2 - 12

Importa ainda referir que, o direito atribuído no âmbito dos contratos de concessão consiste na possibilidade das concessionárias cobrarem tarifas em função dos custos incorridos com as infraestruturas. Assim, tendo em consideração a metodologia de apuramento das tarifas, a base de remuneração é apurada atendendo a cada item de ativo concessionado em específico, o que pressupõe a necessidade de componentização do direito. Consequentemente, considera-se que o direito é componentizável por partes distintas à medida que se vão concretizando as diversas bases de remuneração. Desta forma, o ativo intangível vai sendo aumentado à medida que se vão concretizando as diversas infraestruturas afetadas à concessão, sendo registado com base no seu custo de aquisição/construção e diminuído à medida que se vão consumindo os benefícios económicos futuros.

Relativamente aos subsídios ao investimento afetos aos ativos concessionados, estes são reconhecidos na demonstração de resultados na mesma cadência da amortização dos ativos.

Por último, no âmbito dos contratos de concessão em vigor, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, as concessionárias da EGF não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos às concessões, pelo que o rédito e os encargos com a construção destes ativos apresentam igual montante.

ii) Imóveis para uso próprio

Os imóveis (terrenos e edifícios) para uso próprio são registados inicialmente ao custo de aquisição ou produção. O GRUPO adotou o modelo da revalorização (valor revalorizado deduzido de amortizações acumuladas) como política contabilística para a mensuração subsequente dos mesmos. A respetiva quantia revalorizada corresponde ao seu justo valor à data da revalorização. As revalorizações são efetuadas regularmente (num prazo que não exceda os três anos), por avaliadores imobiliários independentes, para que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor do respetivo imóvel. O justo valor é apurado essencialmente através do método comparativo de mercado ou através do método do rendimento.

No método comparativo de mercado são utilizados como *inputs* relevantes o custo m² de aquisição, de construção ou de arrendamento de imóveis com características similares, enquanto que no método do rendimento são utilizados como *inputs* relevantes as rendas em vigor, as rendas a vigorar após o final do contrato de arrendamento e a taxa de desconto que melhor reflita os riscos inerentes ao imóvel. Nas situações em que o justo valor apurado nas avaliações é ligeiramente superior à quantia escriturada na demonstração da posição financeira, o GRUPO, por uma questão de prudência, não procede à atualização para o justo valor dos ativos objeto de avaliação.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efetuadas aos imóveis para uso próprio são registados por contrapartida de capital próprio. Quando um terreno/edifício que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios anteriores se encontra sujeito a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores, deduzido da quantia realizada através das depreciações, sendo o seu excedente registado como custo na demonstração de resultados do exercício.

As depreciações são imputadas numa base sistemática pelo método das quotas constantes durante a vida útil estimada dos edifícios, a qual varia entre os 20 e os 50 anos. Os terrenos não são depreciados.

As depreciações dos imóveis para uso próprio são registadas por duodécimos na rubrica “Amortizações” da demonstração dos resultados. Eventuais alterações ao período de vida útil estimada dos imóveis para uso próprio são efetuadas de forma prospetiva.

iii) Terrenos afetos à exploração de pedreiras

Os terrenos afetos à exploração de pedreiras são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. A depreciação destes ativos é efetuada de acordo com o método da depleção, ou seja, tendo em consideração o rácio entre as quantidades de inertes extraídas anualmente e as reservas totais estimadas de inertes existentes, as quais são avaliadas a cada período de relato.

iv) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2003 encontram-se registados ao seu custo considerado (“*deemed cost*”), o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

Os outros ativos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados, ou seja, quando os ativos se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operarem de acordo com o pretendido pelo Conselho de Administração do GRUPO, e são imputadas numa base sistemática pelo método das quotas constantes durante a sua vida útil, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pelo GRUPO, o desgaste natural esperado, a sujeição a uma previsível obsolescência técnica e ao eventual valor residual atribuível ao bem.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se seguem (em anos):

Equipamentos:

Equipamento básico (excluindo o afeto a concessões)	3 a 10
Equipamento administrativo	4 a 10
Equipamento de transporte	3 a 10
Ferramentas e utensílios	3 a 6
Outros ativos tangíveis	3 a 10

As depreciações dos outros ativos tangíveis são registadas por duodécimos na rubrica “Amortizações” da demonstração dos resultados. Eventuais alterações ao período de vida útil estimada dos outros ativos tangíveis são efetuadas de forma prospetiva.

As despesas subsequentes associadas à substituição de componentes de ativos tangíveis incorridas pelo GRUPO são adicionadas aos respetivos ativos, sendo o valor líquido das componentes substituídas abatido e registado como um custo na rubrica “Outros rendimentos/(gastos) operacionais”.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis são registadas como custo no exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate de ativos tangíveis são determinadas pela diferença entre o seu preço de venda e o seu valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Outros rendimentos / (gastos) operacionais”.

v) Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão às quantias escrituradas dos ativos tangíveis e intangíveis do GRUPO com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável do respetivo ativo (ou da UGC) a fim de se determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo ou da UGC consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender ou (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da UGC relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da UGC) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registrada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Provisões e perdas de imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registrado no capital próprio. Neste último caso, aquela perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

As perdas de imparidade são imputadas à quantia escriturada dos ativos da UGC na seguinte ordem: em primeiro lugar ao *goodwill* alocado à UGC (se existir) e depois aos outros ativos da UGC numa base pro-rata atendendo às respetivas quantias escrituradas.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores só ocorre quando existe evidência de que as perdas de imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão de perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Provisões e perdas de imparidade”. A reversão de perdas de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda de imparidade anterior não tivesse sido registrada.

vi) Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; e como (ii) locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato.

a) Locações em que o GRUPO age como locatário

Os ativos tangíveis e intangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se os ativos e as depreciações acumuladas correspondentes conforme referido nas alíneas ii) e iv) acima, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período de vigência do contrato de locação.

b) Locações em que o GRUPO age como locador

Nas locações em que o GRUPO age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, o valor dos ativos afetos é mantido na demonstração da posição financeira e os rendimentos gerados são reconhecidos de forma linear durante o período de vigência do contrato de locação.

vii) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cuja finalidade é a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido e não o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos (casos em que são classificados como ativos tangíveis), ou para venda no decurso ordinário dos negócios (casos em que são classificados como inventários). A classificação de determinados terrenos e edifícios como propriedades de investimento, em detrimento de inventários e/ou de ativos tangíveis, resulta essencialmente das perspetivas de utilização que o Conselho de Administração do GRUPO tem para aqueles imóveis, tendo em conta, nomeadamente, a maximização do retorno dos mesmos.

As propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em fase de construção, são registradas pelo seu justo valor, determinado anualmente por peritos independentes especializados.

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de “Outros rendimentos / (gastos) operacionais – Variações de justo valor nas propriedades de investimento”.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto Municipal sobre Imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

viii) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através de uma alienação e não através do seu uso continuado. Para que tais ativos sejam objeto de tal classificação, os mesmos têm de estar disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais, a venda tem de ser altamente provável, o Conselho de Administração tem de estar comprometido a executar tal venda e a alienação ocorrer previsivelmente num período de 12 meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são registados pelo mais baixo entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos estimados com a venda. A sua eventual amortização cessa a partir do momento da classificação como ativos não correntes detidos para venda.

Para efeitos de apuramento do justo valor dos ativos não correntes detidos para venda, foram consideradas, nomeadamente, as propostas de compra recebidas para os ativos a alienar e avaliações efetuadas por entidades independentes.

ix) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o GRUPO se torna parte integrante das correspondentes disposições contratuais.

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: “Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados”, “Empréstimos e contas a receber”, “Ativos financeiros detidos até à maturidade” e “Ativos financeiros disponíveis para venda”. A classificação, definida no momento do reconhecimento inicial, depende da intenção subjacente à aquisição do ativo e das características dos instrumentos financeiros.

- Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados: esta categoria divide-se em duas subcategorias: “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados”. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria, nomeadamente, se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização pelo justo valor eliminar ou reduzir significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos financeiros derivados são também classificados como “Ativos financeiros detidos para negociação”, exceto se tiverem sido designados como instrumentos de cobertura no âmbito da aplicação das regras de contabilidade de cobertura da IAS 39. Os ativos registados nesta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses após a data da demonstração da posição financeira.

- Empréstimos e contas a receber: Esta categoria inclui ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis e com maturidade definida ou à vista que não se encontrem cotados em mercados ativos/líquidos. Estes ativos financeiros surgem quando o GRUPO fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os “Empréstimos e contas a receber” são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, situação em que são classificados como ativos não correntes e é estimado o seu valor atual, conforme explicitado na Nota 24 a). Em ambos os casos, esta tipologia de ativos financeiros é registada na demonstração da posição financeira nas rubricas de “Clientes” e de “Outros devedores”.

- Ativos financeiros detidos até à maturidade: Esta categoria inclui ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis e com maturidade definida, que o GRUPO tenciona manter até ao seu vencimento (e tem capacidade para isso). Estes ativos são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, situação em que são classificados como ativos não correntes.

- Ativos financeiros disponíveis para venda: Esta categoria inclui os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o instrumento financeiro num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

Os ativos financeiros são inicialmente registados pelo seu justo valor (que normalmente é o valor pago na data da aquisição), acrescido de custos de transação (exceto os que são registados ao justo valor por resultados, situação em que os correspondentes custos de transação são registados como custos do exercício).

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros registados a justo valor através de resultados e os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados na demonstração consolidada do outro rendimento integral na rubrica “Reservas de justo valor – Investimentos disponíveis para venda”, até o ativo ser vendido, recebido ou a perda incorrida ser considerada uma perda de imparidade, momento em que o ganho ou a perda acumulada é registado(a) separadamente na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação ou dos ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados são registados na demonstração dos resultados do exercício.

Todos os investimentos em instrumentos de capital próprio (ações) não cotados classificados como ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se registados pelo seu custo de aquisição (justo valor na data do reconhecimento inicial), considerando sempre eventuais perdas por imparidade no caso de existirem provas objetivas das mesmas. É convicção do Conselho de Administração do GRUPO que o justo valor desses investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição, líquido de imparidades.

Os dividendos relativos a instrumentos de capital próprio que se encontram classificados como ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que o direito a receber os mesmos foi estabelecido.

Os ativos financeiros classificados nas categorias de Empréstimos e contas a receber e de Ativos financeiros detidos até à maturidade são, subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ativos financeiros (exceto os mensurados a justo valor através de resultados) são sujeitos a análises de imparidade na data de cada demonstração da posição financeira. Os ativos financeiros correspondentes a investimentos em instrumentos de capital próprio ou os ativos que sejam individualmente significativos são sujeitos a análises de imparidade individuais.

No caso dos investimentos em instrumentos de capital próprio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, uma queda significativa (mais do que 50%) ou prolongada (mais de dois anos) do seu justo valor face ao seu custo de aquisição é indicativa de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Para os restantes ativos, o GRUPO considera como indícios objetivos de imparidade mais relevantes os seguintes:

- Dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte para liquidar as suas dívidas;
- Não cumprimento atempado por parte da contraparte dos créditos concedidos pelo GRUPO; e
- Probabilidade elevada de que a contraparte entre num processo de falência ou de reestruturação de dívida.

Para os ativos financeiros registados ao custo amortizado, o montante apurado da imparidade resulta da diferença entre o seu valor contabilístico e o valor atual dos fluxos de caixa futuros contratuais estimados descontados à taxa de juro efetiva inicial, que nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano é nula, por se considerar imaterial o efeito do desconto.

A quantia escriturada dos ativos financeiros apresentada na demonstração da posição financeira consolidada é reduzida diretamente pelas perdas de imparidade apuradas. Quando uma conta a receber de clientes ou de outros devedores é considerada como incobrável, a mesma (juntamente com as eventuais perdas de imparidade associadas) é anulada por contrapartida de resultados. Recebimentos posteriores de contas a receber de clientes e de outros devedores já desconhecidas são registados como um rendimento na demonstração dos resultados do exercício. As variações nas perdas de imparidade são registadas na demonstração dos resultados do exercício.

Com exceção dos investimentos em instrumentos de capital próprio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, as diminuições subsequentes em perdas de imparidade acumuladas que, objetivamente, sejam devidas a um evento posterior à data de reconhecimento da imparidade, são registadas através da demonstração dos resultados do exercício até ao limite da perda de imparidade acumulada existente. As perdas de imparidade em investimentos em instrumentos de capital próprio que são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

b) Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente registados no passivo pelo seu justo valor. Eventuais despesas com a emissão e contratação desses empréstimos são registadas como uma dedução ao passivo sendo reconhecidas em resultados ao longo da vigência desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos obtidos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração do GRUPO utilizar essa fonte de financiamento igualmente por um período superior a um ano.

Os empréstimos sem recurso correspondem aos empréstimos em que apenas os ativos das empresas financiadas respondem pela liquidação da dívida (*Project finances*). Nos empréstimos com recurso, a liquidação da dívida é sempre assegurada pelo GRUPO.

c) Fornecedores e credores diversos

Os passivos financeiros incluídos nas rubricas de “Fornecedores” e de “Credores diversos” são inicialmente registados pelo seu justo valor. Estes passivos financeiros são, subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

d) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são inicialmente registados pelo seu justo valor. Estes passivos financeiros são, subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

e) Distinção entre passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação. São considerados pelo GRUPO instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que o GRUPO detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos.

f) Instrumentos financeiros derivados

O GRUPO utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objetivo de especulação. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente regulada pelo GRUPO.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo GRUPO respeitam, essencialmente, a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio associados a empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, as datas de vencimento de juros e os planos de reembolso são geralmente semelhantes às condições estabelecidas para os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio, pelo que, normalmente, a cobertura é altamente eficaz.

Os critérios utilizados pelo GRUPO para classificar instrumentos financeiros derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação das alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação no início da cobertura; e
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos financeiros derivados de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu justo valor. As alterações subsequentes de justo valor desses instrumentos, associadas à parcela de cobertura efetiva, são reconhecidas na demonstração consolidada do outro rendimento integral na rubrica “Variação, líquida de impostos, no justo valor de instrumentos financeiros derivados”, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta os resultados. As eventuais ineficácias de cobertura existentes são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados do exercício.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica, não cumprem todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação para aplicação das regras de contabilidade de cobertura, as respetivas variações no justo valor são registadas na demonstração dos resultados no exercício em que ocorrem.

g) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de ações próprias são registados na rubrica “Outras reservas e resultados transitados”.

h) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do GRUPO ao recebimento dos seus fluxos de caixa futuros; (ii) o GRUPO tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou; (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, dos riscos e benefícios associados à sua detenção, o GRUPO tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* com recurso à data de cada demonstração da posição financeira são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO por contrapartida da rubrica “Outros passivos financeiros” até ao momento do recebimento das mesmas.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando o GRUPO: (i) liquide o passivo pagando o mesmo ao credor ou; (ii) fique legalmente liberto da responsabilidade primária pelo passivo, seja por processo de lei, ou pelo credor.

x) Caixa e seus equivalentes

a) Caixa e seus equivalentes à vista

Os montantes incluídos nas rubricas “Caixa e seus equivalentes com/sem recurso à vista” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses que possam ser imediatamente mobilizáveis com um risco de alteração de valor não significativo.

b) Caixa e seus equivalentes a prazo

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria não imediatamente disponíveis, pelo facto de terem sido dados em garantia ou estarem cativos.

Os montantes de Caixa e seus equivalentes sem recurso correspondem às disponibilidades das empresas financiadas em regime de *project finance*, nomeadamente do SUBGRUPO EGF (Nota 1.3 ix) b)).

xi) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do respetivo valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a alienação).

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao seu valor de mercado. O custo de produção inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico.

São registados ajustamentos para refletir a diferença entre a quantia escriturada dos inventários e o correspondente valor realizável líquido, nos casos em que este último seja inferior na data de relato.

No caso dos inventários, os ajustamentos para o seu valor realizável líquido são calculados com base em valores de mercado e em diversos indicadores de rotação.

O custeio das mercadorias vendidas e das matérias consumidas segue as seguintes regras:

- Imóveis – custo específico
- Materiais e restantes inventários – custo médio

xii) Rédito

O rédito é registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções estimadas.

a) Contratos de construção

O GRUPO reconhece os resultados dos contratos de construção, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como a relação entre os gastos incorridos em cada contrato até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para o completar. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos totais estimados e os valores até então faturados são contabilizadas nas sub-rubricas "Produção e prestações de serviços não faturadas (Construção)" ou "Faturação antecipada (Construção)", incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Nos casos em que, devido a incertezas no plano de construção, os resultados futuros do contrato não são passíveis de ser determinados com fiabilidade, o contrato é reconhecido pelo montante dos gastos incorridos (“contratos margem zero”).

Variações face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício somente quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente daquelas variações e que estas possam ser mensuradas com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia dos contratos de construção, o GRUPO reconhece um passivo para acomodar tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em consideração os valores históricos de produção e de gastos incorridos com os contratos em período de garantia.

Quando é provável que os gastos totais previstos para completar um contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos relacionados com a preparação de propostas para apresentação em concursos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, uma vez que o desfecho das propostas não é controlável.

b) Atividade imobiliária

Os gastos capitalizados nos empreendimentos imobiliários desenvolvidos pelo GRUPO são apurados tendo em conta os gastos diretos de construção, assim como todos os gastos associados à elaboração dos projetos e ao licenciamento das obras. Os gastos imputáveis ao financiamento, à supervisão e à fiscalização dos empreendimentos são também capitalizados, desde que estes se encontrem em curso.

Considera-se, para efeito de capitalização de encargos financeiros e de encargos com a supervisão e fiscalização do empreendimento, que o mesmo se encontra em curso se aguardar decisão das autoridades competentes ou se se encontrar em construção. Caso o empreendimento não se encontre nestas fases, o mesmo é considerado parado e as capitalizações acima referidas são suspensas.

Adicionalmente, de acordo com a IFRIC 15, o rédito da atividade imobiliária é reconhecido quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo para o comprador (ou seja, no momento da celebração da escritura do imóvel).

c) Atividade de tratamento e valorização de resíduos

O rédito proveniente da venda de energia e de produtos valorizáveis é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O GRUPO não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o GRUPO; e
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços de tratamento e valorização de resíduos urbanos é reconhecido com base nas quantidades de resíduos tratados, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o GRUPO;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O reconhecimento do rédito proveniente das atividades concessionadas desenvolvidas pelas empresas do SUBGRUPO EGF é efetuado com base na tarifa aprovada pelo regulador (ERSAR), tendo em consideração os proveitos permitidos e as quantidades de resíduos da recolha indiferenciada.

A tarifa tem a finalidade de recuperar:

- i) A amortização dos ativos da concessão associados à atividade regulada;
- ii) O retorno do valor líquido contabilístico médio dos ativos associados à atividade regulada, de acordo com as taxas definidas pelo regulador; e
- iii) Os custos operacionais associados à atividade regulada.

Desvios tarifários

O regulamento tarifário, emitido pela ERSAR, define a fórmula de cálculo dos proveitos permitidos para as atividades reguladas e contempla nessa fórmula o apuramento dos desvios tarifários que deverão ser recuperados até ao segundo ano após a data em que os mesmos forem gerados.

Desta forma, em cada data de relato, o GRUPO apura, de acordo com os critérios definidos no regulamento tarifário, os desvios de tarifário existentes entre os proveitos permitidos recalculados com base nos valores reais e os proveitos faturados.

Atendendo ao enquadramento regulatório acima descrito, os desvios tarifários apurados pelo GRUPO em cada exercício cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, direito à sua recuperação, transmissibilidade dos mesmos e incidência de juros) que suportam o seu reconhecimento como rédito, e como ativo, no ano em que são apurados. Tal racional é igualmente válido quando são apurados desvios tarifários a entregar (a pagar), os quais são configuráveis como passivos e menos rédito.

xiii) Especialização dos exercícios

O GRUPO adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

xiv) Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

No momento do reconhecimento inicial, todas as transações em moeda estrangeira são registadas na moeda funcional da respetiva entidade pela aplicação à quantia em moeda estrangeira da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transação.

No fim de cada período de relato: a) os itens monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio de fecho; b) os itens não monetários que sejam mensurados em termos de custo histórico numa moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transação; e c) os itens não monetários que sejam mensurados pelo justo valor numa moeda estrangeira são convertidos às taxas de câmbio à data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários a taxas diferentes daquelas a que foram convertidos no reconhecimento inicial ou em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do exercício, exceto se resultarem de itens monetários que façam parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira. ~

Neste caso, essas diferenças de câmbio são reconhecidas inicialmente em outro rendimento integral e reclassificadas do capital próprio para o resultado líquido do exercício aquando da alienação daquela unidade operacional.

As diferenças de câmbio relacionadas com transações de investimento/financiamento (financeiras) são registadas em subrubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiras”.

As diferenças de câmbio relacionadas com transações operacionais são registadas numa subrubrica de “Outros rendimentos/(gastos) operacionais”.

As diferenças de saldos intragrupo, geradas no processo de transposição de demonstrações financeiras de entidades/empresas com moeda funcional diferente do Euro, resultantes de ineficiências entre as várias taxas de câmbio envolvidas, são mantidas na demonstração da posição financeira e regularizadas aquando da liquidação das transações subjacentes.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados, os fluxos de caixa e a posição financeira das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação, cujas moedas funcionais não sejam a moeda de uma economia hiperinflacionária, foram convertidas para Euro às taxas de câmbio indicadas na Nota 1.2. alínea h).

xv) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação (de acordo com as regras fiscais em vigor no país em que operam) e considera a tributação diferida.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, na data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente, por não terem preenchido as condições para o seu registo, e/ou para reduzir o montante dos mesmos em função da expectativa atual da sua recuperação futura. Especificamente, no que respeita ao registo de ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis, estes apenas são registados quando os planos de negócio das respetivas empresas suportam a sua recuperação integral dentro dos prazos legais estabelecidos.

O montante de imposto a incluir, quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em rubricas do outro rendimento integral, é registado diretamente nessas mesmas rubricas, não afetando o resultado do exercício.

xvi) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros associados a empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos que se qualifiquem são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização, no final de construção do ativo, ou quando a construção do ativo se encontra suspensa.

Os restantes encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo no período em que sejam incorridos.

xvii) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o GRUPO tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (valor esperado do exfluxo a incorrer), tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas. Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação, a mesma é registada pelo valor atual dos mesmos. A taxa de desconto utilizada na atualização financeira acima referida corresponde à taxa média de financiamento da respetiva empresa à data de relato.

Provisões para contratos onerosos - As obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. É considerado que existe um contrato oneroso quando o GRUPO está perante uma situação em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam que sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

Provisões para garantia de obra - As provisões para fazer face a custos expectáveis com garantias ao abrigo de contratos de construção são registadas na data em que o rédito da construção é reconhecido, em função da melhor estimativa do Conselho de Administração dos exfluxos de recursos necessários para satisfazer aquela obrigação.

Provisões para processos judiciais - As provisões para processos judiciais são registadas no momento em que se determina que é provável a ocorrência de uma saída de recursos para o GRUPO, sendo as mesmas reapreciadas anualmente tendo em conta a opinião dos respetivos advogados/consultores legais encarregues dos processos.

As provisões para reestruturação só são reconhecidas pelo GRUPO quando exista um plano formal e detalhado de reestruturação e o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

xviii) Benefícios de empregados

a) Benefícios concedidos a empregados correntes e não correntes

É reconhecido um passivo para fazer face aos benefícios concedidos a empregados relativamente a salários, férias e subsídio de férias no período em que o serviço dos empregados é prestado, sendo o mesmo reconhecido pelo montante dos benefícios expectáveis de serem pagos.

Os passivos reconhecidos relativos a benefícios concedidos a empregados correntes são mensurados ao valor não descontado dos benefícios expectáveis de serem pagos pelos serviços prestados.

Os passivos reconhecidos relativos a benefícios concedidos a empregados não correntes são mensurados ao valor presente dos pagamentos expectáveis futuros relativamente aos serviços prestados pelos empregados até à data de reporte.

b) Pensões

As responsabilidades com o plano de pensões de benefícios definidos, atribuído a alguns ex-funcionários e a alguns atuais administradores do GRUPO, são apuradas de acordo com o método da unidade de crédito projetada ("*Projected Unit Credit Method*"), sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato utilizando os pressupostos atuariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

A partir de 1 de janeiro de 2013, na sequência da revisão da IAS 19, o GRUPO passou a registar na rubrica de "Gastos com pessoal" da demonstração dos resultados as seguintes componentes afetas ao plano de pensões acima referido:

- Custo dos serviços correntes;
- Custo líquido de juros com o plano de pensões; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O custo líquido de juros com o plano de pensões é calculado pelo GRUPO multiplicando a responsabilidade líquida com pensões de reforma pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das respetivas responsabilidades. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades do GRUPO com pensões de reforma eram unicamente cobertas através do registo de uma provisão na demonstração da posição financeira, na rubrica “Provisões”, não existindo um Fundo autónomo.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como os ganhos e perdas decorrentes de alterações de pressupostos atuariais são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

xix) Subsídios atribuídos pelo Estado

Os subsídios atribuídos para financiar ações de formação de pessoal são reconhecidos como rendimentos durante o período de tempo durante o qual o GRUPO incorre nos respetivos gastos de formação e são apresentados na demonstração dos resultados a deduzir a esses mesmos gastos.

Os subsídios atribuídos para financiar investimentos em ativos tangíveis ou intangíveis são diferidos e registados como responsabilidades. Os subsídios ao investimento são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período de vida útil estimado dos bens subsidiados na rubrica de “Outros rendimentos/(gastos) operacionais”.

xx) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas são divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

xxi) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (“*non adjusting events*”), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

xxii) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do GRUPO baseou-se no seu melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (e correspondentes fontes de incerteza) incluem:

- a) Justo valor dos ativos tangíveis e das propriedades de investimento e valor de realização dos imóveis classificados em inventários

Alguns ativos imobiliários do GRUPO (nomeadamente terrenos e edifícios) são mensurados através do modelo da revalorização (ou modelo do justo valor, no caso das propriedades de investimento), o qual implica a determinação do respetivo justo valor. Adicionalmente, os imóveis que apresentam indícios de imparidade são sujeitos a testes de imparidade que assentam na determinação do valor de realização líquido dos mesmos. O justo valor e o valor de realização daqueles ativos imobiliários é frequentemente determinado com recurso a avaliações, as quais têm inevitavelmente subjacentes incertezas associadas a diversos fatores, tais como preços de mercado, *yields*, procura, etc.. Para atenuar o efeito destas incertezas, o Conselho de Administração tem por política, sempre que tal for praticável, o recurso a peritos credenciados e independentes para a realização das avaliações.

Quando as avaliações são efetuadas por técnicos internos, existe o requisito de as mesmas utilizarem a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis.

A informação sobre os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor ou do valor realizável líquido dos principais imóveis detidos pelo GRUPO, bem como a sensibilidade dos resultados apurados face a algumas alterações de pressupostos encontra-se divulgada nas Notas 17, 22 e 23.

b) Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis

O GRUPO revê as vidas úteis estimadas dos seus ativos tangíveis e intangíveis em cada data de relato. As vidas úteis dos ativos dependem de diversos fatores relacionados, quer com a utilização dos mesmos, quer com decisões estratégicas do GRUPO, quer ainda com a envolvente económica das várias empresas incluídas no perímetro de consolidação. Desta forma, o GRUPO implementou um processo de revisão das vidas úteis estimadas que contempla os fatores atrás descritos e ainda outros que sejam considerados relevantes para o efeito.

c) Análises de imparidade de *goodwill*, de investimentos financeiros em empresas associadas e conjuntamente controladas, de ativos tangíveis e de ativos intangíveis

As análises de imparidade requerem a determinação do justo valor e/ou do valor de uso dos ativos em questão (ou de algumas UGC). Este processo requer um elevado número de julgamentos, nomeadamente a estimação de fluxos de caixa futuros associados aos ativos ou às respetivas UGC e a determinação de uma taxa de desconto apropriada para o apuramento do valor presente dos referidos fluxos de caixa. Neste particular, o GRUPO, mais uma vez, estabeleceu o requisito de ser utilizada a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis. Estabeleceu ainda mecanismos de monitorização dos cálculos assentes no desafio crítico da razoabilidade dos pressupostos utilizados, da sua coerência e consistência (em situações similares).

A informação sobre os principais pressupostos utilizados nas análises de imparidade, bem como a sensibilidade dos resultados apurados face a algumas alterações de pressupostos encontra-se divulgada nas Notas 15 e 17.

d) Determinação de perdas de imparidade em contas a receber

As perdas de imparidade em contas a receber são apuradas conforme indicado na Nota 1.3. ix a). Deste modo, a determinação da imparidade através da análise individual corresponde ao julgamento do GRUPO quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor atribuído a eventuais garantias existentes, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados.

A informação sobre os principais pressupostos utilizados na determinação das perdas de imparidade em contas a receber encontra-se divulgada na Nota 24.

e) Reconhecimento do rédito em obras em curso

O rédito das obras em curso é reconhecido com base na sua fase de acabamento. A fase de acabamento traduz-se numa estimativa muito relevante que assenta na previsão dos gastos ainda a incorrer até à conclusão das obras. Este processo baseia-se, em grande medida, no *input* dos técnicos envolvidos nas obras, em virtude do seu conhecimento detalhado das mesmas, da sua experiência e competência técnica.

f) Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos (em particular de instrumentos financeiros derivados contratados pelo GRUPO: *forwards* de taxa de câmbio e *swaps* de taxa de juro), são utilizadas técnicas de valorização assentes em métodos de fluxos de caixa descontados. A determinação do justo valor destes instrumentos é geralmente efetuada pelas entidades junto das quais os mesmos foram contratados (contrapartes). O Conselho de Administração do GRUPO reconhece competência e objetividade às contrapartes. O GRUPO tem ainda acesso aos principais pressupostos e metodologias utilizados na determinação do justo valor destes instrumentos, os quais são considerados apropriados.

A informação sobre os principais pressupostos utilizados na valorização dos instrumentos financeiros derivados encontra-se divulgada na Nota 29.

g) Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do GRUPO. Os advogados/consultores legais do GRUPO possuem as competências técnicas e o conhecimento detalhado dos processos que lhes permitem fazer face à incerteza inerente ao desfecho de processos desta natureza.

h) Mensuração e avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável positiva futura. Adicionalmente, os ativos e os passivos por impostos diferidos são determinados com base na interpretação da legislação fiscal em vigor nas várias jurisdições onde o GRUPO opera. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos. Por último, a recuperação dos ativos por impostos diferidos depende ainda do desempenho das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação, circunstância que o GRUPO não controla por inteiro. De modo a atenuar o grau de incerteza associado a estas estimativas, em particular no tocante à interpretação da legislação fiscal aplicável, o GRUPO e as várias empresas incluídas no seu perímetro de consolidação recorrem aos serviços de consultores fiscais externos especializados.

i) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Aquelas avaliações incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. Os pressupostos adotados na determinação das responsabilidades com pensões correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do GRUPO quanto ao comportamento futuro das variáveis acima referidas.

A informação sobre os principais pressupostos utilizados na quantificação das responsabilidades com pensões de reforma, bem como a sensibilidade dos resultados apurados face a algumas alterações de pressupostos encontra-se divulgada na Nota 36.

As diversas estimativas acima referidas foram determinadas com base na melhor informação histórica disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os julgamentos subjacentes àquelas estimativas tiveram em consideração a envolvente económica global do setor e da geografia em que operam as várias empresas incluídas no perímetro de consolidação, bem como os seus desenvolvimentos futuros esperados. Atendendo à sua natureza, aqueles julgamentos encontram-se sujeitos a um razoável grau de incerteza. Consequentemente, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nas estimativas e que podem levar a que os desfechos observados difiram materialmente dos previstos. Alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8.

Na data de preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas não são antecipadas alterações relevantes às estimativas efetuadas e, conseqüentemente, não são esperadas variações materiais nos ativos e passivos registados com base nessas estimativas.

xxiii) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7 através do método direto. O GRUPO classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, mas exclui os valores cativos de depósitos a prazo das empresas concessionárias afetos ao serviço da dívida, bem como os depósitos dados em garantia ao abrigo de cláusulas contratuais.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa encontra-se segregada em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, os pagamentos a fornecedores, os pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira e o pagamento de dividendos.

2. Comparabilidade da informação

Decorrente da consideração em 2017 da economia angolana como uma economia hiperinflacionária, e tal como preconizado na IAS 21 e na IAS 29, o efeito da adoção da IAS 29 a exercícios anteriores a 1 de janeiro de 2017 foi refletido na rubrica “Impacto da hiperinflação em Angola” na demonstração do outro rendimento integral. Deste modo, as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017 não são diretamente comparáveis por este facto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

3. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Vendas		
Energia	120 386	80 546
Material reciclável	55 627	52 145
Inertes	20 970	19 743
Imobiliário	14 434	15 677
Outras	40 646	46 472
Prestações de serviços		
Contratos de construção	1 896 731	1 553 007
Resíduos - recolha	161 609	143 779
Resíduos - tratamento	78 561	79 785
Outros	208 331	218 926
	2 597 294	2 210 081

O aumento ocorrido no exercício de 2017 na rubrica “Vendas - Energia” é justificado, essencialmente, pelo aumento das vendas da FÉNIX.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as vendas e prestações de serviços por segmento operacional apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Europa - Engenharia e Construção	538 472	513 981
Europa - Ambiente e Serviços	296 223	330 791
África	860 273	707 937
América Latina	960 447	726 774
Outros e eliminações	(58 122)	(69 403)
	2 597 294	2 210 081

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, parte da redução ocorrida nas vendas e prestações de serviços na Europa – Ambiente e Serviços deveu-se à consolidação em 2016 de dois meses de atividade do Negócio Português e de Logística (cerca de 28 milhões de euros).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, nenhum cliente representava mais de 10% da rubrica “Vendas e prestações de serviços”.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros e eliminações” incluía, essencialmente, vendas e prestações de serviços de subsidiárias do segmento Europa - Engenharia e Construção para o segmento de África.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não se verificou qualquer descontinuação significativa nas atividades desenvolvidas pelo GRUPO.

4. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, Variação da produção e Subcontratos

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, a variação da produção e os subcontratos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, podem ser analisados como se segue:

2017	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	64 503	77 440	141 944
Diferenças cambiais e outros movimentos	7 814	(4 707)	3 108
Transferências	61 487	-	61 487
Impacto da hiperinflação em Angola	27	25 432	25 459
Variação de perímetro	(33 923)	(342)	(34 264)
Compras	13 189	548 588	561 777
Inventário final (Nota 23)	(96 861)	(84 915)	(181 777)
	16 236	561 496	577 732
Variação da produção			50 150
Variação da produção - impacto da hiperinflação em Angola			1 580
Subcontratos			439 947
Subcontratos - Impacto da hiperinflação em Angola			23 498
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, variação da produção e Subcontratos			1 092 907

2016	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	67 145	85 060	152 205
Diferenças cambiais e outros movimentos	467	(7 826)	(7 359)
Variação de perímetro	-	867	867
Compras	20 702	405 361	426 063
Inventário final (Nota 23)	(64 503)	(77 440)	(141 944)
	23 810	406 023	429 832
Variação da produção			(1 443)
Subcontratos			403 455
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, variação da produção e Subcontratos			831 844

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Transferências – Mercadorias” incluía um terreno recebido por parte de um cliente para liquidar uma dívida comercial que aquele mantinha junto do GRUPO no montante de 29.200 milhares de euros (Nota 24) e uma transferência de um imóvel registado na rubrica “Produtos e trabalhos em curso” no montante de 32.300 milhares de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante inscrito na rubrica “Variação de perímetro” respeitava, essencialmente, à alteração de método de consolidação do FIDEICOMISO EL CAPOMO (do método integral para o método de equivalência patrimonial).

Os montantes incluídos na rubrica “Variação da produção” correspondem, essencialmente, ao valor de custo dos apartamentos construídos e alienados pelo GRUPO.

5. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser analisados como se segue:

	2017	2016
Rendas e alugueres	125 329	137 175
Trabalhos especializados e recharging	89 580	99 640
Conservação e reparação	53 402	47 889
Transportes, deslocações e estadias	53 183	55 895
Transportes de mercadorias	44 154	33 094
Combustíveis	37 885	32 150
Seguros	21 296	18 215
Água e eletricidade	16 855	15 167
Utensílios, outros materiais e material de escritório	16 657	17 083
Vigilância e segurança	14 729	13 920
Comissões e honorários	14 524	15 131
Comunicações	5 681	7 013
Limpeza	3 351	3 198
Publicidade e propaganda	2 152	1 843
Outros fornecimentos e serviços	41 291	48 507
	540 070	545 918

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Rendas e alugueres” respeitava, essencialmente, aos encargos suportados com o aluguer de equipamentos, máquinas, viaturas e instalações, a maioria dos quais de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rendas vincendas associadas a contratos de locação operacional celebrados pelo GRUPO com instituições financeiras/crédito eram como se segue:

Ano de vencimento	2017	2016
1 ano	5 565	5 727
Entre 2 e 5 anos	7 536	5 170
mais de 5 anos	413	2
	13 514	10 899

Os principais contratos de locação operacional referidos acima respeitam, essencialmente, ao aluguer de viaturas e de equipamentos. Os alugueres de equipamentos estão associados, essencialmente, à execução das obras adjudicadas ao GRUPO.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Trabalhos especializados e *recharging*” incluía, entre outros, trabalhos de assistência técnica, *outsourcing* e consultoria.

6. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser analisados como se segue:

	2017	2016
Remunerações	420 623	411 076
Encargos sociais:		
Pensões e outros benefícios concedidos	439	552
Outros	116 204	112 664
	537 266	524 292

As responsabilidades com planos de pensões e de reforma encontram-se explicitadas na Nota 36.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros” incluía, essencialmente, os gastos suportados com a Segurança Social e outros regimes de contribuição social similares no estrangeiro, subsídios de refeição e doença, seguros de acidentes de trabalho e indemnizações.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os gastos com pessoal por segmento operacional apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Europa - Engenharia e Construção	104 384	103 639
Europa - Ambiente e Serviços	102 709	97 678
África	121 347	106 689
América Latina	187 979	190 742
Outros e eliminações	20 847	25 545
	537 266	524 292

Número de colaboradores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número de colaboradores ao serviço do GRUPO (tendo em conta a região onde os mesmos estavam a prestar efetivamente a sua atividade) pode ser analisado como se segue:

	2017	2016
Administradores e Membros dos órgãos sociais	140	92
Pessoal do quadro	12 647	11 827
Pessoal não do quadro	17 073	13 434
	29 860	25 353
Europa	8 713	8 473
África	11 824	9 747
América Latina	8 791	6 590
Holdings e outros	532	543
	29 860	25 353

7. Outros rendimentos / (gastos) operacionais

Os outros rendimentos / (gastos) operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser analisados como se segue:

	2017	2016
Rendimentos e ganhos operacionais		
Diferenças de câmbio favoráveis	981 384	560 482
Subsídios ao investimento (Nota 34)	26 349	28 034
Ganhos na alienação de ativo tangível	10 739	29 857
Variações de justo valor nas propriedades de investimento - Aumentos (Nota 22)	3 716	-
Trabalhos para a própria empresa	1 136	4 560
Outros proventos	33 745	10 163
	1 057 069	633 097
Gastos e perdas operacionais		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 000 470	518 066
Impostos	30 611	18 201
Perdas na alienação de ativo tangível	5 619	25 449
Donativos	2 187	1 939
Outros gastos	40 494	39 522
	1 079 382	603 178
	(22 313)	29 919

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as diferenças de câmbio desfavoráveis líquidas tiveram a sua origem, essencialmente, na região de África.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Subsídios ao investimento” respeitava, essencialmente, ao reconhecimento de subsídios ao investimento por parte das empresas do SUBGRUPO EGF.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Impostos” incluía diversos impostos suportados pelas várias empresas do GRUPO. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o aumento ocorrido nesta rubrica foi justificado, essencialmente, pelos mercados de Angola (imposto de selo) e Colômbia, fruto, nomeadamente, do aumento de atividade verificado no ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o GRUPO passou a registar nesta rubrica as “Variações de justo valor nas propriedades de investimento”. Até 31 de dezembro de 2016, aqueles montantes eram registados nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e de “Gastos e perdas financeiras” (Nota 10).

No âmbito dos contratos de concessão em vigor, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, as empresas do SUBGRUPO EGF não têm qualquer margem na construção nos ativos afetos a concessões, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição destes ativos apresentam igual montante (Notas 23 e 24).

8. Amortizações

As amortizações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Amortizações do exercício em ativo intangível (Nota 16):		
Despesas de desenvolvimento	1 684	463
Software e outros direitos	1 076	1 365
Licenças de exploração de concessões	65 568	70 225
Outros ativos intangíveis	56	26
	68 384	72 079
Amortizações do exercício em ativo tangível (Nota 17):		
Terrenos e edifícios	15 021	13 004
Equipamentos		
Europa - Engenharia e Construção	17 149	17 555
Europa - Ambiente e Serviços	6 695	6 278
África	56 883	66 178
América Latina	13 850	12 530
Outros	374	926
Outros ativos tangíveis	2 229	2 073
	112 201	118 544
	180 585	190 623

Durante o exercício de 2017, na sequência de uma revisão efetuada à vida útil dos equipamentos detidos pelo GRUPO, nomeadamente daqueles que se encontravam localizados em alguns países africanos e na Polónia, a vida útil de alguns deles foi revista. Como resultado daquela revisão, as amortizações do exercício foram inferiores em cerca de 6.500 milhares de euros comparativamente com as registadas em 2016.

Durante o exercício de 2016, na sequência de uma revisão efetuada à vida útil dos equipamentos detidos pela MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, a vida útil de alguns deles foi revista. Como resultado daquela revisão, as amortizações do exercício de 2016 foram inferiores em cerca de 3.000 milhares de euros comparativamente com as registadas no exercício de 2015.

9. Provisões e perdas de imparidade

As provisões e as perdas de imparidade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Provisões (Nota 33. Provisões):		
Europa - Engenharia e Construção	6 252	12 119
Europa - Ambiente e Serviços	2 129	2 283
África	10 358	1 783
América Latina	2 702	10 587
Outros	2 200	500
	23 640	27 272
Ajustamentos e perdas de imparidade:		
Em inventários (Nota 23. Inventários)		
Europa - Engenharia e Construção	1 311	5 887
África	353	1 387
	1 664	7 274
Em goodwill (Nota 15. Goodwill)		
Europa - Engenharia e Construção	572	3 437
	572	3 437
Em ativos tangíveis (Nota 17. Ativos tangíveis)		
África	13 284	-
	13 284	-
Em clientes e outros devedores (Nota 24. Outros ativos)		
Europa - Engenharia e Construção	5 928	11 469
Europa - Ambiente e Serviços	1 273	5 852
África	13 456	34 502
América Latina	10 271	5 245
Outros	2 472	4
	33 400	57 072
Reversão de provisões e perdas de imparidade (Notas 17, 23, 24 e 33):		
Europa - Engenharia e Construção	(12 159)	(15 229)
Europa - Ambiente e Serviços	(5 615)	(931)
África	(13 620)	(11 694)
América Latina	(3 137)	(746)
Outros	(7)	6
	(34 539)	(28 595)
Total de provisões e perdas de imparidade	38 022	66 460

O aumento líquido ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 nas rubricas de “Provisões” e “Ajustamentos e perdas de imparidade” deveu-se, essencialmente, à constituição de imparidades para fazer face ao efeito do recebimento diferido no tempo (“*time value of money*”) de algumas contas a receber no médio e longo prazo de clientes da região de África, à constituição de provisões para fazer face a contratos de construção onerosos, nomeadamente no segmento Europa – Engenharia e Construção (mercado da República Checa) e à constituição de imparidades para fazer face à deterioração de alguns ativos tangíveis no Malawi.

O aumento líquido ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 nas rubricas de “Provisões” e “Ajustamentos e perdas de imparidade” deveu-se, essencialmente, à constituição de imparidades para fazer face ao efeito do recebimento diferido no tempo (“*time value of money*”) de algumas contas a receber no médio e longo prazo de clientes da região de África, à constituição de imparidades para contas a receber para um cliente afeto ao negócio de tratamento e valorização de resíduos e à constituição de provisões para fazer face a contratos de construção onerosos, nomeadamente no segmento Europa – Engenharia e Construção (mercado da República Checa).

10. Rendimentos e ganhos financeiros e Gastos e perdas financeiras

Os rendimentos e ganhos financeiros e os gastos e perdas financeiras (resultados financeiros) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser analisados como se segue:

	2017	2016
Rendimentos e ganhos financeiros		
Empréstimos e contas a receber:		
Juros obtidos	25 539	14 032
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 006	522
Diferenças de câmbio favoráveis	28 959	128 140
Outros ativos financeiros:		
Juros obtidos - Ativos financeiros detidos até à maturidade	8 466	2 007
Rendimentos de imóveis	-	1 554
Rendimentos de participações de capital - Ativos financeiros disponíveis para venda	3 173	954
Variações de justo valor nas propriedades de investimento - Aumentos	-	78
Outros rendimentos e ganhos financeiros	2 239	1 291
	69 382	148 578
Gastos e perdas financeiras		
Empréstimos e contas a pagar:		
Juros suportados	101 780	102 273
Descontos de pronto pagamento concedidos	1 834	1 743
Diferenças de câmbio desfavoráveis	26 631	121 617
Outros ativos e passivos financeiros:		
Outros gastos e perdas financeiras	38 343	25 562
	168 588	251 195
	(99 206)	(102 617)

O rédito de juros associado a ativos financeiros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetiva, desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para o GRUPO e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as diferenças de câmbio favoráveis líquidas tiveram maioritariamente a sua origem na MOTA-ENGIL SGPS (na região de África no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o GRUPO passou a registar o rédito associado aos “Rendimentos de imóveis” na rubrica de “Vendas e prestações de serviços”. Por outro lado, passou igualmente a registar os valores associados às “Variasões de justo valor nas propriedades de investimento” na rubrica de “Outros rendimentos / (gastos) operacionais”.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando é estabelecido o direito do GRUPO a receber o correspondente montante. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Rendimentos de participações de capital – Ativos financeiros disponíveis para venda” respeitava, essencialmente, a dividendos recebidos do BAI – Banco Angolano de Investimentos (2.691 milhares de euros em 2017 e 756 milhares de euros em 2016).

O custo de juros associado a passivos financeiros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Juros suportados” apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Empréstimos por obrigações não convertíveis	17 922	19 657
Dívidas a instituições de crédito:		
Empréstimos bancários	50 357	50 615
Descobertos bancários	5 693	4 923
Contas caucionadas	14 470	15 200
Outros empréstimos obtidos:		
Emissões de papel comercial	5 966	5 362
	94 408	95 757
Outros juros suportados (factoring, leasing e outros)	7 372	6 514
	101 780	102 273

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os encargos financeiros capitalizados a ativos em construção/desenvolvimento apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Ativos fixos	-	114
Inventários	1 855	1 635
	1 855	1 749

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, para efeitos de capitalização de encargos financeiros aos ativos em construção/desenvolvimento acima referidos, foi utilizada uma taxa de juro média de 3,79% e 4,76%, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros gastos e perdas financeiras” incluía, essencialmente, gastos com garantias e com a montagem de empréstimos, bem como diversas comissões e custos debitados por instituições financeiras parte dos quais se encontram a ser reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva.

11. Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ganhos em empresas associadas e conjuntamente controladas podem ser analisados como se segue:

Ganhos em empresas associadas e conjuntamente controladas	2017	2016
Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's) participados pela Mota-Engil Engenharia e Construção (segmento Europa - Engenharia e Construção)	1 521	560
HL - Sociedade Gestora do Edifício (segmento Europa - Ambiente e Serviços)	774	945
Estradas do Zambêze (segmento África)	710	-
Associadas do Grupo Suma (segmento Europa - Ambiente e Serviços)	140	143
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina)	-	1 115
Outras	2 034	3 035
	5 179	5 797

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as perdas em empresas associadas e conjuntamente controladas podem ser analisadas como se segue:

Perdas em empresas associadas e conjuntamente controladas	2017	2016
Fideicomiso el Capomo (segmento América Latina)	650	-
Logz (segmento Europa - Ambiente e Serviços)	371	299
Grupo Martifer	-	2 699
Outras	1 350	4 929
	2 370	7 927
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	2 808	(2 130)

12. Ganhos / (perdas) na alienação de empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ganhos / (perdas) na alienação de empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas podem ser analisados como se segue:

Ganhos na alienação de empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas	2017	2016
Bohdalecká Project	254	-
Negócio Portuário e de Logística	-	91 468
Indaqua	-	10 659
Outros	104	109
	358	102 236

Perdas na alienação de empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas	2017	2016
RTA	3 219	-
Lokemark	-	1 096
Outros	197	369
	3 416	1 465
Ganhos / (perdas) em empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas	(3 058)	100 771

Durante o exercício de 2016, e no seguimento de uma decisão tomada pelo Conselho de Administração em 2015, o GRUPO concluiu a alienação dos investimentos financeiros detidos no Negócio Portuário e de Logística, bem como na INDAQUA. O detalhe do apuramento das mais-valias geradas naquelas alienações é apresentado na Nota 39.

13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 pode ser analisado como se segue:

	2017	2016
Imposto corrente	58 259	32 094
Imposto diferido - Impacto da hiperinflação em Angola	(2 292)	-
Imposto diferido	(27 583)	(22 715)
	28 383	9 379

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe e o movimento dos ativos e passivos por impostos diferidos, de acordo com as diferenças temporárias que os originaram, é como se segue:

Ativos por impostos diferidos 2017	2016	Alteração de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em reservas	Transferências	2017
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	32 256	-	6 345	(1 314)	3 559	40 845
Acréscimos de gastos não aceites fiscalmente	24 406	-	31 240	3 204	(1 038)	57 813
Prejuízos fiscais	34 663	-	(3 201)	(647)	0	30 816
Diferenças cambiais não aceites fiscalmente	-	-	3 599	-	-	3 599
Acréscimos de gastos por investimento a realizar não aceites fiscalmente	28 899	-	7 955	-	(3 656)	33 199
Diferenças temporárias na liquidação de subsidiárias	5 460	-	3 462	-	-	8 922
Outros	10 050	(150)	1 798	(7 079)	(1 500)	3 119
	135 735	(150)	51 198	(5 835)	(2 635)	178 313

Ativos por impostos diferidos 2016	2015	Alteração de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em reservas	Transferências	2016
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	20 124	-	10 736	1 396	-	32 256
Acréscimos de gastos não aceites fiscalmente	23 317	-	1 092	(3)	-	24 406
Prejuízos fiscais	14 147	(6 984)	27 307	194	-	34 663
Acréscimos de gastos por investimento a realizar não aceites fiscalmente	64 055	-	(35 156)	-	-	28 899
Diferenças temporárias na liquidação de subsidiárias	-	-	5 460	-	-	5 460
Outros	16 029	-	(2 404)	(3 575)	-	10 050
	137 672	(6 984)	7 035	(1 987)	-	135 735

Passivos por impostos diferidos 2017	2016	Alteração de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em reservas	Transferências	2017
Reavaliação de ativos fixos e impactos resultantes da alteração da moeda funcional	15 099	(239)	6 277	377	-	21 513
Amortizações associadas a investimento futuro a realizar não aceites fiscalmente	31 858	-	(44)	-	0	31 814
Diferimento de tributação de mais valias	2 863	-	(579)	3	0	2 287
Amortizações não aceites fiscalmente	7 341	-	(4 433)	(4 126)	10 343	9 125
Imputação de justo valor em concentrações empresariais	40 795	-	(3 370)	-	(5 912)	31 513
Acréscimos de rendimentos não tributados	17 517	-	3 270	2 029	(14 006)	8 810
Diferenças cambiais não aceites fiscalmente	4 266	-	10 038	(21)	-	14 283
Impacto da hiperinflação em Angola	-	-	10 345	13 367	-	23 712
Outros	9 026	-	2 111	211	(457)	10 891
	128 765	(239)	23 615	11 841	(10 032)	153 950

Passivos por impostos diferidos 2016	2015	Alteração de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em reservas	Transferências	2016
Reavaliação de ativos fixos e impactos resultantes da alteração da moeda funcional	15 016	-	(89)	171	-	15 099
Amortizações associadas a investimento futuro a realizar não aceites fiscalmente	32 521	-	(663)	-	-	31 858
Diferimento de tributação de mais valias	641	-	2 228	(6)	-	2 863
Amortizações não aceites fiscalmente	2 122	-	(1 556)	6 775	-	7 341
Imputação de justo valor em concentrações empresariais	41 791	-	(996)	-	-	40 795
Acréscimos de rendimentos não tributados	26 604	-	(5 430)	(3 657)	-	17 517
Diferenças cambiais não aceites fiscalmente	12 539	-	(3 925)	(4 348)	-	4 266
Outros	9 795	-	(5 250)	4 481	-	9 026
	141 029	-	(15 680)	3 416	-	128 765

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cerca de 9.500 milhares de euros de transferências de ativos e passivos por impostos diferidos tiveram como contrapartida as rubricas de outros passivos correntes / não correntes e respeitaram a movimentos efetuados nas concessionárias do SUBGRUPO EGF.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a coluna “Efeito em reservas” incluía, essencialmente, o efeito cambial da transposição de demonstrações financeiras de empresas participadas expressas em moeda estrangeira.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as variações ocorridas com efeitos em resultados nas rubricas de “Prejuízos fiscais” e de “Acréscimos de gastos por investimento a realizar não aceites fiscalmente” resultaram, essencialmente, das alterações ocorridas no modelo regulatório aplicável às empresas do SUBGRUPO EGF, que implicaram a transferência de diferenças temporárias para prejuízos fiscais, bem como ao aumento dos prejuízos fiscais gerados no consolidado fiscal encabeçado pela MOTA-ENGIL, SGPS.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de “Acréscimos de gastos não aceites fiscalmente” e “Acréscimos de rendimentos não tributados” incluíam, essencialmente, o efeito das diferenças existentes no tratamento fiscal e contabilístico dos contratos de construção.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, de acordo com as declarações fiscais das empresas que registaram ativos por impostos diferidos associados a prejuízos e créditos fiscais, aqueles eram reportáveis como se segue:

2017	Prejuízos e créditos fiscais	Ativos por impostos diferidos
Ano do registo:		
até 2013 (inclusive)	2 610	612
2014	1 398	300
2015	13 987	3 210
2016	54 018	13 567
2017	58 140	13 127
	130 153	30 816

2017	Prejuízos e créditos fiscais	Ativos por impostos diferidos
Data de caducidade:		
2018	1 638	339
2019	3 547	1 016
2020	24 389	5 196
2021	31 454	7 530
após 2021	69 125	16 735
	130 153	30 816

2016	Prejuízos e créditos fiscais	Ativos por impostos diferidos
Ano do registo:		
até 2012 (inclusive)	833	155
2013	861	140
2014	1 451	279
2015	29 531	6 384
2016	123 313	27 703
	155 989	34 663

2016	Prejuízos e créditos fiscais	Ativos por impostos diferidos
Data de caducidade:		
2017	543	109
2018	2 430	697
2019	607	115
2020	6 745	1 962
após 2020	145 664	31 779
	155 989	34 663

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram sujeitos a avaliação os ativos por impostos diferidos reconhecidos resultantes de prejuízos fiscais reportáveis e de outras diferenças temporárias dedutíveis. Consequentemente, os mesmos só foram registados na medida em que fosse provável, de acordo com a informação abaixo indicada, que ocorresse lucros tributáveis no futuro e que estes pudessem ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou compensar as diferenças temporárias tributáveis existentes. Aquela avaliação baseou-se, essencialmente, nos planos de negócio das diversas empresas do GRUPO, periodicamente revistos e atualizados, bem como em algumas operações de reorganização já identificadas.

De igual modo, para efeitos de aferição da recuperação dos ativos por impostos diferidos gerados no consolidado fiscal da MOTA-ENGIL SGPS, foram utilizados os planos de negócio das empresas que o compõe, nomeadamente o da MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, cujos principais pressupostos se encontram descritos na Nota 17 e o da MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO AFRICA, bem como foram consideradas algumas operações de reorganização com impacto no lucro tributável futuro.

O prazo de utilização dos prejuízos fiscais reportáveis em Portugal é de 12 anos para os gerados no exercício de 2016 e de 5 anos para os gerados no exercício de 2017, encontrando-se a dedução dos mesmos, por ano, limitada a 70% do lucro tributável.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, existiam prejuízos fiscais reportáveis no montante de 57.343 milhares de euros e 110.564 milhares de euros, respetivamente, cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência e de incerteza quanto à sua recuperação, não foram registados.

2017	Prejuízos fiscais	Ativos por impostos diferidos
Ano em que foram gerados:		
até 2013 (inclusive)	14 773	1 945
2014	1 985	392
2015	8 094	971
2016	17 256	3 142
2017	15 234	3 221
	57 343	9 671

2017	Prejuízos fiscais	Ativos por impostos diferidos
Data de caducidade:		
2018	637	126
2019	394	75
2020	7 873	930
2021	16 729	2 972
após 2021	31 710	5 568
	57 343	9 671

2016	Prejuízos fiscais	Ativos por impostos diferidos
Ano em que foram gerados:		
até 2012 (inclusive)	36 751	6 939
2013	25 142	5 141
2014	6 476	1 279
2015	23 267	3 799
2016	18 927	3 765
	110 564	20 923

2016	Prejuízos fiscais	Ativos por impostos diferidos
Data de caducidade:		
2017	24 831	5 201
2018	24 364	5 085
2019	6 698	1 392
2020	18 730	1 909
após 2020	35 941	7 337
	110 564	20 923

A MOTA-ENGIL SGPS é abrangida, desde janeiro de 2010, pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime, de acordo com as regras do mesmo.

O RETGS engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em, pelo menos, 75% do capital social e que sejam residentes em Portugal e sujeitas ao regime geral de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Para as empresas não abrangidas por aquele regime, o imposto corrente é calculado com base no respetivo resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa participada.

A partir de 1 de janeiro de 2007, os municípios passaram a poder cobrar uma derrama municipal anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Desta forma, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a MOTA-ENGIL SGPS e as suas empresas participadas sedeadas em Portugal foram tributadas em sede de IRC à taxa de 21%, acrescida de uma derrama municipal à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo assim uma taxa agregada de imposto máxima de cerca de 22,5%.

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os lucros tributáveis das empresas que excederam os 1.500.000 euros foram sujeitos a uma derrama estadual, apurada nos termos do artigo 87ºA do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros; e
- 7% (9% em 2018) para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 euros.

Por outro lado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável passou a estar condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 euros; e
- 30% (40% em 2016) do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Por último, nos termos do artigo 88.º do Código do IRC, as empresas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo atrás mencionado.

Deste modo, para efeitos de apuramento de ativos / passivos por impostos diferidos, foram utilizadas em Portugal as taxas de 21% (para prejuízos fiscais e créditos fiscais reportáveis) e 22,5% (para as outras diferenças temporárias) na medida em que são as taxas que se estima que estejam em vigor na data de reversão das respetivas diferenças temporárias.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a reconciliação entre a taxa nominal e efetiva de imposto sobre o rendimento pode ser demonstrada como se segue:

2017	Taxa	Base fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	22,5%	89 824	20 210
Resultados em associadas em equivalência patrimonial	-0,6%	(2 808)	(632)
Lucros de empresas isentas	-8,6%	(42 462)	(9 554)
Prejuízos fiscais gerados no ano para os quais não foi reconhecido ativo por imposto diferido	8,7%	43 290	9 740
Taxas nominais de imposto diferenciadas	11,5%	-	12 801
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	-0,5%	(2 724)	(613)
Tributação autónoma	1,5%	-	1 636
Encargos financeiros não dedutíveis	5,4%	26 574	5 979
Diferenças temporárias existentes em empresas isentas até 31.12.2017 que originaram no ano o registo de ativos/passivos por impostos diferidos	-16,8%	-	(18 783)
Impacto da hiperinflação em Angola	12,1%	-	10 907
Outros efeitos	-3,0%	(14 703)	(3 308)
Taxa e imposto efectivo sobre o rendimento	31,6%		28 383

2016	Taxa	Base fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	22,5%	76 886	17 299
Resultados em associadas em equivalência patrimonial	0,6%	2 130	479
Lucros de empresas isentas	-5,3%	(17 945)	(4 038)
Prejuízos fiscais gerados no ano para os quais não foi reconhecido ativo por imposto diferido	8,6%	29 331	6 599
Taxas nominais de imposto diferenciadas	3,0%	-	2 291
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	-27,1%	(92 441)	(20 799)
Tributação autónoma	2,7%	-	2 093
Correções relativas a exercícios anteriores	1,3%	-	1 001
Encargos financeiros não dedutíveis	8,5%	29 216	6 574
Diferenças temporárias que não geraram ativos por impostos diferidos em exercícios anteriores	-2,9%	-	(2 227)
Outros efeitos	0,1%	476	107
Taxa e imposto efectivo sobre o rendimento	11,1%		9 379

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a reduzida taxa efetiva de imposto apurada encontrava-se influenciada pela isenção de tributação em Portugal das mais-valias geradas com a alienação do negócio Portuário e de Logística e com a INDAQUA.

Os montantes registados nas rubricas “Empresas isentas” e “Taxas nominais de imposto diferenciadas” justificam-se, essencialmente, pelo facto de a MOTA-ENGIL ANGOLA beneficiar de uma isenção de pagamento de imposto (isenção pelo período de 8 anos com início no ano fiscal de 2010 e término no ano fiscal de 2017) e pelo facto das empresas sedeadas fora de Portugal apresentarem taxas de tributação distintas dos 22,5%.

Em 31 de dezembro de 2017, as taxas nominais de imposto sobre lucros em vigor nos principais países onde o GRUPO opera, e que serviram igualmente como base para o apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos, por serem as que se estima estarem em vigor na data de reversão das respetivas diferenças temporárias, foram como se segue:

País	Taxa
País	Taxa
África do Sul	28%
Angola	30%
Brasil	34%
Colômbia	40%
Malawi	35%
México	30%
Moçambique	32%
Peru	29,5%
Polónia	19%

De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Desta forma, as declarações fiscais relativas aos anos de 2014 a 2017 poderão ser sujeitas a revisão e correção. No entanto, o Conselho de Administração do GRUPO entende que eventuais correções resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Por outro lado, é convicção do Conselho de Administração do GRUPO, corroborada pelos seus advogados e consultores fiscais, que não existem passivos materiais associados a contingências fiscais que originem o registo de provisões ou a necessidade de divulgação dos mesmos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

14. Resultados por ação

A MOTA-ENGIL, SGPS emitiu apenas ações ordinárias, pelo que não existem direitos especiais de dividendo ou voto.

Não se verifica no GRUPO qualquer situação que possa representar uma redução dos resultados por ação com origem em opções, *warrants*, obrigações convertíveis ou outros direitos associados a ações ordinárias. Assim, não existe dissemelhança entre o cálculo do resultado por ação básico e o cálculo do resultado por ação diluído.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da MOTA-ENGIL, SGPS, totalmente subscrito e realizado, encontrava-se representado por 237.505.141 ações ordinárias, com um valor nominal de 1 euro cada.

Por outro lado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tal como aprovado na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 25 de maio de 2016, o GRUPO procedeu à aquisição de diversas tranches de ações próprias (2.080.070 ações) a um preço médio de 1,30 euros por ação.

Desta forma, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o apuramento dos resultados por ação pode ser demonstrado como se segue:

		2017	2016
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível ao Grupo	(I)	1 588	50 157
Número total de ações ordinárias	(II)	237 505 141	237 505 141
Número de ações próprias no final do exercício	(III)	3 639 812	3 639 812
Número médio ponderado de ações ordinárias	(IV)	237 505 141	237 505 141
Número médio ponderado de ações próprias	(V)	3 639 812	3 471 883
Número médio de ações em circulação	(IV - V)	233 865 329	234 033 258
Resultado por ação:			
básico	(I) / (IV - V)	0,01 €	0,21 €
diluído	(I) / (IV - V)	0,01 €	0,21 €

15. Goodwill

A informação relativa ao *Goodwill* com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser analisada como se segue:

	2017		2016			
	Goodwill bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Goodwill líquido	Goodwill bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Goodwill líquido
Europa Engenharia e Construção						
Mota-Engil Central Europe Polónia	8 797	(2 106)	6 691	8 541	(1 494)	7 047
Mota-Engil Central Europe Republica Checa	1 147	(1 147)	-	1 147	(1 147)	-
Outros	1 829	(1 767)	62	1 829	(1 767)	62
	11 772	(5 020)	6 752	11 517	(4 407)	7 110
Europa Ambiente e Serviços						
Grupo Suma	13 784	(4 229)	9 555	13 784	(4 229)	9 555
Outros	862	(75)	787	862	(75)	787
	14 646	(4 304)	10 342	14 645	(4 304)	10 342
África						
ME Construction South Africa	12 210	-	12 210	12 504	-	12 504
Outros	2 984	-	2 984	3 424	-	3 424
	15 194	-	15 194	15 928	-	15 928
América Latina						
Empresa Construtora Brasil	5 045	-	5 045	5 831	-	5 831
Consita	536	-	536	619	-	619
	5 581	-	5 581	6 450	-	6 450
	47 193	(9 324)	37 870	48 541	(8 711)	39 830

Os movimentos ocorridos no *Goodwill* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, podem ser analisados como se segue:

	% de aquisição	2017	2016
Goodwill no início do exercício		39 830	40 891
Perdas de imparidade em goodwill (Nota 9)			
Mota-Engil Central Europe Republica Checa		-	(1 147)
Mota-Engil Central Europe Polónia		(572)	(565)
Outros		-	(1 726)
		(572)	(3 437)
Alterações no goodwill por variação de perímetro (alienação)			
Lokemark		-	(521)
		-	(521)
Alterações no goodwill por atualização cambial			
Mota-Engil Central Europe Polónia		216	(262)
Empresa Construtora Brasil		(786)	1 191
ME Construction South Africa		(294)	1 841
Outros		(524)	128
		(1 389)	2 898
Goodwill no final do exercício		37 870	39 830

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as perdas de imparidade registadas em *Goodwill* foram justificadas pela anulação de parte do *Goodwill* afeto ao negócio de eletromecânica na Polónia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, na sequência da decisão do Conselho de Administração do GRUPO de abandonar alguns mercados na Europa Central (República Checa e Eslováquia) foram constituídas imparidades para anular o *Goodwill* existente afeto às empresas que operavam naqueles mercados.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os métodos e os principais pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de *Goodwill* registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, foram como se segue:

2017				
Pressuposto	ECB*	Mota-Engil Central Europe Polónia	Grupo Suma (excluindo EGF)	ME Construction South Africa*
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Projeções	Projeções	Projeções	Projeções
Período utilizado	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos
Taxas de crescimento dos cash-flows:				
Ano n+1	6%	14%	5%	-1%
Ano n+3	4%	13%	1%	2%
Na perpetuidade	4%	1%	1%	6%
Taxa de desconto utilizada na perpetuidade	12,8%	5,7%	5,3%	10,04%**

* Avaliações expressas em moeda local - reais brasileiros e rands sul-africanos, respetivamente.

** Na avaliação da ME Construction South África foram utilizadas taxas de desconto diferenciadas para cada período de projeção de forma a incorporar o nível de inflação anual esperado na África do Sul (entre 10,5% e 11,2%).

2016				
Pressuposto	ECB*	Mota-Engil Central Europe Polónia	Grupo Suma (excluindo EGF)	ME Construction South Africa*
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Projeções	Projeções	Projeções	Projeções
Período utilizado	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos
Taxas de crescimento dos cash-flows:				
Ano n+1	6%	2%	5%	18%
Ano n+3	4%	2%	5%	19%
Na perpetuidade	4%	1%	2%	6%
Taxa de desconto utilizada na perpetuidade	13,4%**	6,8%	7,5%	11,4%**

* Avaliações expressas em moeda local - reais brasileiros e rands sul-africanos, respetivamente.

** Nas avaliações da ECB e da ME Construction South África foram utilizadas taxas de desconto diferenciadas para cada período de projeção de forma a incorporar o nível de inflação anual esperado no Brasil e na África do Sul, respetivamente (entre 13,5% e 14,3% para a ECB e entre 11,1% e 11,4% para a ME Construction South África).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a sensibilidade dos resultados dos testes de imparidade efetuados ao *Goodwill* aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto, à taxa de crescimento na perpetuidade e aos *cash-flows* projetados, era como se segue (impacto no valor recuperável dos ativos líquidos aos quais foram afetos os valores de *Goodwill*):

em milhões de euros

2017	Sensibilidade aos pressupostos-chave					
	Taxa de desconto		Taxa de crescimento na perpetuidade		Cash flows projetados	
	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%
ECB	(4)	4	3	(3)	4	(4)
Suma	(12)	15	12	(10)	7	(7)
Mota-Engil Central Europe Polónia	(15)	19	15	(12)	7	(7)
ME Construction South Africa	(1)	2	1	(1)	1	(1)

2016	Sensibilidade aos pressupostos-chave					
	Taxa de desconto		Taxa de crescimento na perpetuidade		Cash flows projetados	
	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%
ECB	(6)	7	5	(4)	4	(4)
Suma	(19)	27	21	(15)	6	(6)
Mota-Engil Central Europe Polónia	(16)	23	18	(12)	4	(4)
ME Construction South Africa	(3)	4	3	(3)	2	(2)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, caso se tivesse utilizado uma taxa de desconto superior em 0,5%, ou uma taxa de crescimento na perpetuidade inferior em 0,5% ou projetado *cash-flows* inferiores em 5%, os resultados apurados nos testes acima referidos não originariam o registo de imparidades materiais adicionais.

O valor de uso corresponde à estimativa do valor presente dos fluxos de caixas futuros, apurados com base em orçamentos e *business plans* devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do GRUPO, os quais abrangem em média um período de cinco anos.

Resumidamente, os pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso foram os seguintes: (i) os fluxos de caixa foram projetados com base no conhecimento histórico do negócio, em análises de mercado, quer em termos de crescimento, quer em termos de quota de mercado, na carteira de encomendas já angariada, bem como nas perspetivas de angariação de novos contratos no futuro, baseadas em probabilidades de sucesso históricas; (ii) a margem operacional foi projetada com base em dados históricos e na experiência e conhecimento da gestão; (iii) os fluxos de caixa após o período de projeção foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento perpétuo similar à taxa de inflação esperada para o mercado onde a participada opera; (iv) os fluxos de caixa estimados antes de impostos foram descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa antes de impostos de custo médio ponderado de capital.

Entre 31 de dezembro de 2017 e a data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, o GRUPO não adquiriu nenhuma participação financeira com significado material que tivesse gerado *Goodwill*.

16. Ativos intangíveis

A informação relativa ao valor líquido dos ativos intangíveis por segmento operacional, com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser analisada como se segue:

	Europa Engenharia e Construção	Europa Ambiente e Serviços	África	América Latina	Outros, eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
2017						
Despesas de desenvolvimento	2	3 755	37	3 941	-	7 735
Software e outros direitos	640	282	1 470	2 347	18	4 756
Licenças de exploração de concessões	4 751	463 020	1 483	-	-	469 253
Ativos em curso	288	10 018	176	8 363	1 886	20 731
Outros ativos intangíveis	42	8	583	9 550	-	10 183
	5 723	477 082	3 748	24 201	1 903	512 658
2016						
Despesas de desenvolvimento	3	870	37	4 555	-	5 465
Software e outros direitos	422	58	1 577	2 733	157	4 947
Licenças de exploração de concessões	4 638	511 822	903	-	-	517 362
Ativos em curso	353	10 059	98	2 984	11	13 505
Outros ativos intangíveis	45	15	278	20	-	359
	5 461	522 823	2 894	10 292	168	541 638

A informação relativa ao valor bruto dos ativos intangíveis com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser analisada como se segue:

	Despesas de desenvolvimento	Software e outros direitos	Licenças de exploração de concessões	Ativos em curso	Outros ativos intangíveis	Total
2017						
Saldo inicial	8 018	22 957	1 293 594	13 505	1 345	1 339 419
Aumentos	3 256	469	11 545	13 046	2	28 318
Alienações	-	(733)	(1 276)	(12)	-	(2 021)
Abates	(4)	(684)	(7 939)	-	-	(8 626)
Impacto da hiperinflação em Angola	53	282	698	78	226	1 337
Diferenças cambiais	(504)	(270)	(109)	(24)	(35)	(943)
Transferências e outros movimentos	1 858	127	4 365	(5 863)	9 811	10 299
	12 676	22 147	1 300 878	20 731	11 350	1 367 782
2016						
Saldo inicial	7 201	24 032	1 279 038	12 217	1 388	1 323 875
Aumentos	744	252	4 821	9 048	-	14 866
Alienações	-	(16)	(1 091)	-	-	(1 107)
Abates	(3 104)	(368)	-	-	-	(3 472)
Variação de perímetro	(539)	(94)	-	-	-	(633)
Transferências e outros movimentos	3 717	(849)	10 826	(7 761)	(43)	5 891
	8 018	22 957	1 293 594	13 505	1 345	1 339 419

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Licenças de exploração de concessões” correspondia, essencialmente, aos direitos de exploração de concessões afetos às empresas do SUBGRUPO EGF.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as transferências e outros movimentos resultaram, essencialmente, de transferências de ativos tangíveis por parte da FÉNIX (cerca de 9.000 milhares de euros).

A informação relativa ao valor das amortizações acumuladas dos ativos intangíveis com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser analisada como se segue:

	Despesas de desenvolvimento	Software e outros direitos	Licenças de exploração de concessões	Ativos em curso	Outros ativos intangíveis	Total
2017						
Saldo inicial	(2 553)	(18 010)	(776 231)	-	(987)	(797 781)
Aumentos (Nota 8)	(1 681)	(1 061)	(65 566)	-	(53)	(68 359)
Aumentos - impacto da hiperinflação em Angola (Nota 8)	(3)	(16)	(3)	-	(4)	(25)
Alienações	-	670	1 273	-	-	1 943
Abates	4	73	7 936	-	-	8 012
Impacto da hiperinflação em Angola	(50)	(247)	(40)	-	(60)	(397)
Diferenças cambiais	(26)	69	8	-	10	61
Transferências e outros movimentos	(632)	1 130	998	-	(73)	1 422
	(4 941)	(17 392)	(831 625)	-	(1 166)	(855 124)
2016						
Saldo inicial	(4 841)	(17 861)	(706 347)	-	(1 006)	(730 056)
Aumentos (Nota 8)	(463)	(1 365)	(70 225)	-	(26)	(72 079)
Alienações	-	16	340	-	-	356
Abates	1 859	212	-	-	-	2 071
Variação de perímetro	-	76	1	-	8	85
Transferências e outros movimentos	892	913	-	-	37	1 842
	(2 553)	(18 010)	(776 231)	-	(987)	(797 781)
Valor líquido						
2017	7 735	4 756	469 253	20 731	10 183	512 658
2016	5 465	4 947	517 362	13 505	359	541 638

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Licenças de exploração de concessões” apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Concessões atribuídas ao subgrupo EGF	463 020	511 822
Outras	6 234	5 541
	469 253	517 362

No final de 2014 foi conhecida a decisão que considerou a SUMA vencedora no concurso público de privatização de 95% do capital social da EGF, entidade que gere as empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais para o tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos em Portugal. Após obtenção da declaração de não oposição da Autoridade da Concorrência, o processo de privatização ficou concluído no final do primeiro semestre de 2015 e a EGF e as suas participadas foram consolidadas no GRUPO MOTA-ENGIL a partir de 1 de julho de 2015.

As concessões atribuídas em regime de exclusividade por um período de 19 anos às empresas do SUBGRUPO EGF (ALGAR, AMARSUL, ERSUC, RESIESTRELA, RESINORTE, RESULIMA, SULDOURO, VALNOR, VALORLIS, VALORMINHO e VALORSUL) têm o seu termo em 2034.

Em 31 de dezembro de 2017, cerca de 63% do montante de licenças de exploração de concessões era justificado por 5 concessionárias (VALORSUL, ERSUC, RESINORTE, ALGAR E AMARSUL).

A atividade objeto das concessões compreende o tratamento dos resíduos urbanos gerados nas áreas dos municípios utilizadores, incluindo a sua valorização e a disponibilização de subprodutos, assim como a recolha seletiva de resíduos urbanos, encontrando-se os municípios obrigados a entregar às concessionárias todos os resíduos urbanos cuja gestão se encontre sob sua responsabilidade.

A fiscalização das concessões é da responsabilidade da ERSAR, tendo esta a competência de definir as tarifas a aplicar, assim como de aprovar as contas reguladas e os planos de investimento das concessionárias.

A exploração e a gestão das concessões compreende também a conceção, a construção, a aquisição, a extensão, a reparação, a renovação, a manutenção e a otimização de obras e equipamentos necessários ao exercício da atividade das concessionárias.

As bases da concessão definem que as concessionárias terão como atividade principal a atividade relativa à exploração e à gestão do sistema multimunicipal de resíduos urbanos, compreendendo o tratamento de resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada e a recolha seletiva de resíduos urbanos, incluindo a triagem, e como atividades complementares as atividades que, não se se integrando na atividade principal, utilizam ativos afetos a esta, permitindo otimizar a respetiva rentabilidade. O exercício das atividades complementares depende de autorização do Concedente, precedida de pareceres da Autoridade da Concorrência e da ERSAR.

Consideram-se como bens afetos à concessão:

- As infraestruturas relativas ao tratamento e valorização de resíduos urbanos indiferenciados e seletivos, bem como os bens utilizados na recolha seletiva de resíduos urbanos: as estações de transferência, os ecocentros, as centrais de processamento, triagem e valorização e os respetivos acessos, as infraestruturas associadas, os aterros, os ecopontos e os meios de transporte de resíduos;
- Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas e ao acompanhamento e controlo da sua exploração;
- Todas as obras, máquinas e aparelhagens e respetivos acessórios utilizados para a receção e tratamento dos resíduos e para a manutenção dos equipamentos e gestão do sistema multimunicipal não referidos acima; e
- Os equipamentos, máquinas, veículos, aparelhagens e respetivos acessórios utilizados para a recolha seletiva de resíduos urbanos.

Adicionalmente, são também considerados como ativos afetos à concessão:

- Os imóveis adquiridos por via do direito privado ou mediante expropriação para implantação das infraestruturas;
- Os direitos privativos de propriedade intelectual e industrial de que as concessionárias sejam titulares; e
- Outros bens e direitos que se encontrem relacionados com a continuidade da exploração das concessões, nomeadamente laborais, de empreitada, de locação e de prestação de serviços.

As concessionárias devem elaborar e manter o inventário dos bens e direitos afetos às concessões, devendo, anualmente, enviar à ERSAR informação detalhada sobre os mesmos, assim como dos abates efetuados.

As concessionárias têm a obrigação de, durante o prazo de vigência das concessões, manter o bom estado de funcionamento, conservação e segurança dos ativos e meios a elas afetos, efetuando todas as reparações, renovações e adaptações necessárias para a manutenção dos ativos nas condições técnicas requeridas.

As concessionárias mantêm o direito de explorar os ativos afetos às concessões até à extinção destas. Os ativos afetos às concessões apenas podem ser utilizados para o fim previsto nas concessões. Na data de extinção das concessões, os bens a elas afetos reverterem para uma Entidade Intermunicipal, para a Associação de Municípios, para o conjunto dos Municípios utilizadores, ou para o Estado, mediante o exercício do respetivo direito de opção e o pagamento às concessionárias, nos termos previstos nas Bases e nos contratos de concessão, de uma indemnização correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens, líquido de subsídios.

O regime remuneratório das concessões baseia-se no reconhecimento às concessionárias dos proveitos permitidos a serem refletidos nas tarifas a aplicar aos utilizadores do sistema.

As concessionárias são responsáveis pelos riscos inerentes às concessões nos termos da legislação aplicável, assumindo os respetivos riscos operacionais. Por outro lado, as concessionárias são responsáveis pela obtenção do financiamento necessário ao desenvolvimento do objeto da concessão, por forma a cumprir cabal e atempadamente as obrigações assumidas nos contratos de concessão, assumindo assim os respetivos riscos de investimento e de financiamento.

Os proveitos permitidos anualmente às concessionárias, no âmbito da atividade concessionada, são definidos pela ERSAR para um horizonte temporal de três a cinco anos (“Período regulatório”). O modelo regulatório é fixado pela ERSAR e assenta, entre outros, nos seguintes pressupostos:

- Elegibilidade dos custos de exploração, para efeitos de determinação dos proveitos permitidos, por referência a um cenário de eficiência produtiva da exploração e gestão do sistema multimunicipal;
- Remuneração do capital com base no custo médio ponderado, com parâmetros definidos em referência a valores de mercado e ao desempenho de entidades representativas comparáveis;

- Definição de uma base de ativos, constituída pelos bens afetos às concessões, como incidência da remuneração do capital;
- Adoção de mecanismos de incentivo à eficiência; e
- Repercussão adequada nos proveitos permitidos das diferenças registadas entre as quantidades estimadas e as quantidades de resíduos urbanos entregues às concessionárias.

Adicionalmente, a definição da base de custos de exploração deve atender ao seu controlo efetivo pelas concessionárias, às tecnologias e capacidades instaladas, bem como às oscilações da procura.

Assim, as tarifas a aplicar aos utilizadores devem proporcionar às concessionárias os proveitos permitidos nos termos das bases anteriores e correspondem ao resultado da divisão dos proveitos permitidos anualmente às concessionárias pelas quantidades estimadas de consumo para esse ano.

Os contratos de concessão poderão ser rescindidos pelo Concedente se ocorrer qualquer uma das situações a seguir descritas, com impacto significativo nas operações das concessões: desvio do objeto da concessão; interrupção prolongada da exploração por facto imputável às concessionárias; oposição reiterada ao exercício da fiscalização ou repetida desobediência às determinações do Concedente ou, ainda, sistemática inobservância das leis e regulamentos aplicáveis à exploração; recusa em proceder à adequada conservação e reparação das infraestruturas; cobrança reiterada de valores superiores aos fixados nos contratos de concessão e nos contratos celebrados com os utilizadores; dissolução ou insolvência das concessionárias; trespasse da concessão ou subconcessão não autorizadas; alienação não autorizada de participações no capital das concessionárias; oneração de participações no capital das concessionárias em inobservância do disposto nos contratos de concessão; aumento ou redução não autorizados, quando aplicável, do capital social das concessionárias; falta de prestação da caução ou de renovação do respetivo valor nos termos e prazos previstos; e recusa ou impossibilidade das concessionárias em retomar as concessões.

Adicionalmente, o Concedente pode resgatar as concessões, assumindo a gestão direta do serviço público concedido, sempre que motivos de interesse público o justifiquem e decorrido que seja pelo menos dois terços do prazo contratual, com, pelo menos, um ano de antecedência relativamente à data de produção de efeitos do resgate.

Pelo resgate, as concessionárias têm direito a uma indemnização que deve atender ao valor contabilístico à data do resgate dos bens revertidos, líquido de subsídios, ao valor dos créditos existentes, bem como ao valor de eventuais lucros cessantes, tendo em consideração o número de anos que restem para o termo da concessão.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montantes mais significativos incluídos na rubrica “Ativos em curso” referiam-se aos seguintes projetos:

Descrição	2017
Projeto Nova Fénix (Fénix)	3 503
Análise e desenvolvimento do Projecto Jorge Luque (Generadora Fenix)	3 073
UCPT - Estudos e terrenos (Resulima)	2 451
Central de Valorização Orgânica - terceiro digestor (Amarsul)	2 426
Licenciamento SAP (MESP)	1 869
Construção da célula C do Aterro do Sotavento (Algar)	1 380
Central de Valorização Orgânica - ETAR (Amarsul)	706
	15 408

Descrição	2016
Projeto Nova Fénix (Fénix)	2 984
Digestor para Central de Valorização Orgânica (Amarsul)	1 815
Ampliação do Terreno de Vila Real (Resinorte)	1 568
Construção de Aterro (Resulima)	1 498
Central de Valorização Orgânica (Amarsul)	988
ETAR para Central de Valorização Orgânica (Amarsul)	707
	9 560

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o GRUPO não tinha quaisquer ativos intangíveis cuja titularidade estivesse restringida nem ativos intangíveis dados como garantia de empréstimos obtidos. No entanto, no que se refere às Licenças de exploração de concessões, estas não podem ser transacionadas sem a aprovação prévia do Concedente e do Regulador. De igual modo, excluindo os compromissos de investimento das empresas do SUBGRUPO EGF, a serem definidos/aprovados pela ERSAR, não existem compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis.

17. Ativos tangíveis

A informação relativa ao valor líquido dos ativos tangíveis por segmento operacional, com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser analisada como se segue:

	Europa Engenharia e Construção	Europa Ambiente e Serviços	África	América Latina	Outros, eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
2017						
Terrenos e edifícios	106 766	14 905	122 705	24 065	1 175	269 617
Equipamentos	98 165	34 188	207 822	47 051	(2 937)	384 289
Ativos tangíveis em curso	2 074	3 658	31 665	8 299	426	46 122
Outros ativos tangíveis	75	772	4 338	7 061	-	12 246
	207 080	53 524	366 530	86 476	(1 337)	712 273
2016						
Terrenos e edifícios	102 849	15 907	96 354	28 145	15 615	258 870
Equipamentos	122 200	34 894	159 950	55 470	2 705	375 219
Ativos tangíveis em curso	2 976	4 806	24 219	13 542	2	45 544
Outros ativos tangíveis	79	659	2 739	9 747	1	13 225
	228 103	56 267	283 262	106 903	18 323	692 858

Em 31 de dezembro de 2016, o montante registado no segmento residual “Outros, eliminações e intragrupo” referia-se, essencialmente, aos ativos das empresas da área do turismo. Durante o exercício de 2017, fruto da alienação da RTA e da SGA, aquele montante reduziu significativamente e encontra-se envidenciado nos quadros seguintes na rubrica de Variação de perímetro.

A informação relativa ao valor bruto dos ativos tangíveis com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser analisada como se segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Ativos tangíveis em curso	Outros ativos	Total
2017					
Saldo inicial	384 253	1 167 417	45 544	32 463	1 629 677
Aumentos	3 889	111 201	11 372	1 018	127 481
Alienações	(76)	(44 770)	-	-	(44 846)
Abates	(731)	(19 479)	(113)	(893)	(21 216)
Impacto da hiperinflação em Angola	66 960	532 836	5 928	1 899	607 623
Reavaliações	(3 959)	-	-	-	(3 959)
Diferenças cambiais	(6 587)	(17 576)	(3 462)	(1 608)	(29 234)
Variação de perímetro	(21 329)	(6 542)	(1 748)	(1)	(29 619)
Transferências e outros movimentos	5 957	1 803	(11 400)	(606)	(4 246)
	428 377	1 724 890	46 122	32 272	2 231 661
2016					
Saldo inicial	401 217	1 188 841	43 073	29 029	1 662 160
Aumentos	6 448	39 589	11 715	952	58 704
Alienações	(2 177)	(19 741)	-	(406)	(22 324)
Abates	(714)	(4 728)	(13)	(270)	(5 725)
Reavaliações	(1 100)	-	-	-	(1 100)
Diferenças cambiais	(27 749)	(41 932)	(1 399)	764	(70 316)
Variação de perímetro	(392)	(1 200)	-	(71)	(1 663)
Transferências e outros movimentos	8 721	6 586	(7 833)	2 465	9 940
	384 253	1 167 417	45 544	32 463	1 629 677

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o aumento ocorrido nos ativos tangíveis foi justificado, essencialmente, pela realização de novos investimentos afetos à execução de novos contratos angariados no ano, nomeadamente na Guiné-Conacri, no Ruanda e em Moçambique e pela renovação/expansão do parque atual de ativos tangíveis em vários mercados, nomeadamente em Angola, no México, no Brasil, em Portugal e no Peru.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o aumento ocorrido nos ativos tangíveis foi justificado, essencialmente, pelos investimentos canalizados para o segmento de Ambiente e Serviços e para algumas empresas da América Latina, nomeadamente no México e no Peru.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as alienações de equipamentos foram justificadas, essencialmente, pela MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO e pela SUCURSAL DA ZÂMBIA DA MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO ÁFRICA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as alienações de equipamentos foram justificadas, essencialmente, pelo segmento de África e pela MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as diferenças cambiais ocorridas tiveram a sua origem, essencialmente, em Angola e no Malawi, fruto da alteração da moeda funcional verificada em algumas empresas/entidades localizadas naqueles países e à posterior desvalorização das moedas locais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as transferências e outros movimentos resultaram, essencialmente, de transferências para a rubrica de ativos intangíveis por parte da FÉNIX (cerca de 9.000 milhares de euros).

A informação relativa aos valores de amortizações e perdas de imparidade acumuladas em ativos tangíveis com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser analisada como se segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Ativos tangíveis em curso	Outros ativos	Total
2017					
Saldo inicial	(125 383)	(792 198)	-	(19 238)	(936 819)
Aumentos do exercício (Nota 8)	(13 259)	(91 498)	-	(31)	(104 788)
Aumentos do exercício - impacto da hiperinflação em Angola (Nota 8)	(1 762)	(3 453)	-	(2 198)	(7 413)
Perdas de imparidade	(7 047)	-	-	-	(7 047)
Perdas de imparidade - impacto da hiperinflação em Angola	(3 541)	-	-	-	(3 541)
Alienações	57	37 474	-	-	37 531
Abates	571	14 713	-	548	15 831
Impacto da hiperinflação em Angola	(18 638)	(519 167)	-	(530)	(538 335)
Reavaliações	217	-	-	-	217
Diferenças cambiais	2 814	7 453	-	912	11 179
Variação de perímetro	10 482	4 673	-	0	15 155
Transferências e outros movimentos	(3 270)	1 402	-	511	(1 357)
	(158 760)	(1 340 602)	-	(20 026)	(1 519 388)
2016					
Saldo inicial	(119 691)	(743 190)	-	(17 163)	(880 044)
Aumentos (Nota 8)	(13 004)	(103 467)	-	(2 073)	(118 544)
Alienações	1 266	15 089	-	422	16 777
Abates	356	4 673	-	183	5 212
Diferenças cambiais	6 926	29 120	-	180	36 226
Variação de perímetro	166	1 249	-	73	1 487
Transferências e outros movimentos	(1 401)	4 328	-	(860)	2 067
	(125 383)	(792 198)	-	(19 238)	(936 819)
Valor líquido					
2017	269 617	384 289	46 122	12 246	712 273
2016	258 870	375 219	45 544	13 225	692 858

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montantes mais significativos incluídos na rubrica “Ativos tangíveis em curso” referiam-se aos seguintes projetos:

Descrição	2017
Terreno Dry Port Liwonde (Sucursal da MEECA no Malawi)	9 497
Central hidroelétrica (Tarucani)	5 089
Terreno Cociga (Vista Waste)	4 579
Terrenos (Citrave)	1 662
Equipamento EQSTRA (Sucursal da MEECA em Moçambique)	1 389
Terreno Biske Plaza (ME Real Estate Hungary)	1 327
Obras de remodelação dos escritórios (Mota-Engil México)	948
	24 491

Descrição	2016
Terreno Dry Port Liwonde (Sucursal da MEECA no Malawi)	10 740
Central hidroelétrica (Tarucani)	5 640
Barco da Damen (Malawi Shipping Company)	4 505
Central hidroelétrica (Geradora Fénix)	3 569
Terreno Cociga (Vista Waste)	2 489
Aterro de resíduos industriais não perigosos (Citrave)	1 749
WVB project (WVB Project Company VBA)	1 746
Terreno Biske Plaza (ME Real Estate Hungary)	1 329
	31 767

A aferição da existência de indícios de imparidade e a realização dos respetivos testes, se necessários, foram efetuados numa base anual tal como referido na Nota 1.3.v).

Para efeitos de aferição da existência de indícios de imparidade foram considerados pelo GRUPO os seguintes indicadores:

- Obsolescência física/técnica do ativo;
- Valor do ativo/EBITDA superior a um determinado parâmetro (em função da tipologia e localização do ativo);
- Alterações nas taxas de juro e nas taxas de remuneração de capital; e
- Geração de *cash-flows* negativos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os métodos e os principais pressupostos utilizados na elaboração dos testes de imparidade aos principais ativos tangíveis do GRUPO que evidenciavam indícios de imparidade, foram como segue:

Pressuposto	2017		
	MEEC (a)	Takargo (b)	Novicer (c)
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Projeções	Projeções	Projeções
Período utilizado	5 anos	21 anos	5 anos
Taxas de crescimento dos cash-flows:			
Ano n+1	5,30%	6,40%	30,00%
Ano n+3	6,17%	1,20%	33,60%
Na perpetuidade	1,20%	1,20%	9,00%
Taxa de desconto utilizada na perpetuidade	6,77%	3,50%	18,34%
Valor de balanço da UGC	113 053	30 696	10 768

(a) Ativos líquidos afetos à atividade de construção da Mota-Engil Engenharia e Construção, excluindo a atividade de exploração de pedreiras e a venda de apartamentos.

(b) Ativos líquidos afetos à atividade de transporte ferroviário.

(c) Ativos líquidos afetos à atividade de fabrico de materiais de barro em Angola.

Pressuposto	2017
	Malawi Gateway Project (componente portuária)
Método utilizado	Valor de uso
Base utilizada	Projeções
Período utilizado	32 anos
Taxas de crescimento dos cash-flows:	
Taxa média de crescimento da receita	8,40%
Taxa de desconto utilizada	14,24%
Valor de balanço da UGC após perda de imparidade	3 250

No que se refere ao teste de imparidade realizado aos ativos afetos ao MALAWI GATEWAY PROJECT (atividade logística e portuária no Malawi), o mesmo foi efetuado tendo por base uma proposta de aquisição recebida para a componente logística (Nível 2 da IFRS 13) cujo valor da UGC respetiva ascendia a cerca de 17.500 milhares de euros e o plano de negócios existente para a componente portuária (valor de uso determinado de acordo com os pressupostos acima apresentados).

Pressuposto	2016		
	MEEC (a)	Takargo (b)	Novicer (c)
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Projeções	Projeções	Projeções
Período utilizado	5 anos	23 anos	5 anos
Taxas de crescimento dos cash-flows:			
Ano n+1	5,00%	16,00%	48,20%
Ano n+3	5,00%	15,00%	62,10%
Na perpetuidade	2,00%	2,00%	16,00%
Taxa de desconto utilizada na perpetuidade	8,14%	4,40%	24,29%
Valor de balanço da UGC	130 349	31 430	11 926

(a) Ativos líquidos afetos à atividade de construção da Mota-Engil Engenharia e Construção.

(b) Ativos líquidos afetos à atividade de transporte ferroviário.

(c) Ativos líquidos afetos à atividade de fabrico de materiais de barro em Angola.

Pressuposto	2016
	Malawi Gateway Project (componente logística e portuária)
Método utilizado	Valor de uso
Base utilizada	Projeções
Período utilizado	32 anos
Taxas de crescimento dos cash-flows:	
Taxa média de crescimento	28,14%
Taxa de desconto utilizada	15,71%
Valor de balanço da UGC	30 093

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a sensibilidade dos resultados dos testes de imparidade efetuados aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto, à taxa de crescimento na perpetuidade e aos *cash-flows* projetados, era como se segue:

(valores em milhões de euros)

2017	Sensibilidade aos pressupostos-chave							
	Taxa de desconto			Taxa de crescimento na perpetuidade			Cash-flows projetados	
	0,5%	-0,5%		0,5%	-0,5%		5,0%	-5,0%
MEEC (a)	(11)	14		11	(9)		5	(5)
Takargo (b)	(5)	7		7	(4)		2	(2)
Novicer (c)	(1)	1		1	(0)		0	(0)

2016	Sensibilidade aos pressupostos-chave							
	Taxa de desconto			Taxa de crescimento na perpetuidade			Cash-flows projetados	
	0,5%	-0,5%		0,5%	-0,5%		5,0%	-5,0%
MEEC (a)	(15)	18		14	(12)		9	(9)
Takargo (b)	(8)	12		7	(5)		3	(3)
Novicer (c)	(1)	1		-	-		1	(1)
Malawi Gateway project	(5)	5	n.a.	n.a.			5	(4)

Genericamente, os pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso foram os seguintes: (i) os fluxos de caixa foram projetados com base no conhecimento histórico do negócio, em análises de mercado, quer em termos de crescimento, quer em termos de quota de mercado, na carteira de encomendas já angariada, bem como nas perspetivas de angariação de novos contratos no futuro, baseadas em probabilidades de sucesso históricas; (ii) a margem operacional foi projetada com base em dados históricos e na experiência e conhecimento da gestão; (iii) os fluxos de caixa após o período de projeção foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento perpétuo similar à taxa de inflação esperada para o mercado onde a participada opera; (iv) os fluxos de caixa estimados antes de impostos foram descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa antes de impostos de custo médio ponderado de capital.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, decorrente das propostas recebidas e dos testes de imparidade efetuados, o GRUPO registou perdas de imparidade de cerca de 9.250 milhares de euros no MALAWI GATEWAY PROJECT e de cerca de 3.500 milhares de euros na NOVICER. As perdas de imparidade registadas na NOVICER resultaram, exclusivamente, do impacto positivo da reexpressão dos ativos tangíveis daquela empresa para a unidade de mensuração corrente (impacto da hiperinflação em Angola) que posteriormente foi objeto de provisionamento integral.

As avaliações dos terrenos e edifícios foram efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica de cada imóvel:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo

O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação/obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos foram na sua grande maioria executadas por entidades independentes e especializadas, as quais se encontram credenciadas junto da Comissão do Mercados de Valores Mobiliários (CMVM).

Os *inputs* mais relevantes utilizados na valorização dos imóveis acima referidos, foram como se segue:

- Custo do terreno m²;
- Custo de construção m²;
- Valor de comercialização m²;
- Valor de renda m²; e
- Taxa de capitalização / desconto.

A informação mais relevante sobre as avaliações realizadas em 2017 aos principais imóveis detidos pelo GRUPO pode ser resumida como se segue:

Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Principais pressupostos		
			Valor de avaliação	Renda m ² /mês	Taxa de desconto
Edifício Lisboa	MEEC	Método do rendimento	20 256	11,00 €	7,0%
Edifício Porto	MEEC	Método do rendimento	8 700	9,00 €	8,5%
Estaleiro Sintra	MEEC	Método do rendimento	2 701	3,30 €	7,7%

A sensibilidade dos resultados das avaliações efetuadas aos imóveis acima referidos aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto e às rendas m², era como se segue:

Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Sensibilidade aos pressupostos-chave			
			Taxa de desconto		Renda m ² /mês	
			0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%
Edifício Lisboa	MEEC	Método do rendimento	(1 350)	1 558	900	(900)
Edifício Porto	MEEC	Método do rendimento	(483)	544	415	(415)
Estaleiro Sintra	MEEC	Método do rendimento	(188)	220	74	(74)

Em virtude da melhoria verificada no mercado imobiliário em Portugal, o GRUPO reverteu no exercício de 2017 uma perda de imparidade para terrenos e edifícios no montante de cerca de 2.200 milhares de euros.

Os terrenos e edifícios do GRUPO estão registados ao seu custo revalorizado, tendo parte dos mesmos sido objeto de reavaliação em 2017. De acordo com as políticas definidas pelo GRUPO, os imóveis registados na rubrica de ativos tangíveis devem ser reavaliados pelo menos de três em três anos.

Caso venha a ocorrer um aumento do custo dos terrenos, das rendas por m² ou uma diminuição da taxa de capitalização / desconto, o justo valor dos imóveis virá aumentado. Por outro lado, caso venha a ocorrer uma diminuição do custo dos terrenos, das rendas por m² ou um aumento da taxa de capitalização / desconto, o justo valor dos imóveis virá diminuído.

Embora as avaliações acima referidas tenham sido realizadas com base em dados e transações de mercado (divulgadas, essencialmente, por agências imobiliárias), a reduzida liquidez das mesmas e as diferentes características de cada imóvel não permitem qualificar o mercado como ativo. Assim sendo, o apuramento do justo valor dos imóveis do GRUPO enquadra-se no Nível 3 da IFRS 13.

A quantia escriturada que teria sido reconhecida se os ativos tangíveis tivessem sido registados de acordo com o modelo do custo seria como se segue:

	Custos históricos	Revalorização	Total
2017			
Terrenos e edifícios	246 728	22 889	269 617
Equipamentos	383 716	573	384 289
Ativos tangíveis em curso	46 122	-	46 122
Outros ativos tangíveis	12 243	3	12 246
	688 808	23 465	712 273
2016			
Terrenos e edifícios	231 695	27 175	258 870
Equipamentos	374 634	585	375 219
Ativos tangíveis em curso	45 544	-	45 544
Outros ativos tangíveis	13 222	3	13 225
	665 096	27 762	692 858

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os principais ativos e passivos do GRUPO afetos à exploração de pedreiras são como se segue:

	2017	2016
Ativo fixo:		
Terrenos em exploração	27 375	27 915
Edifícios afetos à exploração	820	960
Equipamentos afetos à exploração	4 063	4 946
Inventário:		
Stock de minério	4 523	5 596
Saldos a receber	7 805	7 942
Saldos a pagar	5 447	4 153
	39 139	43 205

Para efeitos de realização de testes de imparidade à quantia escriturada dos ativos líquidos afetos à exploração de pedreiras, o justo valor das mesmas (apurado com base no valor de uso) foi apurado através do método do rendimento utilizando um modelo de *discounted cash-flows*. No método do rendimento foram utilizados como *inputs* relevantes as quantidades de inertes a extrair nos próximos exercícios, tendo em consideração a área licenciada e a capacidade de exploração, os respetivos preços de venda, os custos a incorrer com a recuperação paisagística das pedreiras, o valor dos terrenos subjacentes e, adicionalmente, os seguintes pressupostos de índole financeira:

Pressuposto	2017
Método utilizado	Valor de uso
Base utilizada	Projeções
Período utilizado	Período estimado de exploração da respetiva pedreira
Taxas de crescimento dos cash-flows:	
Ano n+1	Entre 3% e 10%
Ano n+3	1,98%
Crescimento médio anual após n+3	0,00%
Taxa de desconto utilizada	6,77%

Pressuposto	2016
Método utilizado	Valor de uso
Base utilizada	Projeções
Período utilizado	Período estimado de exploração da respetiva pedreira
Taxas de crescimento dos cash-flows:	
Ano n+1	0,00%
Ano n+3	0,33%
Crescimento médio anual após n+3	13,69%
Taxa de desconto utilizada	7,16%

18. Investimentos financeiros em empresas associadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe dos investimentos financeiros em empresas associadas era como se segue:

	2017	2016
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina)	23 772	74 353
Concessionária Autopista Cardel (segmento América Latina)	22 103	12 532
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina)	15 825	14 650
SPRI (segmento África)	7 320	7 576
Estradas do Zambeze e participada (segmento África)	4 326	-
Empresas associadas do Grupo Suma (Segmento Europa - Ambiente e Serviços)	2 902	2 867
Outros	4 838	4 347
	81 086	116 325

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos investimentos financeiros em empresas associadas foi o seguinte:

2017	Saldo inicial	Efeito em resultados do exercício	Efeito em reservas ⁽¹⁾	Transferências e variações de perímetro	Outros aumentos e diminuições	Impacto da hiperinflação em Angola	Saldo final
Autopista Urbana Siervo de la Nación	74 353	(36)	(1 637)	-	(48 908)	-	23 772
Concessionária Autopista Cardel	12 532	(90)	(29)	-	9 689	-	22 103
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico	14 650	(61)	37	-	1 199	-	15 825
SPRI	7 576	(218)	(38)	-	-	-	7 320
Estradas do Zambeze e participada	-	710	-	3 553	-	-	4 262
Empresas associadas do Grupo Suma	2 867	140	(105)	-	-	-	2 902
Outros	4 347	1 265	(784)	362	(279)	(10)	4 901
	116 325	1 710	(2 555)	3 915	(38 299)	(10)	81 086

⁽¹⁾ Inclui essencialmente variações cambiais e variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados.

2016	Saldo inicial	Efeito em resultados do exercício	Efeito em reservas ⁽¹⁾	Transferências e variações de perímetro	Outros aumentos e diminuições	Saldo final
Autopista Urbana Siervo de la Nación	3 869	1 115	48	-	69 321	74 353
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico	11 306	(132)	947	-	2 529	14 650
Concessionária Autopista Cardel	6 804	(213)	2 431	-	3 510	12 532
SPRI	-	5	(1 698)	9 268	-	7 576
Empresas associadas do Grupo Suma	2 733	143	(9)	-	-	2 867
Grupo Martifer	2 251	(2 699)	448	-	-	-
Outros	3 310	(1 667)	(787)	2 225	1 265	4 347
	30 273	(3 449)	1 381	11 494	76 626	116 325

⁽¹⁾ Inclui essencialmente variações cambiais e variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os principais movimentos ocorridos nesta rubrica foram justificados, essencialmente, pelos aumentos e diminuições (reclassificações para a rubrica de Outros devedores - não correntes) de aportes de capital nas empresas concessionárias de auto-estradas mexicanas (AUTOPISTA URBANA SIERVO DE LA NACION, CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA CARDEL e CONCESSIONARIA TUXPAN- TAMPICO).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o aumento ocorrido nesta rubrica foi justificado, essencialmente, pelos aportes de capital realizados nas concessionárias e construtoras de auto-estradas mexicanas (AUTOPISTA URBANA SIERVO DE LA NACION, CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA CARDEL, CONSTRUCTORA CARDEL-POZA RICA e CONSTRUTORA TUXPAN TAMPICO) e pela consolidação da SPRI (empresa angolana que desenvolve a sua atividade na consultoria do sector de *Oil & Gas*), cujo investimento financeiro se encontrava registado no exercício de 2015 na rubrica de "Ativos financeiros disponíveis para venda".

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a principal informação sobre os investimentos financeiros em empresas associadas era como se segue:

2017	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultados líquidos
Autopista Urbana Siervo de la Nación	17%	152 896	61 320	40 224	127 880	46 112	79 609	(203)
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica	29%	144 681	56 620	22 352	151 365	27 584	90 386	(313)
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico	26%	103 844	69 904	8 058	141 520	24 169	67 726	(237)
Haçor	40%	76 854	9 121	64 820	19 174	1 981	3 691	859
Constructora Gran Canal	17%	274	62 149	-	58 709	3 715	57 290	1 404

2016	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultados líquidos
Autopista Urbana Siervo de la Nación	17%	84 186	72 769	114 552	28 504	13 900	44 237	6 373
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico	26%	46 047	104 700	54 024	75 375	21 348	40 752	(511)
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica	29%	68 244	63 653	66 220	43 747	21 929	39 602	(741)
Haçor	40%	78 928	7 858	65 618	22 600	(1 432)	2 311	450
Constructora Gran Canal	17%	-	79 992	-	77 635	2 357	29 734	1 087

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o GRUPO celebrou com uma entidade mexicana um acordo conducente à alienação de duas das suas empresas concessionárias de auto-estradas no México (CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA CARDEL – POZA RICA E CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA TUXPAN TAMPICO). Na sequência daquele acordo, o GRUPO concedeu uma opção de venda à contraparte durante os três anos subsequentes à inauguração das respetivas auto-estradas e aquela atribui ao GRUPO uma opção de venda daquelas participações exercível nos dois anos subseqüente à data em que expirem as suas opções de venda. O exercício das opções de venda por parte do GRUPO está dependente do nível de receita gerado pelas auto-estradas e, em caso de exercício, o GRUPO alienará as respetivas participações financeiras pelo seu valor contabilístico à data acrescido de uma remuneração variável em função do tempo que medeie entre a data de celebração do acordo acima referido e a data de exercício das opções.

Por outro lado, o GRUPO mantém registado na rubrica “Adiantamentos de clientes e por conta de vendas” cerca de 28.000 milhares de euros recebidos do potencial comprador associados às transações acima referidas.

Em 31 de dezembro de 2017, a informação resumida sobre os principais Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) em que o GRUPO participa, consolidados pelo método da equivalência patrimonial, era como segue:

	País	% participação	Ativo corrente	Ativo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Capital Próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
Agrupamentos Complementares de Empresas									
APROVEITAMENTO HIDROELECTRICO DE F02 TUA	Portugal	33%	-	11 328	1 476	4 643	5 209	15 481	240
MOTA-ENGIL/ACCIONA/ EDIVISA-OBRAS APROVEIT. HIDROEL.	Portugal	43%	622	8 909	-	9 533	(2)	4 878	(2)
ALTO TÁMEGA, A.C.E.	Portugal	36%	-	2 752	652	1 199	900	7 439	2 738
VRELECL, ACE	Portugal	28%	-	2 514	1 383	757	374	1 336	228
VENDA NOVA III, ACE	Portugal	42%	637	1 703	272	2 068	-	123	-
GLEK, ACE	Portugal	30%	-	1 692	222	111	1 360	52	2
LGC- Linha de Gondomar, ACE	Portugal	30%	-	1 692	222	111	1 360	52	2

A relação dos ACE em que o GRUPO participa é apresentada no Apêndice A deste anexo.

19. Investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe dos investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas era como se segue:

	2017	2016
Automatriz (segmento África)	3 675	2 384
HL - Sociedade Gestora do Edifício (segmento Europa Ambiente e Serviços)	1 706	989
Manvia II Condutas (segmento Europa Ambiente e Serviços)	970	972
GISA (segmento América Latina)	897	973
Outros	591	726
	7 840	6 044

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas foi como se segue:

2017	Saldo inicial	Efeito em resultados do exercício	Efeito em reservas ⁽¹⁾	Transferências e variações de perímetro	Outros aumentos/diminuições	Impacto da hiperinflação em Angola	Saldo final
Automatriz	2 384	204	(2)	-	1 090	-	3 675
HL - Sociedade Gestora do Edifício	989	774	394	-	(450)	-	1 706
Manvia II Conduatas	972	12	(14)	-	-	-	970
GISA	973	(1)	(76)	-	-	-	897
Outros	726	109	810	10	(1 064)	-	591
	6 044	1 097	1 112	10	(424)	-	7 840

2016	Saldo inicial	Efeito em resultados do exercício	Efeito em reservas ⁽¹⁾	Transferências e variações de perímetro	Outros aumentos/diminuições	Saldo final
Automatriz	943	(224)	1 535	130	-	2 384
HL - Sociedade Gestora do Edifício	1 572	945	(1 528)	-	-	989
Manvia II Conduatas	851	119	3	-	-	972
GISA	667	10	296	-	-	973
Outros	30	469	1 029	(803)	-	726
	4 064	1 319	1 334	(673)	-	6 044

⁽¹⁾ Inclui essencialmente variações cambiais e variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados.

Em 31 de dezembro de 2017, a informação resumida sobre os principais investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas, consolidadas nas demonstrações financeiras anexas pelo método da equivalência patrimonial, era como segue:

2017	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultados líquidos
HL - Sociedade Gestora do Edifício	50%	3 962	86 844	71 140	16 253	3 413	2 999	1 547
Automatriz	25%	2 300	11 041	549	7 436	5 356	14 226	801
Manvia II Conduatas	45%	863	6 779	649	5 180	1 813	6 395	28
Ibercarga	50%	1 848	4 558	-	5 277	1 129	22 528	532
GISA	26%	2 972	1 195	537	135	3 496	3 620	(4)

Por outro lado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o GRUPO desenvolveu diversas operações conjuntas com parceiros, nomeadamente através de consórcios (Nota 1.2.d), os quais se encontram elencados no Apêndice A deste Anexo.

Em 31 de dezembro de 2017, a informação resumida sobre as principais operações conjuntas desenvolvidas pelo GRUPO, integradas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação proporcional, era como segue:

	País	% participação	Ativo corrente	Ativo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Capital Próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
Consórcios									
Consórcio Vial Vizcachane	Peru	50%	21 362	595	12 404	1 184	8 368	41 059	8 306
Consórcio Conservacion Vial Santa Rosa	Peru	50%	9 859	3 214	8 415	18	4 640	36 873	7 827
Consórcio Vial Jayilli	Peru	42%	3 659	1 349	6 671	526	(2 189)	16 689	(3 087)
Consórcio Mota-Engil TR	Peru	50%	5 238	528	4 916	-	850	3 764	(1 073)
Consórcio Vial Acobamba	Peru	50%	1 556	1 084	925	417	1 298	4 661	3 040
Consórcio ME Colômbia	Colômbia	38%	5 463	29	1 395	-	4 097	861	743

20. Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe dos ativos financeiros disponíveis para venda era como segue:

	2017	2016
Ativos financeiros disponíveis para venda		
BAI-Banco Angolano de Investimentos	57 256	31 872
Auto - Sueco Angola	2 724	2 724
Estradas do Zambêze	-	3 384
STI	1 531	1 439
Ecodetra	1 153	1 153
Rutas Del Este	1 546	-
Tirtife	107	74
Outros	4 494	3 236
	68 811	43 881
Adiantamentos por conta de ativos financeiros disponíveis para venda		
Outros	104	1 307
	104	1 307
Ativos financeiros disponíveis para venda	68 916	45 188

Durante o exercício de 2013, o GRUPO adquiriu uma participação financeira de 3% no BAI – Banco Angolano de Investimentos, S.A.. De acordo com a política do GRUPO, os ativos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em empresas não cotadas são registados pelo seu custo de aquisição, considerando sempre eventuais perdas por imparidade em caso de evidência objetiva das mesmas. Com referência a 31 de dezembro de 2017, o GRUPO procedeu a uma análise de imparidade a este investimento financeiro, nomeadamente através do recurso a múltiplos de transações de mercado ocorridas nos últimos anos em Angola e no continente africano (*Price-to-Book Value* e *Price to Earnings*), para um universo de 32 entidades, tendo constatado que o ativo não se encontrava em imparidade. Este ativo está dado em garantia num financiamento bancário. Por último, o aumento ocorrido no ano na quantia escriturada desta participação financeira resultou, essencialmente, da consideração de Angola como uma economia hiperinflacionária.

Adicionalmente, dada a natureza da maior parte dos ativos financeiros acima indicados (não cotados) e a dificuldade de se apurar de forma fiável o seu justo valor, o GRUPO registou os mesmos pelo seu custo de aquisição, deduzido, se necessário, das respetivas perdas de imparidade identificadas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o montante relativo à AUTO-SUECO ANGOLA refere-se à parte não alienada pelo GRUPO (5,13%) no processo de venda ocorrido em 2013, valorizado pelo montante resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial até àquela data. A alienação da participação remanescente aguarda autorização do Banco Nacional de Angola para concretizar-se.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a participação financeira na ESTRADAS DO ZAMBÊZE foi transferida para a rubrica de “Investimentos financeiros em empresas associadas”.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos ativos financeiros disponíveis para venda foi o seguinte:

	2017	2016
Saldo em 1 de janeiro	45 188	64 534
Aquisições e adiantamentos durante o exercício (Rutas Del Este)	1 546	-
Impacto da hiperinflação em Angola	25 545	-
Variação cambial	(69)	(10 212)
Transferências e variações de perímetro (Estradas do Zambêze)	(3 384)	(9 263)
Outras variações	89	129
	68 916	45 188

21. Ativos financeiros detidos até à maturidade

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe dos ativos financeiros detidos até à maturidade era como se segue:

	2017	2016
Títulos de dívida pública angolana	154 954	86 380
	154 954	86 380

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, na sequência de acordos de regularização de dívida celebrados com o estado Angolano, o GRUPO recebeu cerca de 70.000 milhares de euros e 29.000 milhares de euros, respetivamente, de títulos de dívida pública angolana. Aqueles títulos não são transacionados em mercado regulamentado e em 31 de dezembro de 2017 apresentavam as seguintes características:

	Montante (Valor nominal)	Taxa de juro	Maturidade			
			1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos
Obrigações do Tesouro Angolanas em Kwanzas indexados ao USD	99 385	5%	975	13 598	15 306	69 506
Obrigações do Tesouro Angolanas em USD	70 458	5%	-	-	-	70 458
	169 843		975	13 598	15 306	139 964
Diferencial entre o valor nominal e o custo amortizado	(14 889)					
Valor de balanço	154 954					

O pagamento dos juros e o reembolso do capital das obrigações emitidas em Kwanzas irá ser realizado naquela moeda, mas indexado à taxa de câmbio do USD em vigor na data da liquidação.

Adicionalmente, parte dos títulos acima referidos (no montante de 78.000 milhares de euros) encontram-se a colateralizar empréstimos bancários obtidos em Angola.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, decorrente dos acordos de regularização de dívida celebrados com o Estado Angolano e do diferencial entre a taxa de juro das obrigações recebidas e a taxa de juro de financiamento atribuível àquele Estado, o GRUPO, no momento do reconhecimento inicial daquelas obrigações, registou as mesmas pelo seu justo valor (por contrapartida de uma imparidade para contas a receber), o qual foi inferior em cerca de 9.000 milhares de euros e 6.000 milhares de euros, respetivamente, ao seu valor nominal.

Dadas as características dos títulos acima referidos e a intenção do Conselho de Administração do GRUPO de os manter em carteira, os mesmos foram registados como Ativos financeiros detidos até à maturidade.

22. Propriedades de investimento

A informação relativa às propriedades de investimento do GRUPO com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como se segue:

	2017	2016
Europa Engenharia e Construção	53 018	49 455
Europa Ambiente e Serviços	2 816	2 804
África	2 925	3 483
América Latina	17 917	20 047
	76 676	75 789

O movimento ocorrido nas propriedades de investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi como se segue:

	2017	2016
Saldo inicial	75 789	82 037
Aumentos	387	-
Variação de justo valor (Notas 7)	3 716	78
Alienações	(893)	(819)
Diferenças cambiais	(2 313)	1 059
Transferências e outros movimentos	(10)	(6 565)
	76 676	75 789

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cuja finalidade é a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido e não o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos (casos em que são classificados como ativos tangíveis), ou para venda no decurso ordinário dos negócios (casos em que são classificados como inventários). A classificação de determinados terrenos e edifícios como propriedades de investimento, em detrimento de ativos tangíveis e/ou de inventários, resulta essencialmente das perspetivas de utilização que o Conselho de Administração do GRUPO tem para aqueles imóveis, tendo em conta, nomeadamente, a maximização do retorno dos mesmos.

As propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em fase de construção, são registadas pelo seu justo valor, determinado anualmente com referência à data de relato por peritos independentes especializados.

Os resultados gerados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 com propriedades de investimento, podem ser analisados como se segue:

	2017		
	Valor do ativo	Rendimentos de rendas	Ganhos/perdas de variação de justo valor (Nota 7)
Em Portugal			
Imóvel em Matosinhos	31 630	1 563	2 455
Mercado do Bom Sucesso	13 575	896	752
Edifício Galiza	3 898	128	-
Motadomus	2 819	110	258
Outras	3 912	450	-
	55 834	3 147	3 464
Fora de Portugal			
Promotora Imobiliária Santa Clara (Peru)	16 781	-	251
Empresa Construtora Brasil	1 136	-	-
Outras	2 925	-	-
	20 842	-	251
Total	76 676	3 147	3 716

	2016		
	Valor do ativo	Rendimentos de rendas	Ganhos/perdas de variação de justo valor (Nota 10)
Em Portugal			
Imóvel em Matosinhos	28 244	1 093	-
Mercado do Bom Sucesso	12 965	779	720
Motadomus	2 624	96	-
Outras	11 909	679	-
	55 742	2 647	720
Fora de Portugal			
Promotora Imobiliária Santa Clara (Peru)	18 822	-	(642)
Empresa Construtora Brasil	1 226	-	-
	20 047	-	(642)
Total	75 789	2 647	78

A variação de justo valor ocorrida no exercício de 2017 foi justificada, essencialmente, pela valorização dos imóveis localizados em Portugal, fruto, nomeadamente, do aumento da ocupação, das rendas praticadas, bem como da diminuição das taxas de desconto.

A variação de justo valor ocorrida no exercício de 2016 foi justificada, essencialmente, pela valorização do imóvel “Mercado do Bom Sucesso”, fruto do aumento das rendas praticadas e da diminuição da taxa de desconto e por um imóvel localizado no Peru, fruto da desvalorização ocorrida no mercado imobiliário peruano.

As avaliações das propriedades de investimento foram efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica de cada imóvel:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos foram executadas por entidades independentes e especializadas, as quais, para os imóveis localizados em Portugal, se encontram credenciadas junto da Comissão do Mercados de Valores Mobiliários (CMVM).

Para as principais propriedades de investimento detidas pelo GRUPO, o seu justo valor foi apurado tendo em consideração os seguintes *inputs* relevantes:

- Taxa de ocupação;
- Custo do terreno m2;

- Custo de construção m²;
- Valor de comercialização m²;
- Valor de renda m²; e
- Taxa de capitalização / desconto.

A informação mais relevante das avaliações realizadas em 2017 às principais propriedades de investimento detidas pelo GRUPO pode ser resumida como se segue:

Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Principais pressupostos		
				Preço de venda m ²	Renda m ² /mês	Taxa de desconto
Imóvel em Matosinhos	MERE Promotora e	Método do rendimento	31 630	n.a.	6,20 €	7,6%
Terreno Peru	Inmobiliaria Santa Clara	Método comparativo	16 781	158,98 €	n.a.	n.a.
Mercado do Bom Sucesso	Mercado Urbano	Método do rendimento	13 575	n.a.	7,85 €	7,0%
Edifício comercial e de escritórios no Porto	Motadomus	Método do rendimento	2 819	n.a.	7,50 €	7,2%

A sensibilidade dos resultados das avaliações efetuadas às propriedades de investimento aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto, ao preço de venda m² e às rendas m², foi como se segue (impacto no justo valor dos imóveis):

Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Sensibilidade aos pressupostos-chave					
			Taxa de desconto		Preço de venda m ²		Renda m ² /mês	
Imóvel em Matosinhos	MERE Promotora e	Método do rendimento	0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%	5,0%	-5,0%
			(2 023)	2 319	n.a.	n.a.	318	(318)
Terreno Peru	inmobiliaria Santa Clara	Método comparativo	n.a.	n.a.	(671)	671	n.a.	n.a.
Mercado do Bom Sucesso	Mercado Urbano	Método do rendimento	(996)	1 149	n.a.	n.a.	747	(747)
Edifício comercial e de escritórios no Porto	Motadomus	Método do rendimento	(15)	16	n.a.	n.a.	111	(110)

Caso venha a ocorrer um aumento do custo dos terrenos, dos preços de venda, das rendas por m² ou uma diminuição da taxa de capitalização / desconto, o justo valor dos imóveis virá aumentado. Por outro lado, caso venha a ocorrer uma diminuição do custo dos terrenos, dos preços de venda, das rendas por m² ou um aumento da taxa de capitalização / desconto, o justo valor dos imóveis virá diminuído.

Embora as avaliações acima referidas tenham sido realizadas com base em dados e transações de mercado (divulgadas, essencialmente, por agências imobiliárias), a reduzida liquidez das mesmas e as diferentes características de cada imóvel não permitem qualificar o mercado como ativo. Assim sendo, o apuramento do justo valor das propriedades de investimento do GRUPO enquadra-se no Nível 3 da IFRS 13.

23. Inventários

A informação relativa a inventários com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser analisada como se segue:

	2017	2016
Valor bruto:		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	84 915	77 440
Produtos e trabalhos em curso	156 430	161 240
Produtos acabados	22 589	29 955
Mercadorias	96 861	64 503
Adiantamentos por conta de compras	16 502	8 780
	377 297	341 920
Ajustamentos em inventários:		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	(5 033)	(7 630)
Produtos e trabalhos em curso	(15 241)	(19 925)
Produtos acabados	(2 293)	(2 202)
Mercadorias	(9 733)	(7 203)
	(32 300)	(36 959)
	344 996	304 960

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” incluía, essencialmente, materiais de construção localizados em África (cerca de 54.000 milhares de euros e 50.000 milhares de euros, respetivamente), em Portugal (cerca de 8.000 milhares de euros em cada um dos exercícios) e na Polónia (cerca de 9.000 milhares de euros e 5.000 milhares de euros, respetivamente).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Produtos e trabalhos em curso” referia-se, essencialmente, a projetos imobiliários em desenvolvimento na Polónia e a projetos imobiliários a desenvolver em Portugal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido na rubrica “Produtos e trabalhos em curso” foi justificado, essencialmente, pelo desenvolvimento de projetos imobiliários na Polónia e pela transferência de um imóvel no montante de 32.300 milhares de euros para a rubrica “Mercadorias”.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Produtos acabados” referia-se, essencialmente, a frações para venda de projetos imobiliários concluídos em Portugal e em Angola.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Mercadorias” referia-se, essencialmente, a projetos imobiliários localizados em Portugal e em Angola cujo destino é a comercialização.

Por outro lado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o aumento ocorrido na rubrica “Mercadorias” foi justificado, em parte, pela transferência de um imóvel da rubrica “Produtos e trabalhos em curso” no montante de 32.300 milhares de euros e por um terreno recebido de um cliente para liquidação de uma dívida comercial ao GRUPO no montante de 29.200 milhares de euros (Nota 24).

Por último, em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de inventários incluía cerca de 200.000 milhares de euros associados a projetos imobiliários.

O movimento ocorrido nos ajustamentos em inventários com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foi como se segue:

	2017	2016
Saldo inicial	36 959	28 985
Aumento (Nota 9)	1 664	7 274
Redução	(6 623)	(228)
Utilização	(1 247)	-
Efeito cambial	(116)	928
Transferências e variação de perímetro	1 663	-
	32 300	36 959

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as reduções de ajustamentos em inventários foram justificadas, essencialmente, pela valorização de alguns imóveis em Portugal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os ajustamentos em inventários destinaram-se, essencialmente, à adequação do valor contabilístico de alguns inventários em Angola, Portugal e na Hungria ao seu valor realizável líquido.

Com exceção de alguns inventários afetos a projetos imobiliários na Polónia e em Portugal, o GRUPO não tem outros inventários dados como garantia em empréstimos obtidos.

Para efeitos de aferição do valor realizável líquido dos inventários, nomeadamente dos imóveis, foram utilizadas as metodologias de avaliação descritas na Nota 17.

A informação mais relevante sobre as avaliações (análises de imparidade) realizadas aos principais imóveis (classificados em inventários) detidos pelo GRUPO pode ser resumida como se segue:

Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Principais pressupostos			
				Custo de construção m ²	Preço de venda m ² /mês	Renda m ² /mês	Taxa de desconto
Projeto Imobiliário - Portugal	MERE	Cash-flows descontados	34 446	590,00 €	2 222,00 €	n.a.	9,0%
Projeto Imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	18 823	785,67 €	2 000,08 €	n.a.	6,3%
Projeto Imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	18 347	310,44 €	1 323,73 €	n.a.	6,5%
Projeto Imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	17 448	842,94 €	1 691,70 €	n.a.	6,3%
Projeto Imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	12 538	453,44 €	1 608,09 €	n.a.	6,3%

A sensibilidade dos resultados das avaliações efetuadas aos imóveis acima referidos aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto, ao custo de construção m² e ao preço de venda m², foi como se segue (impacto no justo valor dos imóveis):

Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Sensibilidade aos pressupostos-chave					
			Taxa de desconto		Custo de construção m ²		Preço de venda m ²	
			0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%	5,0%	-5,0%
Projeto imobiliário - Portugal	MERE	Cash-flows descontados	(771)	793	(930)	930	2 534	(2 534)
Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	(71)	72	(163)	163	1 314	(1 314)
Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	(62)	62	(3)	3	938	(938)
Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	(125)	126	(280)	280	1 257	(1 257)
Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	(103)	103	(496)	496	1 212	(1 212)

24. Outros ativos

a) Empréstimos e contas a receber

A informação relativa a empréstimos e contas a receber de clientes com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser analisada como se segue:

Clientes	Não correntes		Correntes	
	2017	2016	2017	2016
Clientes, conta corrente				
Valor Bruto				
Europa Engenharia e Construção	4 191	4 189	189 326	184 778
Europa Ambiente e Serviços	679	927	93 684	99 062
África	1 327	13 412	706 640	615 122
América Latina	1	-	160 263	95 709
Outros, eliminações e intragrupo	(23)	(3)	(77 868)	(79 089)
	6 175	18 524	1 072 045	915 582
Perdas de imparidade acumuladas	(87)	(369)	(206 034)	(147 155)
	6 088	18 155	866 012	768 427
Clientes, títulos a receber	-	-	705	6 688
	6 088	18 155	866 716	775 115

O aumento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 nos segmentos de África e da América Latina deveu-se, essencialmente, ao aumento da atividade verificado naquelas regiões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o aumento líquido ocorrido nas perdas de imparidades acumuladas ficou-se a dever, essencialmente, às empresas/entidades do GRUPO localizadas em Angola, Moçambique e Brasil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o aumento líquido ocorrido nas perdas de imparidade acumuladas foi justificado, essencialmente, pelo reforço das imparidades para algumas contas a receber de entidades angolanas, moçambicanas e malawianas.

A informação relativa a empréstimos e contas a receber de outros devedores com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser analisada como se segue:

Outros devedores	Não correntes		Correntes	
	2017	2016	2017	2016
Empresas associadas, participadas e participantes				
Valor bruto	71 808	29 570	111	4 351
Perdas de imparidade acumuladas	(3 444)	(3 338)	-	-
	68 364	26 232	111	4 351
Adiantamentos a fornecedores	-	-	45 625	39 726
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o Rendimento)	3 727	14 395	14 110	23 619
Outros				
Valor bruto				
Europa Engenharia e Construção	4 334	4 954	153 104	158 540
Europa Ambiente e Serviços	1 517	1 518	70 672	69 715
África	78	77	90 835	89 019
América Latina	50 922	3 874	30 439	39 740
Outros, eliminações e intragrupo	-	-	(189 283)	(189 957)
	56 852	10 423	155 767	167 057
Perdas de imparidade acumuladas	(4 066)	(4 822)	(24 927)	(28 362)
	52 786	5 601	130 840	138 695
	124 877	46 229	190 686	206 391
Clientes e outros devedores	130 965	64 384	1 057 403	981 507

O aumento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 na rubrica “Empresas associadas, participadas e participantes” foi justificado, essencialmente, por empréstimos concedidos no ano por parte da MOTA-ENGIL MÉXICO e da MOTA-ENGIL TURISMO a empresas participadas que consolidam pelo método da equivalência patrimonial (AUTOPISTA SIERVO DE LA NACIÓN e FIDEICOMISO EL CAPOMO).

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Outros - não correntes” na América Latina inclui o montante de cerca de 21.000 milhares de euros respeitantes à concessão APP COATZACOALCOS-VILLAHERMOSA. Aquela concessão corresponde, essencialmente, a um contrato plurianual de prestação de serviços celebrado com o Estado Mexicano e inclui duas componentes: (i) uma relacionada com a reabilitação de 134,2 kms de estrada e (ii) outra referente à manutenção da mesma via por um período de 10 anos. Por último, tal como preconizado na IFRIC 12, como o GRUPO não tem risco de procura nesta concessão, o investimento em infraestruturas realizado na mesma foi registado como uma conta a receber do Concedente.

Em 31 de dezembro de 2017, a exposição do GRUPO a saldos correntes com antiguidade superior a um ano, líquidos de perdas de imparidade acumuladas e de saldos credores mantidos com os respetivos terceiros, resultava, essencialmente, de dívidas confirmadas de organismos públicos (Estado e instituições públicas de Angola, Moçambique e Malawi), de saldos de clientes com acordos de regularização de dívida, de saldos a receber de parceiros do GRUPO, nomeadamente dos parceiros da MOTA-ENGIL ANGOLA e de retenções de garantia prestadas a clientes.

Em 2015, o Estado Angolano, a Sonangol e a Sociedade Baía de Luanda (entidade responsável pela promoção, desenvolvimento e gestão de um projeto imobiliário de requalificação da Baía de Luanda, para o qual o GRUPO realizou diversos contratos de construção) eram dos clientes com dívida vencida mais significativa no GRUPO.

No entanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ocorreram alterações significativas relativamente à monetização daquelas contas a receber das quais se destacam:

- (i) Recebimento por parte da MOTA-ENGIL ANGOLA, da SUCURSAL DE ANGOLA DA MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO ÁFRICA e da VISTA WASTE, de cerca de 57.000 milhares de euros de títulos de dívida pública angolana para regularização de dívidas em atraso; e
- (ii) Encontro de contas (ativas e passivas) mantidas com a Sonangol e recebimento adicional de cerca de 19.000 milhares de euros.

Por outro lado, no dia 5 de fevereiro de 2017, foi publicado um Decreto Presidencial que estabeleceu um acordo entre o Estado Angolano e a Luanda Waterfront Corporation (acionista maioritário da Sociedade Baía de Luanda) relativamente à revisão e ao resgate do projeto de requalificação da Baía de Luanda. Como compensação pelo resgate atrás referido, o Estado Angolano autorizou a emissão de dívida pública de 379 milhões de dólares para ressarcir os intervenientes do projeto.

Deste modo, no seguimento do acordo acima referido, o GRUPO recebeu no primeiro semestre de 2017 em dação em cumprimento cerca de 82.000 milhares de dólares de títulos de dívida pública angolana com uma maturidade de sete anos. Adicionalmente, no âmbito daquele processo, o GRUPO acordou igualmente em receber um direito de superfície sobre uma parcela de terreno de cerca de 64.000 m² propriedade daquele devedor.

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade em empréstimos e contas a receber com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como se segue:

	2017	2016
Cientes e outros devedores:		
Saldo inicial	184 046	160 368
Aumento	33 400	57 072
Redução	(5 812)	(14 623)
Utilização	(3 593)	(1 677)
Transferências, cambial e variação de perímetro	30 516	(17 094)
	238 558	184 046

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cerca de 28.000 milhares de euros de transferências tiveram como contrapartida a rubrica de Clientes – valor bruto.

São registados ajustamentos às contas a receber por perdas de imparidade quando existem indicadores objetivos de que o GRUPO não irá receber integralmente os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Os ajustamentos são calculados considerando a antiguidade das contas a receber, o perfil de risco do devedor, bem como a sua situação económico-financeira. Por outro lado, para as contas a receber cujo momento expectável de realização excede o prazo de um ano, o GRUPO procedeu à atualização financeira desses saldos (considerando um prazo entre um e dois anos adicionais para recuperar a dívida) e taxas de atualização entre os 7,5% e os 13,5% no segmento de África e de 9% no segmento da América Latina.

A exposição do GRUPO ao risco de crédito é atribuível, sobretudo, às contas a receber da sua atividade operacional.

É convicção do Conselho de Administração do GRUPO de que o montante pelo qual estes ativos se encontram registados na demonstração da posição financeira consolidada se aproxima do seu justo valor.

O GRUPO não cobra qualquer encargo de juros enquanto os prazos de pagamento definidos com os seus clientes estejam a ser respeitados (normalmente inferiores a 1 ano). Findos esses prazos, são cobrados os juros que estiverem definidos contratualmente, de acordo com a lei em vigor e aplicável a cada situação.

b) Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros ativos correntes” pode ser analisada como se segue:

	2017	2016
Acréscimos de rendimentos		
Produção e prestações de serviços não faturadas (Construção)	339 039	346 381
Produção e prestações de serviços não faturadas (Outros)	4 236	6 421
Juros a receber	7 175	2 732
Outros acréscimos de rendimentos	28 725	20 503
	379 175	376 038
Gastos diferidos		
Seguros	9 545	9 057
Outros gastos diferidos (Construção)	21 661	18 878
Outros gastos diferidos (Outros)	13 897	22 987
	45 104	50 923
	424 278	426 961

Em 31 de dezembro de 2017, as rubricas de “Produção e prestações de serviços não faturadas” apresentavam o seguinte detalhe por segmento de negócio: 109.034 milhares de euros no segmento África (90.329 milhares de euros em 2016), 183.060 milhares de euros no segmento América Latina (192.228 milhares de euros em 2016) e 51.583 milhares de euros no segmento Europa Engenharia e Construção (69.980 milhares de euros em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros gastos diferidos” incluía, essencialmente, gastos diferidos associados à produção efetuada nas regiões de África e da América Latina, nomeadamente afetos à mobilização/desmobilização de equipamentos e de estaleiros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a informação relativa a contratos de construção em curso pode ser analisada como se segue:

	2017	2016
Gastos de construção incorridos até à data	8 936 225	7 949 325
Trabalhos em curso faturados por fornecedores	8 701 092	7 740 062
Acréscimos de custos - trabalhos em curso não faturados por fornecedores (Nota 34)	256 794	228 141
Custos diferidos (Nota 24 b))	21 661	18 878
Rendimentos reconhecidos até à data	10 399 524	9 543 046
Trabalhos em curso faturados a clientes	10 115 526	9 239 964
Acréscimos de proveitos - excesso de produção sobre facturação (Nota 24 b))	339 039	346 381
Proveitos diferidos - déficite de produção sobre facturação (Nota 34)	55 041	43 299
Adiantamentos recebidos de clientes	223 209	247 667
Retenções feitas por clientes	46 255	45 396
Garantias dadas a clientes	290 069	451 869

c) Caixa e seus equivalentes

Os montantes relativos às rubricas de “Caixa e seus equivalentes com recurso à vista/a prazo” com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, são como se segue:

	À vista		A prazo		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Outras aplicações financeiras	394	8 567	-	-	394	8 567
Depósitos bancários e caixa						
Depósitos bancários	452 195	281 780	34 663	13 122	486 858	294 902
Caixa	2 850	5 836	-	-	2 850	5 836
	455 439	296 183	34 663	13 122	490 102	309 305

Os montantes relativos à rubrica de “Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista” com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, são como se segue:

	à Vista	
	2017	2016
Outras aplicações financeiras	-	2
Depósitos bancários e caixa		
Depósitos bancários	154 180	86 734
Caixa	18	18
	154 198	86 754

Os montantes de “Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista” estão associados às empresas do SUBGRUPO EGF e à APP COATZACOALCOS VILLAHERMOSA.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o saldo de “Caixa e seus equivalentes” apresentava a seguinte composição:

	Total	
	2017	2016
Com recurso	490 102	309 305
Sem recurso	154 198	86 754
Valores cativos	(34 663)	(13 122)
	609 637	382 937

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, existiam 34.663 milhares de euros e 13.122 milhares de euros, respetivamente, registados em “Caixa e seus equivalentes” não imediatamente disponíveis, pelo facto de terem sido dados em garantia ou estarem cativos ao abrigo de contratos de financiamento celebrados com terceiros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montantes incluídos nas rubricas de “Caixa e seus equivalentes” apresentavam a seguinte origem geográfica:

	2017	2016
Portugal	307 056	137 682
México	102 581	8 638
Angola	40 234	78 732
Malawi	31 230	31 190
Brasil	29 425	29 129
Polónia	27 607	41 560
Peru	20 344	7 898
Zimbabwe	19 693	97
Tanzânia	15 388	-
Mocambique	14 510	20 575
Maurícias	8 415	13 693
Outros	27 818	26 865
	644 300	396 059

Adicionalmente, no que respeita a Angola, há que salientar a existência em 31 de dezembro de 2017 e 2016 de financiamentos em moeda local de, aproximadamente, 122.000 milhares de euros e 123.000 milhares de euros, respetivamente.

25. Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” por segmento operacional era como se segue:

	2017	2016
Europa Engenharia e Construção	351	5 463
Europa Ambiente e Serviços	1 375	2 192
África	16 349	6 771
América Latina	5 202	5 248
Outros, eliminações e intragrupo	201	201
	23 479	19 875

26. Ativos e passivos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ativos e os passivos não correntes detidos para venda eram como se segue:

	2017	2016
Investimento financeiro no subgrupo Lineas (segmento outros, eliminações e intragrupo)	147 599	283 720
Outros	1 483	2 726
Ativos não correntes detidos para venda	149 082	286 446
	2017	2016
Passivos do subgrupo Lineas (segmento outros, eliminações e intragrupo)	57 703	57 703
Passivos não correntes detidos para venda	57 703	57 703

No último trimestre de 2015, o Conselho de Administração do GRUPO decidiu proceder à alienação do investimento financeiro detido no SUBGRUPO LINEAS. Desta forma, os ativos e passivos associados a tal SUBGRUPO foram reclassificados para as rubricas de “Ativos/Passivos não correntes detidos para venda”.

Adicionalmente, de acordo com o preconizado na IFRS 5, a aplicação do método de equivalência patrimonial ao investimento financeiro detido no SUBGRUPO LINEAS foi suspensa a partir de 30 de setembro de 2015.

Na sequência do atrás descrito, e de forma a concretizar a alienação daquele SUBGRUPO, foi estabelecido em fevereiro de 2016 um acordo com a Ardian Infrastructure para a alienação das participações financeiras da LINEAS na ASCENDI PT e na ASCENDI PT II, sociedades que detinham direta ou indiretamente as participações financeiras nas concessionárias e operadoras ASCENDI NORTE, ASCENDI BEIRAS LITORAL E ALTA, ASCENDI COSTA DE PRATA, ASCENDI GRANDE PORTO e ASCENDI GRANDE LISBOA. O acordo acima referido englobou ainda a venda dos ativos detidos pela LINEAS direta ou indiretamente nas subconcessionárias e operadoras da ASCENDI PINHAL INTERIOR e ASCENDI DOURO INTERIOR, na AUVISA, na VIA VERDE PORTUGAL, na ASCENDI O&M, na ASCENDI IGI e na ASCENDI SERVIÇOS, por um valor total na ordem dos 600 milhões de euros, a que poderão ser adicionados mais 53 milhões de euros por via de um mecanismo variável de preço.

A primeira fase do acordo foi concretizada nos últimos dias de dezembro de 2016, através da alienação da ASCENDI PT e da ASCENDI PT II, tendo sido complementada em janeiro de 2017 com a alienação da VIA VERDE PORTUGAL e com a alienação de 75% da ASCENDI SERVIÇOS. Adicionalmente, em julho de 2017 e em fevereiro de 2018, concretizaram-se as alienações da AUVISA e da ASCENDI PINHAL INTERIOR. A concretização integral do acordo ocorrerá com a transmissão dos ativos ainda detidos na subconcessionária e operadora ASCENDI DOURO INTERIOR e na ASCENDI SERVIÇOS (25%), o que ocorrerá logo que sejam reunidas determinadas condições contratualmente previstas, nomeadamente autorizações do Concedente e de entidades financeiras, condições que no entendimento do Conselho de Administração, baseado na sua experiência em transações similares, se irão concretizar.

Por outro lado, durante o exercício de 2017, o GRUPO concluiu igualmente a alienação da SCUTVIAS e da VIA LITORAL, pelo que à data encontra-se essencialmente por concretizar a alienação da LINEAS, da LUSOPONTE, da CRT e da COPEXA, tendo o GRUPO já recebido propostas para a alienação das mesmas, as quais se encontram a ser operacionalizadas/otimizadas. No entanto, é intenção do Conselho de Administração concluir o processo de alienação deste SUBGRUPO no curto prazo, dependente sempre das autorizações dos Concedentes e das entidades financiadoras.

Tendo em consideração as propostas recebidas para a alienação dos restantes ativos da LINEAS e a sua dívida bancária, o justo valor do investimento financeiro detido naquele SUBGRUPO, deduzido dos custos estimados com a sua venda, é superior à sua quantia escriturada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, fruto da aplicação do método da equivalência patrimonial se encontrar suspensa, o GRUPO não registou qualquer resultado associado ao SUBGRUPO LINEAS. Em 31 de dezembro de 2017, a composição dos ativos e passivos não correntes detidos para venda é como se segue:

Investimentos financeiros em empresas associadas	147 599
Credores diversos - Adiantamentos por conta de vendas	(57 703)
	89 896

Na sequência da liquidação financeira ocorrida em janeiro de 2017 associada à primeira fase do acordo estabelecido com a ARDIAN INFRASTRUCTURE, relativamente à alienação de alguns ativos da LINEAS, esta última entidade procedeu à transferência de cerca de 145 milhões de euros para a MOTA-ENGIL SGPS a título de devolução de prestações suplementares e de suprimentos, bem como ao pagamento de juros e dividendos. Deste modo, a diminuição ocorrida no exercício na rubrica “Ativos não correntes detidos para venda” é justificada, essencialmente, pelos factos acima descritos.

27. Capital e reservas

Capital

O capital social da MOTA-ENGIL SGPS em 31 de dezembro de 2017 e 2016, totalmente subscrito e realizado, ascendia a 237.505.141 euros e encontrava-se representado por 237.505.141 ações com um valor nominal de 1 euro cada.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o GRUPO cumpriu com os requisitos de capital estabelecidos na legislação comercial portuguesa, nomeadamente os definidos no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Ações próprias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em conformidade com o deliberado na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 25 de maio de 2016, o GRUPO procedeu à aquisição de diversas tranches de ações próprias, tal como se discrimina abaixo:

2016	Quantidade	Custo médio	Montante
Saldo inicial	1 559 742	1,98 €	3 084
Aquisições			
janeiro	792 502	1,22 €	968
fevereiro	1 283 376	1,35 €	1 729
março	4 192	1,67 €	8
	2 080 070	1,30 €	2 704
Saldo final	3 639 812	1,59 €	5 788

Durante o exercício de 2017, o GRUPO não procedeu a aquisições nem a alienações de ações próprias.

Prémios de emissão

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou com aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para as “Reservas legais”, isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

No seguimento do aumento de capital social ocorrido no exercício de 2015, de 204.635.695 euros para 237.505.141 euros, e dado que o preço de subscrição das ações (2,4814 euros) foi superior ao seu valor nominal, foi gerado naquele exercício um prémio de emissão de 48.149 milhares de euros.

Reserva de justo valor – Investimentos disponíveis para venda

A “Reserva de justo valor – Investimentos disponíveis para venda” reflete as variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda e não é passível de ser distribuída ou utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tiverem sido alienados.

Reserva de justo valor – Derivados

A “Reserva de justo valor – Derivados” reflete as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa que se consideram eficazes (Nota 29) e não é passível de ser distribuída aos acionistas ou utilizada para absorver prejuízos.

Reserva de conversão cambial

A reserva de conversão cambial reflete as variações cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras de empresas filiais com moeda diferente do Euro e não é passível de ser distribuída aos acionistas ou utilizada para absorver prejuízos.

Reserva legal

A legislação comercial portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Nos termos da legislação comercial portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da MOTA-ENGIL SGPS, preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Política de gestão de capital

A estrutura de capital da MOTA-ENGIL, determinada pela proporção entre o capital próprio e a dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e o desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar os custos de financiamento.

A MOTA-ENGIL monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos acima referidos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a MOTA-ENGIL apresenta um *Gearing* contabilístico de 68% e 49 % respectivamente.

Gearing = total do capital próprio / dívida líquida, sendo que a dívida líquida corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração da posição financeira: empréstimos com recurso; empréstimos sem recurso; caixa e seus equivalentes com recurso; caixa e seus equivalentes sem recurso; e ativos financeiros detidos até à maturidade.

Dividendos

Do Relatório de Gestão Individual consta a seguinte proposta:

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral anual de Acionistas que o resultado líquido negativo no montante de 9.201.755,06 euros seja transferido para resultados transitados.

No dia 24 de maio de 2017, foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas a distribuição de um dividendo de 0,13 euros por ação relativo ao exercício de 2016 totalizando 30.876 milhares de euros. Este dividendo foi pago no dia 8 de junho de 2017.

28. Empréstimos

Os montantes relativos ao endividamento com recurso com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, são como se segue:

	Corrente (a 1 ano)	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	a mais de 5 anos	Não corrente	Total
2017						
Empréstimos por obrigações não convertíveis	47 639	151 167	122 500	9 167	282 833	330 472
Dívidas a instituições de crédito:						
Empréstimos bancários	312 251	160 916	160 745	54 747	376 408	688 658
Descobertos bancários	96 269	-	-	-	-	96 269
Contas caucionadas	140 935	-	-	-	-	140 935
Outros empréstimos obtidos:						
Emissões de papel comercial	116 725	44 110	11 064	-	55 174	171 899
Outros empréstimos	1 303	2 006	247	-	2 252	3 556
	715 121	358 198	294 555	63 913	716 667	1 431 789
2016						
Empréstimos por obrigações não convertíveis	42 009	83 717	237 000	-	320 717	362 726
Dívidas a instituições de crédito:						
Empréstimos bancários	305 900	166 116	221 521	57 147	444 783	750 683
Descobertos bancários	93 758	-	-	-	-	93 758
Contas caucionadas	137 624	-	-	-	-	137 624
Outros empréstimos obtidos:						
Emissões de papel comercial	34 543	29 760	40 089	-	69 849	104 391
Outros empréstimos	2 552	1 303	746	-	2 049	4 602
	616 385	280 896	499 355	57 147	837 398	1 453 784

As emissões de papel comercial, embora tenham o seu vencimento num prazo igual ou inferior a um ano, encontram-se, maioritariamente, abrangidas por programas de médio e longo prazo que asseguram a sua renovação automática ao longo do tempo. Nestas circunstâncias, e dado que o Conselho de Administração do GRUPO pretende continuar a utilizar aqueles programas durante a sua vigência, registou aquelas emissões de papel comercial como exigíveis no médio e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2017, existiam operações de financiamento com compromissos de manutenção de *covenants* relacionados com níveis de autonomia financeira e rácios de endividamento, determinados com base nas demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO e das suas subholdings, cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas normais de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, de acordo com a informação disponível, nenhum credor poderia exigir o reembolso antecipado de qualquer financiamento bancário concedido ao GRUPO como consequência do não cumprimento de qualquer um dos *covenants* acima referidos.

Os montantes relativos ao endividamento sem recurso com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, são como se segue:

	Corrente (a 1 ano)	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	a mais de 5 anos	Não corrente	Total
2017						
Empréstimos por obrigações não convertíveis	-	3 132	24 724	54 558	82 413	82 413
Dívidas a instituições de crédito:						
Empréstimos bancários	25 220	20 535	48 924	47 312	116 771	141 990
Contas caucionadas	2 860	-	-	-	-	2 860
Outros empréstimos obtidos:						
Emissões de papel comercial	2 500	2 500	7 500	6 162	16 162	18 662
	30 580	26 167	81 148	108 031	215 346	245 925
2016						
Dívidas a instituições de crédito:						
Empréstimos bancários	21 932	19 709	62 309	55 210	137 227	159 159
Contas caucionadas	7 158	-	-	-	-	7 158
Outros empréstimos obtidos:						
Emissões de papel comercial	2 500	2 500	7 500	8 648	18 648	21 148
	31 590	22 209	69 809	63 858	155 875	187 465

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montantes de endividamento sem recurso estão associados às empresas do SUBGRUPO EGF e à empresa utilizada para o financiamento da sua aquisição (SUMA TRATAMENTO) e à APP COATZACOALCOS VILLAHERMOSA.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a maturidade média do endividamento (com e sem recurso) era de 2,4 e 2,5 anos, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido no endividamento foi como se segue:

	Empréstimos por obrigações não convertíveis	Empréstimos bancários	Descobertos bancários	Contas caucionadas	Programas de papel comercial	Outros empréstimos	TOTAL
Saldo inicial	362 726	909 842	93 758	144 782	125 539	4 602	1 641 249
Transações com impacto em caixa:							
Recebimentos de empréstimos	279 521	330 662	492 668	171 239	583 206	-	1 857 297
Amortizações e reembolsos de empréstimos	(227 340)	(393 924)	(489 646)	(170 119)	(518 015)	(651)	(1 799 695)
	52 181	(63 261)	3 022	1 121	65 191	(651)	57 602
Transações sem impacto em caixa:							
Variação cambial	(2 864)	(12 547)	51	(1 020)	-	-	(16 381)
Fusões	-	-	(152)	-	-	-	(152)
Reconhecimento do custo amortizado	842	(3 385)	-	59	(170)	-	(2 654)
Variações de perímetro	-	-	(409)	(1 146)	-	(395)	(1 950)
Saldo final	412 885	830 648	96 269	143 796	190 561	3 556	1 677 714

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os principais empréstimos obrigacionistas e programas de papel comercial contratados pelo GRUPO em vigor naquelas datas, eram como se segue:

2017						
Tipo de emissão / Emitente	Data emissão inicial	Data vencimento	Indexação	Condições de reembolso	Montante nominal atual	Prazos de emissão
Empréstimos obrigacionistas:						
Mota-Engil Engenharia e Construção África	dez/13	dez/18	Euribor 6M + 6.50%	i)	45 000	
Mota-Engil SGPS	abr/14	abr/19	Taxa Fixa 5,5%	ii)	110 000	
Mota-Engil SGPS	jun/14	jun/18	Taxa Fixa 4,375%	ii)	20 845	
Mota-Engil SGPS	jul/15	fev/20	Taxa Fixa 3,90%	ii)	95 000	
Mota-Engil SGPS	dez/15	dez/18	Euribor 6M + 3,25%	iii)	5 000	
Mota-Engil SGPS	abr/16	abr/19	Taxa Fixa 4,75%	ii)	32 000	
Suma	out/13	out/18	Euribor 6M + 5,25%	ii)	10 000	
Mota-Engil Latin America BV	dez/17	dez/23	Euribor 6M+5%	iv)	15 000	
APP Coatzacoalcos Villahermosa SAPI	out/17	out/26	Taxa Fixa 8,9%	v)	82 413	
Programas de papel comercial:						
Mota-Engil SGPS	mar/16	fev/18	Taxa Fixa 3,5%		15 000	30 a 181 dias
Mota-Engil SGPS	out/17	out/22	Euribor 3M + 4%		19 250	90 dias
Mota-Engil SGPS	dez/17	dez/18	Taxa Fixa 4%		55 000	364 dias
Mota-Engil SGPS	dez/13	fev/22	Taxa máxima indicada pela emitente		21 000	7 a 397 dias
Mota-Engil Engenharia e Construção	ago/14	ago/18	Euribor do prazo + 2%		8 400	Col. Direta: de 7 a 90 dias / Col. Leilão: de 7 a 90 dias
Mota-Engil Engenharia e Construção	out/16	jan/18	Euribor do prazo + 5%		7 500	Col. Direta: de 7 a 90 dias / Col. Leilão: de 7 a 90 dias
Mota-Engil Europa	dez/15	jun/19	Euribor do prazo + 4,70%		25 000	Col. Direta: de 7 dias a 6 meses
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Ambiente e Serviços	jan/07	jan/19	Euribor do prazo + 1,5%		29 260	De 1, 3, 6 a 12 meses
Resinorte	ago/16	fev/24	Euribor 6M + 2,5%		18 750	98 meses

i) Juros e reembolsos pagos em 10 semestralidades;

ii) Juros semestrais com reembolso único no vencimento do

iii) Juros e reembolsos pagos em 6 semestralidades;

iv) Juros e reembolsos pagos em 12 semestralidades;

2016						
Tipo de emissão / Emitente	Data emissão inicial	Data vencimento	Indexação	Condições de reembolso	Montante nominal atual	Prazos de emissão
Empréstimos obrigacionistas:						
Mota-Engil Engenharia e Construção África	dez/13	dez/18	Euribor 6M + 6,75%	i)	50 000	
Mota-Engil SGPS	dez/12	dez/17	Euribor 6M + 6,75%	ii)	15 000	
Mota-Engil SGPS	set/13	set/17	Euribor 6M + 5,5%	ii)	20 000	
Mota-Engil SGPS	abr/14	abr/19	Taxa Fixa 5,5%	ii)	110 000	
Mota-Engil SGPS	jun/14	jun/18	Taxa Fixa 4,375%	ii)	23 717	
Mota-Engil SGPS	jul/15	fev/20	Taxa Fixa 3,90%	ii)	95 000	
Mota-Engil SGPS	dez/15	dez/18	Euribor 6M + 3,25%	iii)	10 000	
Mota-Engil SGPS	abr/16	abr/19	Taxa Fixa 4,75%	ii)	32 000	
Suma	out/13	out/18	Euribor 6M + 5,25%	ii)	10 000	
Programas de papel comercial:						
Mota-Engil Europa	dez/15	jun/19	Euribor do prazo + 4,70%	-	25 000	Col. Direta: de 7 dias a 6 meses
Mota-Engil SGPS	dez/12	dez/17	Euribor 3M + 5%	-	4 450	Col. Direta: trimestral
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Ambiente e Serviços	jan/07	jan/19	Euribor do prazo + 1,5%	-	40 810	De 1, 3, 6 a 12 meses
Mota-Engil Engenharia e Construção	out/16	jan/18	Euribor do prazo + 5%	-	7 500	Col. Direta: de 7 a 90 dias / Col. Leilão: de 7 a 90 dias
Resinorte	ago/16	fev/24	Euribor 6M + 2,5%	-	21 250	98 meses
Mota-Engil Engenharia e Construção	ago/14	ago/18	Euribor do prazo +2%	-	16 700	Col. Direta: de 7 a 90 dias / Col. Leilão: de 7 a 90 dias

i) Juros e reembolsos pagos em 10 semestralidades.

ii) Juros semestrais com reembolso único no vencimento do contrato.

iii) Juros e reembolsos pagos em 6 semestralidades.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a dívida contraída através de outros contratos de empréstimo de montante superior a 10.000 milhares de euros pode ser analisada como se segue:

2017		
Devedor	Tipo Operação	Montante em dívida
Outras operações:		
Mota-Engil, SGPS	Empréstimo de médio e longo prazo	107 195
Mota-Engil, SGPS	Conta corrente caucionada	17 000
Mota-Engil Engenharia e Construção	Conta corrente caucionada	19 915
Mota-Engil Europa	Empréstimo de médio e longo prazo	18 400
Mota-Engil Real Estate Portugal	Empréstimo de médio e longo prazo	24 000
Mota-Engil Angola	Empréstimo de médio e longo prazo	13 096
Mota-Engil Angola	Conta corrente caucionada	36 181
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Empréstimo de médio e longo prazo	84 210
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Empréstimo de curto prazo	49 750
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Descoberto bancário	39 723
Mota-Engil Latin America BV	Empréstimo de médio e longo prazo	13 333
Mota-Engil Peru	Empréstimo de médio e longo prazo	32 311
Suma Tratamento	Empréstimo de médio e longo prazo	60 342
Suma	Empréstimo de médio e longo prazo	43 556
Sucursal Mota-Engil Colômbia	Empréstimo de curto prazo	13 341
Mota-Engil México	Empréstimo de médio e longo prazo	10 522
Vermelo	Empréstimo de médio e longo prazo	10 366

2016		
Devedor	Tipo Operação	Montante em dívida
Outras operações:		
Mota-Engil, SGPS	Empréstimo de médio e longo prazo	147 343
Mota-Engil, SGPS	Conta corrente caucionada	13 500
Mota-Engil Engenharia e Construção	Empréstimo de médio e longo prazo	9 070
Mota-Engil Engenharia e Construção	Conta corrente caucionada	19 987
Mota-Engil Engenharia e Construção	Descoberto bancário	5 929
Mota-Engil Europa	Empréstimo de médio e longo prazo	40 000
Mota-Engil Real Estate Portugal	Empréstimo de médio e longo prazo	20 000
Mota-Engil Angola	Empréstimo de médio e longo prazo	22 090
Mota-Engil Angola	Empréstimo de curto prazo	30 000
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Empréstimo de médio e longo prazo	118 332
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Empréstimo de curto prazo	48 455
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Descoberto bancário	28 460
Mota-Engil Latin America BV	Empréstimo de médio e longo prazo	20 000
Mota-Engil Peru	Empréstimo de médio e longo prazo	16 128
Suma	Empréstimo de médio e longo prazo	55 560
Suma Tratamento	Empréstimo de médio e longo prazo	71 348
Mota-Engil, SGPS/Mota-Engil Engenharia e Construção/Mota-Engil Real Estate Portugal	Descoberto bancário	15 249

Os montantes incluídos na rubrica de “Outros empréstimos” dizem respeito, essencialmente, a empréstimos obtidos junto da Agência Portuguesa para o Investimento (AICEP) e do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) como apoio ao investimento e não vencem juros, tendo sido mensurados ao justo valor na data de reconhecimento inicial com o reconhecimento do diferencial para o valor recebido como subsídio.

29. Instrumentos financeiros derivados

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros derivados contratados pelo GRUPO eram os seguintes:

Participada	Tipo	Contraparte	Início	Nacional	Taxas contratadas	Vencimento	Justo valor	
							2017	2016
Empresa Construtora Brasil	Swap cambial	Bradesco	jul/17	2 170	-	jul/19	93	-
Empresa Construtora Brasil	Forward Cambial	Santander Totta	mar/15	1 749	-	jan/17	-	(6)
							93	(6)
Mota-Engil, SGPS	Swap	JP Morgan	set/17	73 125	Troca Euribor 6M por taxa fixa -0,02%	jun/21	5	-
Mota-Engil Engenharia e Construção	Swap	Santander Totta	ago/14	25 000	Troca Euribor 3M por taxa fixa 0,41%	ago/18	(22)	(103)
ME Peru	Swap	Citibank	dez/15	10 631	Troca Libor 3M +1,70% por taxa fixa 4,35%	dez/20	(323)	(388)
ME Peru	Opção cambial	Citibank	ago/16	10 631	Cobertura cambial USD/PEN no intervalo [3,413 - 3,80 PEN]	dez/20	(224)	(268)
							(564)	(759)

O apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados pelo GRUPO foi efetuado pelas respetivas contrapartes, que são consideradas entidades financeiras idóneas/independentes e de reconhecido mérito. Os modelos de avaliação utilizados basearam-se no método dos fluxos de caixa descontados, utilizando *par rates de swaps*, cotadas no mercado interbancário e disponíveis nas páginas da *Reuters* e da *Bloomberg* para os prazos relevantes, sendo calculadas as respetivas taxas *forwards* e fatores de desconto que serviram para descontar os fluxos de caixa fixos (*fixed leg*) e os fluxos de caixa variáveis (*floating leg*). O somatório das duas *legs* apura o VAL (valor atualizado líquido). No caso das opções, foi utilizado o modelo de *Black-Scholes* e os valores de volatilidade disponíveis nas páginas da *Reuters* e da *Bloomberg*.

No seguimento do acima descrito, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados foi determinado com base em técnicas de avaliação cujos principais *inputs* são observáveis no mercado, pelo que o mesmo enquadra-se no nível 2 da IFRS 13.

30. Passivos comerciais

A informação relativa aos passivos comerciais com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016 pode ser analisada como se segue:

	Não correntes		Correntes	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores				
Europa - Engenharia e Construção	10 253	12 495	196 739	163 706
Europa - Ambiente e Serviços	2	-	31 465	33 392
África	189	144	269 074	175 866
América Latina	301	-	144 255	149 869
Outros, eliminações e intragrupo	0	0	(151 705)	(103 424)
	10 744	12 639	489 828	419 408
Fornecedores de ativo fixo	(0)	4 433	28 461	13 328
Empresas associadas e outros acionistas	1 718	3 458	33 441	25 148
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	30 799	33 223	260 690	259 184
Estado e outros entes públicos (exceto impostos sobre o rendimento)	-	-	47 884	51 108
Outros credores	7 601	27 616	79 430	71 612
	40 118	68 730	449 906	420 380
	50 862	81 369	939 734	839 789

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Fornecedores” incluía os montantes de, aproximadamente, 40.500 milhares de euros e 39.800 milhares de euros, respetivamente, relativos a contratos de *confirming*. Estes montantes dizem respeito, essencialmente, a dívidas com origem em subcontratação na realização de obras em curso adjudicadas ao GRUPO.

O aumento ocorrido na rubrica “Fornecedores” no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no segmento de África deveu-se, essencialmente, ao aumento de atividade ocorrido no ano, nomeadamente em Angola.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros, eliminações e intragrupo” incluía, essencialmente, saldos entre as empresas do segmento de África e as empresas do segmento da Europa Engenharia e Construção.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Empresas associadas e outros acionistas” incluía os saldos devidos por empresas do GRUPO a empresas associadas e conjuntamente controladas (consolidadas pelo método da equivalência patrimonial), bem como os saldos devidos a parceiros do GRUPO, nomeadamente aos parceiros da MOTA-ENGIL ANGOLA e das empresas do SUBGRUPO SUMA e do SUBGRUPO EGF.

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Adiantamentos de clientes e por conta de vendas” incluía o montante de 26.864 milhares de euros classificado como não corrente (22.878 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016) e 697 milhares de euros classificado como corrente (7.518 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016) relativos ao Passivo regulatório das empresas do SUBGRUPO EGF, bem como cerca de 28.000 milhares de euros (25.000 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016) associados à futura alienação de duas concessionárias de auto-estradas no México (Nota 18).

É convicção do Conselho de Administração do GRUPO de que o valor pelo qual os passivos financeiros acima referidos se encontram registados na demonstração da posição financeira se aproxima do seu justo valor.

31. Outros passivos financeiros

A informação relativa aos outros passivos financeiros com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016 pode ser analisada como se segue:

	Não correntes		Correntes	
	2017	2016	2017	2016
Locação financeira	122 934	86 920	42 238	40 528
Factoring	-	-	91 276	54 001
Venda de créditos	-	-	150 055	-
	122 934	86 920	283 569	94 529

O montante de cerca de 150.000 milhares de euros de venda de créditos corresponde à contrapartida do recebimento em Portugal, em euros, de uma obra efetuada ao abrigo da linha COSEC estabelecida entre o Estado português e o Estado angolano. Logo que todos os trâmites administrativos associados à transferência daquele crédito para o Estado português se encontrem cumpridos, aquele montante será desreconhecido do passivo por contrapartida de uma conta a receber de igual montante.

Em 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido nos outros passivos financeiros foi como se segue:

	Factoring	Leasing	Venda de créditos	Total
Saldo inicial	54 001	127 448	-	181 449
Transações com impacto em caixa:				
Recebimentos de empréstimos	437 488	79 610	150 055	667 153
Amortizações e reembolsos de empréstimos	(400 587)	(37 412)	-	(437 999)
	36 901	42 198	150 055	229 154
Transações sem impacto em caixa:				
Variação cambial	374	(4 474)	-	(4 100)
Saldo final	91 276	165 172	150 055	406 503

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor líquido contabilístico dos bens objeto de contratos de locação financeira era como se segue:

	2017	2016
Terrenos e edifícios	1 854	1 898
Equipamento básico	160 930	134 758
Equipamento de transporte	18 124	20 547
Equipamento administrativo	120	349
Outros ativos	1 543	1 206
	182 569	158 758

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os contratos de locação financeira mais significativos celebrados pelo GRUPO eram como se segue:

2017				
Contraente	Montante inicial	Ativo	Período do leasing	Opção de compra
Correia & Correia	1 278	Edifício	20 anos	26
Empresa Construtora Brasil	1 069	Equipamento Diverso	5 anos	-
Empresa Construtora Brasil	1 430	Equipamento Diverso	10 anos	-
Empresa Construtora Brasil	1 032	Equipamento Diverso	4 anos	21
ME- Engenharia (sede)	32 538	Equipamento Diverso	4 anos	650
ME- Engenharia (sede)	10 779	Equipamento Diverso	5 anos	216
ME Guiné	49 318	Equipamento Diverso	6 anos	-
ME-Central Europe Polónia	1 512	Equipamento Diverso	7 anos	21
ME-Central Europe Polónia	1 077	Equipamento Diverso	6 anos	108
Mota-Engil Angola	5 314	Equipamento Diverso	4 anos	-
Mota-Engil Engenharia e Construção África	18 991	Equipamento Diverso	5 anos	379
Mota-Engil Engenharia e Construção África	37 787	Equipamento Diverso	4 anos	946
Mota-Engil México	3 770	Maquinária	3 anos	-
Mota-Engil México	1 855	Maquinária	4 anos	480
PTT	3 582	Terrenos	10 anos	72
Takargo	24 140	Locomotivas	25 anos	121
Takargo	11 944	Vagões	25 anos	60

2016				
Contraente	Montante inicial	Ativo	Período do leasing	Opção de compra
Correia & Correia	1 278	Edifício	20 anos	26
Empresa Construtora Brasil	1 236	Equipamento diverso	5 anos	-
Empresa Construtora Brasil	1 653	Equipamento diverso	10 anos	-
ME- Engenharia (sede)	14 377	Equipamento diverso	4 anos	307
ME- Engenharia (sede)	13 876	Equipamento diverso	5 anos	346
ME- Engenharia (sede)	1 438	Equipamento diverso	8 anos	72
ME- Engenharia (sede)	16 062	Equipamento diverso	5 anos	321
ME Peru	11 065	Equipamento diverso	3 anos	4 426
ME-Central Europe Polónia	1 406	Equipamento diverso	5 anos	14
ME-Central Europe Polónia	1 020	Equipamento diverso	7 anos	102
ME-Central Europe Polónia	1 432	Equipamento diverso	6 anos	20
Mota-Engil Angola	1 782	Equipamento diverso	2 anos	-
Mota-Engil Engenharia e Construção África	3 780	Equipamento diverso	2 anos	151
Mota-Engil Engenharia e Construção África	44 362	Equipamento diverso	4 anos	1 078
Mota-Engil México	2 168	Equipamento diverso	3 anos	-
PTT	3 582	Terrenos	10 anos	72
Takargo	24 140	Locomotivas	25 anos	121
Takargo	11 944	Vagões	25 anos	60

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o GRUPO mantinha responsabilidades como locatário, registadas na rubrica “Outros passivos financeiros”, relativas a rendas de contratos de locação financeira com os seguintes prazos de vencimento:

Contratos de leasing	Rendas vincendas		Valor atual das rendas	
	2017	2016	2017	2016
1 ano	46 285	43 311	42 238	40 528
2 anos	35 299	33 130	32 400	31 711
3 anos	27 144	16 781	25 071	16 160
4 ou mais anos	68 656	40 851	65 463	39 049
	177 384	134 074	165 172	127 447
Juros incluídos nas rendas	(12 212)	(6 626)	-	-
Valor atual das rendas de contratos de leasing	165 172	127 448	165 172	127 447

32. Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” por segmento operacional era como segue:

	2017	2016
Europa Engenharia e Construção	4 227	149
Europa Ambiente e Serviços	389	1 113
África	13 945	8 235
América Latina	10 019	1 934
Outros, eliminações e intragrupo	(161)	352
	28 419	11 783

33. Provisões

A informação relativa a provisões com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser resumida como se segue:

	2017	2016
Provisões para garantias de obras	51 243	58 999
Responsabilidades com planos de reforma de benefícios definidos (Nota 36. Benefícios de planos de reforma)	13 548	11 262
Processos judiciais	6 607	6 240
Provisões para investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial	6 420	4 725
Selagem e monitorização de aterros	4 669	6 817
Outras pensões	562	506
Indemnizações por rescisão de contratos de trabalho a termo	12	1 168
Outras contingências	13 036	12 367
	96 098	102 085

As provisões para garantias de obra decorrem dos contratos de construção executados pelo GRUPO e respeitam, essencialmente, à MOTA-ENGIL ANGOLA e à MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO.

As provisões para a selagem e monitorização de aterros referem-se, essencialmente, às empresas do SUBGRUPO SUMA.

As provisões para outras contingências incluem custos estimados com contingências diversas de índole legal, fiscal e judicial. A informação relativa ao movimento das provisões com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como se segue:

	2017	2016
Provisões		
Saldo inicial	97 360	118 959
Aumento	23 640	27 272
Redução	(19 904)	(9 359)
Utilização	(3 974)	(12 255)
Transferências, cambial e variação de perímetro	(7 445)	(27 256)
	89 678	97 360
Provisões para investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial		
Saldo inicial	4 725	4 242
Aumento	763	4 135
Redução	(1 091)	(353)
Transferências, cambial e variação de perímetro	2 023	(3 299)
	6 420	4 725

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a coluna “Transferências, cambial e variação de perímetro” incluía, essencialmente, 9.185 milhares de euros de provisões para garantias de obra e para contratos onerosos que foram transferidas para imparidades de clientes, bem como o efeito no exercício da desvalorização cambial do Kwanza e do Metical.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a provisão para investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial referia-se, essencialmente, à participada LOGZ.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com exceção das provisões constituídas para a selagem e monitorização de aterros e para as responsabilidades com planos de reforma de benefícios definidos, a data de utilização das restantes provisões não é passível de ser estimada, pelo que as mesmas não foram alvo de atualização financeira.

De igual modo, dada a incerteza quanto ao momento em que as provisões acima referidas se irão converter em passivos, não foi possível divulgar os momentos esperados para a ocorrência dos respetivos exfluxos futuros de recursos, razão pela qual as mesmas foram classificadas como não correntes.

34. Outros passivos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a informação relativa aos outros passivos não correntes era como se segue:

Outros passivos não correntes	2017	2016
Subsídios ao investimento	151 667	173 401
Trabalhos em curso não faturados por fornecedores	4 168	3 459
Outros	5 790	978
	161 625	177 838

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Subsídios ao investimento” respeitava na sua maioria às empresas do SUBGRUPO EGF.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a informação relativa aos outros passivos correntes era como se segue:

Outros passivos correntes	2017	2016
Acréscimos de gastos		
Encargos com férias e subsídio de férias	38 869	37 175
Juros a liquidar	15 483	16 393
Trabalhos em curso não faturados por fornecedores (Construção) (Nota 24 b))	256 794	228 141
Trabalhos em curso não faturados por fornecedores (Outros)	4 004	8 658
Outros acréscimos de gastos	20 840	46 291
	335 990	336 657
Rendimentos diferidos		
Faturação antecipada (Construção) (Nota 24 b))	55 041	43 299
Faturação antecipada (Outros)	3 026	756
Subsídios ao investimento	26 251	28 691
Outros rendimentos diferidos	24 867	17 918
	109 185	90 663
	445 175	427 320

Em 31 de dezembro de 2017, as rubricas “Trabalhos em curso não faturados por fornecedores” apresentavam o seguinte detalhe por segmento de negócio: 125.750 milhares de euros no segmento África (143.818 milhares de euros em 2016), 90.450 milhares de euros no segmento América Latina (21.390 milhares de euros em 2016) e 44.590 milhares de euros no segmento Europa Engenharia e Construção (71.290 milhares de euros em 2016).

O montante registado na rubrica “Faturação antecipada” respeita, essencialmente, à aplicação da política contabilística descrita na Nota 1.3. xii) a) relativamente ao reconhecimento do rédito em contratos de construção.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros rendimentos diferidos” incluía os montantes de 6.700 milhares de euros e 14.600 milhares de euros, respetivamente, relacionados com juros de mora debitados a clientes que se encontram diferidos até ao momento do seu recebimento e 9.100 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017 relativos aos desvios tarifários das empresas do SUBGRUPO EGF.

A principal informação sobre os subsídios ao investimento atribuídos ao GRUPO é como se segue:

Sociedade beneficiária	Reconhecimento de proveitos			
	Valor do ativo	Proveitos diferidos	Reconhecimento de proveitos em 2017	Reconhecimento de proveitos em 2016
Correia & Correia	3 158	111	16	17
Enviroil II	4 187	663	-	37
ME- Engenharia (sede)	44 598	686	158	317
RTA	-	-	99	123
Capsfil	1 137	1	-	-
Ersuc	161 449	43 047	6 506	6 747
Algar	76 188	10 281	1 065	1 060
Amarsul	67 735	14 716	1 378	1 200
Resiestrela	32 156	10 636	1 663	1 742
Resinorte	130 510	44 652	5 993	6 985
Resulima	11 317	2 495	324	288
Suldouro	46 430	5 073	862	1 049
Valnor	47 444	13 600	2 152	2 196
Valorlis	34 739	6 525	974	1 097
Valorminho	6 007	893	73	79
Valorsul	188 675	24 490	5 085	5 080
Vibeiras	18	2	1	1
Triu	1 139	47	-	17
		177 918	26 349	28 034

35. Ativos e Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as garantias prestadas pelo GRUPO a terceiros sob a forma de garantias bancárias e de seguros caução, nomeadamente a clientes cujas empreitadas estão a cargo das diversas empresas do GRUPO, discriminadas por moeda, são como se segue:

	2017	2016
Coroas Checas	6 601	5 331
Dólares dos Estados Unidos	183 832	129 531
Escudos Cabo Verdianos	886	1 804
Euros	367 891	393 918
Forints Húngaros	655	902
Kwanza de Angola	54 919	41 055
Kwachas do Malawi	18 025	15 314
Meticais Moçambicanos	7 277	6 055
Nuevos Soles Peruanos	71 141	91 565
Peso Colombiano	221 401	173 825
Peso Mexicanos	294 707	217 835
Rands da África do Sul	39 701	41 949
Real do Brasil	110 093	106 126
Zlotys Polacos	143 560	119 972
Outras	32 331	32 587
	1 553 021	1 377 768

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe das garantias prestadas por empresa do GRUPO é como se segue:

	2017	2016
Áreagolfe	554	554
Emocil	529	979
Empresa Construtora Brasil	89 144	106 126
Geradora Fenix	1 826	4 180
Grupo Suma/EGF	98 846	131 193
Manvia	3 758	3 037
ME- Central Europe República Checa	6 403	5 371
MEEC África	80 791	26 754
Mota-Engil Angola	57 658	45 616
Mota-Engil Central Europe Polónia	139 038	93 237
Mota-Engil Engenharia	182 896	229 939
Mota-Engil México	81 230	67 372
Mota-Engil Peru	106 247	128 392
Mota-Engil Serviços Partilhados	225	164
Sucursal Mota Engil Engenharia Colômbia/Mota Engil Colômbia	126 837	173 825
Sucursal Mota Engil Engenharia África Malawi	60 851	80 183
Sucursal Mota Engil Engenharia África Moçambique	35 233	33 368
Sucursal Mota Engil Engenharia África Zâmbia	20 327	19 193
Vibelras	7 461	8 942
Outras	453 166	219 343
	1 553 021	1 377 768

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor das garantias prestadas pelo GRUPO a favor da administração fiscal portuguesa por processos fiscais ascendia a 59.224 milhares de euros (46.401 milhares de euros em 2016), com a seguinte composição: 50.815 milhares de euros de seguros de caução (21.527 milhares de euros em 2016); 848 milhares de euros de fianças (18.028 milhares de euros em 2016); 4.913 milhares de euros de garantias bancárias (4.912 milhares de euros em 2016); 0 milhares de euros através de hipoteca de imóvel (336 milhares de euros em 2016) e 2.646 milhares de euros através de penhor de ações (1.598 milhares de euros em 2016). No entanto, o GRUPO procedeu à impugnação judicial das respetivas liquidações adicionais, sendo entendimento do seu Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores legais/fiscais, que as referidas impugnações judiciais serão precedentes, razão pela qual não foram registadas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2017, o GRUPO encontrava-se envolvido em vários processos judiciais, quer como réu, quer como autor, que, considerando apenas os processos superiores a 500 milhares de euros, envolviam, na qualidade de réu, valores de aproximadamente 66.000 milhares de euros. A este respeito, há que referir que do valor acima mencionado 51.000 milhares de euros encontram-se concentrados em dois processos (um em Portugal e outro na Eslováquia) que se prolongam há mais de dez anos.

Quanto ao primeiro daqueles processos, o facto de o autor não ter conseguido provar em tribunal ao longo dos últimos 12 anos a matéria sobre a qual o processo incide (e para o qual solicita uma indemnização por lucros cessantes de cerca de 36.000 milhares de euros) suporta o entendimento do Conselho de Administração que o desfecho daquele processo será favorável ao GRUPO.

Quanto ao segundo daqueles processos, para o qual se aguardava a reconfirmação do Tribunal Constitucional da Eslováquia de sentença favorável já proferida no passado, relativa a factos ocorridos em 2004, verificou-se uma alteração de posição daquele Tribunal, apesar da mesma identidade factual e do enquadramento jurídico-legal. No entanto, e sem prejuízo do direito de recorrer, nomeadamente no âmbito da jurisdição e instâncias europeias, é entendimento do Conselho de Administração, suportado em parecer de reputados juristas, que, devido a um contexto processual muito próprio e a pressupostos desvirtuados, que o conteúdo da decisão administrativa que subjaz ao identificado processo, nomeadamente a respetiva sanção (pecuniária), carecerá sempre de exequibilidade, cuja probabilidade é remota.

Por outro lado, no início de 2018, o GRUPO MOTA-ENGIL foi referenciado numa investigação instaurada pelo Ministério Público Peruano associada a um conjunto de práticas desenvolvidas por algumas empresas de construção a operar no Peru que não estariam em total conformidade com a legislação em vigor. No entanto, até à data deste relatório, o GRUPO não se encontrava a ser investigado, nem foi constituído arguido de tal processo. Deste modo, eventuais contingências associadas à evolução daquela investigação não são neste momento possíveis de se aferir e de se quantificar.

36. Planos de reforma de benefícios definidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o GRUPO tinha assumido responsabilidades com planos de reforma de benefícios definidos relativamente a alguns ex-funcionários e aos administradores acionistas fundadores. Estes últimos, são beneficiários de um plano de reforma de benefícios definidos que lhes permitirá em traços gerais obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da sua reforma.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a informação sobre as responsabilidades com pensionistas e com os administradores acionistas fundadores, bem como as respetivas coberturas, eram como se segue:

	2017	2016
Responsabilidades com pensionistas	1 417	1 153
Responsabilidades com administradores acionistas fundadores	12 132	10 109
Provisões constituídas (Nota 33. Provisões)	13 548	11 262
% de cobertura	100%	100%

A informação relativa ao movimento das responsabilidades com pensões de reforma com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como se segue:

	2017	2016
Responsabilidades no início do exercício	11 262	10 111
Benefícios pagos	(94)	(82)
Custo dos serviços correntes	213	271
Custo dos juros	226	281
Perdas/(Ganhos) atuariais	1 940	681
Responsabilidades no fim do exercício	13 548	11 262

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montantes reconhecidos em resultados referentes aos planos de reforma de benefícios definidos ascenderam a 439 milhares de euros e 552 milhares de euros, respetivamente. Adicionalmente, naqueles exercícios, foram reconhecidos na demonstração do outro rendimento integral os montantes de 1.940 milhares de euros e 681 milhares de euros, respetivamente, referentes aos desvios atuariais e financeiros negativos verificados.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os estudos atuariais preparados para quantificar as responsabilidades com os planos de reforma foram elaborados por um perito atuário independente certificado pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e assumiram os seguintes pressupostos:

	2017	2016
Tabela de Mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tabela de Invalidez	EKV80	EKV80
Taxa de desconto	1,50%	2,0%
Taxa de crescimento salarial	1,0%	0,0%
Taxa de atualização das pensões	1,50%	2,0%
Taxa de crescimento das pensões	0%/0,5%	0%/0,4%
Número de pagamentos do benefício	13/14	13/14

As responsabilidades com planos de reforma de benefícios definidos foram apuradas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, utilizando os pressupostos atuariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

Com base no estudo atuarial efetuado em 31 de dezembro de 2017, a melhor estimativa das contribuições a pagar no ano de 2018 ascende a 258 milhares de euros.

Os planos de reforma de benefícios definidos expõem o GRUPO aos seguintes riscos:

- Risco de taxa de juro – o valor atualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada por referência às taxas de juro de obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a taxa de desconto diminuir as responsabilidades irão aumentar.

- Risco de longevidade – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada para os participantes antes e após a data da reforma. Um aumento da esperança média de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.

- Risco de salário/pensão - o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário/pensão futuro dos participantes. Assim, um aumento do salário/pensão dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 31 de dezembro de 2017, caso a taxa de crescimento dos salários aumentasse 0,5% o valor atual das responsabilidades viria aumentado em cerca de 184 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2017, caso a taxa de desconto fosse superior ou inferior a 0,5% o valor atual das responsabilidades viria diminuído e aumentado em 829 e 760 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2017, a *duration* das responsabilidades ascendia a 12 anos.

37. Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as subsidiárias controladas pelo GRUPO que apresentavam interesses que não controlam mais significativos eram como seguem:

2017	Porcentagem de detenção de interesses que não controlam	Resultado atribuído a interesses que não controlam	Interesses que não controlam acumulados	Principais acionistas
Mota-Engil Angola	49,15%	17 263	107 841	Sonangol (20%) BPA (5%) Fincapital (15%) Globalpactum (9%)
Valorsul	70,23%	6 812	31 297	Município de Lisboa (20,00%) Município de Loures (11,51%) Município da Amadora (5,16%) Município de Vila Franca de Xira (4,61%) Município de Odivelas (0,54%) Outros municípios (5,25%); (a)
Empresa Construtora Brasil	50,00%	2 430	15 947	Bonsucesso (50%)
Mota-Engil México	49,00%	8 364	17 985	Prodi (49%)
Vista Waste	43,93%	3 507	18 331	Vista Energy (41%) Mota-Engil Angola (10%); (a)
Generadora Fénix	73,73% (b)	17 147	16 396	Sindicato Mexicano de Electricistas (40%) LF del Centro S.C. (9%) Outros investidores (25,22%)
Outras		4 331	80 805	
		59 853	288 603	

(a) Esta empresa é detida igualmente, direta ou indiretamente, pela SUMA (entidade detida pelo GRUPO MOTA-ENGIL em 61,5% e pelo Grupo Urbaser em 38,5%).

(b) 88,16% do negócio de geração de energia hidroelétrica e 73,73% do negócio de geração de energia através de centrais de ciclo combinado

2016	Percentagem de detenção dos interesses que não controlam	Resultado atribuído a interesses que não controlam	Interesses que não controlam acumulados	Principais acionistas
Mota-Engil Angola	49,15%	9 241	68 878	Sonangol (20%) BPA (5%) Finicapital (15%) Globalpactum (9%)
Valorsul	70,23%	2 469	26 895	Município de Lisboa (20,00%) Município de Loures (11,51%) Município da Amadora (5,16%) Município de Vila Franca de Xira (4,61%) Município de Odivelas (0,54%) Outros municípios (5,25%); (a)
Empresa Construtora Brasil	50,00%	2 328	19 798	Bonsucesso (50%)
Mota-Engil México	49,00%	758	12 651	Prodi (49%)
Vista Waste	43,93%	6 445	12 353	Vista Energy (41%) Mota-Engil Angola (10%); (a)
Generadora Fénix	74,22%	(1 189)	1 237	Sindicato Mexicano de Electricistas (40%) LF del Centro S.C. (9%) Outros investidores (25,22%)
Outras		(2 703)	99 078	
			17 350	240 891

(a) Esta empresa é detida igualmente, direta ou indiretamente, pela SUMA (entidade detida pelo GRUPO MOTA-ENGI em 61,5% e pelo Grupo Urbaser em 38,5%).

O montante incluído na rubrica “Outras - Interesses que não controlam acumulados” refere-se, essencialmente, à SUMA TRATAMENTO, à EGF e às suas restantes participadas (48.257 milhares de euros e 65.919 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente), empresas que são detidas em parceria com o Grupo Urbaser e com vários municípios portugueses.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os principais movimentos ocorridos nos interesses que não controlam resultaram da aquisição adicional em 2017 de cerca de 5% do capital social da EGF, no âmbito do seu processo de privatização e da alienação em 2016 do negócio Portuário e de Logística.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e nos exercícios findos naquelas datas, a informação financeira resumida (contributos) sobre as principais subsidiárias controladas pelo GRUPO com interesses que não controlam, era como se segue:

2017	Mota-Engil Angola	Valorsul	Empresa Construtora Brasil	Mota-Engil México	Vista Waste	Generadora Fénix
Posição financeira						
Ativos correntes	378 212	26 229	65 245	80 335	31 608	17 168
Ativos não correntes	166 387	99 709	33 791	140 961	54 092	23 411
Passivos correntes	290 470	35 678	41 241	162 244	18 095	12 710
Passivos não correntes	69 862	44 682	25 900	22 348	25 879	5 631
Capital próprio atribuível aos acionistas maioritários	76 427	14 280	15 947	18 719	23 394	5 842
Interesses que não controlam	107 841	31 297	15 947	17 985	18 331	16 396
	184 268	45 577	31 895	36 704	41 726	22 238
Demonstração de resultados						
Rendimentos	175 125	63 864	187 924	106 129	75 464	65 744
Gastos	140 005	53 944	183 064	89 059	67 482	42 487
Resultado líquido do exercício	35 121	9 920	4 860	17 070	7 982	23 257
atribuível:						
aos acionistas maioritários	17 858	3 108	2 430	8 705	4 475	6 110
a interesses que não controlam	17 263	6 812	2 430	8 364	3 507	17 147

2016	Mota-Engil Angola	Valorsul	Empresa Construtora Brasil	Mota-Engil México	Vista Waste	Generadora Fénix
Posição financeira						
Ativos correntes	284 441	16 727	55 709	118 178	23 845	5 673
Ativos não correntes	103 586	113 634	34 161	139 015	37 979	11 023
Passivos correntes	229 504	36 282	28 927	204 883	8 685	9 921
Passivos não correntes	53 699	55 785	21 347	26 492	25 021	5 109
Capital próprio atribuível aos acionistas maioritários	35 945	11 399	19 798	13 167	15 765	430
Interesses que não controlam	68 878	26 895	19 798	12 651	12 353	1 237
	104 824	38 295	39 596	25 818	28 117	1 667
Demonstração de resultados						
Rendimentos	255 815	58 896	158 484	152 518	40 670	27 352
Gastos	237 014	55 380	153 827	150 971	26 000	28 954
Resultado líquido do exercício	18 800	3 516	4 657	1 547	14 670	(1 602)
atribuível:						
aos accionistas maioritários	9 559	1 047	2 328	789	8 225	(413)
a interesses que não controlam	9 241	2 469	2 328	758	6 445	(1 189)

O movimento ocorrido na rubrica de interesses que não controlam nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser detalhado como se segue:

	2017
Saldo inicial	240 891
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam	59 853
Itens de outro rendimento integral que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados	
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	(9 236)
Impacto da hiperinflação em Angola	27 269
Outras variações no rendimento integral	545
Distribuição de dividendos	(21 878)
Alterações no perímetro de consolidação e nos interesses que não controlam	
Aquisição de 4.99% do Grupo EGF	(9 916)
Outros	1 631
Outros	(555)
	288 603

	2016
Saldo inicial	359 400
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam	17 350
Itens de outro rendimento integral que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados	
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	(15 367)
Outras variações no rendimento integral	(20)
Distribuição de dividendos	(26 393)
Alterações no perímetro de consolidação e nos interesses que não controlam	
Aquisição da ME África NV (18,08%)	(98 602)
Outros	4 522
Outros	1
	240 891

38. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e nos exercícios findos naquelas datas, os saldos e as transações mantidos com partes relacionadas, correspondentes a empresas associadas e conjuntamente controladas (contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial) e a acionistas do GRUPO com participações qualificadas, ou com outras empresas por estes detidas, são como se segue:

2017	Contas a receber	Contas a pagar	Suprimentos concedidos	Suprimentos obtidos
Empresas associadas	27 752	133 330	41 267	7
Empresas com acionistas comuns ao Grupo	614	1 014	-	-

2016	Contas a receber	Contas a pagar	Suprimentos concedidos	Suprimentos obtidos
Empresas associadas	17 197	126 889	8 590	7
Empresas com acionistas comuns ao Grupo	672	884	-	2 500

2017	Vendas e prestações de serviços	Custo das mercadorias e dos subcontratos e FSE	Juros obtidos	Juros suportados
Empresas associadas	217 615	17 922	4 327	36
Empresas com acionistas comuns ao Grupo	79	8	-	4

2016	Vendas e prestações de serviços	Custo das mercadorias e dos subcontratos e FSE	Juros obtidos	Juros suportados
Empresas associadas	101 842	13 603	219	-
Empresas com acionistas comuns ao Grupo	150	-	-	34

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os acionistas do GRUPO com participações qualificadas e respetivos administradores e dirigentes, eram como se segue:

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Eng. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Eng. Maria Sílvia Fonseca Vasconcelos Mota
Eng.º Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
Eng. Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota
Dr. José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas
Dr. José Manuel Mota Neves da Costa
António Lago Cerqueira, S.A.
Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.
F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, S.A.
Mutima Capital Management, LLC

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as empresas com acionistas comuns ao GRUPO eram as seguintes:

António Lago Cerqueira, SA
Cogera - Sociedade de Produção de Energia por Cogeração, Lda
Covelas - Energia, Lda
Sunviauto - Indústria de Componentes de Automóveis, SA (apenas em 2016)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os administradores da MOTA-ENGIL SGPS, considerados pessoal-chave da gerência, eram como se segue:

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Eng. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Eng. Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
Dr. José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas
Eng. António Martinho Ferreira de Oliveira
Dr. João Pedro dos Santos Dinis Parreira
Eng. Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota
Eng. Eduardo João Frade Sobral Pimentel
Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva
Professor Doutor Eng. Luís Valente de Oliveira
Dr. António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier
Dr. António Manuel da Silva Vila Cova

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 ascenderam aos montantes de 5.563 milhares de euros (dos quais, 4.168 milhares de euros a título de remuneração fixa, 1.250 milhares de euros a título de remuneração variável e 145 milhares de euros a título de senhas de presença) e de 5.904 milhares de euros (dos quais, 4.407 milhares de euros a título de remuneração fixa, 1.363 milhares de euros a título de remuneração variável e 134 milhares de euros a título de senhas de presença), respetivamente.

As compensações acima referidas foram determinadas pela Comissão de Vencimentos tendo em conta o desempenho individual de cada administrador e a evolução deste tipo de mercado de trabalho.

Os seguintes administradores acionistas fundadores são ainda beneficiários de um plano de reforma de benefícios definidos que lhes permitirá, em traços gerais, obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da sua reforma:

- Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
- Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
- Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
- Eng^a. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a informação sobre o plano de reforma acima referido encontra-se divulgada na Nota 36, sendo que a responsabilidade do GRUPO para com os acima referidos administradores ascendia a 12.132 milhares de euros e a 10.109 milhares de euros, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não ocorreram transações com administradores da MOTA-ENGIL SGPS, nem existiam saldos pendentes no final daqueles exercícios com os mesmos.

39. Perímetro de consolidação

Em 31 de dezembro de 2017, as empresas/entidades incluídas na consolidação, respetivos métodos de consolidação, sedes, percentagens efetivas de participação, atividades, datas de constituição e datas de aquisição das mesmas, são tal como se apresenta no Apêndice A.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as alterações ocorridas no perímetro de consolidação foram como se segue:

Aquisição de empresas e aumento de percentagem de participação

2017:

Área de Negócio - Europa Engenharia e Construção
Áreagolfe - Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, S.A. (Empresa já controlada)
VBT - Projectos e Obras de Arquitectura Paisagística, Lda (Empresa já controlada)
Vibeiras - Sociedade Comercial de Plantas, S.A. (Empresa já controlada)

Durante o exercício de 2017, o GRUPO adquiriu 2,22% adicionais do capital social da VIBEIRAS e das suas participadas.

Área de Negócio - Europa - Ambiente e Serviços
Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)
Amarsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)
Empresa Geral de Fomento, S.A. (Empresa já controlada)
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. (Empresa já controlada)
Resiestrela - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)
Resinorte - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)
Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)
Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)
Valorminho - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. (Empresa já controlada)
Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)

No seguimento da resolução do Conselho de Ministros nº 87/2017 de 19 de junho e tal como previsto no respetivo processo de privatização, decorreu entre 17 de julho e 4 de agosto de 2017 a Oferta Pública de Venda (OPV) reservada a trabalhadores de ações da EMPRESA GERAL DE FOMENTO, S.A. representativas de 5% do seu capital social ainda detidas pela ADP - ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.. Como resultado da OPV acima referida, foram adquiridas pelos trabalhadores do SUBGRUPO EGF 1.300 ações por um montante de cerca de 18.000 euros. As restantes 558.700 ações foram adquiridas pela SUMA TRATAMENTO por um montante de cerca de 8.000.000 euros.

Dado que o GRUPO MOTA-ENGIL já controlava o SUBGRUPO EGF, a aquisição das ações acima referidas foi tratada como uma transação com os detentores de capital (apenas com impacto ao nível de capital próprio) não gerando qualquer *goodwill* ou resultado.

O impacto da transação acima referida nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pode ser resumido como se segue:

Valor contabilístico dos interesses que não controlam adquiridos	11 298
Montante pago aos interesses que não controlam	8 172
Excesso do montante pago sobre o valor contabilístico (registado na demonstração consolidada das alterações no capital próprio)	3 127

Área de Negócio - África

Akwangola, S.A. (Empresa já controlada)

Área de Negócio - América Latina

Tracevia do Brasil - Sistemas de Telemática Rodoviária Ltda. (Empresa já controlada)

2016:

Área de Negócio - Europa Engenharia e Construção

Immo Park (Empresa já controlada)

Área de Negócio - América Latina

Consita (Empresa já controlada)

Czar Serviços Ambientais (Empresa adquirida)

Empresas consolidadas pela primeira vez no exercício

2017:

Área de Negócio - África

Estradas do Zambeze, S.A.

Operadora Estradas do Zambeze, S.A.

Área de Negócio - América Latina

Consórcio MEC Arroyo Carrera

Consórcio MEC-Av.Malecon-UF2

2016:

Área de Negócio - Europa Engenharia e Construção

Glan Agua (UK), Ltd

Mota-Engil International Construction (UK) Ltd

Área de Negócio - Europa - Ambiente e Serviços

Eco Vision

GESAR (ACE Manvia)

Área de Negócio - África

Liwonde Logistics Platform Ltd

ME Africa PTY

SPRI - Sociedade Portuguesa de Realizações, S.A.

Área de Negócio - América Latina

Mota-Engil Dominicana S.A.S
 Red Rainbow Company N.V.
 WVB Project Company VBA

Constituição de empresas

2017:

Área de Negócio - África

Busegera Airport Company Lda
 Mota-Engil Guiné Conakry SARL

Área de Negócio - América Latina

Consórcio Puentes de Loreto
 Constructora APP Tabasvera S.A. de C.V.
 FSE Comercializadora Fenix SAPI de C.V.
 FSE Suministradora Fenix SAPI de C.V.
 Mota-Engil Latam Colombia SAS
 Operadora APP Coatzacoalcos Villahermosa SAPI de
 Tracevia Mexico S.A. de C.V.

2016:

Área de Negócio - América Latina

APP Coatzacoalcos Villahermosa S.A.P.I. de C.V.
 Consorcio MEC-Av.Malecon-UF1
 Consorcio ME-Contrato Colegios
 Consorcio Mepax Limitada
 Consorcio Mota-Engil Dominicana SAS/IEMCA
 Global Technical Services Latam BV
 Mota-Engil Aruba Holding Company VBA
 Mota-Engil Ing. C. Sucursal Paraguay
 Puente Boca del Rio S.A. de C.V.

Fusão de empresas e reorganizações societárias

2016:

Área de Negócio - América Latina

Fusão da CZAR Serviços Ambientais na Consita
 Fusão da Mota-Engil Opway Mexico na Mota-Engil América Latina SAPI de CV
 Fusão da ME Peru Ambiente e Serviços na Rentaco Peru
 Fusão da Rentaco Peru na Mota-Engil Peru

Saída de empresas

2017:

Empresa-Mãe do Grupo e Atividades Conexas

RTA - Rio Tâmega, Turismo e Recreio, S.A. (alienada)
 SGA - Sociedade do Golfe de Amarante, S.A. (alienada)

Área de Negócio - Europa - Engenharia e Construção

Mota-Engil Central Europe Hungary Beruházási és Építőipari Kft. (liquidada)
 Mota-Engil Central Europe Slovenská Republika, AS (liquidada)

Durante o exercício de 2017, o GRUPO procedeu à alienação integral da sua participação financeira na RTA e na sua subsidiária SGA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o contributo do SUBGRUPO RTA para a demonstração de resultados consolidada foi imaterial.

O impacto da transação acima referida nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pode ser resumido como se segue:

Valor contabilístico dos ativos líquidos das empresas alienadas [dos quais 13.347 milhares de euros de ativos tangíveis]	(8 933)
Montante recebido	5 713
Perda apurada (registada na rubrica "Ganhos/(perdas) na alienação de empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas")	<u>(3 219)</u>

2016:

Área de Negócio - Europa - Engenharia e Construção	
Grossiman, S.L. (liquidação)	
Lanval (liquidação)	
Lokemark (alienada)	
Mota-Engil Brands Management B.V. (liquidação)	
ME Central Europe Roménia (liquidação)	
M - Invest Mierova (alienada)	

Área de Negócio - Europa - Ambiente e Serviços	
Águas de S. João, E.M., S.A.	
Aqualevel, Soc. Unipessoal, Lda.	
Chinalog - Serviços Logísticos e Consultadoria, Lda.	
Ferrol Container Terminals S.A.	
Indaqua - Indústria e Gestão de Águas, S.A.	
Indaqua Fafe - Gestão de Águas de Fafe, S.A.	
Indaqua Feira - Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A.	
Indaqua Matosinhos - Gestão de Águas de Matosinhos, S.A.	
Indaqua Oliveira de Azeméis - Gestão de Águas de Oliveira de Azeméis, S.A.	
Indaqua Santo Tirso/ Trofa - Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A.	
Indaqua Vila do Conde - Gestão de Águas de Vila do Conde, S.A.	
Liscont - Operadores de Contentores, S.A.	
Mota-Engil Logística, SGPS, S.A.	
Multiterminal - Soc. de Estiva e Tráfego, S.A.	
Operestiva - Empresa de Trabalho Portuário de Setúbal, Lda.	
Porlis - Empresa de Trabalho Portuário, Lda.	
Quanshite International Freight Forwarding (Shanghai) Company, Limited	
Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, S.A.	
Sealine - Navegação e Afretamentos, Lda.	
SLPP - Serviços Logísticos de Portos Portugueses, S.A.	
Socarpor - Soc. Cargas Port. (Aveiro), S.A.	
Socarpor - Soc. Gestora de Participações Sociais (Douro/ Leixões), S.A.	
Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, S.A.	
TCL - Terminal de Contentores de Leixões, S.A.	
TCR - Tratamento Complementar de Resíduos, S.A.	
Terminais Portuários Euroandinos Paita, S.A.	
Tersado - Terminais Portuários do Sado, S.A.	
Tertir - Concessões Portuárias, SGPS, S.A.	
Tertir - Terminais de Portugal, S.A.	
Tertir - Terminais Portuários, SGPS, S.A.	
Transitex - Global Logistics Operations (PTY) Ltd.	
Transitex Angola (SU), Lda.	
Transitex Colômbia, S.A.S.	
Transitex do Brasil Serviços de Logística, Ltda.	
Transitex Itália S.R.L.	
Transitex México, S.A. de C.V.	
Transitex Moçambique, Lda	
Transitex Transitos de Extremadura Peru S.A.C	
Transitex Transitos Extremadura Chile SPA	
Transitos de Extremadura Serv de Importação, S.A.	
Trânsitos de Extremadura, S.A.	
Trânsitos de Extremadura, S.L.	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as empresas acima referidas foram alienadas, estando as mesmas, até à data da sua venda, afetas ao negócio Portuário e de Logística e ao SUBGRUPO INDAQUA (incluídos no segmento EUROPA-AMBIENTE E SERVIÇOS).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração do GRUPO decidiu proceder à alienação do negócio Portuário e de Logística, bem como à alienação do investimento financeiro detido na INDAQUA.

Na sequência do atrás descrito, em fevereiro de 2016 foi concretizada por 245 milhões de euros a alienação do negócio Portuário e de Logística. Por outro lado, em junho de 2016, foi concretizada por 59 milhões de euros a alienação do SUBGRUPO INDAQUA.

O apuramento das mais-valias geradas com a alienação do negócio Portuário e de Logística e com o investimento financeiro detido na INDAQUA pode resumir-se como segue:

	Indaqua	Tertir
Ativos deduzidos dos passivos não correntes detidos para venda em 31 de dezembro de 2015	(38 403)	(224 986)
Interesses que não controlam afetos a ativos/passivos detidos para venda em 31 de dezembro de 2015	-	88 895
Valor da venda	59 102	245 000
Custos com a venda	-	(1 588)
Intragrupos e ajustamentos de consolidação suspensos afetos aos ativos / passivos detidos para venda	609	(20 986)
Resultado líquido apropriados em 2016 (2 meses)	-	(925)
Mais valias totais geradas na alienação	21 308	85 410
Reciclagem de instrumentos financeiros derivados e de diferenças cambiais	(10 649)	6 058
Mais valias totais registadas em resultados	10 659	91 468

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o contributo das empresas do negócio Portuário e de Logística para a demonstração de resultados foi como segue:

Negócio Portuário e de Logística	2016
Vendas e prestações de serviços (a)	27 613
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, variação da produção e subcontratos (b)	(14 025)
Resultado Bruto (c) = (a) - (b)	13 588
Fornecimentos e serviços externos (d)	(7 570)
Gastos com pessoal (e)	(3 275)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais (f)	(277)
EBITDA (g) = (c) + (d) + (e) + (f)	2 466
Amortizações (h)	(0)
Provisões e perdas de imparidade (i)	14
Resultado operacional (j) = (g) + (h) + (i)	2 480
Resultado financeiro líquido	(475)
Ganhos/(perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	152
Imposto sobre o rendimento	47
Resultado consolidado líquido atribuível:	
a interesses que não controlam	1 279
ao Grupo	925

Área de Negócio - América Latina

Consórcio Los Faisanes (liquidação)

Diminuição de percentagens de participação

2017:

Área de Negócio - América Latina

Consórcio MEC-Av.Malecon-UF1 (Empresa já controlada)

2016:

Área de Negócio - Europa - Ambiente e Serviços

Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. (Empresa já controlada)

Área de Negócio - África

Automatriz, SA (Empresa já controlada)

ME Construction South Africa (Empresa já controlada)

Mota Engil Investments South Africa (Empresa já controlada)

Área de Negócio - América Latina

Fideicomiso el Capomo (Empresa já controlada)

Generadora Fenix (Empresa já controlada)

Mota-Engil Energy BV (Empresa já controlada)

ME Energy holding (Empresa já controlada)

ME Energia Operacional (Empresa já controlada)

Mota-Engil Tourism B.V. (Empresa já controlada)

ME Turismo Holding (Empresa já controlada)

ME Turismo operacional (Empresa já controlada)

Alteração de método de consolidação

2017:

Alteração do método de consolidação de equivalência patrimonial para integração global na Europa Engenharia e Construção:
GESAR - ACE Manvia (Aquisição de controlo)
Alteração do método de consolidação de equivalência patrimonial para integração global das seguintes empresas da América Latina:
Construtora Autopista Cardel - Poza Rica, S.A. de C.V. (Aquisição de controlo)
Construtora Tuxpan Tampico S.A. de C.V. (Aquisição de controlo)
Alteração do método de consolidação de método de integração global para o método de equivalência patrimonial na América Latina:
Fideicomiso el Capomo (Controlo partilhado)
Consórcio Mota-Engil Colômbia (Controlo partilhado)

2016:

Alteração do método de consolidação de equivalência patrimonial para integração global na Europa Engenharia e Construção:
Turalgo
Alteração do método de consolidação de equivalência patrimonial para integração global em África:
STM - Sociedade de Terminais de Moçambique, Lda

40. Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montantes pagos relacionados com a aquisição de investimentos financeiros podem ser discriminados como se segue:

	2017	2016
Aportes de capital e aumentos de capital na Concessionária Autopista Cardel e Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina)	10 888	79 835
Aquisição adicional da EGF (segmento Europa - Ambiente e Serviços)	8 172	-
Aquisição adicional da ME Africa NV (segmento África)	1 600	-
Aquisição adicional da Vibeiras (segmento Europa - Engenharia e Construção)	110	-
Outros	-	4 626
	20 770	84 461

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montantes recebidos relacionados com a alienação de investimentos financeiros podem ser discriminados como se segue:

	2017	2016
Recebimento de prestações acessórias e empréstimos da Lúneas (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	95 062	-
Alienação do investimento financeiro na RTA (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	5 713	-
Alienação do investimento financeiro no subgrupo Tertir (segmento Europa - Ambiente e Serviços)	-	245 000
Alienação do investimento financeiro no subgrupo Indaqua (segmento Europa - Ambiente e Serviços)	-	59 102
Outros	450	3 181
	101 225	307 283

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montantes pagos relacionados com dividendos podem ser discriminados como se segue:

	2017	2016
Acionistas da Mota-Engil SGPS	30 402	11 693
Acionistas das participadas da EGF	9 336	9 936
Acionistas da Empresa Construtora Brasil	1 648	1 462
Outros	275	413
	41 661	23 505

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montantes recebidos relacionados com dividendos podem ser discriminados como se segue:

	2017	2016
Líneas	41 060	-
BAI	2 691	-
Outros	613	406
	44 363	406

41. Segmentos de negócio

O GRUPO serve-se da sua organização interna para efeitos de gestão como base para o seu reporte de informação por segmentos operacionais.

O GRUPO encontra-se organizado por áreas geográficas: EUROPA ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO, EUROPA AMBIENTE E SERVIÇOS, ÁFRICA e AMÉRICA LATINA.

Os montantes relativos à MOTA-ENGIL, SGPS e às sociedades do GRUPO na área do Turismo (estas últimas alienadas quase na sua totalidade durante o exercício de 2017) foram incluídos na coluna “Outros, Eliminações e intragrupo”, a qual também inclui os montantes relativos às transações e aos saldos mantidos entre as empresas dos diferentes segmentos operacionais.

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos são idênticas às descritas na Nota 1.3..

A demonstração dos resultados consolidados por segmento operacional pode ser analisada como se segue:

2017	Europa Engenharia e Construção	Europa Ambiente e Serviços	África	América Latina	Outros, Eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
Vendas e prestações de serviços (a)	538 472	296 223	860 273	960 447	(58 122)	2 597 294
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, variação da produção e subcontratos (b)	(272 775)	(38 120)	(402 393)	(431 420)	51 801	(1 092 907)
Resultado Bruto (c) = (a) + (b)	265 697	258 104	457 879	529 028	(6 321)	1 504 386
Fornecimentos e serviços externos (d)	(120 070)	(85 943)	(129 936)	(231 816)	27 696	(540 070)
Gastos com pessoal (e)	(104 384)	(102 709)	(121 347)	(187 979)	(20 847)	(537 266)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais (f)	5 133	27 346	(43 064)	185	(11 913)	(22 313)
EBITDA (g) = (c) + (d) + (e) + (f)	46 376	96 797	163 532	109 418	(11 385)	404 738
Amortizações (h)	(22 370)	(75 223)	(65 928)	(16 204)	(859)	(180 585)
Provisões e perdas de imparidade (i)	(1 903)	2 212	(23 831)	(10 808)	(3 693)	(38 022)
[das quais, Imparidade para ativos não correntes]	1 628	-	(13 284)	-	(0)	(11 655)
Resultado operacional (j) = (g) + (h) + (i)	22 102	23 787	73 774	82 407	(15 937)	186 131
Ganhos/(perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	1 787	4 907	208	(367)	(3 727)	2 808
Ganhos / (perdas) na alienação de empresas subsidiárias e associadas	161	-	-	-	(3 219)	(3 058)
Resultados financeiros líquidos	(7 035)	(9 994)	(39 788)	(15 820)	(26 569)	(99 206)

2016	Europa Engenharia e Construção	Europa Ambiente e Serviços	África	América Latina	Outros, Eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
Vendas e prestações de serviços (a)	513 981	330 791	707 937	726 774	(69 403)	2 210 081
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, variação da produção e subcontratos (b)	(295 363)	(40 685)	(265 641)	(272 346)	42 190	(831 844)
Resultado Bruto (c) = (a) + (b)	218 619	290 106	442 296	454 429	(27 213)	1 378 237
Fornecimentos e serviços externos (d)	(110 205)	(100 696)	(182 523)	(210 939)	58 445	(545 918)
Gastos com pessoal (e)	(103 639)	(97 678)	(106 689)	(190 742)	(25 545)	(524 292)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais (f)	2 156	20 695	28 885	(8 293)	(13 524)	29 919
EBITDA (g) = (c) + (d) + (e) + (f)	6 930	112 428	181 969	44 455	(7 836)	337 946
Amortizações (h)	(19 816)	(78 565)	(72 789)	(18 792)	(662)	(190 623)
Provisões e perdas de imparidade (i)	(12 365)	(7 204)	(25 977)	(15 087)	(5 828)	(66 460)
[das quais, Imparidade para ativos não correntes]	(3 437)	-	-	-	-	(3 437)
Resultado operacional (j) = (g) + (h) + (i)	(25 250)	26 660	83 203	10 576	(14 326)	80 863
Ganhos/(perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	964	4 977	(69)	1 862	(9 865)	(2 130)
Ganhos / (perdas) na alienação de empresas subsidiárias e associadas	(324)	92 539	-	8 560	(4)	100 771
Resultados financeiros líquidos	(87 758)	84 946	(35 071)	(8 538)	(56 196)	(102 617)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as vendas e prestações de serviços efetuadas entre segmentos de negócio encontram-se evidenciadas na coluna “Outros, Eliminações e intragrupo”.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as vendas e prestações de serviços intragrupo foram efetuadas a preços semelhantes às praticadas para as vendas e prestações de serviços efetuadas a clientes externos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a posição financeira consolidada por segmento operacional pode ser analisada como se segue:

	Ativo		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
Europa Engenharia e Construção	1 033 239	1 013 996	769 187	747 746
Europa Ambiente e Serviços	944 302	1 089 668	735 914	899 548
África	1 728 992	1 473 679	1 273 796	1 087 807
América Latina	938 224	777 964	821 906	679 422
Outros, Eliminações e Intragrupo	(30 667)	(134 603)	417 550	235 592
Grupo Mota-Engil	4 614 090	4 220 704	4 018 353	3 650 114

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o investimento e as amortizações por segmento operacional podem ser analisados como se segue:

	Investimento		Amortizações		Interesses em associadas e empreendimentos conjuntos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Europa Engenharia e Construção	9 439	13 528	22 370	19 816	-	-
Europa Ambiente e Serviços	28 020	29 432	75 223	78 565	6 936	5 185
África	82 372	9 172	65 928	72 789	15 365	10 348
América Latina	26 359	14 526	16 204	18 792	66 041	105 280
Outros, Eliminações e Intragrupo	2 244	615	859	662	585	1 556
Grupo Mota-Engil	148 433	67 272	180 585	190 623	88 926	122 369

42. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contábilísticas descritas na Nota 1.3 ix), foram classificados como se segue:

	2017	2016
Ativos financeiros		
Disponibilidades		
Caixa e seus equivalentes à vista	609 637	382 937
Caixa e seus equivalentes a prazo	34 663	13 122
	644 300	396 059
Empréstimos e contas a receber		
Clientes - corrente	866 716	775 115
Outros devedores - corrente	130 840	138 695
Clientes e outros devedores - não corrente	58 874	23 756
Empresas associadas, participadas e participantes	68 476	30 583
Adiantamentos a fornecedores	45 625	39 726
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	17 837	38 015
	1 188 368	1 045 890
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Partes de capital	68 811	43 881
Adiantamentos	104	1 307
	68 916	45 188
Ativos financeiros detidos até à maturidade	154 954	86 380
Instrumentos financeiros derivados	98	-
Quantia escriturada dos ativos financeiros	2 056 635	1 573 518

	2017	2016
Passivos financeiros		
Instrumentos financeiros derivados	569	765
	569	765
Empréstimos e contas a pagar		
Empréstimos com e sem recurso - corrente	745 701	647 975
Empréstimos com e sem recurso - não corrente	932 013	993 273
Fornecedores e credores diversos - não corrente	50 862	81 369
Outros passivos financeiros - não corrente	122 934	86 920
Fornecedores - corrente	489 828	419 408
Credores diversos - corrente	449 906	420 380
Outros passivos financeiros - corrente	283 569	94 529
	3 074 814	2 743 855
Quantia escriturada dos passivos financeiros	3 075 383	2 744 620

Os impactos na demonstração do outro rendimento integral resultantes dos instrumentos financeiros acima referidos podem ser resumidos como se segue:

	2017		Outro rendimento integral	2016		Outro rendimento integral
	Demonstração dos resultados			Demonstração dos resultados		
	Gastos financeiros (Nota 10)	Rendimentos financeiros (Nota 10)		Gastos financeiros (Nota 10)	Rendimentos financeiros (Nota 10)	
			Reserva de justo valor			Reserva de justo valor
Ativos financeiros						
Ao custo amortizado	-	34 005	-	-	16 039	-
Ao custo	-	3 173	-	-	954	-
	-	37 178	-	-	16 993	-
Passivos financeiros						
Ao justo valor	-	-	(790)	-	-	83
Ao custo amortizado	101 780	-	-	102 273	-	-
	101 780	-	(790)	102 273	-	83

O GRUPO MOTA-ENGIL está exposto a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque os riscos de taxa de juro, cambial de transações, de liquidez e de crédito.

Informação pormenorizada sobre a política de gestão do risco financeiro pode ser consultada no Relatório de Gestão ou no Relatório e Contas individual da MOTA-ENGIL SGPS em 31 de dezembro de 2017.

Risco de taxa de juro

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a sensibilidade dos resultados financeiros do GRUPO a alterações no indexante da taxa de juro dos empréstimos obtidos pode ser analisada como se segue:

	Impacto estimado	
	2017	2016
Varição nos juros suportados pela alteração de 1 p.p. na taxa de juro aplicada ao endividamento médio bruto do ano (excluindo <i>leasing</i> e <i>factoring</i>)	16 595	17 381
Blindagem por taxa fixa	(5 980)	(5 910)
Blindagem por instrumentos financeiros derivados de taxa de juro	(1 088)	(250)
Sensibilidade do resultado financeiro a variações da taxa de juro	9 528	11 222

As taxas de juro médias suportadas nos principais empréstimos obtidos pelo GRUPO nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram como se segue:

	2017		2016	
	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)
Empréstimos por obrigações não convertíveis	5,41	[3,62 ; 8,9]	5,30	[3,7 ; 6,95]
Dívidas a instituições de crédito:				
Empréstimos bancários	6,07	[0,04 ; 28,75]	6,26	[0,04 ; 20,98]
Descobertos bancários	4,86	[1,35 ; 20,15]	5,49	[1,35 ; 19]
Contas caucionadas	9,46	[1,82 ; 30]	7,75	[1,45 ; 29,75]
Emissões de papel comercial	3,83	[2,49 ; 6,05]	3,55	[2,48 ; 6,09]

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, 64% da dívida bruta encontrava-se contratada a taxa variável e o custo médio da dívida ascendia a 5,6% e 5,63%, respetivamente.

Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ativos e passivos do GRUPO expressos de acordo com a moeda funcional do país em que cada participada opera, eram como seguem:

Moeda	2017		2016	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Euro (EUR)	2 306 046	2 469 792	2 221 496	2 319 145
Coroa Checa (CZK)	1 534	14 460	4 842	13 054
Dinar Argelino (DZD)	1 517	360	1 714	343
Dobra de S. Tomé e Príncipe (STD)	2 532	2 502	5 965	4 512
Dólar dos Estados Unidos (USD)	205 602	39 459	220 705	34 845
Escudo de Cabo Verde (CVE)	9 578	5 518	11 572	7 013
Forint Húngaro (HUF)	3 091	1 815	8 121	2 481
Kwanza de Angola (AOA)	752 854	445 534	546 219	371 046
Metical de Moçambique (MZM)	99 426	40 914	90 797	39 197
Peso Mexicano (MXN)	467 872	414 539	393 713	353 292
Rand da África do Sul (ZAR)	19 068	25 291	29 045	30 850
Real do Brasil (BRL)	123 267	91 960	110 691	77 781
Zloty Polaco (PLN)	260 120	203 899	239 113	179 514
Peso Colombiano (COP)	48 694	50 823	10 417	10 845
Novo Sol Peruano (PEN)	177 657	128 430	196 852	148 791
Malawi Kwacha (MWK)	99 916	39 786	109 390	31 608
Outras	35 317	43 270	20 054	25 797
	4 614 090	4 018 353	4 220 704	3 650 114

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a sensibilidade do resultado líquido e dos capitais próprios do GRUPO a variações cambiais nas principais divisas a que está exposto, pode ser analisada como se segue:

2017	Resultado líquido	Capital próprio
Impactos estimados pela apreciação em 1%:		
do Dólar Norte Americano (USD) face ao Euro (EUR)	(101)	1 719
do Zloty Polaco (PLN) face ao Euro (EUR)	(45)	628
do Metical de Moçambique (MZM) face ao Euro (EUR)	90	499
do Peso Mexicano (MXN) face ao Euro (EUR)	71	173
do Real do Brasil (BRL) face ao Euro (EUR)	18	134
do Novo Sol Peruano (PEN) face ao Euro (EUR)	68	429
do Kwanza de Angola (AOA) face ao Euro (EUR)	431	1 421
do Malawi Kwacha (MWK) face ao Euro (EUR)	(91)	697

2016	Resultado líquido	Capital próprio
Impactos estimados pela apreciação em 1%:		
do Dólar Norte Americano (USD) face ao Euro (EUR)	(86)	1 912
do Zloty Polaco (PLN) face ao Euro (EUR)	(52)	641
do Metical de Moçambique (MZM) face ao Euro (EUR)	130	362
do Peso Mexicano (MXN) face ao Euro (EUR)	(1)	216
do Real do Brasil (BRL) face ao Euro (EUR)	24	127
do Novo Sol Peruano (PEN) face ao Euro (EUR)	56	459
do Kwanza de Angola (AOA) face ao Euro (EUR)	226	649
do Malawi Kwacha (MWK) face ao Euro (EUR)	(31)	814

Para efeitos da análise acima referida, considerou-se o impacto da variação de + 1% da taxa de câmbio na conversão das demonstrações financeiras das participadas com moeda funcional diferente do Euro para Euro no resultado líquido e nos capitais próprios do GRUPO.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os empréstimos obtidos pelo GRUPO encontravam-se denominados nas seguintes moedas:

	Obrigações	Dívidas a instituições de crédito	Papel comercial	Outros empréstimos	Total
2017					
Dólares dos Estados Unidos	20 845	93 567	-	-	114 413
Euros	309 627	720 953	190 560	3 556	1 224 696
Rial Omani	-	6 030	-	-	6 030
Kwanza de Angola	-	121 960	-	-	121 960
Nuevo Sol Peruano	-	4 327	-	-	4 327
Peso Colombiano	-	5 439	-	-	5 439
Pesos Mexicanos	82 413	24 578	-	-	106 991
Rands da África do Sul	-	6 163	-	-	6 163
Real Brasileiro	-	25 891	-	-	25 891
Zlotys Polacos	-	61 804	-	-	61 804
	412 885	1 070 713	190 560	3 556	1 677 714
2016					
Dólares dos Estados Unidos	23 623	120 446	-	-	144 069
Euros	339 103	787 582	125 540	4 602	1 256 826
Rial Omani	-	8 769	-	-	8 769
Kwanza de Angola	-	122 569	-	-	122 569
Nuevo Sol Peruano	-	10 960	-	-	10 960
Peso Colombiano	-	6 722	-	-	6 722
Pesos Mexicanos	-	23 731	-	-	23 731
Rands da África do Sul	-	4 874	-	-	4 874
Real Brasileiro	-	18 645	-	-	18 645
Zlotys Polacos	-	43 892	-	-	43 892
Outras	-	191	-	-	191
	362 726	1 148 381	125 540	4 602	1 641 249

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a posição de liquidez do GRUPO detalha-se como se segue:

	2017				Total
	< 1 ano	entre 1 e 2 anos	a mais de 2 anos	Indeterminado	
Ativos					
Empréstimos e contas a receber:					
Clientes	789 211	83 593	-	-	872 805
Outros devedores	130 840	52 786	-	-	183 626
Empresas associadas, participadas e participantes	111	68 364	-	-	68 476
Adiantamentos a fornecedores	45 625	-	-	-	45 625
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	14 110	3 727	-	-	17 837
Disponibilidades:					
Caixa e seus equivalentes à vista e a prazo	644 300	-	-	-	644 300
Ativos financeiros detidos até à maturidade	975	7 209	146 770	-	154 954
Ativos financeiros disponíveis para venda:					
Partes de capital	-	-	-	68 811	68 811
Adiantamentos	-	-	-	104	104
Instrumentos financeiros derivados	-	93	5	-	98
	1 625 173	215 772	146 775	68 916	2 056 635
Passivos					
Fornecedores	473 205	13 305	14 062	-	500 572
Credores diversos	436 270	36 661	17 094	-	490 025
Outros passivos financeiros	283 569	32 400	90 534	-	406 503
Empréstimos com e sem recurso	745 701	384 365	547 648	-	1 677 714
Instrumentos financeiros derivados	22	547	-	-	569
	1 938 766	467 278	669 339	-	3 075 383
	(313 593)	(251 506)	(522 563)	68 916	(1 018 747)

	2016				Total
	< 1 ano	entre 1 e 2 anos	a mais de 2 anos	Indeterminado	
Ativos					
Empréstimos e contas a receber:					
Clientes	701 180	92 090	-	-	793 270
Outros devedores	138 695	5 601	-	-	144 296
Empresas associadas, participadas e participantes	4 351	26 232	-	-	30 583
Adiantamentos a fornecedores	39 726	-	-	-	39 726
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	23 619	14 395	-	-	38 015
Disponibilidades:					
Caixa e seus equivalentes à vista e a prazo	396 059	-	-	-	396 059
Ativos financeiros detidos até à maturidade	445	5 434	80 502	-	86 380
Ativos financeiros disponíveis para venda:					
Partes de capital	-	-	-	43 881	43 881
Adiantamentos	-	-	-	1 307	1 307
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-
	1 304 075	143 752	80 502	45 188	1 573 518
Passivos					
Fornecedores	417 600	9 833	4 614	-	432 047
Credores diversos	433 688	49 710	5 713	-	489 111
Outros passivos financeiros	94 529	64 625	22 295	-	181 449
Empréstimos com e sem recurso	647 975	646 458	346 816	-	1 641 249
Instrumentos financeiros derivados	6	759	-	-	765
	1 593 799	771 384	379 437	-	2 744 620
	(289 724)	(627 631)	(298 935)	45 188	(1 171 102)

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, o GRUPO mantinha linhas de crédito contratadas e não utilizadas de cerca de 190.000 milhares de euros (195.000 milhares de euros em 31 de dezembro 2016).

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a exposição do GRUPO ao risco de crédito era como segue:

	2017	2016
Ativos financeiros		
Disponibilidades		
Caixa e seus equivalentes à vista	609 637	382 937
Caixa e seus equivalentes a prazo	34 663	13 122
	644 300	396 059
Empréstimos e contas a receber		
Clientes - corrente	866 716	775 115
Outros devedores - corrente	130 840	138 695
Clientes e outros devedores - não corrente	58 874	23 756
Empresas associadas, participadas e participantes	68 476	30 583
Adiantamentos a fornecedores	45 625	39 726
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	17 837	38 015
	1 188 368	1 045 890
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Partes de capital	68 811	43 881
Adiantamentos	104	1 307
	68 916	45 188
Ativos financeiros detidos até à maturidade	154 954	86 380
Instrumentos financeiros derivados	98	-
Quantia escriturada dos ativos financeiros	2 056 635	1 573 518

Em 31 de dezembro de 2017, a qualidade do risco de crédito do GRUPO era como segue:

Moody's - Rating de crédito	Cientes e outros devedores	Disponibilidades
Aaa; Aa2; Aa3	1 982	72 337
A1; A2; A3	48 680	20 803
Baa1; Baa2; Baa3	17 210	71 151
Ba1; Ba2; Ba3	12 630	200 367
B1; B2; B3	315 808	9 972
Caa2; Caa3	42 587	390
Sem rating ou sem informação	617 534	644 300
Total	1 056 430	644 300

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a antiguidade das contas a receber associadas a clientes e outros devedores que não se encontravam em imparidade, era como se segue:

Antiguidade no balanço 2017	Cientes e outros devedores
Valores Vencidos	
] 0 ; 3] meses	158 676
] 3 ; 12] meses	259 890
] 1 ; 3] anos	200 858
Mais de 3 anos	110 298
	729 722
Valores não vencidos	326 708
Total	1 056 430

Antiguidade no balanço 2016	Cientes e outros devedores
Valores Vencidos	
] 0 ; 3] meses	184 473
] 3 ; 12] meses	160 272
] 1 ; 3] anos	201 498
Mais de 3 anos	158 884
	705 127
Valores não vencidos	232 440
Total	937 566

Justo valor

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos financeiros do GRUPO registados ao justo valor eram como segue:

	2017				Hierarquia de justo valor
	Custo amortizado	Justo valor	Custo	Total	
Ativos financeiros					
Disponibilidades					
Caixa e seus equivalentes à vista	-	-	609 637	609 637	
Caixa e seus equivalentes a prazo	-	-	34 663	34 663	
Empréstimos e contas a receber					
Clientes - corrente	866 716	-	-	866 716	
Outros devedores - corrente	130 840	-	-	130 840	
Clientes e outros devedores - não corrente	58 874	-	-	58 874	
Empresas associadas, participadas e participantes	68 476	-	-	68 476	
Adiantamentos a fornecedores	45 625	-	-	45 625	
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	17 837	-	-	17 837	
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Partes de capital	-	-	68 811	68 811	
Adiantamentos	-	-	104	104	
Ativos financeiros detidos até à maturidade	154 954	-	-	154 954	
Instrumentos financeiros derivados	-	98	-	98	Nível 2
Quantia escriturada dos ativos financeiros	1 343 322	98	713 216	2 056 635	

	2017				Hierarquia de justo valor
	Custo amortizado	Justo valor	Custo	Total	
Passivos financeiros					
Instrumentos financeiros derivados	-	569	-	569	Nível 2
Empréstimos e contas a pagar					
Empréstimos com e sem recurso - corrente	745 701	-	-	745 701	
Empréstimos com e sem recurso - não corrente	932 013	-	-	932 013	
Fornecedores e credores diversos - não corrente	50 862	-	-	50 862	
Outros passivos financeiros - não corrente	122 934	-	-	122 934	
Fornecedores - corrente	489 828	-	-	489 828	
Credores diversos - corrente	449 906	-	-	449 906	
Outros passivos financeiros - corrente	283 569	-	-	283 569	
Quantia escriturada dos passivos financeiros	3 074 814	569	-	3 075 383	

43. Impacto da Hiperinflação em Angola

Tal como referido na Nota 1.2. i), durante o exercício de 2017 a economia angolana foi considerada como sendo uma economia hiperinflacionária. Deste modo, as entidades/empresas do GRUPO cuja moeda funcional era o Kwanza procederam à reexpressão das suas demonstrações financeiras para a unidade de mensuração corrente. As empresas/entidades que reexpressaram as suas demonstrações financeiras foram as seguintes:

- MOTA-ENGIL ANGOLA;
- SUCURSAL DE ANGOLA DA MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO ÁFRICA;
- VISTA WASTE;
- NOVICER;
- SONAUTA;
- VISTA POWER; e
- MEBISA.

Em 31 de dezembro de 2017 e no exercício findo naquela data, o impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da consideração da economia angolana como uma economia hiperinflacionária pode ser resumido como se segue:

	2017 antes da aplicação da IAS 29	Impacto IAS 29	2017 após a aplicação da IAS 29
Vendas e prestações de serviços	2 539 113	58 181	2 597 294
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, Variação da produção e Subcontratos	(1 042 370)	(50 537)	(1 092 907)
Fornecimentos e serviços externos	(533 284)	(6 786)	(540 070)
Gastos com pessoal	(532 216)	(5 050)	(537 266)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	(21 063)	(1 250)	(22 313)
Amortizações	(173 147)	(7 438)	(180 585)
Provisões e perdas de imparidade	(33 971)	(4 051)	(38 022)
Rendimentos e ganhos financeiros	68 223	1 159	69 382
Gastos e perdas financeiras	(166 245)	(2 343)	(168 588)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	2 818	(10)	2 808
Ganhos / (perdas) na alienação de empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas	(3 058)	-	(3 058)
Posição monetária líquida	0	3 149	3 149
Resultado antes de imposto	104 799	(14 975)	89 824
Imposto sobre o rendimento	(20 320)	(8 063)	(28 383)
Resultado líquido consolidado do exercício	84 479	(23 038)	61 441
Atribuível:			
a interesses que não controlam	70 800	(10 947)	59 853
ao Grupo	13 679	(12 091)	1 588

	2017 antes da aplicação da IAS 29	Impacto IAS 29	2017 após a aplicação da IAS 29
Ativo			
Não corrente			
Goodwill	37 870	-	37 870
Ativos intangíveis	511 744	914	512 658
Ativos tangíveis	653 939	58 334	712 273
Investimentos financeiros em empresas associadas e conjuntamente controladas	88 936	(10)	88 926
Ativos financeiros disponíveis para venda	43 371	25 545	68 916
Ativos financeiros detidos até à maturidade	154 954	-	154 954
Propriedades de investimento	76 676	-	76 676
Clientes, outros devedores e outros ativos não correntes	139 868	-	139 868
Instrumentos financeiros derivados	98	-	98
Ativos por impostos diferidos	178 313	-	178 313
	1 885 768	84 784	1 970 552
Corrente			
Inventários	343 343	1 653	344 996
Clientes	866 716	-	866 716
Outros devedores	190 686	-	190 686
Imposto sobre o rendimento	23 479	-	23 479
Outros ativos correntes	424 148	130	424 278
Caixa e seus equivalentes	644 300	-	644 300
	2 492 673	1 783	2 494 457
Ativos não correntes detidos para venda	149 082	-	149 082
Total do Ativo	4 527 523	86 567	4 614 090
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos	932 013	-	932 013
Outros passivos financeiros	122 934	-	122 934
Fornecedores e Credores diversos	50 862	-	50 862
Instrumentos financeiros derivados	547	-	547
Provisões	95 951	147	96 098
Outros passivos não correntes	161 625	-	161 625
Passivos por impostos diferidos	130 237	23 712	153 950
	1 494 171	23 860	1 518 030
Corrente			
Empréstimos	745 701	-	745 701
Outros passivos financeiros	283 569	-	283 569
Fornecedores	489 828	-	489 828
Credores diversos	449 906	-	449 906
Instrumentos financeiros derivados	22	-	22
Imposto sobre o rendimento	28 419	-	28 419
Outros passivos correntes	444 362	813	445 175
	2 441 807	813	2 442 619
Passivos não correntes detidos para venda	57 703	-	57 703
Total do Passivo	3 993 680	24 672	4 018 353
Capital Social			
Capital Social	237 505	-	237 505
Ações próprias	(5 788)	-	(5 788)
Reservas, Resultados Transitados e Prémios de Emissão	16 008	57 822	73 829
Resultado líquido consolidado do exercício	13 679	(12 091)	1 588
Capital próprio atribuível ao Grupo	261 404	45 731	307 135
Interesses que não controlam	272 438	16 164	288 603
Total do Capital próprio	533 843	61 895	595 737
Total do Capital próprio e Passivo	4 527 523	86 567	4 614 090

44. Divulgação dos impactos estimados resultantes da adoção das normas IFRS 15 e IFRS 9

Relativamente às novas normas que se tornam efetivas nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, o GRUPO efetuou uma análise das alterações introduzidas, bem como do potencial impacto das mesmas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

De seguida, apresentam-se as principais conclusões resultantes do trabalho efetuado sobre o impacto estimado da adoção daquelas normas.

I – IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes

A IFRS 15 baseia-se no princípio de que o rédito é reconhecido na data da transferência do controlo para o cliente, sendo o valor da transação alocado às diferentes obrigações de desempenho assumidas perante o mesmo, as quais se encontram sujeitas a ajustamentos na mensuração sempre que a contraprestação seja variável ou sujeita a efeito financeiro significativo.

Ao abrigo daquela norma, o GRUPO procedeu numa primeira fase à análise e identificação das principais transações/contratos que originam o registo de rédito, tendo identificado as seguintes fontes de receita principais:

- Contratos de construção;
- Contratos de extração mineira;
- Contratos de operação e manutenção;
- Contratos de recolha de resíduos;
- Contratos de tratamento e valorização de resíduos; e
- Contratos de venda de energia.

Numa segunda fase, foi avaliado o potencial impacto da adoção desta norma no registo futuro do rédito, quer em termos de montante, quer em termos de momento do seu reconhecimento. Da análise efetuada, resultaram as seguintes conclusões:

- i) Os contratos de construção executados pelo GRUPO correspondem genericamente a uma única obrigação de desempenho, pelo que o rédito respetivo será reconhecido ao longo do tempo (abordagem similar à preconizada na IAS 11);
- ii) Os contratos de operação e manutenção (de autoestradas, edifícios, jardins, etc.) executados pelo GRUPO contemplam uma série alargada de serviços e processos. No entanto, dado que aqueles serviços e processos se encontram altamente correlacionados, os mesmos foram tratados como uma única obrigação de desempenho e serão reconhecidos ao longo do tempo. Deste modo, não se antecipam diferenças materiais de tratamento contabilístico face ao preconizado na IAS 18;
- iii) Quanto ao rédito associado a contratos compostos (contratos que incluem várias obrigações de desempenho), o GRUPO estima que a alocação do preço da transação às diferentes obrigações de desempenho não apresente diferenças materiais face à alocação efetuada no âmbito da aplicação da IAS 11 e da IAS 18, dado que a maioria das obrigações de desempenho já apresentava um preço de venda determinável;
- iv) Quanto as modificações / alterações contratuais realizadas a alguns contratos, não foram identificadas situações que originassem diferenças materiais entre os registos contabilísticos efetuados no âmbito da IAS 11 e da IAS 18 e os preconizados na IFRS 15;
- v) No que respeita às componentes de preço variáveis associadas, nomeadamente, aos contratos de construção (como por exemplo: bónus, revisões de preços, *claims*, etc.), as quais de acordo com a IFRS 15 deverão ser reconhecidas no momento em que se estima que sejam altamente prováveis de se transformar em rédito, do desempenho histórico do GRUPO e da tipologia de cláusulas contratuais estabelecidas com os clientes, não existem genericamente situações em que o registo de tais componentes variáveis devesse ter sido reconhecido, fruto nomeadamente da incerteza quanto à sua quantificação e concretização;

- vi) No que respeita a eventuais penalidades associadas ao não cumprimento, quer em termos de prazo, quer em termos de qualidade, das obras executadas pelo GRUPO, foram identificadas algumas, poucas, situações históricas em que tal ocorreu. Deste modo, foi apurada uma perda esperada associada ao risco do GRUPO incorrer em penalidades futuras; e
- vii) Não foram identificados custos materiais com a aquisição de contratos que devessem ser capitalizados.

Por último, para efeitos de quantificação dos impactos resultantes da adoção da IFRS 15, o GRUPO decidiu utilizar as faculdades previstas no regime transitório da norma, ou seja, aplicação retrospectiva com o efeito cumulativo inicial reconhecido em resultados transitados a 1 de janeiro de 2018, com recurso à adoção dos seguintes expedientes práticos:

- a) Aplicação apenas para os contratos não concluídos à data de 1 de janeiro de 2018; e
- b) Não reexpressão dos contratos modificados antes de 1 de janeiro de 2017.

Em resultado da análise acima referida, concluiu-se que o impacto da adoção da IFRS 15 nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do GRUPO não será significativo (impacto estimado inferior a 5 milhões de euros).

II – IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 irá passar a definir os critérios de classificação, mensuração e desreconhecimento de instrumentos financeiros, introduzindo alterações ao nível: i) da classificação dos ativos financeiros; ii) do cálculo da imparidade para ativos financeiros; e iii) da designação de relações de cobertura.

No âmbito da avaliação efetuada aos impactos decorrentes da adoção da IFRS 9, o GRUPO avaliou a natureza dos ativos financeiros reconhecidos de forma a identificar eventuais *gaps* de mensuração. Em 31 de dezembro de 2017, os ativos financeiros reconhecidos pelo GRUPO referiam-se maioritariamente às seguintes categorias:

- i) Empréstimos e contas a receber;
- ii) Ativos financeiros disponíveis para venda;
- iii) Ativos financeiros detidos até à maturidade; e
- iv) Instrumentos financeiros derivados.

Da análise efetuada, resultou que as rubricas de clientes, outros devedores e de ativos financeiros detidos até à maturidade deverão ser alocadas à categoria “deter para cobrar e vender”. Desta segmentação, não se estima qualquer impacto ao nível do capital próprio do GRUPO.

No que respeita aos ativos financeiros disponíveis para venda, que passarão a ser designados ao justo valor por via de capital próprio, mas registados ao custo, por este constituir a melhor estimativa do seu justo valor, não se estima qualquer impacto relevante ao nível do capital próprio do GRUPO.

No que respeita ao cálculo da imparidade (e da passagem do modelo de perda incorrida para o modelo de perda esperada), o GRUPO optou pela aplicação de uma matriz histórica de incobráveis para a determinação da nova imparidade sobre as suas contas a receber.

Decorrente da análise efetuada, o GRUPO estima que o impacto da adoção desta norma poderá vir a provocar uma redução dos capitais próprios consolidados até 10 milhões de euros. Este impacto advém essencialmente da área de Engenharia e Construção, nomeadamente da região de África.

Por outro lado, no que respeita à contabilidade de cobertura, dada a reduzida utilização de instrumentos financeiros derivados pelo GRUPO, não se estimam impactos materiais em capital próprio resultantes da adoção desta norma.

Por último, na adoção da IFRS 9, o GRUPO decidiu utilizar as faculdades previstas no regime transitório daquela norma, ou seja, a aplicação retrospectiva com o efeito cumulativo inicial reconhecido em resultados transitados a 1 de janeiro de 2018.

45. Eventos subsequentes

Em 2018, até à data de emissão do presente relatório, destacamos os seguintes factos relevantes, cujos detalhes se encontram adequadamente divulgados como informação privilegiada nos sítios da MOTA-ENGIL e da CMVM:

22 de janeiro de 2018

MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE ADJUDICAÇÃO DE CONTRATO NA COSTA DO MARFIM NUM VALOR QUE PODERÁ ASCENDER A CERCA DE 140 MILHÕES DE EUROS

O GRUPO MOTA-ENGIL, através de uma empresa participada em 60% pela MOTA-ENGIL ÁFRICA, informa sobre a adjudicação de um contrato para a conceção, construção e operação de um aterro com capacidade para triagem e produção de energia proveniente de biogás em Abidjan, na Costa do Marfim.

O contrato acima referido envolverá um valor estimado de cerca de 140 milhões de euros (o qual inclui uma componente variável estimada de cerca de 40 milhões de euros dependente das toneladas movimentadas), uma duração de 7 anos para uma capacidade total de 8,2 milhões de toneladas e a componente de construção avaliada em cerca de 48 milhões de euros será executada pela MOTA-ENGIL ÁFRICA.

8 de março de 2018

MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE REFORÇO DA CARTEIRA NA COSTA DO MARFIM E NO PERU EM 225 MILHÕES DE EUROS

O GRUPO MOTA-ENGIL celebrou, através da MOTA-ENGIL ÁFRICA, um contrato para a construção de um estádio de futebol na Costa do Marfim, projeto para o Campeonato Africano das Nações a realizar-se naquele país em 2021, financiado pelo United Bank for Africa (UBA). O contrato celebrado totaliza 83 milhões de euros.

O GRUPO MOTA-ENGIL informa ainda sobre a recente adjudicação de 3 importantes contratos no mercado peruano para o setor privado nas áreas de infraestruturas e mineira, reforçando a carteira de encomendas da sua empresa local (MOTA-ENGIL PERU) em cerca de 142 milhões de euros, com os seguintes projetos:

- Construção do Porto de San Martin, no valor de 110 milhões de euros para a Terminales Portuarios de Paracas, na região de Ica. O contrato tem um prazo de 24 meses, participando a MOTA-ENGIL PERU em 33,3% do consórcio;
- Construção da Barragem de Vizcachas y Bocatoma Titire, no valor de 56 milhões de euros para a Anglo American Quellaveco, na região de Moquegua. O contrato tem um prazo de 26 meses; e
- Construção da Fase 4 da Barragem de rejeitos Las Bambas, no valor de 50 milhões de euros para a companhia mineira MMG, na região de Apurimac. O contrato tem um prazo de 24 meses.

Desvalorização do kwanza em 2018

Por outro lado, já em 2018, assistiu-se a uma desvalorização significativa do kwanza face ao euro em mais de 30%.

Embora à data deste relatório o impacto de tal desvalorização não se encontre ainda apurado, o mesmo, antes de impactos resultantes da aplicação da IAS 29, irá provocar um aumento do resultado líquido, fruto do elevado montante de ativos monetários líquidos detidos em Angola em moeda forte (euro e USD) e uma diminuição dos capitais próprios (incluindo resultado líquido).

46. Honorários pagos ao auditor/ revisor oficial de contas

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de honorários pagos ao auditor/revisor oficial de contas foi como segue:

Natureza do Serviço	Pela Sociedade	Por entidades que integram o grupo	TOTAL
	Valor (euros)	Valor (euros)	Valor (euros)
Auditoria e revisão legal de contas	58 280	742 201	800 481
Outros serviços de garantia de fiabilidade	500	-	500
Consultoria fiscal	-	12 985	12 985
Outros serviços de consultoria	-	58 600	58 600
TOTAL	58 780	813 786	872 566

Os trabalhos distintos dos de auditoria prestados pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas durante o exercício de 2017 detalham-se de seguida:

- Disponibilização de licença de acesso à base de dados Inforfisco, a qual consiste num repositório de natureza fiscal de fonte pública (desde legislação a jurisprudência);
- Apoio na recolha, disponibilização e atualização das análises económicas setoriais a serem utilizadas por algumas empresas do Grupo na preparação do seu dossier de preços de transferência;
- Emissão de relatório de procedimentos acordados relativo à validação de rácios financeiros associados a um financiamento obtido;
- Apoio na recolha e compilação de dados sobre o novo mercado de retalho energético mexicano conducente à disponibilização de informação que permitisse a preparação por uma empresa do Grupo de vários cenários de modelos de negócio.

47. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do GRUPO em 27 de março de 2018. Contudo, as mesmas ainda estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas sendo convicção do Conselho de Administração do GRUPO que serão aprovadas sem alterações.

Apêndice A. Empresas consolidadas

Empresas incluídas na consolidação pelo Método da Consolidação Integral

As empresas incluídas na consolidação pelo Método da Consolidação Integral, respetivas sedes, proporção do capital detido, atividade, data de constituição e data de aquisição das participações financeiras foram as seguintes:

Designação	Sede	Percentagem efetiva de participação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
Empresa - Mãe do Grupo e Atividades Conexas					
Mota-Engil, SGPS, S.A., Sociedade Aberta ("Mota-Engil SGPS")	Portugal (Porto)	-	Gestão de participações financeiras	ago/90	-
Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda. ("Largo do Paço")	Portugal (Amarante)	100,00	Promoção imobiliária	-	out/01
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
ME 31, SGPS, S.A. ("ME 31 SGPS")	Portugal (Linda-a-Velha)	61,20	Gestão de participações financeiras	out/11	-
Através da Mota-Engil Indústria e Inovação		61,20			
MESP - Mota Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, S.A. ("Mota-Engil Serviços Partilhados")	Portugal (Porto)	100,00	Serviços administrativos	dez/02	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
Mota-Engil Indústria e Inovação, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Indústria e Inovação")	Portugal (Linda-a-Velha)	100,00	Gestão de participações financeiras	nov/10	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
MK Contractors, LLC ("MKC")	EUA (Miami)	100,00	Promoção imobiliária	mar/02	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		100,00			
Mota-Engil Finance, B.V. ("ME Finance BV")	Holanda (Amesterdão)	100,00	Assessoria e serviços a empresas	dez/12	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
Mota-Engil Mining Management (Proprietary) Limited ("ME Mining Management")	Africa do Sul (Joanesburgo)	100,00	Gestão de recursos humanos na mineração	abr/11	-
Através da Mota-Engil Minerals Mining Investment B.V.		100,00			
Mota-Engil Minerals & Mining (Malawi) Limited ("ME Minerals & Mining Malawi")	Malawi (Lilongwe)	99,99	Comércio ou negócio de prospeção, exploração e beneficiamento de minerais	mar/11	-
Através da Mota-Engil Minerals Mining Investment B.V.		99,99			
Mota-Engil Minerals & Mining (Zimbabwe) (Private) Limited ("ME Minerals & Mining Zimbabwe")	Zimbabwe (Harare)	100,00	Comércio ou negócio de prospeção, exploração e beneficiamento de minerais	mai/11	-
Através da Mota-Engil Minerals Mining Investment B.V.		100,00			
Mota-Engil Minerals Mining Investment B.V. ("ME Minerals Mining Investment BV")	Holanda (Amesterdão)	100,00	Gestão de outras empresas	out/10	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
Europa					
Engenharia e construção					
Aurimove – Sociedade Imobiliária, S.A. ("Aurimove")	Portugal (Porto)	100,00	Promoção imobiliária	dez/93	-
Através da Mota-Engil Real Estate Portugal		100,00			
Áreagolfe - Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, S.A. ("Áreagolfe")	Portugal (Torres Novas)	68,89	Gestão, construção e manutenção de campos de golfe	-	jul/07
Através da Vibeiras		68,89			
Balice Project Development Sp. z o.o. ("Balice")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Promoção imobiliária	out/12	-
Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS		100,00			
Bay 6.3. Korilátolt Felelősségű Társaság Kft. ("Bay 6.3")	Hungria (Budapeste)	76,73	Promoção imobiliária	-	dez/08
Através da Obol Invest		76,73			
Bay-Office Korilátolt Felelősségű Társaság Kft. ("Bay Office")	Hungria (Budapeste)	76,73	Promoção imobiliária	-	dez/08
Através da Obol Invest		76,73			
Bay-Park Korilátolt Felelősségű Társaság Kft. ("Bay Park")	Hungria (Budapeste)	76,73	Promoção imobiliária	-	dez/08
Através da Obol Invest		76,73			
Bay-Tower Korilátolt Felelősségű Társaság Kft. ("Bay Tower")	Hungria (Budapeste)	76,73	Promoção imobiliária	-	dez/08
Através da Obol Invest		76,73			
Bay-Wellness Korilátolt Felelősségű Társaság Kft. ("Bay Wellness")	Hungria (Budapeste)	76,73	Promoção imobiliária	-	dez/08
Através da Obol Invest		76,73			
Bohdalecká Project Development s.r.o. ("Bohdalecká")	Rep. Checa (Praga)	100,00	Promoção imobiliária	-	set/07
Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS		100,00			
Bukowinska Project Development ("Bukowinska Project Development ")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Conceção e construção de habitação social	mar/15	-
Através da Mota-Engil Central Europe Polónia		100,00			
Calçadas do Douro - Sociedade Imobiliária, Lda. ("Calçadas do Douro")	Portugal (Porto)	100,00	Promoção imobiliária	-	set/00
Através da Mota-Engil Real Estate Portugal		100,00			
Carlos Augusto Pinto dos Santos & Filhos S.A. ("Capsfil")	Portugal (Vila Flor)	100,00	Extração de saibro, areia e pedra britada	mar/77	out/09
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		100,00			
Corgimobil - Empresa Imobiliária das Corgas, Lda. ("Corgimobil")	Portugal (Cascais)	97,25	Construções, estudos e realizações imobiliárias	-	nov/00
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		71,79			
Através da Mota-Engil Real Estate Portugal		25,46			
Devonská Project Development A.S. ("Devonská")	Rep. Checa (Praga)	100,00	Promoção imobiliária	dez/06	-
Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS		100,00			
Diace - Construtoras das Estradas do Douro Interior A.C.E. ("Diace ACE MEEC")	Portugal (Porto)	53,10	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção.	nov/08	dez/15
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		53,10			

Designação	Sede	Percentagem efetiva de participação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
Dmowski Project Development, Sp. z.o.o. ("Dmowski") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	ago/07	-
Dzieci Warszawy Project Development Sp. z.o.o. ("Dzieci") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	nov/15	-
Edifício Mota Viso – Soc. Imobiliária, Lda. ("Mota Viso") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	jun/94	-
Edipainel – Sociedade Imobiliária, Lda. ("Edipainel") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	100,00 70,00 30,00	Promoção imobiliária	mar/02	-
Ekosrodowisko z.o.o. In Liquidation ("Ekosrodowisko") Através da SUMA	Polónia (Bytom)	61,50 61,50	Resíduos sólidos urbanos	fev/05	dez/05
Engber Ingatlanforgalmazó És Szolgáltató Koriától Felelősségű Társaság Kft. ("Engber") Através da Obol XI	Hungria (Budapeste)	76,73 76,73	Promoção imobiliária	-	jun/08
Glace - Construtoras das Auto-estradas da Grande Lisboa A.C.E. ("Glace ACE MEEC") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	52,87 52,87	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	dez/06	dez/15
Glan Agua, Ltd ("Glanagua") Através da MEIS	Irlanda (Ballinasloe)	70,00 70,00	Tratamento de resíduos, exploração e gestão de sistemas de água	jan/08	-
Glan Agua (UK), Ltd Através da MEIS	Reino Unido (St Albans)	70,00 70,00	Tratamento de resíduos, exploração e gestão de sistemas de água	jul/15	-
Grota-Roweckiego Project Development Sp. z.o.o. ("Grota") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	out/12	-
Hungária Hotel Ingatlanforgalmazó, Kereskedelmi, és Szolgáltató Kft. ("Hotel Achat Hungria") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	jun/08	-
Immo Park Gdańsk, Sp. z.o.o. ("Immo Park Gdańsk") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	mar/13	-
Immo Park Warszawa, Sp. z.o.o. ("Immo Park Warszawa") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	out/12	-
Immo Park, Sp. z.o.o. ("Immo Park") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	jan/08	mar/11
Kilniskiego Project Development Sp. z.o.o. ("Kilniskiego") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	ago/07	-
Kilniskiego Property Investment Sp. z.o.o. ("Kilniskiego PI") Através da Kilniskiego Project Development Sp. z.o.o. Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 99,99 0,01	Promoção imobiliária	set/11	-
Kordylewskiego Project Development W Likwidacji Sp. z.o.o. ("Kordylewskiego") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	fev/05	-
Listopada Project Development ("Listopada project Development ") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	nov/15	-
Lusitânia - Construtoras das Auto-estradas das Beiras Litoral e Alta A.C.E. ("Lusitânia ACE MEEC") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	83,95 83,95	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção.	abr/01	dez/15
Mercado Urbano - Gestão Imobiliária, S.A. ("Mercado Urbano") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	jul/09	mar/11
ME Real Estate - Mota-Engil Real Estate Portugal, S.A. ("Mota-Engil Real Estate Portugal") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	set/01	-
ME Investitii AV s.r.l. ("Mota-Engil Investitii") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Roménia (Bucareste)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	-	set/07
MES, Mota-Engil Srodowisko, Sp. z.o.o. ("MES") Através da Suma	Polónia (Cracóvia)	61,50 61,50	Resíduos sólidos urbanos	dez/05	-
Metró Épitóipari Gépészeti és szállítási, Zrt ("Metroepszolg") Através da Mota-Engil Magyarország	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Execução de obras públicas	dez/00	-
Motadomus - Sociedade Imobiliária, Lda. ("Motadomus") Através da Aurimove Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Porto)	100,00 95,00 5,00	Produção imobiliária	jan/97	jan/01
Mota-Engil International Construction (UK) Ltd Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Reino Unido (St Albans)	60,00 60,00	Construção civil	jul/15	-
Mota-Engil Ireland Construction Limited ("Mota-Engil Irlanda") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Irlanda (Dublin)	60,00 60,00	Construção civil	out/07	-
Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A. ("Mota-Engil Engenharia e Construção") Através da Mota-Engil Europa	Portugal (Amarante)	100,00 100,00	Execução de obras e compra e venda de imóveis	-	dez/00

Designação	Sede	Percentagem efetiva de participação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
Mota-Engil Real Estate, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Central Europe SGPS") Através da Mota-Engil Europa	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	dez/02	-
Mota-Engil Central Europe, S.A. ("Mota-Engil Central Europe Polónia") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Execução de obras	fev/53	mar/99
Mota-Engil Central Europe Ceska Republika, AS ("Mota-Engil Central Europe República Checa") Através da Mota-Engil Europa	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Construção civil e obras públicas	jan/97	-
Mota-Engil Central Europe Business Support Center Sp. z o. o. ("MECE Business Support Center") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Serviços administrativos	dez/09	-
Mota-Engil Ireland Services Ltd. ("MEIS") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Irlanda (Dublin)	70,00 70,00	Tratamento de resíduos, exploração e gestão de sistemas de água	jan/08	-
Mota-Engil Magyarország Beruházási És Építőipari Zrt. ("Mota-Engil Magyarország") Através da Mota-Engil Europa	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Execução de obras públicas	jan/96	-
Mota-Engil Vermelo Sp. z.o.o ("ME Vermelo") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	mar/12	-
Mota-Engil Central Europe PPP Sp. z.o.o ("ME Central Europe PPP") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	mar/12	-
Mota-Engil Central Europe PPP 2 Sp. z.o.o ("ME Central Europe PPP 2") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	dez/13	-
Mota-Engil Central Europe PPP Road Sp. z.o.o ("ME Central Europe PPP Road") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	-	nov/13
Mota-Engil Central Europe PPP 3 Sp. Z.o.o (ME Central Europe PPP 3) Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	abr/14	-
Grodowska Project Development Sp. z.o.o ("Grodowska") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção e construção de habitação social	mar/14	-
Mota-Engil Real Estate Hungary Ingatlanforgalmazó, Kereskedelmi és Szolgáltató Kft. ("Mota-Engil Real Estate Hungria") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	jul/05	-
Mota-Engil Real Estate Management, sp. z.o.o. ("Mota-Engil Real Estate Management") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	jun/05	-
Nádor-Öböl Ingatlanforgalmazó És Beruházó Korlátolt Felelősségű Társaság Kft. ("Nádor Obol") Através da Obol XI	Hungria (Budapeste)	76,73 76,73	Promoção imobiliária	-	out/06
Norace - Construtoras das Auto-estradas do Norte A.C.E. ("Norace ACE MEEC") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	82,87 82,87	Realização de trabalhos de construções e serviços e fornecimento de conceção	jun/99	dez/15
Nortedomus, Sociedade Imobiliária SA. ("Nortedomus") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Lisboa)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	-	out/01
Öböl Invest Befektetési És Üzletviteli Tanácsadó Korlátolt Felelősségű Társaság Kft. ("Obol Invest") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Hungria (Budapeste)	77,50 77,50	Promoção imobiliária	-	mai/05
Öböl XI. Ingatlanhasznosítási Beruházó És Szolgáltató Korlátolt Felelősségű Társaság Kft. ("Obol XI") Através da Obol Invest	Hungria (Budapeste)	76,73 76,73	Promoção imobiliária	-	dez/03
Proempar - Promoção e Gestão de Parques Empresariais e Tecnológicos, S.A. ("Proempar") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção, gestão e exploração de parques empresariais tecnológicos e industriais	out/06	-
Project Development 1 Sp. Z.o.o. ("Project Development 1") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	nov/15	-
Project Development 2 Sp. Z.o.o. ("Project Development 2") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	nov/15	-
Pinhal - Construtoras das Auto-estradas do Pinhal Interior A.C.E. ("Pinhal ACE MEEC") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	53,52 53,52	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção.	abr/10	dez/15
Portuscale - Construtoras das Auto-estradas do Grande Porto A.C.E. ("Portuscale ACE MEEC") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	83,95 83,95	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção.	jul/02	dez/15
Sampaio Üzletviteli Tanácsadó Korlátolt Felelősségű Társaság Kft. ("Sampaio") Através da Obol XI	Hungria (Budapeste)	76,73 76,73	Promoção imobiliária	-	jan/03
Sedengil – Sociedade Imobiliária, S.A. ("Sedengil") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Matosinhos)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	out/82	mai-95 / mai-97
Sikorki Project Development Sp. z o.o. ("Sikorki") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	out/12	-

Designação	Sede	Percentagem efetiva de participação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
Soltysowska Project Development Sp. z o.o. ("Soltysowska") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	nov/05	-
Senatorska Project Development Sp. z.o.o. ("Senatorska") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	nov/15	-
Tetenyi Project Development Ingatlanforgalmazó, Kereskedelmi és Szolgáltató Kft ("Tetenyi") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	jan/05	-
Turalgo-Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, S.A. ("Turalgo") Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Oeiras)	51,00 51,00	Promoção imobiliária	mai/92	-
Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A. ("Vibeiras") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Torres Novas)	68,89 68,89	Atividades de plantação e manutenção de jardins	jul/88	out/98
Vianor - Construtoras das Auto-estradas da Costa de Prata A.C.E. ("Vianor ACE MEC") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	83,95 83,95	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção.	abr/00	dez/15
VBT - Projectos e Obras de Arquitectura Paisagística, Lda ("VBT") Através da Vibeiras Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Angola (Luanda)	44,45 34,45 10,00	Atividades de plantação e manutenção de jardins	set/08	-
Wilanow Project Development SP. z.o.o. ("Wilanow") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	jun/07	-
Wilenska Project Development Sp. z.o.o. w likwidacji ("Wilenska") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	jan/05	-
Ambiente e Serviços					
AGIR - Ambiente e Gestão Integrada de Resíduos, Lda. ("Agir") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços Através da Suma	Cabo Verde (Praia)	80,75 50,00 30,75	Recolha de resíduos sólidos urbanos	dez/07	-
Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Algar") Através da EGF	Portugal (Loulé)	33,15 33,15	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Amarsul- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Amarsul") Através da EGF	Portugal (Setúbal)	30,19 30,19	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
CH&P – Combined Heat & Power Anadia, Sociedade Unipessoal, Lda ("CH&P Anadia") Através da Manvia	Portugal (Linda-a-Velha)	90,00 90,00	Exploração de uma central de cogeração destinada à produção de energia elétrica e de energia térmica	mai/11	-
CH&P – Combined Heat & Power Coja, Unipessoal, Lda ("CH&P Coja") Através da Manvia	Portugal (Linda-a-Velha)	90,00 90,00	Exploração de uma central de cogeração destinada à produção de energia elétrica e de energia térmica	mai/11	-
Citrave - Centro Integrado de Tratamento de Resíduos de Aveiro, S.A. ("Citrave") Através da Suma Através da Novaflex Através da Suma Esposende	Portugal (Lisboa)	61,50 61,41 0,05 0,05	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	dez/87	out/06
Correia & Correia, Lda. ("Correia & Correia") Através da Enviroil	Portugal (Sertão)	48,19 48,19	Comércio e recolha de óleos usados	set/88	fev/00
Enviroil SGPS, Lda. ("Enviroil") Através da Suma	Portugal (Torres Novas)	48,19 48,19	Gestão de participações financeiras	nov/97	-
Enviroil II – Reciclagem de Óleos Usados, Lda. ("Enviroil II") Através da Enviroil	Portugal (Torres Novas)	43,37 43,37	Reciclagem de óleos, produção de eletricidade e comércio por grosso de combustíveis e produtos derivados	abr/11	-
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. ("Ersuc") Através da EGF Através da Suma	Portugal (Coimbra)	34,14 30,46 3,68	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Empresa Geral de Fomento, S.A. ("EGF") Através da Suma Tratamento	Portugal (Lisboa)	60,88 60,88	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Eco Vision LLC ("Eco Vision") Através da Suma	Oman (Muscat)	31,37 31,37	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	jul/15	-
Gesar - Gestão de Águas Residuais do Algarve ("GESAR ACE Manvia") Através da Manvia	Portugal (Linda-a-Velha)	54,00 54,00	Tratamento de águas residuais	abr/15	-
InvestAmbiente - Recolha de Resíduos e Gestão de Sistemas de Saneamento Básico, S.A. ("Investambiente") Através da Novaflex	Portugal (Lisboa)	31,98 31,98	Recolha de resíduos não perigosos	fev/00	dez/07
Manvia - Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, S.A. ("Manvia") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Linda-a-Velha)	90,00 90,00	Manutenção e exploração de instalações	jul/94	jun/98
Mota-Engil Europa, S.A. ("Mota-Engil Europa") Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Linda-a-Velha)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	jun/10	-
Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, S.A. ("MEAS II") Através da Mota-Engil Europa	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de projetos	dez/03	-
Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Ambiente e Serviços") Através da Mota-Engil Europa	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	jun/97	-

Designação	Sede	Porcentagem efetiva de participação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
Nova Beira - Gestão de Resíduos, S.A. ("Nova Beira") Através da Novaflex Através da Investambiente	Portugal (Lisboa)	30,85 20,30 10,55	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	-	dez/07
Novaflex - Técnicas do Ambiente, S.A. ("Novaflex") Através da Suma	Portugal (Lisboa)	61,50 61,50	Recolha de outros resíduos não perigosos	-	dez/07
PTT - Parque Tecnológico do Tâmega, S.A. ("PTT") Através da Proempar Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Felgueiras)	90,00 70,00 10,00 10,00	Promoção e gestão de acolhimento empresarial tecnológico	dez/06	-
Real Verde - Técnicas de Ambiente, S.A. ("Real Verde") Através da Novaflex	Portugal (Vila Real)	61,50 61,50	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	dez/07	-
Resiges - Gestão de Resíduos Hospitalares, Lda. ("Resiges") Através da Novaflex	Portugal (Setúbal)	61,50 61,50	Recolha de resíduos perigosos	mai/98	dez/07
Resilei - Tratamento de Resíduos Industriais, S.A. ("Resilei") Através da Suma	Portugal (Leiria)	30,75 30,75	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	-	jun/03
Resiestrela - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Resiestrela") Através da EGF	Portugal (Castelo Branco)	37,26 37,26	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Resinorte - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Resinorte") Através da EGF	Portugal (Braga)	44,46 44,46	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Resulima") Através da EGF	Portugal (Viana do Castelo)	30,19 30,19	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Rima - Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A. ("Rima") Através da Suma	Portugal (Lourosa)	59,12 59,12	Tratamento de resíduos industriais	ago/01	-
SIGA - Sistema Integrado de Gestão Ambiental, S.A. ("Siga") Através da Suma	Portugal (Ponta Delgada)	43,05 43,05	Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos	out/08	-
Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Suldouro") Através da EGF	Portugal (Vila Nova de Gaia)	35,52 35,52	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
SRI - Gestão de Resíduos, Lda ("SRI") Através da Correia & Correia	Portugal (Sertã)	48,19 48,19	Recolha de resíduos perigosos	jul/08	-
SIGAMB - Sistemas de Gestão Ambiental, Lda. (Angola) ("SIGAMB") Através da Novaflex	Angola (Luanda)	61,44 61,44	Estudos técnicos, consultoria e formação na área ambiental	fev/14	-
Suma (Douro) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Douro") Através da Suma	Portugal (Murça)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	jul/00	-
Suma (Esposende) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Esposende") Através da Suma	Portugal (Esposende)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	dez/99	-
Suma (Macau), Lda. ("Suma Macau") Através da Suma	China (Macau)	60,89 60,89	Recolha de resíduos sólidos urbanos	-	dez/13
Suma (Matosinhos) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Matosinhos") Através da Suma	Portugal (Matosinhos)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	dez/00	-
Suma (Porto) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Porto") Através da Suma	Portugal (Porto)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	nov/08	-
Suma Tratamento, S.A. ("Suma Tratamento") Através da Suma Através da Suma Esposende Através da Novaflex Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Lisboa)	59,20 49,19 0,01 0,01 10,00	Recolha de resíduos sólidos urbanos	out/14	-
Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Lisboa)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	jun/94	-
Takargo - Transportes de Mercadorias, S.A. ("Takargo") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Portugal (Linda-a-Velha)	100,00 100,00	Transportes ferroviários de mercadorias	out/06	-
Tratofoz - Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A. ("Tratofoz") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços Através da Suma	Portugal (Porto)	99,62 99,00 0,62	Recolha de resíduos sólidos urbanos	out/02	-
Triu - Técnicas de Resíduos Industriais e Urbanos, S.A. ("Triu") Através da Enviroil	Portugal (Loures)	48,19 48,19	Recolha de resíduos não perigosos	abr/91	set/08
Triaza - Tratamento de Resíduos Industriais da Azambuja, S.A. ("Triaza") Através da Suma	Portugal (Azambuja)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	nov/15	set/08
Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Valnor") Através da EGF	Portugal (Portalegre)	31,57 31,57	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Valorlis") Através da EGF	Portugal (Leiria)	30,19 30,19	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Valorminho - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Valorminho") Através da EGF	Portugal (Valença)	30,19 30,19	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. ("Valorsul") Através da EGF	Portugal (Loures)	31,33 31,33	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15

Designação	Sede	Percentagem efetiva de participação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
África					
Akwangola, S.A. ("Akwangola") Através da Mota-Engil África	Angola (Luanda)	51,00 51,00	Exploração do mercado de água	dez/10	dez/13
Cecot - Centro de Estudos e Consultas Técnicas, Lda. ("Cecot") Através da MEEC África	Moçambique (Maputo)	100,00 100,00	Projetos e fiscalização em construção civil	set/98	abr/11
Cosamo (Proprietary) Limited ("Cosamo") Através da Mota Internacional	África do Sul (Joanesburgo)	100,00 100,00	Comercial	dez/76	-
Ecolife, S.A. ("Ecolife") Através da Mota-Internacional Através da Suma	Moçambique (Maputo)	58,51 40,00 18,51	Recolha de resíduos sólidos urbanos	dez/13	-
Fatra - Fábrica de Trefilaria de Angola, S.A. ("Fatra") Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	35,70 35,70	Fabricação de produtos derivados de ferro	-	nov/10
Fibreglass Sundlete (Moçambique), Lda. ("Fibreglass") Através da ME Maurícias	Moçambique (Maputo)	100,00 100,00	Comercial	ago/62	mar/99
Indimo, Lda. ("Indimo") Através da Cecot Através da MEEC África	Moçambique (Maputo)	100,00 50,00 50,00	Promoção imobiliária	-	out/04
Liwonde Logistics Platform Limited ("Liwonde") Através da ME Investments Malawi Através da MEEC África – Malawi Branch	Malawi (Lilongwe)	99,64 50,49 49,15	Gestão e administração de sociedades	jun/15	-
Mota-Engil Engenharia e Construção África, S.A. ("MEEC África") Através da Mota-Engil África N.V.	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Execução de obras	ago/12	-
Mota-Engil África, N.V. ("ME África NV") Através da Mota-Engil SGPS	Holanda (Amesterdão)	100,00 100,00	Gestão e administração de sociedades	out/12	-
Mota-Engil África, SGPS, S.A. ("Mota-Engil África") Através da MEEC África	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	mai/10	-
Mota-Engil África Finance B.V. ("ME África Finance BV") Através da Mota-Engil África N.V.	Holanda (Amesterdão)	100,00 100,00	Gestão e administração de sociedades	mai/14	-
Mota-Engil África Global Technical Services B.V. ("ME África GTS BV") Através da Mota-Engil África N.V.	Holanda (Amesterdão)	100,00 100,00	Gestão e administração de sociedades	mai/14	-
Mota Internacional – Comércio e Consultadoria Económica, Lda. ("Mota Internacional") Através da Mota-Engil África	Portugal (Funchal)	100,00 100,00	Comércio e gestão de participações internacionais	set/97	dez/98
Mota-Engil Moçambique, Lda. ("Emocil") Através da MEEC África Através da Indimo	Moçambique (Maputo)	100,00 50,00 50,00	Promoção imobiliária	jul/94	-
Mota-Engil Angola, S.A. ("Mota-Engil Angola") Através da Mota Internacional	Angola (Luanda)	51,00 51,00	Construção civil e obras públicas e privadas	mai/10	-
Malawi Ports Company Limited ("Malawi Ports Company") Através da MEEC África Através da ME Malawi	Malawi (Lilongwe)	100,00 88,00 12,00	Transportes marítimos	nov/10	-
Malawi Shipping Company Limited ("Malawi Shipping Company") Através da MEEC África Através da ME Malawi	Malawi (Lilongwe)	100,00 88,00 12,00	Transportes marítimos	nov/10	-
Martinox, SA ("Martinox") Através da Mota-Engil Angola	Angola (Benguela)	48,45 48,45	Construção de aço inox	fev/08	dez/11
Mota & Companhia Maurícias, Lda. ("ME Maurícias") Através da MEEC África	Maurícias (Ebene)	100,00 100,00	Construção civil	mai/10	-
Mota-Engil Africa (PTY) Limited ("ME África PTY") Através da Mota-Engil África N.V. Através da MEEC África	África do Sul (Joanesburgo)	100,00 95,00 5,00	Gestão e administração de sociedades	nov/15	-
Mota-Engil Construction South Africa, Pty Ltd ("ME Construction South Africa") Através da Mota-Engil Investments South Africa	África do Sul (Joanesburgo)	51,00 51,00	Empreiteiro de obras públicas e/ou construção civil	mar/14	-
Mota-Engil (Malawi) Limited ("ME Malawi") Através da MEEC África	Malawi (Lilongwe)	99,99 99,99	Empreiteiro de obras públicas e/ou construção civil	jul/11	-
Mota-Engil Investments (Malawi) Limited ("ME Investments Malawi") Através da Mota-Engil África	Malawi (Lilongwe)	99,00 99,00	Empreiteiro de obras públicas e/ou construção civil	mar/11	-
Mota-Engil Investments South Africa, Pty Ltd ("Mota-Engil Investments South Africa") Através da Mota Internacional	África do Sul (Joanesburgo)	51,00 51,00	Gestão de participações financeiras	-	mar/14
Mota-Engil S.Tomé e Príncipe, Lda. ("Mota-Engil S.Tomé") Através da Mota Internacional Através da MEEC África	S. Tomé e Príncipe (S. Tomé)	100,00 95,00 5,00	Empreiteiro de obras públicas e/ou construção civil	dez/04	-
Mota-Engil Guiné Conakry SARL ("Mota-Engil Guine") Através da Sucursal Mota-Engil Engenharia e Construção África	Guiné Conacri (Conacri)	100,30 100,30	Construção civil e obras públicas e privadas	-	ago/17
Novicer-Cerâmicas de Angola,(SU) Limitada. ("Novicer") Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	51,00 51,00	Fabrico e comércio de materiais de barro	set/07	-
Prefal – Préfabricados de Luanda, Lda. ("Prefal") Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	45,90 45,90	Fabrico de materiais pré-esforçados	dez/93	-
Penta - Engenharia e Construção, Lda. ("Penta") Através da MEEC África Através da Mota Internacional	Cabo Verde (Praia)	100,00 96,00 4,00	Construção civil e obras públicas e privadas	abr/07	-
Rentaco Angola - Equipamentos e Transportes, (SU) Limitada. ("Rentaco Angola") Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	51,00 51,00	Aluguer de equipamentos de construção	jan/08	-

Designação	Sede	Percentagem efetiva de participação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
Sonauta - Sociedade de Navegação, Lda. ("Sonauta") Através da Mota Internacional	(Luanda)	100,00 100,00	Transportes marítimos c/exclusão dos costeiros	nov/94	-
Tracevia Angola - Sinalização, Segurança e Gestão de Tráfego, Lda. ("Tracevia Angola") Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	40,80 40,80	Sinalização rodoviária	-	set/07
Vista Energy Environment & Services, S.A. ("Vista SA") Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	51,00 51,00	Gestão de participações financeiras	jul/08	dez/13
Vista Waste Management, Lda. ("Vista Waste") Através da Mota-Engil Angola Através da Vista SA Através da Suma	Angola (Luanda)	56,24 5,10 20,91 30,23	Recolha de resíduos	dez/09	dez/13
Vista Multi Services, Lda. ("Vista Multi Services") Através da Vista SA Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	51,00 40,80 10,20	Serviços urbanos	mai/09	dez/13
Vista Water, Lda. ("Vista Water") Através da Mota-Engil Angola Através da Vista SA	Angola (Luanda)	28,05 6,38 21,68	Exploração do mercado de água	mai/09	dez/13
Designação	Sede	Percentagem efetiva da participação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
América Latina					
APP Coatzacoalcos Villahermosa S.A.P.I. de C.V. ("APP Coatzacoalcos Villahermosa") Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	37,74 37,74	Construção civil e obras públicas	out/16	-
Consita Tratamento de Resíduos, S.A. ("Consita") Através da ECB Suma Participações	Brasil (Belo Horizonte)	54,93 54,93	Tratamento de resíduos	-	dez/14
Consórcio Los Castños ("Consórcio Los Castños") Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	100,00 100,00	Construção de apartamentos	dez/11	-
Consórcio Mota-Engil Ojeda & Iju Paracas ("Consórcio ME Ojeda & Iju") Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	100,00 100,00	Construção de apartamentos	dez/11	-
Consórcio Fanning ("Consórcio Fanning") Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	100,00 100,00	Construção de apartamentos	dez/11	-
Consórcio Porta ("Consórcio Porta") Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	100,00 100,00	Construção de apartamentos	dez/11	-
Consórcio La Ponciana ("Consórcio La Ponciana") Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	100,00 100,00	Construção de apartamentos	dez/11	-
Consórcio GDL Viaduto, S.A.P.I. de CV ("Consórcio GDL Viaduto") Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	21,88 21,88	Construção civil e obras públicas	jun/14	-
Consórcio Túnel Guadalajara, SAPI de CV ("Consórcio GDL Túnel") Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	21,88 21,88	Construção civil e obras públicas	jul/14	-
Consórcio ME-Contrato Colegios (Colômbia) ("Consórcio ME Colegios") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção Através da Mota-Engil Peru	Colômbia (Buenaventura)	100,00 75,00 25,00	Construção de obras de engenharia civil	mai/16	-
Consórcio MEC Arroyo Carrera 65 ("Consórcio MEC Arroyo Carrera") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal Colômbia Através da Mota-Engil Col SAS	Colômbia (Bogotá)	98,75 0,01 98,74	Construção civil e obras públicas	set/16	-
Consórcio Conservacion Vial Santa Rosa ("Consórcio Conservacion Vial Santa Rosa") Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	50,00 50,00	Construção	dez/15	-
Consórcio MEC-Av.Malecon-UF1 ("Consórcio MEC-Av.Malecon-UF1") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção Através da Mota-Engil Col	Colômbia (Buenaventura)	98,75 0,01 98,74	Construção civil e obras públicas	mai/16	-
Consórcio MEC-Av.Malecon-UF2 ("Consórcio MEC-Av.Malecon-UF2") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal Colômbia Através da Mota-Engil Col SAS	Colômbia (Bogotá)	98,75 0,01 98,74	Construção civil e obras públicas	nov/16	-
Consórcio Mepax Ltd ("Consórcio Mepax Limitada") Através da Mota-Engil Chile	Chile (Santiago)	49,90 49,90	Construção civil e obras públicas	fev/16	-
Constructora APP Tabasvera S.A. de C.V. ("Constructora APP Tabasvera") Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	75,00 75,00	Construção civil e obras públicas	jul/16	-
Constructora Autopista Cardel-Poza Rica, S.A. de CV ("Constructora Cardel-Poza Rica") Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	40,80 40,80	Construção civil e obras públicas	-	nov/17
Constructora Tuxpan Tampico ("Constructora Tuxpan Tampico") Através da Mota-Engil México Através da Mota-Engil América Latina SAPI	México (Cidade do México)	51,00 50,99 0,01	Construção civil e obras públicas	-	nov/17
Construcciones dos Puertos S.A. de CV ("Construcciones dos Puertos") Através da Mota-Engil México	México (Xalapa)	35,70 35,70	Construção civil e obras públicas	jul/12	-
Empresa Construtora Brasil, S.A. ("Empresa Construtora Brasil") Através da Mota-Engil Brasil Participações, Ltda	Brasil (Belo Horizonte)	50,00 50,00	Construção civil e obras públicas	nov/12	-
ECB Suma Participações, S.A. ("ECB Suma Participações") Através da Empresa Construtora Brasil Através da Suma	Brasil (Belo Horizonte)	54,93 28,58 26,35	Gestão de participações financeiras	dez/14	-
Flame Investments, B.V. ("Flame Investments") Através da Mota-Engil Latin America BV	Holanda (Amesterdão)	51,96 51,96	Gestão de participações financeiras	mar/15	-
FCE Comercializadora Fenix SAPI de C.V. ("FCE Comercializadora Fenix") Através da Mota Engil America Latina SAPI Através da ME Energia operacional	México (Cidade do México)	100,00 0,01 99,99	Comercialização de Energia	set/16	-
FSE Suministradora Fenix SAPI de C.V. ("FSE Suministradora Fenix") Através da Mota Engil America Latina SAPI Através da ME Energia operacional	México (Cidade do México)	100,00 0,01 99,99	Distribuição de Energia	ago/16	-
Generadora Fenix ("Generadora Fenix") Através da ME Energia operacional	México (Cidade do México)	26,27 26,27	Produção de Energia	set/15	-
Mota-Engil Latam Colombia SAS ("ME Latam Colombia SAS") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção Através da Mota-Engil Latin America BV	Colômbia (Bogotá)	100,00 49,00 51,00	Construção civil e obras públicas	dez/16	-
Mota-Engil Energy B.V. ("Mota-Engil Energy BV") Através da Flame Investments	Holanda (Amesterdão)	28,86 28,86	Finanças e Consultadoria	set/15	-
MEBR Construções, Consultoria e Participações, S.A. ("MEBR") Através da Mota-Engil Latin America BV Através da Mota-Engil Latam Peru	Brasil (São Paulo)	100,00 57,69 42,31	Construção civil e obras públicas	mar/11	-

Designação	Sede	Percentagem efetiva de participação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
ME Energy Holding ("ME Energy Holding ")	Holanda	28,87			
Através da Mota-Engil México		0,01	Gestão de participações financeiras	nov/15	-
Através da Mota-Engil Energy BV	(Amesterdão)	28,86			
Mota-Engil Dominicana S.A.S. ("Mota-Engil Dominicana")	Rep. Dominicana	60,00			
Através da Mota-Engil Latin America BV	(Santo Domingo)	60,00	Construção civil e obras públicas	nov/14	-
Mota-Engil Latin America BV ("ME Latin America")	Holanda	100,00			
Através da Mota-Engil SGPS	(Amesterdão)	100,00	Gestão de participações financeiras	nov/15	-
Mota-Engil Latam Peru ("Mota-Engil Latam Peru")	Peru	100,00			
Através da Mota-Engil Latin America BV	(Lima)	99,90	Gestão de participações financeiras	dez/15	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		0,10			
Mota-Engil Peru- Ambiente, S.A. ("Mota-Engil Peru Ambiente")	Peru	100,00			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	(Lima)	0,00	Exploração de terminais	-	-
Através da Mota-Engil Peru		99,99			
Mota-Engil América Latina S.A.P.I. de C.V. ("Mota-Engil América Latina")	México	100,00			
Através da Mota-Engil SGPS	(Cidade do México)	0,02	Gestão de participações financeiras	nov/13	mai/14
Através da Mota-Engil Latin America BV		99,98			
Mota-Engil Chile S.A. ("Mota-Engil Chile")	Chile	100,00			
Através da Mota-Engil Latam Portugal	(Santiago)	99,00	Construção civil e obras públicas	fev/13	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		1,00			
Mota-Engil Colômbia, S.A.S ("Mota-Engil Colômbia")	Colômbia	100,00			
Através da Mota-Engil Latam Peru	(Bogotá)	100,00	Construção civil e obras públicas	fev/11	-
Mota-Engil Col, S.A.S ("Mota-Engil Col")	Colômbia	100,00			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	(Bogotá)	99,00	Construção civil e obras públicas	fev/14	-
Através da Mota-Engil Peru		1,00			
ME Energia Operacional ("ME Energia operacional")	México	28,87			
Através da Mota-Engil Energy Holding	(Cidade do México)	28,87	Desenvolvimento e operacionalização de produção de energia	set/15	-
Através da Mota-Engil América Latina SAPI de CV		0,00			
Mota-Engil Prodi S.A.P.I. de C.V. ("Mota-Engil Prodi")	México	25,55			
Através da Mota-Engil México	(Cidade do México)	25,55	Construção civil e obras públicas	fev/14	-
Mota-Engil Latam Portugal, S.A. ("Mota-Engil Latam Portugal")	Portugal	100,00			
Através da Mota-Engil Latin America BV	(Porto)	100,00	Gestão de participações financeiras	jul/15	-
Mota-Engil Energia Peru S.A. ("Mota-Engil Energia Peru")	Peru	100,00			
Através da Mota-Engil Peru	(Lima)	99,98	Outras atividades empresariais	mai/11	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		0,02			
Mota-Engil Tourism, B.V. ("Mota-Engil Tourism BV")	Holanda	43,13			
Através da Flame Investments	(Amesterdão)	43,13	Gestão de participações financeiras	set/15	-
Mota-Engil México, S.A. de C.V. ("Mota-Engil México")	México	51,00			
Através da Mota-Engil Latin America BV	(Cidade do México)	19,18	Construção civil e obras públicas	jan/10	-
Através da Mota-Engil América Latina SAPI		31,82			
Através da Mota Internacional		0,00			
Mota-Engil Turismo, S.A. de CV ("Mota-Engil Turismo operacional")	México	43,13			
Através da Mota-Engil América Latina SAPI		0,00	Imobiliário e turismo	fev/15	-
Através da Mota-Engil Turismo Holding	(Cidade do México)	43,13			
Mota-Engil Turismo Holding, S.A.P.I. de C.V. ("Mota-Engil Turismo Holding")	México	43,13			
Através da Mota-Engil México	(Cidade do México)	0,01	Gestão de participações financeiras	jun/15	-
Através da Mota-Engil Tourism BV		43,13			
Mota-Engil Peru, S.A. ("Mota-Engil Peru")	Peru	100,00			
Através da Mota-Engil Latin America BV	(Lima)	99,90	Construção civil e obras públicas	set/86	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		0,10			
Global Technical Services Latam BV	Holanda	100,00			
Através da Mota-Engil Latin America BV	(Amesterdão)	100,00	Gestão e administração de sociedades	jul/16	-
Mota-Engil Aruba Holding Company VBA	Aruba	100,00			
Através da Mota-Engil Latin America BV	(Oranjestad)	100,00	Gestão de participações financeiras	dez/15	-
Operadora APP Coatzacoalcos Villahermosa SAPI de C.V. ("Operadora APP Coatzacoalcos Villahermosa")	México	74,00			
Através da Mota-Engil México	(Cidade do México)	74,00	Concessão e manutenção rodoviária	abr/17	-
Promotora Inmobiliaria Santa Clara, S.A. ("Santa Clara")	Peru	100,00			
Através da Mota-Engil Peru	(Lima)	100,00	Prestação de serviços de promoção imobiliária	mai/12	-
Puente Boca del Rio S.A. De C.V. ("Puente Boca del Rio")	México	58,35			
Através da Mota-Engil México	(Cidade do México)	43,35	Construção civil e obras públicas	mai/16	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		15,00			
Red Rainbow Company N.V.	Aruba	100,00			
Através da Mota-Engil Aruba Holding Company VBA	(Oranjestad)	100,00	Construção civil e obras públicas	jan/12	abr/16
Tarucani Generating Company, S.A. ("Tarucani")	Peru	100,00			
Através da Mota-Engil Energia Peru	(Lima)	99,98	Geração e distribuição de energia elétrica	abr/00	-
Através da Mota-Engil Peru		0,02			
Tracevia Mexico S.A. de C.V. ("Tracevia Mexico")	México	100,00			
Através da Tracevia Brasil	(Cidade do México)	100,00	Conceção, instalação, desenvolvimento e manutenção de ITS	jun/17	-
Tracevia do Brasil - Sistemas de Telemática Rodoviária Ltda. ("Tracevia Brasil")	Brasil	50,00			
Através da MEBR Engenharia, Consultoria e Participações, Ltda.	(São Paulo)	50,00	Conceção, instalação, desenvolvimento e manutenção de ITS	mar/11	-
WVB Project Company VBA	Aruba	100,00			
Através da Mota-Engil Aruba Holding Company VBA	(Oranjestad)	100,00	Construção civil e obras públicas	dez/15	-

Empresas/entidades incluídas na consolidação pelo Método da Equivalência Patrimonial

As empresas incluídas na consolidação pelo Método da Equivalência Patrimonial, suas respectivas sedes e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2017, foram as seguintes:

Designação	Sede	Porcentagem efetiva de participação
Empresas associadas e conjuntamente controladas		
Empresa-Mãe do Grupo e atividades conexas		
Nortenha Angola, SGPS, S.A. ("Nortenha")	Portugal	29,99
Riscos e Diâmetros Angola, SGPS, S.A. ("Riscos e Diâmetros Angola")	Portugal	30,10
Sangobiar Perú, S.A. ("Sangobiar")	Peru	29,99
SMGT Angola, SGPS, SA ("SMGT")	Portugal	29,99
Sunviauto Internacional, SGPS, S.A. ("Sunviauto Internacional")	Portugal	29,99
Vitropor Moçambique, SGPS, S.A. ("Vitropor Moçambique")	Portugal	30,10
Europa - Engenharia e Construção		
Ibercargo Rail, S.A. ("Ibercargo")	Espanha	50,00
Europa - Ambiente e Serviços		
Ambilital – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM. ("Ambilital")	Portugal	30,14
Citrup – Centro Integrado de Resíduos, Lda. ("Citrup")	Portugal	18,45
Ecoléziria - Empresa Intermunicipal para Tratamento de Resíduos Sólidos, E. I. M. ("Ecoléziria")	Portugal	15,07
Haçor, Conc. Edifício do Hospital da Ilha Terceira, S.A. ("Haçor")	Portugal	40,00
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. ("HL - Sociedade Gestora do Edifício")	Portugal	50,00
Logz - Atlantic Hub, S.A. ("Logz")	Portugal	30,00
Manvia II Condutas, Lda. ("Manvia II Condutas")	Portugal	45,00
Manvia Condutas Moçambique, Lda. ("Manvia Condutas Moçambique")	Moçambique	47,25
África		
Automatriz, S.A. ("Automatriz")	Angola	25,42
Busegera Airport Company Lda ("Busegera")	Rwanda	74,78
Estradas do Zambêze, S.A. ("Estradas do Zambêze")	Moçambique	39,88
Icer – Indústria de Cerâmica, Lda. ("Icer")	Angola	25,42
Mebisa - Minerais e Britagens, S.A. ("Mebisa")	Angola	15,25
Operadora Estradas do Zambêze, S.A. ("Operadora Estradas do Zambêze")	Moçambique	39,88
SPRI - Sociedade Portuguesa de Realizações Industriais e Assistência Técnica, S.A. ("SPRI")	Angola	39,89
STM - Sociedade de Terminais de Moçambique, Lda ("STM")	Moçambique	49,85
Vista Power, Lda. ("Vista Power")	Angola	25,42
América Latina		
Autopista Urbana Siervo de la Nacion, SAPI de CV ("Autopista Siervo de la Nacion")	México	17,49
Concessionária Autopista Cardel-Poza Rica SA de CV ("Concessionária Autopista Cardel")	México	28,73
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico SA de CV ("Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico")	México	25,85
Consórcio Mota-Engil Colômbia ("Consorcio ME Colômbia")	Colômbia	30,00
Constructora Auto-Pista Perote Xalapa, SA de CV ("Constructora Perote Xalapa")	México	25,50
Constructora Gran Canal SAPI de CV ("Constructora Gran Canal")	México	17,03
Constructora M&R, S.A. de C.V. ("Constructora M&R")	México	10,20
Eco Innovacion Ambiental SAPI de CV ("Eco Innovacion")	México	17,85
Fideicomiso el Capomo ("Fideicomiso el Capomo")	México	30,00
Gestion e Innovacion en Servicios Ambientales SA de CV ("GISA")	México	25,50
M&R de Occidente SAPI de CV ("Concessionária M&R")	México	20,00
Grupo Martifer	Portugal	37,50

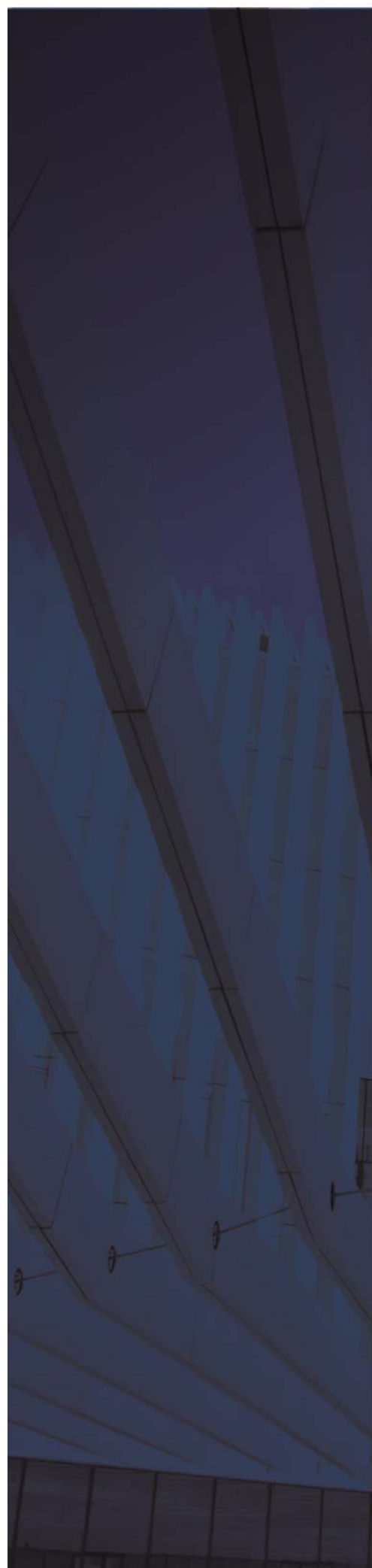
Os Agrupamentos Complementares de Empresas incluídos na consolidação pelo método da equivalência patrimonial e respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2017, foram os seguintes:

Agrupamentos Complementares de Empresas	Percentagem efetiva da participação
Em atividade	
Mota-Engil/Acciona/Edivisa - Obras do Aproveitamento Hidroeléctrico de Alto Tâmega, ACE	42,50%
Reforço de Potência da Barragem de Venda Nova III, ACE	28,33%
Em período de garantia	
AVIAS, ACE	23,50%
Barragem de Foz Tua ACE	33,34%
DIEXP - Expropriações do Douro Interior, ACE	37,08%
Engil e OPCA em ACE	50,00%
EXPI - Expropriações do Pinhal Interior, ACE	37,08%
GACE - Gondomar ACE	24,00%
GVCV, ACE (Grupo Construtor de Vila do Conde)	42,86%
GLEX - Expropriações da Grande Lisboa, ACE	42,08%
Grupo Construtor do Edifício Gil Eanes, ACE	50,00%
Haçor C - Construção do Edifício do Hospital da Ilha Terceira, ACE	43,25%
HL Construção, ACE	65,00%
LGC - Linha Gondomar, Construtores, ACE	30,00%
Metroligeiro - Construtora de Infra - Estruturas, ACE	53,20%
Mota-Engil, Soares da Costa, Monteadriano - Matosinhos, ACE	42,86%
Mota-Engil, Zagope, URBASER, ACE	38,50%
NEOPUL-FERROVIAS, ACE	50,00%
SOMAFEL-FERROVIAS, ACE	40,00%
Somague, BCP, Mota-Engil, SPIE - Linha Vermelha do Metropolitano em ACE	23,68%
Via Rápida Câmara Lobos ECL, ACE	36,42%
VIAS E OBRAS, ACE	50,00%

Acordos conjuntos - Consórcios

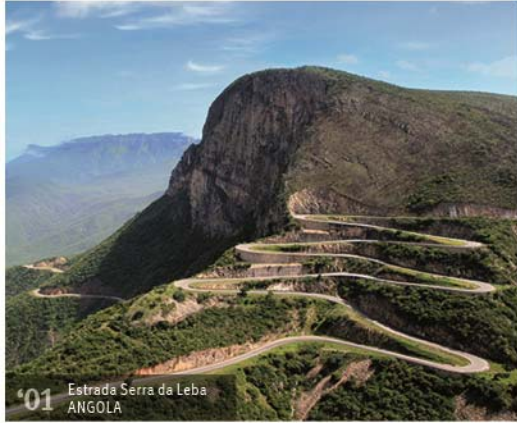
Os Consórcios incluídos na consolidação pelo método de consolidação proporcional e as suas respetivas sedes e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2017, foram os seguintes:

Designação	Sede	Percentagem efetiva da participação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
América Latina					
Consórcio Vial Acobamba ("Consórcio Vial Acobamba")	Peru	50,00	Construção	jun/13	-
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00			
Consórcio Vial Tambillo ("Consórcio Vial Tambillo")	Peru	50,00	Construção	jan/13	-
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00			
Consórcio Vial Vizcachane ("Consórcio Vial Vizcachane ")	Peru	50,00	Construção	dez/15	-
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00			
Consórcio Mota-Engil TR ("Consórcio Mota-Engil TR")	Peru	50,00	Construção	nov/14	-
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00			
Consórcio Mota-Engil Peru HL Paita ("Consórcio Mota-Engil Peru HL Paita")	Peru	50,00	Construção	ago/13	-
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00			
Consórcio Vial el Descanso-Langui ("Consórcio Vial el Descanso-Langui")	Peru	50,00	Construção	out/10	-
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00			
Consórcio Vial Sur del Peru ("Consórcio Vial Sur del Peru")	Peru	50,00	Construção	nov/10	-
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00			
Consórcio Vial Valle Sagrado ("Consórcio Vial Valle Sagrado")	Peru	50,00	Construção	jun/10	-
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00			
Stracon Translei Joint Venture ("Stracon Translei Joint Venture")	Peru	50,00	Construção	abr/10	-
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00			
Consórcio Vial Jaylli ("Consórcio Vial Jaylli")	Peru	42,00	Construção	dez/14	-
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	42,00			
Translei Consórcio Cosapi ("Translei Consórcio Cosapi")	Peru	50,00	Construção	jan/03	-
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00			
Translei Consórcio Cusco-Quillabanba ("Translei Consórcio Cusco-Quillabanba")	Peru	50,00	Construção	mar/10	-
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00			
Consórcio Conservacion Vial Santa Rosa ("Consórcio Conservacion Vial Santa Rosa")	Peru	50,00	Construção	dez/15	-
Através da Mota- Engil Peru	(Lima)	50,00			
Consórcio Inframe ("Consórcio Inframe")	Colômbia	60,00	Construção	jul/13	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal Colômbia	(Medellín)	60,00			
Consórcio Ibagué-Honda-Cambao-Manizales ("Consórcio Ibagué")	Colômbia	25,00	Construção	set/15	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal Colômbia	(Bogotá)	25,00			
Consórcio Mota-Engil Dominicana SAS/ IEMCA ("Consórcio Mota-Engil Dominicana")	Rep. Dominicana	42,00	Construção civil e obras públicas	mai/16	-
Através da Mota-Engil Dominicana	(Santo Domingo)	42,00			

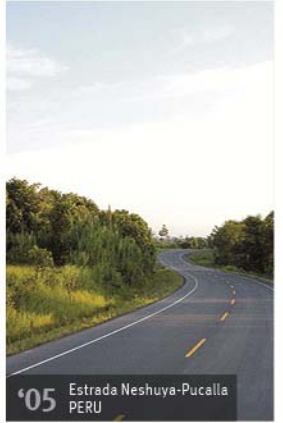




'03 Aeroporto Francisco Sá Carneiro
PORTUGAL



'01 Estrada Serra da Leba
ANGOLA



'05 Estrada Neshuya-Pucalla
PERU



'04 Casino de Lisboa
PORTUGAL



'07 Baía de Luanda
ANGOLA



'06 Ponte Armando Emílio Guebuza
MOÇAMBIQUE



'07 Ponte 4 de Abril
ANGOLA



'07 Complexo Habitacional
Fajny Dom
POLÓNIA



'08 Concessão Perote-Xalapa
MEXICO



'08 Concessão do Douro Interior
PORTUGAL



'07 Estrada N7
IRLANDA

03

RELATÓRIO SOBRE AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Parcerias para o Progresso

Em 2000 concretiza-se o processo de fusão da Mota & Companhia e a Engil, operação que daria origem à maior construtora portuguesa, e desde logo líder na área dos serviços, criando um Grupo com maior capacidade de expansão internacional, e presença alargada na Europa, África e América Latina, sendo ainda constituída no final da década a Fundação Manuel António da Mota.

Compromisso de crescimento.

2000
—
2009



Índice

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE	193
A. ESTRUTURA ACIONISTA	193
I. Estrutura de capital	193
II. Participações sociais e obrigações detidas	195
B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	197
I. Assembleia Geral	197
II. Administração e Supervisão	198
III. Fiscalização	211
IV. Revisor Oficial de Contas	216
V. Auditor Externo	217
C. ORGANIZAÇÃO INTERNA	219
I. Estatutos	219
II. Comunicação de irregularidades	219
III. Controlo interno e gestão de riscos	220
IV. Apoio ao investidor	225
V. Sítio de Internet	227
D. REMUNERAÇÕES	228
I. Competência para a determinação	228
II. Comissão de remunerações	228
III. Estrutura das remunerações	229
IV. Divulgação das remunerações	235
V. Acordos com implicações remuneratórias	236
VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (<i>stock options</i>)	237
E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	238
I. Mecanismos e procedimentos de controlo	238
II. Elementos relativos aos negócios	238
PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	239
1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado	239
2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado	239
3. Outras informações	242

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245º-A, nº 1, al. a)).

O capital social da MOTA-ENGIL, SGPS, SA (“MOTA-ENGIL” ou “Sociedade”) é de 237.505.141 euros e é representado por 237.505.141 ações ordinárias, nominativas e com um valor nominal de um euro por ação. Todas as ações estão cotadas na Euronext Lisbon.

Distribuição do capital pelos acionistas em 31 de dezembro de 2017:

Acionistas	Nº de ações	% Capital	% Direitos de voto
Ações próprias:	3.639.812	1,53%	-
Participações Qualificadas:			
FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA	153.603.648	64,67%	65,68%
Mutima Capital Management, LLC	6.926.253	2,92%	2,96%
Freefloat	73.335.428	30,88%	31,36%
	237.505.141	100,00%	100,00%

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 245º-A, nº 1, al. b)).

Não existem restrições à transmissibilidade das ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245º-A, nº 1, al. a)).

Em 31 de dezembro de 2017, a MOTA-ENGIL detinha 3.639.812 ações próprias correspondentes a 1,53% do seu capital social, as quais não conferem direito de voto.

4. Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a Sociedade, exceto se a Sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245º-A, nº 1, al. j)).

Não existem acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não foram adotadas quaisquer medidas defensivas nem existem quaisquer limitações estatutárias relativas ao número de votos que podem ser exercidos por um único acionista.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da Sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245º-A, nº 1, al. g).

A Sociedade não tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

II. Participações sociais e obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245º-A, nº 1, als. c) e d) e art. 16º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Em 31 de dezembro de 2017 e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, os acionistas que, de acordo com o artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, têm uma participação qualificada representativa de, pelo menos, 2% do capital social da MOTA-ENGIL são os seguintes:

Acionistas	Nº de ações	% Capital	% Direitos de voto
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA (*)	132.803.739	55,92%	56,79%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (**) (a)	5.550.020	2,34%	2,37%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (**) (a)	4.494.211	1,89%	1,92%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (**) (a)	3.676.836	1,55%	1,57%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (**) (a)	3.675.066	1,55%	1,57%
António Lago Cerqueira, S.A. (***)	3.091.577	1,30%	1,32%
Maria Sílvia Fonseca Vasconcelos Mota (****)	87.061	0,04%	0,04%
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (**)	80.000	0,03%	0,03%
José Manuel Mota Neves da Costa (****)	35.000	0,01%	0,01%
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas (**)	20.138	0,01%	0,01%
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota (**)	90.000	0,04%	0,04%
Atribuível à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA	153.603.648	64,67%	65,68%
Gothic Corp Mutima Capital (*)	3.757.593	1,58%	1,61%
Gothic JBD LLC Mutima Capital (*)	1.341.887	0,56%	0,57%
Gothic HSP Corp Mutima Capital (*)	973.089	0,41%	0,42%
Gothic ERP LLC Mutima Capital (*)	500.000	0,21%	0,21%
The Mutima Africa Fund LP (*)	353.684	0,15%	0,15%
Atribuível à Mutima Capital Management, LLC	6.926.253	2,92%	2,96%
Ações próprias	3.639.812	1,53%	-
Freefloat	73.335.428	30,88%	31,36%
TOTAL	237.505.141	100,00%	100,00%

(*) Acionista direto da Sociedade

(**) Membro do Conselho de Administração da Sociedade e Dirigente

(***) Entidade detida em 51% pela Mota Gestão e Participações, SGPS, SA

(****) Dirigente da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2017, a Mota Gestão e Participações, SGPS, SA é detida a 100% pela FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA, a qual é detida a 100% pelos membros do Conselho de Administração assinalados com (a) acima.

À data deste relatório, eram atribuíveis à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA 153.753.648 ações, correspondentes a 64,74% do capital social da MOTA-ENGIL, que conferem 65,74% dos direitos de voto.

Não existem acionistas, ou categoria de acionistas, titulares de direitos especiais.

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização. [NOTA: a informação deve ser prestada de forma a dar cumprimento ao disposto no nº 5 do art. 447º CSC]

As ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade encontram-se divulgadas em anexo ao relatório anual de gestão nos termos exigidos pelo artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e pelo número 7 do artigo 14º do Regulamento da CMVM nº 5/2008.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245º-A, nº 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

De acordo com o nº 7 do artigo 6º dos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração da MOTA-ENGIL poderá deliberar o aumento do capital social, por entradas em dinheiro, da Sociedade, por uma ou mais vezes, no valor máximo de oitenta milhões de euros, com o exclusivo propósito de entregar novas ações aos titulares, que tenham solicitado a conversão, de valores mobiliários representativos de dívida convertíveis (*convertible bonds*) em ações ordinárias da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não era emitente de quaisquer valores mobiliários representativos de dívida convertíveis (*convertible bonds*).

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade.

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. Assembleia Geral

11. Identificação e cargos dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato (início e fim)

Em 31 de dezembro de 2017, a Mesa da Assembleia Geral era composta pelos seguintes membros, mandatados para o período 2014-2017:

Presidente: Dr. Luís Neiva Santos

Secretário: Dr. Rodrigo Neiva Santos

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art 245º-A, nº1, al.f)

De acordo com os estatutos da MOTA-ENGIL, a cada ação corresponde um voto, estando assegurada, deste modo, a necessária proporcionalidade entre detenção de capital e direito de voto.

Ainda que os estatutos da MOTA-ENGIL prevejam a possibilidade de a Sociedade emitir ações preferenciais sem voto, não existe atualmente esta categoria de ações.

De acordo com o artigo 24º dos estatutos da Sociedade, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em primeira convocação, é indispensável a presença ou representação de acionistas que detenham ações correspondentes a mais de 50% do capital social.

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência estão previstas no artigo 23º dos estatutos da Sociedade. De acordo com aquele artigo, os acionistas poderão votar por correspondência relativamente a todo e qualquer tema, não estando prevista qualquer restrição a este nível.

A Sociedade disponibiliza um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. Este modelo pode ser obtido através dos serviços da Direção de Relação com o Mercado de Capitais (Dr. João Vermelho – e-mail: jvermelho@mota-engil.pt).

Só serão considerados os votos por correspondência desde que as declarações de voto por correspondência sejam recebidas na sede da Sociedade com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia Geral.

Não é ainda possível o exercício do direito de voto por meios eletrónicos. Até à presente data, a Sociedade não teve qualquer solicitação ou manifestação de interesse por parte de acionistas ou investidores na disponibilização desta funcionalidade.

Os acionistas da Sociedade podem aceder, no sítio da Internet (www.mota-engil.pt), aos extratos das atas das reuniões das Assembleias Gerais, sendo as mesmas divulgadas dentro do prazo de cinco dias após a sua realização.

A Sociedade disponibiliza, no seu sítio da Internet (www.mota-engil.pt), informação relativa às deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade referentes pelo menos aos três últimos exercícios, bem como o capital social representado e os resultados das votações.

A Sociedade não adotou qualquer mecanismo que provoque o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do nº1 do Artigo 20º

Os estatutos da Sociedade não preveem a limitação de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias

De acordo com o estabelecido nos estatutos da Sociedade, as deliberações da Assembleia Geral deverão ser tomadas por maioria simples, exceto se a lei exigir diversamente.

II. Administração e Supervisão

15. Identificação do modelo de governo adotado

A MOTA-ENGIL adota um modelo de governo «latino»/clássico reforçado, composto por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, não fazendo o último parte do Conselho Fiscal. O Conselho de Administração é o órgão responsável por praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, determinar a orientação estratégica e proceder à designação e supervisão geral da atuação da Comissão Executiva e das comissões especializadas por si constituídas. Os restantes dois órgãos têm a responsabilidade de fiscalização.

Os detalhes da estrutura adotada, os órgãos que a compõem e correspondentes funções e responsabilidades são apresentados a seguir.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (art. 245º-A, nº 1, al. h)

Os membros do Conselho de Administração são eleitos, de acordo com a lei e os estatutos, nos termos constantes de proposta aprovada em Assembleia Geral de Acionistas. Adicionalmente, e tal como previsto na lei e nos estatutos, o Conselho de Administração elegeu uma Comissão Executiva. Os estatutos não preveem qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho de Administração, pelo que esta se processa nos termos previstos no nº 3 do artigo 393º do Código das Sociedades Comerciais.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro

De acordo com os estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por um número mínimo de três membros e um máximo de 17 membros, que poderão ser, ou não, acionistas, eleitos em Assembleia Geral. O mandato do Conselho de Administração é de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição nos termos legais. O atual mandato do Conselho de Administração corresponde ao quadriénio 2014-2017. A Assembleia Geral procede à designação, de entre os administradores eleitos, do presidente e de até três vice-presidentes.

Em 31 de dezembro de 2017, a MOTA-ENGIL tinha um Conselho de Administração composto por 17 membros: um presidente, dois vice-presidentes e 14 vogais. Na mesma data, oito dos seus membros exerciam funções executivas e formavam uma Comissão Executiva, e outros nove exerciam funções não executivas.

Administrador	Primeira designação	Termo do mandato em curso
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	31 de março de 2000	31 de dezembro de 2017
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	28 de março de 2008	31 de dezembro de 2017
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	26 de maio de 2008	31 de dezembro de 2017
Maria Manuela Queirós V. Mota dos Santos	31 de março de 2000	31 de dezembro de 2017
Maria Teresa Queirós V. Mota Neves da Costa	31 de março de 2000	31 de dezembro de 2017
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	31 de março de 2000	31 de dezembro de 2017
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	17 de abril de 2012	31 de dezembro de 2017
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	28 de março de 2008	31 de dezembro de 2017
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	7 de janeiro de 2013 ⁽¹⁾ 24 de abril de 2013 ⁽²⁾	31 de dezembro de 2017
António Martinho Ferreira de Oliveira	30 de abril de 2014	31 de dezembro de 2017
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	25 de maio de 2016	31 de dezembro de 2017
João Pedro dos Santos Dinis Parreira	30 de abril de 2014	31 de dezembro de 2017
Eduardo João Frade Sobral Pimentel	25 de maio de 2016	31 de dezembro de 2017
Luís Filipe Cardoso da Silva	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2017
Luís Valente de Oliveira	31 de março de 2006	31 de dezembro de 2017
António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier	31 de março de 2006	31 de dezembro de 2017
António Manuel da Silva Vila Cova	15 de abril de 2009	31 de dezembro de 2017

(1) Cooptação pelo Conselho de Administração

(2) Ratificação da cooptação em Assembleia Geral

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão

Administrador	Executivo / Não-executivo ⁽¹⁾	Independente / Não-independente ⁽²⁾
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	Não-executivo	Não-independente
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	Executivo	Não-independente
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	Não-executivo	Não-independente
Maria Manuela Queirós V. Mota dos Santos	Não-executivo	Não-independente
Maria Teresa Queirós V. Mota Neves da Costa	Não-executivo	Não-independente
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	Não-executivo	Não-independente
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	Executivo	Não-independente
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	Executivo	Não-independente
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	Executivo	Não-independente
António Martinho Ferreira de Oliveira	Executivo	Não-independente
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	Executivo	Não-independente
João Pedro dos Santos Dinis Parreira	Executivo	Não-independente
Eduardo João Frade Sobral Pimentel	Executivo	Não-independente
Luís Filipe Cardoso da Silva	Não-executivo	Não-independente
Luís Valente de Oliveira	Não-executivo	Independente
António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier	Não-executivo	Independente
António Manuel da Silva Vila Cova	Não-executivo	Independente

(1) Executivo: membro da Comissão Executiva; Não-executivo: não-membro da Comissão Executiva;

(2) Considerados independentes de acordo com o critério de independência estabelecido no ponto 18.1 do Anexo I do Regulamento CMVM nº 4/2013 da CMVM e da recomendação II.1.7 do Código do Governo das Sociedades da CMVM (2013).

Entende-se que as retribuições anuais de 50.000 euros, 55.000 euros e 39.500 euros (ver ponto 77) dos administradores Luís Valente de Oliveira, António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier e António Manuel da Silva Vila Cova, respetivamente, não lhes retiram a sua independência.

Sendo três o número de administradores independentes de acordo com os critérios supraexplanados, de entre um total de nove administradores não executivos, considera-se haver uma proporção adequada de independentes entre os administradores não executivos.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.**António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil (Vias de Comunicação) pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de ser presidente do Conselho de Administração e presidente da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vice-presidente)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Pós-graduação em Gestão pelo Instituto Superior de Gestão

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de Vice-presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo (Vice-presidente)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de Vice-presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Vogal)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de ser membro do Conselho de Administração e da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de ser membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

- Master in Business Administration pela Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Atualmente, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Vogal)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas (Vogal)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa – Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA (CFO), exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

António Martinho Ferreira de Oliveira (Vogal)**Qualificações profissionais**

- Bacharelato em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Coimbra

- Pós-Graduação em Gestão pela Universidade Nova de Lisboa

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota (Vogal)**Qualificações profissionais**

- Mestrado em Engenharia Civil pela University College of London

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

João Pedro dos Santos Dinis Parreira (Vogal)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Pós-graduação em Gestão pela Universidade Católica Portuguesa

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

Eduardo João Frade Sobral Pimentel (Vogal)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

Luís Filipe Cardoso da Silva (Vogal)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

Luís Valente de Oliveira (Vogal independente)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- Doutoramento em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Presidente do Conselho de Fundadores da Casa da Música
- Membro do Conselho Consultivo das Fundações (Presidência do Conselho de Ministros)

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (Vogal independente)**Qualificações profissionais**

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Mestre em Ciências Jurídico-Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de membro independente não-executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

António Manuel da Silva Vila Cova (Vogal independente)**Qualificações profissionais**

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

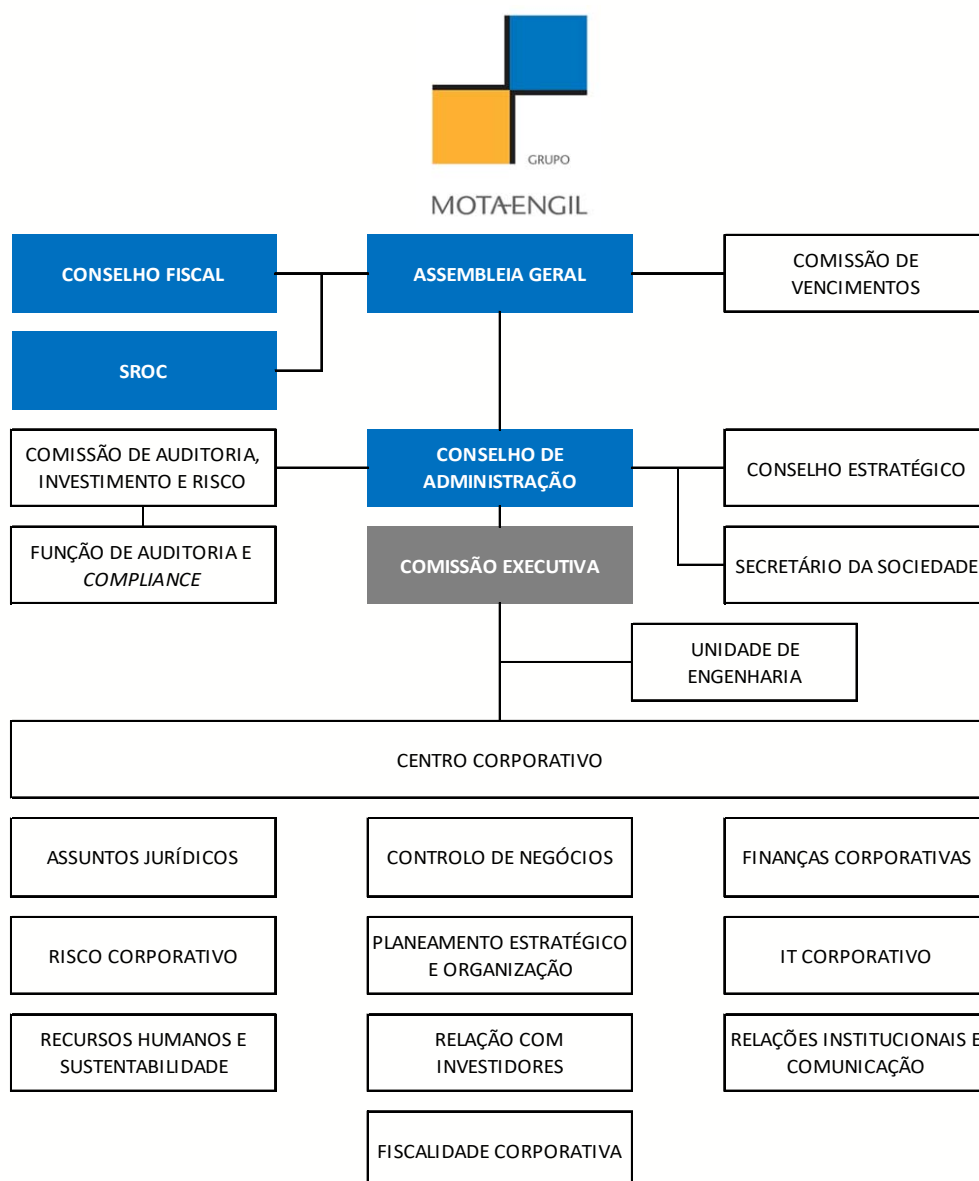
- Membro do Conselho Fiscal do Banco Finantia
- Presidente do Conselho de Administração não-executivo do Banco Finantia
- Membro não-executivo independente do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA
- Para além de membro independente não-executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Os membros do Conselho de Administração António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos, Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa e Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles são irmãos e são titulares de 100% do capital social da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA, entidade a que é imputado o domínio do capital social e respetivos direitos de voto da MOTA-ENGIL.

O membro do Conselho de Administração Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos é filho de Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos; o membro do Conselho de Administração Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota é filho de António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota e o membro do Conselho de Administração José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas é genro de Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade.



Órgãos de administração

Em 31 de dezembro de 2017, a MOTA-ENGIL apresentava um Conselho de Administração composto por 17 membros: um presidente, dois vice-presidentes e 14 vogais. Na mesma data, oito dos seus membros exerciam funções executivas e formavam uma Comissão Executiva, e outros nove exerciam funções não-executivas.

A Comissão Executiva foi eleita pelo Conselho de Administração, tendo-lhe sido delegados todos os poderes relacionados com a gestão das atividades da Sociedade e de todas as suas participadas, na sua aceção mais estrita de tomada de opções táticas e controlo das linhas concretas de desenvolvimento das várias atividades, assumindo as responsabilidades de gestão executiva dos negócios do GRUPO em linha com as orientações e políticas definidas pelo Conselho de Administração. A Comissão Executiva pode discutir todos os assuntos da competência do Conselho de Administração, sem prejuízo de só poder deliberar nas matérias que lhe estão delegadas. Todos os assuntos tratados na Comissão Executiva, mesmo que incluídos na sua competência delegada, são dados a conhecer aos administradores não-executivos, que têm acesso às respetivas atas e documentos de suporte.

As reuniões da Comissão Executiva realizam-se geralmente de três em três semanas, sendo, no início de cada exercício económico, calendarizadas as reuniões a realizar ao longo desse mesmo exercício. O presidente da Comissão Executiva, através da área corporativa de Relações Institucionais e Comunicação, remete ao presidente do Conselho de Administração com a antecedência necessária, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões. Os membros executivos prestam aos membros não-executivos, bem como aos demais membros dos órgãos sociais, todos os esclarecimentos necessários ao exercício das competências destes, quer por sua iniciativa, quer a solicitação dos mesmos.

Para além das funções que lhe estão cometidas por lei, ao Conselho de Administração é cometida, essencialmente, a definição e controlo das linhas de desenvolvimento estratégico do GRUPO e de cada um dos seus negócios e a tomada de decisões sobre matérias de superior importância. Neste âmbito, não foram delegadas competências no domínio da definição da estratégia e das políticas gerais da Sociedade, da estrutura empresarial do GRUPO e das decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

O presidente do Conselho de Administração tem as competências que lhe são atribuídas por lei e pelos estatutos.

No que concerne à distribuição de pelouros entre os titulares do Conselho de Administração, nomeadamente no âmbito da Comissão Executiva, destaca-se o seguinte:

- Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
 - Coordenação da Comissão Executiva
 - Assuntos jurídicos
 - Relações Institucionais e Comunicação
 - Relação com Investidores
 - Planeamento estratégico e organização
 - *Chairman* da MOTA-ENGIL África
- Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
 - *Chairman* da MOTA-ENGIL EUROPA
 - *Chairman* da MOTA-ENGIL AMÉRICA LATINA
 - *Chairman* da MOTA-ENGIL AMBIENTE e SERVIÇOS
- Ismael Antunes Hernandez Gaspar
 - Unidade de Engenharia
 - Património Imobiliário
 - CEO da MOTA-ENGIL CAPITAL
- José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas
 - *Chief Financial Officer* (CFO)
 - Controlo de negócios
 - Finanças corporativas
 - Risco corporativo
 - Relação com Investidores
 - Fiscalidade Corporativa
- António Martinho Ferreira de Oliveira
 - CEO da MOTA-ENGIL EUROPA (engenharia e construção)
- Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota
 - CEO da MOTA-ENGIL ÁFRICA
- João Pedro dos Santos Dinis Parreira
 - CEO da MOTA-ENGIL AMÉRICA LATINA

- Eduardo João Frade Sobral Pimentel
 - CEO da MOTA-ENGIL AMBIENTE e SERVIÇOS
 - Estratégia de recursos humanos e sustentabilidade
 - IT Corporativo

Em 31 de dezembro de 2017, o Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins, na qualidade de presidente da Comissão Executiva, era considerado o *Chief Executive Officer* (CEO) da Sociedade e o Dr. José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas, na qualidade de responsável pelas áreas financeiras da Sociedade, era considerado o *Chief Financial Officer* (CFO).

Os administradores não-executivos acompanham a atividade desenvolvida pela Sociedade, garantindo-se a efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade, nomeadamente através das reuniões periódicas do Conselho de Administração, sem prejuízo do acesso a qualquer informação ou documentação que venha a ser solicitada a qualquer momento. No exercício das suas funções não-executivas, os administradores não se depararam, no exercício de 2017, com quaisquer constrangimentos. O relatório anual de gestão inclui uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não-executivos.

Órgãos de fiscalização

A fiscalização da Sociedade é exercida por um Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, os quais exercem as funções que resultam da legislação aplicável e dos estatutos.

Compete à Assembleia Geral eleger o Conselho Fiscal, bem como designar, sob proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal da Sociedade é composto por quatro membros, um presidente, dois membros efetivos e um suplente.

Comissões especializadas

Comissão de Vencimentos

De acordo com os estatutos, a Comissão de Vencimentos, eleita pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral, tem por função definir a política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais, fixando as remunerações aplicáveis, tendo em consideração as funções exercidas, o desempenho verificado e a situação económica da Sociedade. Neste contexto, a Comissão de Vencimentos acompanha e avalia, numa base constante, o desempenho dos administradores, verificando em que medida foram atingidos os objetivos propostos, e reúne sempre que for necessário. A remuneração dos administradores integra uma componente baseada no desempenho.

A comissão eleita para o quadriénio 2014-2017 é composta pelos seguintes membros: António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa, ambos membros do órgão de administração, e Manuel Teixeira Mendes. São elaboradas atas de todas as reuniões realizadas.

Comissão de Auditoria, Investimento e Risco

A Comissão de Auditoria, Investimento e Risco é composta, normalmente, por três membros permanentes (três administradores não-executivos, sendo um deles administrador independente), e poderá convidar outros responsáveis do GRUPO ligados aos projetos em avaliação. Esta Comissão tem como principais funções e responsabilidades: (i) aprovar o Plano Anual de Auditorias, efetuar o acompanhamento das mesmas e pronunciar-se sobre os seus relatórios, (ii) apreciar e sugerir políticas de investimento e risco de negócios e projetos ao Conselho de Administração, (iii) examinar e emitir parecer sobre projetos de investimento ou desinvestimento, (iv) emitir parecer sobre a entrada e saída em novas áreas de negócio, (v) monitorizar operações financeiras e societárias relevantes, (vi) emitir parecer sobre a Matriz de Risco do GRUPO sempre que esta for atualizada ou sempre que existirem alterações substanciais nos riscos da envolvente externa e/ou nos riscos operacionais, (vii) avaliar as estratégias de gestão de risco definidas ao nível corporativo e a implementação das políticas transversais de gestão de risco nas regiões/áreas de negócio e (viii) acompanhar a monitorização de riscos associados a projetos selecionados. São elaboradas atas de todas as reuniões realizadas. Em 31 de dezembro de 2017, eram membros desta comissão: Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa, Luís Filipe Cardoso da Silva e António Manuel da Silva Vila Cova, este último administrador independente não-executivo.

Não foram criadas outras comissões no seio do Conselho de Administração, nomeadamente as de avaliação de desempenho dos administradores executivos e de reflexão sobre o sistema, estrutura e as práticas de governo adotado, uma vez que não se revelaram necessárias.

Conselho Consultivo Estratégico

O Conselho Consultivo Estratégico é um órgão consultivo, resultante de nomeação por parte do Conselho de Administração da MOTA-Engil e sob proposta do seu presidente, tendo por funções deliberar, sem carácter vinculativo, sobre as matérias estabelecidas no âmbito do seu regulamento e outras que lhe sejam mandatadas pelo Conselho de Administração para sua análise e eventual emissão de pareceres e recomendações, ainda que sem carácter vinculativo para a Sociedade.

Compete ao Conselho Consultivo Estratégico acompanhar e, por sua iniciativa, emitir recomendações dirigidas ao Conselho de Administração sobre as seguintes matérias: conceção e implementação do plano estratégico; estratégia do GRUPO para cada área geográfica e sua implementação; contexto político-social em Portugal e geopolítico internacional, evolução macroeconómica nacional e global e a interação com a estratégia do GRUPO; e *benchmarking* das atividades do GRUPO, bem como das tendências globais.

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Os órgãos de administração e fiscalização da Sociedade têm regulamentos internos de funcionamento que não se encontram publicados no sítio de Internet da Sociedade e que não se encontram disponíveis para consulta. A MOTA-ENGIL entende que os regulamentos vão para além dos aspetos de mero funcionamento dos órgãos, contendo um conteúdo reservado, razão pela qual não os disponibiliza ao público. No entanto, as principais funções e responsabilidades daqueles órgãos são explicitadas ao longo deste relatório, vide por exemplo pontos 21 e 38.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Durante o ano de 2017, tiveram lugar 33 reuniões do Conselho de Administração (CADM) e 15 reuniões da Comissão Executiva (COMEX), com a seguinte assiduidade:

Administrador	CADM	COMEX
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	100%	n/a
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	97%	100%
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	100%	n/a
Maria Manuela Queirós V. Mota dos Santos	100%	n/a
Maria Teresa Queirós V. Mota Neves da Costa	91%	n/a
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	100%	n/a
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	100%	100%
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	91%	93%
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	100%	93%
António Martinho Ferreira de Oliveira	97%	100%
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	88%	87%
João Pedro dos Santos Dinis Parreira	97%	87%
Eduardo João Frade Sobral Pimentel	100%	100%
Luís Filipe Cardoso da Silva	100%	n/a
Luís Valente de Oliveira	76%	n/a
António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier	79%	n/a
António Manuel da Silva Vila Cova	73%	n/a

24. Indicação dos órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração, em representação dos acionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral.

25. Critérios predeterminados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A componente quantitativa da avaliação do desempenho dos administradores executivos compreende um conjunto de *Key-Performance Indicators* (KPI), indexados ao Plano Estratégico do GRUPO.

A avaliação quantitativa é, posteriormente, ponderada com a avaliação qualitativa individual, de natureza discricionária, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo, predefinidos.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do GRUPO, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Os cargos exercidos pelos administradores em outras empresas (maioritariamente em empresas do GRUPO ou em representação do GRUPO) e outras atividades relevantes dos mesmos encontram-se discriminados no Anexo “Lista de cargos exercidos pelos administradores”, resultando evidenciada pelos cargos que exercem, mas também pela assiduidade e participação ativa dos administradores, quer nas reuniões da Comissão Executiva, no caso dos administradores executivos, quer nas reuniões do Conselho de Administração, relativamente a todos os seus membros (conforme ponto 23 supra), a disponibilidade de cada um dos membros para o exercício das suas funções.

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Para além da Comissão Executiva, o Conselho de Administração criou a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco (conforme ponto 21 supra). O respetivo regulamento interno de funcionamento não se encontra disponível para consulta, mas as principais funções e responsabilidades daquela Comissão encontram-se descritas no ponto atrás referido.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Administrador	Cargo
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	Vice-presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	Vogal
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	Vogal
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	Vogal e <i>Chief Financial Officer</i> (CFO)
António Martinho Ferreira de Oliveira	Vogal
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	Vogal
João Pedro dos Santos Dinis Parreira	Vogal
Eduardo João Frade Sobral Pimentel	Vogal

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

No que respeita a esta matéria, remete-se para os pontos 21 e 27 supra.

III. Fiscalização

30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado.

O Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas são, no modelo de governo adotado, os órgãos de fiscalização da Sociedade.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 18.

De acordo com os estatutos da Sociedade, o Conselho Fiscal deve ser composto por um número mínimo de três membros efetivos, sendo este número fixado pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal terá ainda um ou dois membros suplentes, se for constituído por três ou mais membros efetivos, respetivamente. O Conselho Fiscal designa o seu Presidente se a Assembleia Geral o não fizer. O mandato dos membros do Conselho Fiscal tem a duração de quatro anos.

Os membros designados para o mandato em curso (quadriénio 2015-2018) e que se encontram em funções são:

Membro	Cargo	Primeira designação	Termo do mandato em
Alberto João Coraceiro de Castro	Presidente	30 de março de 2007	31 de dezembro de 2018
José Rodrigues de Jesus	Efetivo	30 de março de 2007	31 de dezembro de 2018
Horácio Fernando Reis e Sá	Efetivo	14 de abril de 2011	31 de dezembro de 2018
Pedro Manuel Seara Cardoso Perez	Suplente	30 de março de 2007	31 de dezembro de 2018

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414º, nº 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 19.

Todos os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplente, cumprem os critérios de independência previstos no nº 5 do artigo 414º, bem como as regras de incompatibilidade previstas no nº 1 do artigo 414º-A, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 21.

Alberto João Coraceiro de Castro (Presidente)

Qualificações profissionais

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Doutor em Economia pela Universidade da Carolina do Sul

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Docente Universitário
- Presidente do Conselho de Administração da Instituição Financeira de Desenvolvimento, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mystic Invest, SA
- Presidente do Conselho Fiscal da Unicer – Bebidas, SA
- Presidente do Conselho Fiscal da Fundação AEP
- Presidente do Conselho Fiscal da Cruz Vermelha Portuguesa
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral do Centro Pinus
- Vice-presidente da Direcção da Associação para o Museu dos Transportes
- Vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral da Metro do Porto, SA
- Membro do Conselho Fiscal da Associação Empresarial de Portugal

José Rodrigues de Jesus (Efetivo)

Qualificações profissionais

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Docente universitário
- Membro do Conselho Fiscal de várias empresas fora do Grupo
- Fiscal Único de várias empresas fora do Grupo
- Membro do Conselho Fiscal da Mota-Engil, SGPS, SA

Horácio Fernando Reis e Sá (Efetivo)

Qualificações profissionais

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Advogado
- Membro do Conselho Fiscal da Mota-Engil, SGPS, SA

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 24.

O Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL tem regulamento interno de funcionamento. No entanto, não se encontra publicado no sítio de Internet da Sociedade e não se encontra disponível para consulta. A Sociedade entende que o regulamento vai para além dos aspetos de mero funcionamento do órgão, contendo um conteúdo reservado, razão pela qual não o disponibiliza ao público.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 25.

Durante o ano de 2017, realizaram-se 4 reuniões do Conselho Fiscal, com a presença efetiva da totalidade dos membros em exercício.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do GRUPO, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 26.

Alberto João Coraceiro de Castro (Presidente)

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil
-

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Docente Universitário
 - Presidente do Conselho de Administração da Instituição Financeira de Desenvolvimento, SA
 - Membro do Conselho de Administração da Mystic Invest, SA
 - Presidente do Conselho Fiscal da Unicer – Bebidas, SA
 - Presidente do Conselho Fiscal da Fundação AEP
 - Presidente do Conselho Fiscal da Cruz Vermelha Portuguesa
 - Presidente da Mesa da Assembleia-Geral do Centro Pinus
 - Vice-presidente da Direcção da Associação para o Museu dos Transportes
 - Vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral da Metro do Porto, SA
 - Membro do Conselho Fiscal da Associação Empresarial de Portugal
-

José Rodrigues de Jesus (Efectivo)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Membro do Órgão de Fiscalização, Conselho Fiscal e Comissão de Acompanhamento das seguintes sociedades:
 - Germen – Moagem de Cereais, SA
 - Labesfal - Laboratório Almiro, SA
 - Ageas Portugal - Companhia Portuguesa de Seguros, SA
 - Ageas Portugal - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, SA
 - Novo Banco, SA
- Fiscal Único das seguintes sociedades:
 - Calfor – Indústrias Metálicas, SA
 - Edemi Gardens – Promoção Imobiliária, SA
 - Arsopi – Holding, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
 - Arsopi – Indústrias Metalúrgicas Arlindo S. Pinho, SA
 - Arlindo Soares de Pinho, Lda
 - Imoágueda, SA
 - Camilo dos Santos Mota, SA
 - Oliveira Dias, SA
- Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
- Membro da Assembleia Representativa da Ordem dos Economistas
- Membro do Gabinete de Estudos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas
- Membro do Conselho Geral da Comissão de Normalização Contabilística

Horácio Fernando Reis e Sá (Efectivo)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Não exerce funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

De acordo com o n.º 11 do artigo 77º do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015 de 7 de setembro (adiante designado NEOROC), é da competência do Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL avaliar adequadamente as ameaças à independência do revisor/auditor decorrentes da prestação de serviços distintos de auditoria. Esses serviços, que não sejam proibidos nos termos do respetivo n.º 8, têm, ainda assim, que ser objeto de parecer prévio, devidamente fundamentado.

Nestes termos, é sujeita à apreciação do Conselho Fiscal a possibilidade de o revisor/auditor da MOTA-ENGIL poder prestar qualquer serviço distinto do de auditoria. Desta forma, para cada pedido de prestação de serviços solicitado foi emitido um parecer, devidamente fundamentado, sobre a possibilidade da sua execução.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal recebe anualmente, nos termos do artigo 62º-B do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro), a declaração de independência do revisor/auditor, na qual são descritos os serviços prestados por este e por outras entidades da mesma rede, respetivos honorários pagos, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda para fazer face às mesmas. Todas as ameaças à independência do revisor/auditor são avaliadas e discutidas com este, assim como as respetivas medidas de salvaguarda.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Ao Conselho Fiscal compete, nos termos da lei e do respetivo Regulamento de funcionamento:

- Verificar a observância da lei e regulamentos, dos estatutos e das normas emitidas pelas autoridades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas no GRUPO.
- Verificar, nas empresas do GRUPO, sujeitas a supervisão em base consolidada, a prossecução dos objetivos fundamentais fixados em matéria de controlo interno e gestão de riscos pela Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários.
- Avaliar a fiabilidade dos reportes respeitantes ao GRUPO e empresas do GRUPO sujeitas a esta obrigação.
- Verificar a adequação e supervisionar o cumprimento das políticas, dos critérios e das práticas contabilísticas adotadas e a regularidade dos documentos que lhes servem de suporte.
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte.
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e a existência de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título.
- Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo.
- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas.
- Dar parecer sobre o relatório, as contas e as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, atestando se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora.
- Fiscalizar o processo de preparação e divulgação da informação financeira pela Sociedade.
- Tomar conhecimento das comunicações de irregularidades detetadas ou apresentadas por colaboradores, acionistas ou outrem.
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da Sociedade.
- Com respeito ao Revisor Oficial de Contas: propor à Assembleia Geral a sua nomeação; fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da Sociedade; fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas e, nesse quadro, apreciar e emitir parecer sobre a prestação pelo Revisor Oficial de Contas de serviços adicionais à Sociedade (que não de auditoria) ou a sociedades por ela controladas, bem como sobre as respetivas condições.

- Com respeito ao Auditor Externo: apresentar à Comissão Executiva proposta relativa ao Auditor Externo a contratar pela Sociedade, incluindo não só a proposta sobre quem deva prestar esses serviços, como a proposta relativa à respetiva remuneração; representar a Sociedade, para todos os efeitos, junto do Auditor Externo, sendo, designadamente, o primeiro interlocutor da Sociedade junto dele e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios; zelar para que sejam asseguradas ao Auditor Externo, pela Sociedade, condições adequadas para a prestação dos seus serviços; fiscalizar a independência do Auditor Externo e, nesse quadro, apreciar e emitir parecer sobre a prestação pelo Auditor Externo de serviços adicionais à Sociedade (que não de auditoria) ou a sociedades por ela controladas, bem como sobre as respetivas condições; dar parecer sobre a manutenção do Auditor Externo para além de um período de oito anos, ponderando as condições de independência e vantagens e custos da sua substituição.
- Acompanhar as ações fiscalizadoras da CMVM, da Direção-Geral dos Impostos e da Inspeção-Geral de Finanças realizadas às empresas do GRUPO.
- Certificar a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos.
- Dar parecer sobre as transações realizadas com titulares de participação qualificada ou com entidades com eles relacionadas nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, ou respetivas renovações, cujo valor agregado por entidade seja superior a 500 mil euros por ano.

Adicionalmente, e no âmbito da respetiva função fiscalizadora, o Conselho Fiscal acompanha os planos de trabalho e os recursos afetos à função de Auditoria e *Compliance* da Sociedade, sendo destinatário de relatórios periódicos realizados por aquela função, assim como de informações sobre matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

IV. Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O cargo de Revisor Oficial de Contas efetivo da Sociedade é desempenhado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda, representada pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou GRUPO.

O cargo de Revisor Oficial de Contas é exercido desde 2017 pela PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

Ver resposta no ponto 46 abaixo.

V. Auditor Externo

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O Auditor Externo da Sociedade é a PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda, representada pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia e encontra-se registado na CMVM sob o número 20161485.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou do GRUPO.

A PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda e o seu representante iniciaram a prestação de serviços de auditoria externa à Sociedade em 2017.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

A política da Sociedade em termos de rotação do Auditor Externo consiste na realização de um processo de consulta periódico para a sua escolha de quatro em quatro anos. No entanto, no ano de 2016, fruto da imposição legal quanto à necessidade de rotação de auditores, o Conselho Fiscal da Sociedade promoveu o lançamento de um novo processo de consulta para o período de 2017 a 2022, tendo convidado três das quatro grandes empresas de auditoria de reputação internacional para apresentarem uma proposta para a prestação de serviços de auditoria ao GRUPO MOTA-ENGIL. Em resultado do referido concurso, o Conselho Fiscal da Sociedade emitiu parecer favorável à nomeação da PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda. Adicionalmente, a política da Sociedade e do Auditor Externo relativamente à periodicidade de rotação do Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções enquadra-se no normativo legal vigente, isto é, dois ou três mandatos, consoante sejam, respetivamente, de quatro ou três anos.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

O Conselho Fiscal avalia anualmente o Auditor Externo, assumindo a responsabilidade pela fiscalização das suas habilitações e da sua independência, bem como garante que lhe são asseguradas, dentro da Sociedade, as condições adequadas à prestação dos seus serviços, sendo o interlocutor da Sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios do Auditor Externo.

Apesar de não constituir competência específica ou exclusiva da Assembleia Geral, nada impede que a mesma seja chamada a pronunciar-se, em caso de interpelação pelo Conselho Fiscal, sobre a destituição do Auditor Externo, sempre que se verifique justa causa para o efeito. Em todo o caso, e até à presente data, o Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL não encontrou quaisquer razões para ponderar a tomada de diligências no sentido de destituir com justa causa uma entidade que tenha desempenhado as funções de Auditor Externo da Sociedade.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a Sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Os trabalhos distintos dos de auditoria prestados pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas durante o exercício de 2017 detalham-se de seguida:

- Disponibilização de licença de acesso à base de dados Inforfisco, a qual consiste num repositório de natureza fiscal de fonte pública (desde legislação a jurisprudência);

- Apoio na recolha, disponibilização e atualização das análises económicas setoriais a serem utilizadas por algumas empresas do GRUPO na preparação do seu dossier de preços de transferência;
- Emissão de relatório de procedimentos acordados relativo à validação de rácios financeiros associados a um financiamento obtido;
- Apoio na recolha e compilação de dados sobre o novo mercado de retalho energético mexicano conducente à disponibilização de informação que permitisse a preparação por uma empresa do GRUPO de vários cenários de modelos de negócio.

Tal como referido no ponto 38, compete ao Conselho Fiscal fiscalizar a independência do Auditor Externo e, nesse quadro, apreciar e emitir parecer sobre a prestação pelo Auditor Externo de serviços adicionais à Sociedade (que não de auditoria) ou a sociedades por ela controladas. Desta forma, para cada pedido de prestação de serviços solicitado foi emitido um parecer, devidamente fundamentado, sobre a possibilidade da sua execução.

Todas as ameaças à independência do auditor foram avaliadas e discutidas com este, assim como as respetivas medidas de salvaguarda. Desta forma, em virtude dos serviços acima referidos não serem proibidos, de alguns serviços exigirem competências específicas que à data outros fornecedores não possuíam em determinado mercado e de no seu acumulado os honorários totais de serviços que não de auditoria serem pouco significativos, o Conselho Fiscal entendeu que a independência do Auditor Externo não foi afetada pela prestação daqueles serviços.

Adicionalmente, no âmbito do seu trabalho, o Auditor Externo verifica a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, bem como a eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno. No caso de encontrar qualquer deficiência ou irregularidade esta será reportada ao Conselho Fiscal.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873, de 16 de maio)

Durante o exercício de 2017, a remuneração anual suportada pela Sociedade, e por outras sociedades em relação de domínio ou de GRUPO, com os auditores externos da Sociedade (PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda), incluindo outras entidades pertencentes à mesma rede, foi de 872.566 euros, tendo esse montante sido repartido pela prestação dos seguintes serviços:

Natureza do Serviço	Pela Sociedade		Por entidades que integram o grupo		TOTAL	
	Valor (euros)	%	Valor (euros)	%	Valor (euros)	%
Auditoria e revisão legal de contas	58.280	99%	742.201	91%	800.481	92%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	500	1%	-	-	500	0%
Consultoria fiscal	-	0%	12.985	2%	12.985	1%
Outros serviços de consultoria	-	0%	58.600	7%	58.600	7%
TOTAL	58.780	100%	813.786	100%	872.566	100%

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade (art. 245º-A, nº 1, al. h).

As alterações dos Estatutos seguem os termos do Código das Sociedades Comerciais, exigindo a maioria de dois terços dos votos emitidos para aprovação dessa deliberação.

II. Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade.

A Sociedade tem em vigor um procedimento onde estão definidos os mecanismos a adotar em matéria de comunicação de irregularidades. O procedimento considera que constituem “irregularidades” todos os atos ou omissões, dolosos ou negligentes, que sejam imputados à conduta de colaboradores da Sociedade no exercício dos seus cargos profissionais, que violem: i) a legislação, normas ou regulamentos vigentes; ii) o “Código de Ética e de Conduta Empresarial”; iii) as boas práticas de gestão; em todos os casos por referência aos domínios da contabilidade, controlos contabilísticos internos, auditoria, luta contra a corrupção e crime financeiro. As comunicações recebidas que transcendam esse âmbito não serão objeto de tratamento.

Este procedimento é enquadrado pelos seguintes pontos:

- (i) finalidade do tratamento;
- (ii) carácter voluntário da denúncia;
- (iii) direitos do denunciado, nomeadamente de acesso à informação;
- (iv) direitos do denunciante, de não retaliação, intimidação ou discriminação;
- (v) não utilização abusiva ou de má-fé, sob pena de instauração de processo disciplinar ou penal;
- (vi) confidencialidade das denúncias, assim como do denunciante, estando asseguradas medidas de segurança adequadas.

A comunicação de irregularidades deverá ser efetuada por escrito, por email ou carta, para pelo menos um dos seguintes endereços:

- etica@mota-engil.com
- Auditoria e *Compliance* – Rua do Rego Lameiro, nº 38, 4300 – 454 Porto

Por delegação do Conselho Fiscal, a quem compete, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, receber as comunicações de irregularidades, a receção e encaminhamento das participações de preocupações ou infrações é da responsabilidade da função de Auditoria e *Compliance*. Algumas ocorrências, em virtude da sua natureza, poderão ser encaminhadas para as respetivas áreas funcionais corporativas.

As fases processuais do mecanismo de comunicação de irregularidades incluem: receção e registo; análise preliminar e confirmação das alegadas informações; notificação; investigação; e relatório final, com ações de correção e conclusão/opinião sobre a situação reportada, com comunicação ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração.

Com uma periodicidade anual, é produzido um relatório, sistematizando as situações mais recorrentes e indicadores relevantes dos resultados apurados ao longo do ano. Este relatório poderá ajudar a detetar eventuais fragilidades ou oportunidades de melhoria nos controlos dos processos, servindo como contributo para uma proposta de revisão dos mesmos e/ou do mecanismo de comunicação de irregularidades.

III. Controlo interno e gestão de riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Como órgão máximo e independente para a salvaguarda do cumprimento dos processos e procedimentos, e com reporte ao Conselho de Administração, a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco tem como missão apoiar a gestão do GRUPO MOTA-ENGIL no reforço dos meios e métodos de atuação ao nível do controlo interno e de monitorização do risco de negócio. Compete também a esta Comissão o acompanhamento da evolução dos níveis globais de risco e avaliar em conjunto com a Comissão Executiva as medidas de monitorização e controlo dos riscos.

A Comissão de Auditoria, Investimento e Risco tem sob a sua dependência hierárquica a Função de Auditoria e *Compliance*, cuja missão é apoiar a consecução dos objetivos estratégicos, a avaliação, conformidade e melhoria contínua da eficácia e controlo interno dos processos de gestão do GRUPO.

A Função de Auditoria e *Compliance* dispõe de uma estrutura de recursos especificamente alocada ao desempenho das seguintes funções:

- Realização de auditorias de gestão, financeiras, operacionais e tecnológicas nas diversas Regiões e empresas do GRUPO;
- Auditar o bom funcionamento dos processos, boas práticas e políticas definidas;
- Verificação da conformidade dos procedimentos internos, leis, regulamentos e contratos;
- Verificação do cumprimento dos procedimentos de controlo interno face às recomendações das entidades reguladoras dos mercados, assim como da legislação aplicável nas diferentes regiões em que o GRUPO atua;
- Assegurar o *follow-up* apropriado das recomendações emitidas nos Relatórios da Comissão de Auditoria, Investimento e Risco;
- Preparar pareceres prévios à Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, sobre iniciativas de aquisições ou alienações definidas pelo GRUPO MOTA-ENGIL;
- Facilitar, promover e orientar a definição de políticas de *Compliance* transversais ao GRUPO e monitorizar a sua implementação e cumprimento;
- Analisar o processo de comunicação e o cumprimento do Código de Ética e Conduta Empresarial do GRUPO;
- Apoiar o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco nas vertentes relacionadas com processos e procedimentos de gestão.

Nas responsabilidades da Função de Auditoria e *Compliance*, e enquadrado numa política de melhoria contínua de desenvolvimento das boas práticas na avaliação e gestão de risco, foi reforçado o seu processo na abordagem e análise da vertente de *Compliance*, integrada nos temas relacionados com a sua missão, de modo a assegurar consistência de normas e processos aos diferentes níveis da organização, bem como alinhamento com as normas e regulamentações a que o GRUPO esteja consignado.

Ao Conselho Fiscal é atribuída, entre outras, a responsabilidade pela avaliação do funcionamento do sistema de controlo interno e de propor o respetivo ajustamento às necessidades do GRUPO. Sobre esta matéria, convém ainda referir que, tal como estipulado na alínea i) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, é da competência do Conselho Fiscal verificar a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e da prática de auditoria interna.

O Conselho Fiscal acede aos relatórios e pareceres emitidos pela Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, supervisiona a adoção dos princípios e das políticas de identificação e gestão dos principais riscos financeiros e operacionais e acompanha as medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar os riscos.

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal reconhecem a importância que têm para a organização os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, promovendo as condições humanas e tecnológicas suscetíveis de propiciar um ambiente de controlo proporcional e adequado aos riscos da atividade.

Compete à Comissão Executiva assegurar a criação e o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos. Com o crescimento da atividade internacional do GRUPO e da sua consequente diversificação geográfica e de negócio, a estrutura organizacional do GRUPO apresenta cada vez mais uma dimensão superior e mais complexa.

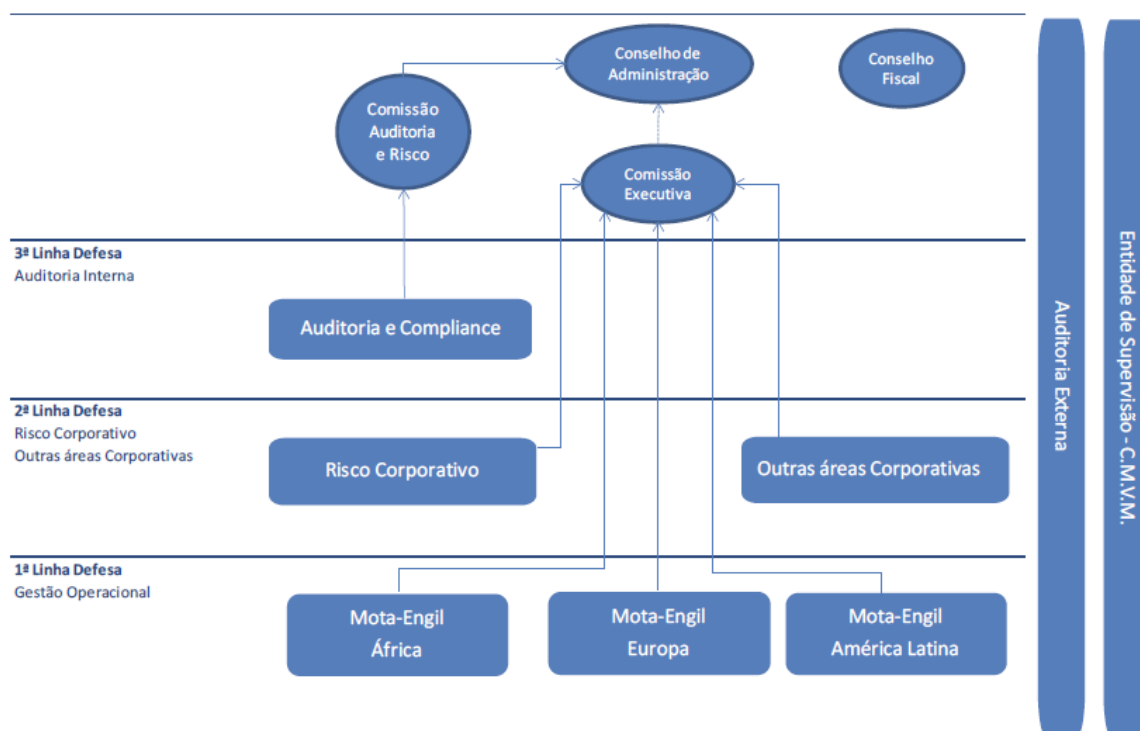
Assegurando a devida autonomia operacional aos negócios, a MOTA-ENGIL, com a sua vertente estratégico-financeira, dispõe no seu modelo de *governance* de uma estrutura denominada Centro Corporativo, onde se encontram todas as funções corporativas de suporte à Comissão Executiva, os instrumentos de controlo da performance do negócio e de uma gestão de risco mais robusta e estruturada, de acordo com as políticas, procedimentos e visão estratégica do GRUPO.

A atividade de gestão de risco e a sua concentração numa área específica, a Função de Risco Corporativo, encontra-se sob a responsabilidade de um administrador executivo, procurando assim reforçar a avaliação de risco de uma forma mais sistematizada, eficiente e com o devido interface comunicacional com as diversas áreas de negócio em diferentes regiões/mercados.

O processo de gestão de risco é uma parte integrante do sistema de controlo interno que consiste no desenvolvimento de políticas e procedimentos de gestão com o objetivo de assegurar a criação de valor, a salvaguarda dos ativos, o cumprimento de leis e regulamentos e um ambiente de controlo que assegure o cumprimento dos valores éticos da MOTA-ENGIL e a fiabilidade da informação relatada.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da Sociedade.

A organização e o modelo de *governance* da MOTA-ENGIL têm por base a implementação das melhores práticas internacionais ao nível de *Corporate Governance*, assegurando uma transparência de processos e procedimentos e uma autonomia e independência de atuação consignada no chamado modelo das “três linhas de defesa”, tal como esquematizado no organograma abaixo, perseguindo as orientações da declaração de posicionamento do “Institute of Internal Auditors” para uma gestão eficaz de riscos e controlos de uma organização.



- A primeira linha de defesa é constituída pelas unidades de gestão de negócio, que são responsáveis por desempenhar as suas atividades operacionais integradas nas orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração, assegurando o cumprimento das normas e procedimentos do GRUPO, os quais procuram assegurar uma transversalidade de atuação em conformidade com uma identidade cultural própria, assente em princípios éticos e de conduta materializados nas políticas transversais a seguir.

As unidades de gestão de negócio têm responsabilidade na identificação, avaliação, notificação e mitigação dos riscos, de forma a facilitar, padronizar e tornar mais eficaz o processo de gestão de riscos. Na gestão operacional estão definidos gestores do risco, designados por *Risk Owners*, que são responsáveis pela identificação dos riscos na sua área de negócio e que funcionam como *focal points* no relacionamento com a Função de Risco Corporativo.

- A segunda linha de defesa é representada pelas Funções do Centro Corporativo, as quais reportam à Comissão Executiva e das quais destacamos a Unidade de Engenharia; Controlo de Negócios; Planeamento Estratégico e Organização; Finanças Corporativas; Fiscalidade Corporativa; Risco Corporativo; Recursos Humanos e Sustentabilidade; Relação com Investidores; Assuntos Jurídicos; e IT Corporativo. Todas estas áreas contribuem, no âmbito da sua área funcional e de forma complementar, para a disseminação das políticas transversais de risco, desde que com o devido consentimento/aprovação da Comissão Executiva.
- A terceira linha de defesa é representada pela Função de Auditoria e *Compliance*, que tem como principal função verificar de forma independente e sistemática as atividades realizadas pelas primeira e segunda linhas, em conformidade com as normas e regulamentos instituídos.

A Função de Auditoria e *Compliance* reporta hierarquicamente à Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, a qual por sua vez reporta diretamente ao Conselho de Administração e é composta por três membros permanentes. Os três membros são administradores não-executivos, sendo que um administrador é independente. Com a presença de um administrador não executivo independente neste órgão colegial, considera-se garantida a independência desta Comissão face ao órgão de administração executivo (ver pontos 21 e 50).

Os Auditores externos, a CMVM e o Conselho Fiscal estão fora da estrutura da Sociedade, mas desempenham um papel importante na estrutura geral de *governance* e controlo, sendo que:

- Os auditores externos, a entidade reguladora e o Conselho Fiscal podem ser considerados como linhas adicionais de defesa, que fornecem avaliações às partes interessadas da Sociedade, incluindo aos órgãos de *governance* e à Administração;
- Os reguladores estabelecem requisitos com a intenção de fortalecer os controlos e têm uma função independente e objetiva, para avaliar o todo ou parte da primeira, segunda ou terceira linha de defesa no que tange a esses requisitos, procurando atuar de forma cooperante e em diálogo permanente com a Sociedade.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

A gestão de riscos da Sociedade e das sociedades por ela controladas é um elemento integrador de todos os processos e decisões organizativas e não uma atividade isolada, afastada das principais atividades do GRUPO.

A gestão e controlo do risco são acompanhados pelo Conselho de Administração, pelos responsáveis das áreas de negócio e pelas Funções Corporativas da Sociedade, com destaque para as seguintes: Unidade de Engenharia; Controlo de Negócios; Planeamento Estratégico e Organização; Finanças Corporativas; Fiscalidade Corporativa; Risco Corporativo; Recursos Humanos e Sustentabilidade; Relação com Investidores; Assuntos Jurídicos e IT Corporativo.

A Função de Risco Corporativo tem como missão promover a definição e implementação de uma política transversal de gestão de risco, identificar e analisar, mediante parâmetros previamente estabelecidos, os riscos que poderão afetar a sustentabilidade do negócio/mercado e a criação de valor.

Esta Função reporta diretamente à Comissão Executiva e dispõe de autonomia na identificação, avaliação, monitorização e mitigação de riscos.

A Função de Risco Corporativo tem definido no seu âmbito a execução das seguintes atividades principais:

- Mapear riscos transversais, assente numa matriz de risco (revista anualmente);
- Verificar os níveis de risco através da recolha e análise de informação crítica para monitorização dos riscos transversais;
- Definir modelos e linhas da atuação para mitigação de riscos transversais;
- Desenvolver e implementar planos de ação de risco e respetiva integração na Gestão dos negócios;
- Monitorizar e reportar a evolução dos riscos e respetivo cumprimento das ações desencadeadas para mitigação dos mesmos;
- Promover a dinamização e implementação de políticas transversais de risco nas regiões/áreas de negócio devidamente customizadas ao mercado;
- Sistematizar as políticas e sistemas de gestão de risco, a serem incorporados nos Relatórios e Contas do GRUPO;
- Colaborar, como parte integrante, da equipa de Monitorização de Grandes Projetos.

Existe ainda uma comissão especializada, a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, reportando ao Conselho de Administração, cujas principais funções e responsabilidades são descritas no ponto 21 supra.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade se expõe no exercício da atividade.

A gestão de riscos no GRUPO MOTA-ENGIL assenta na permanente identificação e análise da exposição aos diferentes tipos de riscos inerentes à sua atividade, nas várias geografias em que está presente, e que são transversais a toda a Sociedade – riscos de conjuntura, riscos financeiros - riscos de taxa de juro, riscos de taxa de câmbio, riscos de liquidez, riscos de crédito, riscos operacionais, riscos legais, riscos regulatórios, entre outros – e na adoção de estratégias de maximização da rendibilidade.

Em capítulo autónomo do Relatório de Gestão, que se considera parte integrante deste relatório por referência, são descritos em pormenor os principais riscos a que o GRUPO está exposto na condução do seu negócio (capítulo 3.5 do Relatório de Gestão).

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

A Gestão de Riscos está incorporada em toda a organização e o principal objetivo é identificar, avaliar e gerir as oportunidades e ameaças que os diferentes negócios, em diferentes localizações, enfrentam na persecução dos objetivos de criação de valor.

O GRUPO MOTA-ENGIL persegue as melhores práticas instituídas para o Controlo Interno e Gestão de Riscos, sendo que, neste sentido, está incorporado na sua gestão o sistema de controlo interno com base nas orientações internacionais do COSO (The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), nomeadamente, quanto à avaliação e atribuição de graus de criticidade e prioridade aos riscos em função dos impactos nos objetivos de negócio e quanto à sua probabilidade de ocorrência.

A gestão de riscos é uma responsabilidade de toda a organização, nomeadamente das unidades de gestão dos negócios, das diferentes funções corporativas, com destaque para a Função de Risco Corporativo, que coordena as diferentes informações de riscos e monitoriza com base numa perspetiva global, e para a Função de Auditoria e *Compliance*.

Descrevemos, de seguida, o conjunto cíclico e sequencial de fases do processo de gestão de risco do GRUPO:

- Identificação do risco - determinação dos riscos a que a organização está exposta e do nível de tolerância de exposição a esses mesmos riscos;
- Mensuração do risco - quantificação das exposições ao risco e produção de relatórios de suporte à tomada de decisão;
- Controlo e gestão do risco - definição de ações a empreender para fazer face ao risco;
- Implementação das medidas de gestão de risco definidas - agregação sistemática de informação do risco e respetivo reporte à Comissão Executiva;
- Monitorização - avaliação do processo de gestão de risco e, se necessário, realinhamento e redefinição de estratégia.

Anualmente e de acordo com um plano definido e aprovado pela Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, são realizadas auditorias operacionais de conformidade e financeiras que visam testar a eficácia dos controlos internos implementados pelo GRUPO.

Todos os investimentos ou novos negócios são analisados quanto aos riscos associados pelas diversas áreas corporativas, sendo objeto de um parecer prévio da Comissão de Auditoria, Investimento e Risco antes de serem submetidos à aprovação em Conselho de Administração.

A Função de Risco Corporativo assegura a aplicação efetiva da Gestão de Riscos através do acompanhamento contínuo da respetiva adequação e eficácia, do acompanhamento de medidas de mitigação de eventuais deficiências de controlo interno e da monitorização permanente dos níveis de risco e implementação de medidas de controlo.

A avaliação do sistema de controlo interno e de gestão de riscos permite aferir sobre a sua eficácia, sem, contudo, deixar de apontar medidas de melhoria a implementar a curto e médio prazo num processo que se pretende que seja de evolução e melhoria contínua e adequado ao desenvolvimento da própria organização empresarial e dos seus respetivos desafios estratégicos.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245º-A, nº 1, al. m).

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporte financeiro, é um compromisso dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como das diferentes unidades de negócio e do centro corporativo responsáveis pela produção de informação financeira.

O Conselho de Administração está continuamente empenhado em assegurar que são implementadas as políticas adequadas que garantam que as demonstrações financeiras são reportadas de acordo com os princípios contabilísticos adotados.

Os documentos de apresentação de informação financeira ao mercado são elaborados pelos responsáveis da Função de Controlo de Negócios e de Relações com Investidores, com base na informação disponibilizada pelas unidades de negócio, e apresentados ao mercado de capitais pelo representante para as Relações com o Mercado.

Todos os documentos de informação financeira a apresentar ao mercado são enviados aos órgãos de administração e de fiscalização e apenas são divulgados após terem sido objeto de análise e respetiva aprovação pelos mesmos.

O processo de divulgação de informação financeira envolve um número restrito de colaboradores da MOTA-ENGIL, resumindo-se apenas aos que estão envolvidos diretamente no processo de preparação e elaboração daquela informação.

A este propósito, e de acordo com o previsto no Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, a MOTA-ENGIL elaborou e mantém atualizadas listas dos seus colaboradores, com ou sem vínculo laboral, que têm acesso, regular ou ocasional, a informação privilegiada. A inclusão na respetiva lista foi dada a conhecer a cada um dos colaboradores que a engloba, explicando-lhes: (i) os motivos que originaram a inclusão do seu nome na referida lista; (ii) os deveres e obrigações previstos na lei; e (iii) as consequências decorrentes da divulgação ou utilização abusivas de informação privilegiada, bem como foi obtida dos respetivos colaboradores a confirmação que tomaram conhecimento da sua inclusão naquela lista e das obrigações decorrentes desse facto.

Adicionalmente, no âmbito do seu trabalho, o Auditor Externo/Revisor Oficial de Contas no seu relatório de auditoria pronuncia-se sobre a inclusão dos elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 245º-A do CVM relativamente ao Relatório sobre as práticas de Governo Societário. Neste sentido, e tendo em conta a alínea m) do referido artigo, existe conformidade no cumprimento dos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

IV. Apoio ao investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esse serviço e elementos para contacto.

A Sociedade mantém um contacto permanente com investidores e analistas, através da Direção de Relação com Investidores, que disponibiliza informação atualizada relevante e fidedigna, para além de prestar esclarecimentos relativos aos negócios do GRUPO, com o objetivo de melhorar o conhecimento e a compreensão daqueles em relação ao GRUPO.

A Direção de Relação com Investidores, em articulação com a Direção de Planeamento Estratégico e Organização e a Direção de Controlo de Negócios, prepara regularmente apresentações para a comunidade financeira, comunicações sobre resultados semestrais e anuais, bem como comunicações relevantes ao mercado sempre que tal se revele necessário para divulgar ou clarificar qualquer evento que possa influenciar a evolução da cotação das ações da MOTA-ENGIL. Adicionalmente, e quando solicitada, fornece esclarecimentos sobre as atividades do GRUPO, respondendo às questões colocadas através de *e-mail* ou por telefone.

Toda a informação divulgada é disponibilizada na página da internet da CMVM (www.cmvm.pt) e na da MOTA-ENGIL (www.mota-engil.pt).

O responsável pela Direção de Relação com Investidores é João Miguel V. G. Apolinário Vermelho, cujos contactos são:

João Vermelho
Rua Mário Dionísio, 2
2796-957 Linda-a-Velha
Tel.: 351 214 158 200
Fax: +351 214 158 688
E-mail: jvermelho@mota-engil.pt

57. Representante para as relações com o mercado.

O representante para as relações com o mercado de capitais é Luís Filipe Cardoso da Silva, cujos contactos são:

Luís Silva
Edifício Mota
Rua do Rego Lameiro, 38
4300-454 Porto
Tel.: +351 225 190 300
Fax: +351 225 190 303
E-mail: investor.relations@mota-engil.pt

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

Tal como atrás referido, a Sociedade mantém um contacto permanente, através da Direção de Relação com Investidores, com os seus acionistas e analistas mediante a disponibilização de informação sempre atualizada. Quando solicitada, presta esclarecimentos sobre os factos relevantes das suas atividades, entretanto divulgados nos termos da lei. Todas as informações solicitadas são analisadas e respondidas num prazo que não ultrapassa cinco dias úteis, pelo que não existem pedidos pendentes do ano anterior. A Sociedade considera que a sua Direção de Relação com Investidores assegura um contacto permanente com os investidores, mantendo um registo dos pedidos solicitados e do respetivo tratamento que lhes foi dado.

V. Sítio de Internet**59. Endereço(s).**

O sítio institucional da Sociedade na Internet é disponibilizado em português, espanhol e inglês e pode ser acedido através do seguinte endereço www.mota-engil.pt. Na área para investidores é proporcionada informação que permite o conhecimento sobre a evolução da Sociedade e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais.

<http://www.mota-engil.pt/Investidores/Perfil-Corporativo>

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

<http://www.mota-engil.pt/Investidores/Perfil-Corporativo>

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

<http://www.mota-engil.pt/Institucional/Orgaos-Sociais>

<http://www.mota-engil.pt/Investidores/Apoio-ao-Investidor>

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

<http://www.mota-engil.pt/Investidores/Informacoes-Financeiras>

<http://www.mota-engil.pt/Investidores/Calendario-do-Investidor>

<http://www.mota-engil.pt/Investidores/Assembleias-Gerais>

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

<http://www.mota-engil.pt/Investidores/Assembleias-Gerais>

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

<http://www.mota-engil.pt/Investidores/Assembleias-Gerais>

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da Sociedade.

De acordo com os Estatutos, a Comissão de Vencimentos, eleita pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral, tem por função definir a política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais, fixando as remunerações aplicáveis, tendo em consideração as funções exercidas, o desempenho verificado e a situação económica da Sociedade.

A remuneração dos dirigentes da Sociedade é determinada pela respetiva administração, obedecendo aos princípios da política de remunerações submetida pela Comissão de Vencimentos à apreciação da Assembleia Geral, tal como estabelecido no artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho.

II. Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A Comissão eleita para o quadriénio 2014-2017 é composta pelos seguintes membros: António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa, ambos membros do órgão de administração, e Manuel Teixeira Mendes (membro independente).

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente, membro não-executivo do Conselho de Administração e parente de dois membros executivos) e Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (membro não-executivo do Conselho de Administração e parente de dois membros executivos) integram a Comissão de Vencimentos tendo sido eleitos para essas funções pela Assembleia Geral, sob proposta da acionista maioritária Mota Gestão e Participações, SGPS, SA. As suas participações na Comissão de Vencimentos correspondem exclusivamente à representação do interesse acionista, ali intervindo nessa qualidade e não na de membros do órgão de administração. Para garantia de independência no exercício das referidas funções, estes membros não tomam parte em qualquer discussão ou deliberação em que exista ou possa existir conflito de interesses, designadamente no que se refere à fixação das remunerações dos respetivos parentes enquanto membros executivos do órgão de administração. Adicionalmente, é convicção geral, nomeadamente da Assembleia Geral de Acionistas que os elegeu para os respetivos cargos, que os membros da Comissão de Vencimentos acumulam uma experiência, uma ponderação e uma ética que lhes permite cabalmente zelar pelos interesses que lhes estão cometidos.

Não foi contratada qualquer pessoa singular ou coletiva para apoiar a Comissão de Vencimentos nas suas funções.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Considera-se que, em virtude dos respetivos currículos e/ou percursos profissionais (ver capítulo “Lista de cargos exercidos pelos Administradores”), os três membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e experiência em matéria de política de remunerações. Adicionalmente e quando se revela necessário, a Comissão de Vencimentos é auxiliada por recursos especializados, internos ou externos à Sociedade, para suportar as suas deliberações em matéria de política de remunerações.

III. Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho.

Tal como estipulado na Lei nº 28/2009, de 19 de junho, é submetida anualmente à apreciação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Os princípios gerais a observar na fixação das remunerações são, essencialmente, os seguintes:

a) Funções desempenhadas

Deverão ser tidas em conta as funções desempenhadas por cada um dos elementos, num sentido mais amplo da atividade efetivamente exercida e das responsabilidades que lhes estão associadas e não apenas num sentido formal. Não estarão na mesma posição todos os administradores entre si, nem mesmo os administradores executivos entre si, ou os membros do Conselho Fiscal. A reflexão sobre as funções deve ser efetuada no seu sentido mais amplo, sendo exigível que se levem em linha de conta critérios tão diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo de dedicação ou o valor acrescentado para o GRUPO que resulta de um determinado tipo de intervenção ou uma representação institucional. Igualmente, não se poderá furtar a esta reflexão da existência de funções desempenhadas noutras sociedades dominadas, significando isso tanto um aumento de responsabilidade como uma fonte cumulativa de rendimento.

Em alinhamento com o princípio enunciado, o GRUPO tem definida uma política retributiva cuja abrangência se estende, de forma segmentada, aos membros dirigentes e colaboradores, baseando-se no modelo internacional Hay, para a pontuação das funções.

De acordo com a metodologia em vigor, as funções são avaliadas com base no conhecimento, complexidade e responsabilidade/autonomia exigidos, e enquadradas, posteriormente, em grupos funcionais predefinidos, constituindo este o vetor referencial para a determinação das condições em matéria retributiva.

b) A situação económica da Sociedade

Deve ser tida em consideração a situação económica da Sociedade, bem como os interesses desta numa perspetiva de longo prazo e do real crescimento da mesma e da criação de valor para os seus acionistas.

Neste âmbito, o GRUPO tem vindo a suportar o seu desenvolvimento no planeamento de curto e médio prazo (Plano Estratégico do GRUPO), estabelecendo objetivos e definindo iniciativas cuja execução é alvo de avaliação periódica através de um conjunto de KPI, orientando a performance em torno de quatro dimensões: geração de *cash-flow*, controlo interno/risco controlado, crescimento sustentável e reforço organizacional.

Sendo o Plano Estratégico do GRUPO o instrumento orientador da sua estratégia, os KPI constituem um dos componentes-chave para a avaliação dos membros dirigentes do GRUPO e, respetivamente, para a determinação das suas compensações em matéria retributiva, direcionando os mecanismos de incentivo para a efetiva criação de valor, num horizonte de longo prazo.

c) Condições gerais de mercado para situações equivalentes

A definição de qualquer remuneração não pode fugir à lei da oferta e da procura, não sendo o caso dos titulares dos órgãos sociais exceção. Apenas o respeito pelas práticas do mercado permite manter profissionais com um nível de desempenho adequado à complexidade das funções e às responsabilidades atribuídas. É importante que a remuneração esteja alinhada com o mercado e seja estimulante, permitindo servir como meio para atingir um elevado desempenho individual e coletivo, assegurando-se não só os interesses do próprio, mas essencialmente os da Sociedade e a criação de valor para todos os seus acionistas.

Tendo em consideração o princípio supracitado, é âmbito da política retributiva do GRUPO a auditoria periódica às práticas de compensação, bem como a comparação das mesmas com o mercado. Para esse efeito, é adotada a metodologia internacional de pontuação de funções Hay, bem como estudos salariais Hay direcionados para os grupos funcionais de comparação, garantindo, deste modo, racionais de ajustamento competitivos à estratégia para o desenvolvimento do capital humano e à evolução do mercado salarial.

As opções concretas de política de remuneração submetidas e aprovadas foram as seguintes:

1. A remuneração dos membros executivos, bem como dos não-executivos não independentes do Conselho de Administração será composta por uma parte fixa e uma parte variável.

A política retributiva consagra dois aspetos fundamentais na compensação do universo de membros dirigentes e colaboradores do GRUPO: por um lado, a equidade/competitividade retributivas, salvaguardadas através da análise interna e comparação externa da proporção da retribuição fixa em relação à função exercida pelos titulares (utilizando como suporte a metodologia Hay); por outro, a meritocracia, complementando a retribuição fixa com uma retribuição variável, dependente da avaliação do desempenho.

2. A remuneração dos membros não-executivos independentes do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros da Mesa da Assembleia Geral será composta apenas por uma parte fixa.
3. A parte fixa da remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas, bem como dos membros não-executivos não independentes, consistirá num valor mensal pagável 14 vezes por ano.
4. A fixação do valor mensal para a parte fixa das remunerações dos membros do Conselho de Administração será efetuada para todos os que sejam membros da Comissão Executiva e para aqueles que, embora não pertencentes a esta comissão, não sejam considerados independentes.
5. A fixação de valor predeterminado por cada participação em reunião aos membros do Conselho de Administração será efetuada para aqueles que sejam considerados independentes e tenham funções essencialmente não-executivas.
6. As remunerações fixas dos membros do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral consistirão todas num valor fixo, pagável 12 vezes por ano.
7. O processo de atribuição de remunerações variáveis aos membros executivos, bem como aos não-executivos não independentes do Conselho de Administração, deverá seguir os critérios propostos pela Comissão de Vencimentos, atenta a avaliação de desempenho efetuada, da sua posição hierárquica, de critérios de performance de longo prazo da Sociedade, do crescimento real da mesma e das variáveis de desempenho escolhidas.

Ao abrigo da política retributiva definida para o GRUPO, a retribuição variável está dependente da avaliação de desempenho, cujos princípios gerais e respetivo modo de aplicação se encontram previstos no Modelo Corporativo de Gestão de Desempenho.

A avaliação do desempenho no GRUPO compreende dois componentes: a avaliação quantitativa, medida através do cumprimento de KPI indexados ao Plano Estratégico do GRUPO, e que são declinados em metas anuais, no início de cada ciclo de avaliação; e a avaliação qualitativa, que resulta de uma avaliação individual incidindo sobre competências-chave para o GRUPO (corporativas, de gestão e pessoais).

A determinação da retribuição variável no GRUPO pressupõe a observância de duas condições cumulativas: o atingimento das metas-barreira, definidas no início de cada ciclo de avaliação anual, desdobradas a partir do Plano Estratégico do GRUPO; e o atingimento médio satisfatório das metas quantitativas ponderadas com a avaliação qualitativa individual, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo predefinidos.

Adicionalmente, estão estabelecidos mecanismos preventivos de inibição do pagamento de retribuição variável, de modo a minimizar o incentivo de resultados desalinhados com uma perspectiva de criação de valor sustentável, num horizonte de longo prazo.

Como tal, não haverá lugar à atribuição de retribuição variável caso se verifique uma das seguintes condições:

- a. Uma das metas-barreira (que corresponde ao valor mínimo a atingir por KPI, para ser elegível o pagamento de retribuição variável) não ser atingida, de acordo com os parâmetros fixados no início de cada ciclo de avaliação anual;
 - b. O atingimento médio das metas definidas por KPI, ponderado com a avaliação qualitativa individual, ser insatisfatório.
8. Na fixação de todas as remunerações, designadamente na distribuição do valor global da remuneração variável aos membros do Conselho de Administração, serão observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da Sociedade e critérios de mercado.

A política retributiva do GRUPO é extensível aos membros dirigentes e colaboradores, encontrando-se segmentada em grupos funcionais predefinidos (inserindo-se os membros do Conselho de Administração em *Top Executives*), utilizando como base o modelo internacional Hay para pontuação das funções. Salvaguarda-se na política retributiva do GRUPO que as retribuições fixadas a cada grupo funcional (quer se trate da componente fixa, quer da variável) tenham como racional a equidade interna e o *benchmarking* salarial relativo ao mercado de referência, desenvolvido periodicamente.

Em relação aos grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para fixação da remuneração, a Comissão de Vencimentos tem em consideração, nos limites da informação acessível, todas as sociedades nacionais de dimensão equivalente, designadamente dentro do PSI-20, e também sociedades de outros mercados internacionais com características equivalentes ao GRUPO.

Não se encontram fixados pela Comissão de Vencimentos quaisquer acordos quanto a pagamentos pelo GRUPO relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

Tal como já referido, a remuneração dos administradores não-executivos não independentes do órgão de administração integra uma componente variável. A Sociedade entende que, para além de dever premiar a estratégia de longo prazo levada a cabo por todo o Conselho de Administração, incluindo os administradores não-executivos não independentes, esta situação não desvirtua a sua função não-executiva.

Para além de os Estatutos determinarem que, em termos totais, a remuneração variável do Conselho de Administração não pode exceder 5% dos lucros do exercício, estão previstos mecanismos na política retributiva em vigor que visam, por um lado, premiar a criação de valor efetiva, numa perspectiva de longo prazo, e, por outro, desincentivar a assunção de riscos excessivos e de comportamentos desalinhados com a estratégia preconizada para o GRUPO.

Assim, a retribuição fixa e variável encontra-se balizada por posicionamentos retributivos que têm como racional a função, o respetivo grupo funcional e o *benchmarking* no mercado de referência. A retribuição fixa tem subjacente um valor mínimo e máximo predefinido por grupo funcional e a retribuição variável encontra-se indexada à avaliação de desempenho, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo, predefinidos. Em termos agregados, o *mix* de retribuição fixa e variável encontra-se balanceado, através da fixação de limites mínimos e máximos, previstos no âmbito da política retributiva.

A Comissão de Vencimentos considera que a forma como se encontra estruturada a remuneração dos administradores é adequada, sendo que entende esta Comissão ser desnecessária a fixação de limites máximos potenciais, agregados e/ou individuais, da remuneração a pagar aos membros do órgão de administração, mais considerando que a política de remunerações adotada está em linha com as práticas remuneratórias da generalidade das empresas congéneres do PSI-20, ponderadas as características da Sociedade.

Os membros do órgão de administração não celebraram contratos, nem com a Sociedade, nem com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A atual política de remunerações do GRUPO, tal como aprovada em Assembleia Geral, procura promover, numa perspetiva de médio e longo prazo, o alinhamento dos interesses dos administradores, demais órgãos sociais e dirigentes com os interesses da Sociedade, e assenta, sobretudo, numa base fixa, com uma componente variável (quando aplicável) em função dos resultados da atividade desenvolvida e da situação económica e financeira da Sociedade.

Conforme descrito no ponto 69, a política retributiva do GRUPO tem subjacentes instrumentos de retribuição variável estruturados de modo a promover o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, desincentivando a assunção excessiva de riscos, nomeadamente pela monitorização de KPI associados à dimensão “controlo interno/risco controlado”.

Para tal, estão definidos na política retributiva mecanismos de indexação da retribuição variável à avaliação de desempenho, que, por seu turno, se baseia em KPI declinados a partir do Plano Estratégico do GRUPO, definido para um horizonte de longo prazo.

Ao abrigo da componente quantitativa da avaliação de desempenho, são definidas, no início do ciclo de avaliação, as metas a atingir para cada um dos KPI.

A determinação da retribuição variável no GRUPO pressupõe um atingimento médio satisfatório das metas fixadas, ponderadas com a avaliação qualitativa individual (podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo, predefinidos).

Adicionalmente, estão estabelecidos mecanismos preventivos de inibição do pagamento de retribuição variável, caso se verifique uma das seguintes condições:

- Uma das metas-barreira (que corresponde ao valor mínimo a atingir por KPI, para ser elegível o pagamento de retribuição variável) não ser atingida, de acordo com os parâmetros fixados no início de cada ciclo de avaliação anual;
- O atingimento médio das metas definidas por KPI, ponderado com a avaliação qualitativa individual, ser insatisfatório.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

A política de remuneração e compensação dos membros executivos do Conselho de Administração da Sociedade, e dos membros não executivos não independentes, obedece a um plano composto por: (i) uma componente fixa definida de acordo com a função, respetivo enquadramento nos grupos funcionais predefinidos para o GRUPO e *benchmarking* de mercado (suportados na metodologia internacional Hay de pontuação de funções) e que engloba a remuneração bruta base paga por referência ao período de um ano; e (ii) uma componente variável paga a título de prémio de performance tendo em consideração a evolução do seu desempenho, baseada em critérios definidos e revistos anualmente pela Comissão de Vencimentos.

Os critérios de atribuição da retribuição variável aos membros dos órgãos de administração do GRUPO estão indexados à avaliação de desempenho, da responsabilidade da Comissão de Vencimentos.

A avaliação do desempenho compreende duas componentes: a avaliação quantitativa, medida através do cumprimento de KPI indexados ao Plano Estratégico do GRUPO e que são declinados em metas anuais, fixadas no início de cada ciclo de avaliação; e a avaliação qualitativa, que resulta de uma avaliação individual discricionária.

O pagamento da retribuição variável aplicável aos membros dirigentes do GRUPO pressupõe a observância de duas condições cumulativas: o atingimento das metas barreira, definidas no início de cada ciclo de avaliação anual, desdobradas a partir do Plano Estratégico do GRUPO; e o atingimento satisfatório das metas quantitativas ponderadas com a avaliação qualitativa individual, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo, predefinidos.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Não existe qualquer diferimento no pagamento das referidas remunerações variáveis. Não obstante este facto, a Comissão de Vencimentos estrutura a remuneração dos membros do órgão de administração de forma a poder haver uma continuação do desempenho positivo da Sociedade no longo prazo. *Ex ante*, a monitorização do desempenho positivo é realizada através da avaliação periódica dos KPI desdobrados do Plano Estratégico do GRUPO, permitindo acompanhar a evolução do desempenho da Sociedade. *Ex post*, encontram-se definidos mecanismos na política retributiva que visam inibir o pagamento de retribuição variável caso não seja verificada uma das seguintes condições:

- Uma das metas-barreira (que corresponde ao valor mínimo a atingir por KPI, para ser elegível o pagamento de retribuição variável) não ser atingida, de acordo com os parâmetros fixados no início de cada ciclo de avaliação anual;
- O atingimento médio das metas definidas por KPI ponderado com a avaliação qualitativa individual ser insatisfatório.

A Comissão de Vencimentos considera que a forma como se encontra estruturada a remuneração dos administradores, nomeadamente a ausência de qualquer mecanismo de diferimento da componente variável, é adequada e permite o alinhamento dos interesses destes com os interesses da Sociedade no longo prazo. Pelo mesmo motivo, entende a Comissão de Vencimentos ser desnecessária a fixação de limites máximos potenciais, agregados e/ou individuais, da remuneração a pagar aos membros dos órgãos sociais, mais considerando que a política de remunerações adotada está em linha com as práticas remuneratórias da generalidade das empresas congéneres do PSI-20, ponderadas as características da Sociedade.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de ações e/ou qualquer outro sistema de incentivos com ações.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir opções sobre ações.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

A Sociedade não tem qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Com exceção dos administradores acionistas fundadores, a Sociedade não tem em vigor regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores. Os administradores acionistas fundadores são beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos, que lhes permitirá obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da reforma. O referido plano já se encontrava em vigor em data anterior à data de admissão à cotação da MOTA-ENGIL.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montantes acumulados de responsabilidades com planos de reforma de benefícios definidos relativamente aos referidos administradores eram como se segue:

Membros	Valores em euros		
	2017	2016	Variação
António Manuel Queirós V. da Mota	4.785.501	3.966.780	818.721
Maria Manuela Q. V. Mota dos Santos	2.855.574	2.646.106	209.469
Maria Teresa Q. V. Mota Neves da Costa	2.247.151	1.800.152	446.999
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	2.243.406	1.696.197	547.209
	12.131.632	10.109.234	2.022.398

A variação ocorrida em 2017 nas responsabilidades acumuladas deveu-se, nomeadamente, à alteração da taxa de desconto e ao aumento dos salários dos administradores.

IV. Divulgação das remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da Sociedade, proveniente da Sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

Valores em euros

Membros	Componente Fixa	Componente Variável	Senhas de presença	Total
Administradores executivos				
Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins	474.472	265.000		739.472
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	279.487	60.000		339.487
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	289.135	80.000		369.135
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	219.187	50.000		269.187
Eduardo João Frade Sobral Pimentel	337.014	60.000		397.014
António Martinho Ferreira Oliveira	293.725	65.000		358.725
João Pedro Santos Dinis Parreira	261.995	200.000		461.995
Manuel António Fonseca Vasconcelos da Mota	250.833	140.000		390.833
Administradores não executivos não independentes				
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	476.000	75.000		551.000
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	286.000	70.000		356.000
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	251.000	40.000		291.000
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	245.710	40.000		285.710
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	260.395	40.000		300.395
Luís Filipe Cardoso da Silva	243.461	65.000		308.461
Administradores não executivos independentes				
Luís Valente de Oliveira			50.000	50.000
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier			55.000	55.000
António Manuel da Silva Vila Cova			39.500	39.500
				5.562.914

Não existem quaisquer planos de atribuição de ações ou de direitos de adquirir opções sobre ações ou de qualquer outro sistema de incentivos com ações, sendo que os critérios relativos às componentes variáveis da remuneração dos órgãos de administração são aqueles que constam da política de remunerações descrita no ponto 69.

A informação sobre a ligação entre a remuneração e o desempenho dos órgãos de administração é aquela que consta da política de remunerações descrita no ponto 69.

A informação sobre os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais é aquela que consta da política de remunerações descrita no ponto 69.

Não existem quaisquer outros montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de GRUPO ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Os montantes pagos por outras sociedades do GRUPO encontram-se incluídos no quadro do ponto anterior.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos.

A componente variável da remuneração dos membros do Conselho de Administração corresponde a um prémio de desempenho e está dependente da avaliação de desempenho, cujos princípios gerais e respetivo modo de aplicação se encontram previstos no Modelo Corporativo de Gestão de Desempenho, tal como já explicitado no ponto 69.

Os montantes pagos aos administradores executivos e aos administradores não executivos não independentes sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamentos de prémios, encontram-se explicitados no quadro constante do ponto 77.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da Sociedade, para efeitos da Lei nº 28/2009, de 19 de junho.

		Valores em euros
Membros	Empresa	Total
Alberto João Coraceiro de Castro	Mota-Engil SGPS	30.000
José Rodrigues de Jesus	Mota-Engil SGPS	30.000
Horácio Fernando Reis Sá	Mota-Engil SGPS	8.000
		68.000

Adicionalmente, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda auferiu, na Sociedade e em empresas em relação de domínio ou GRUPO, o montante de 872.566 euros durante o ano de 2017 (ver pontos 46 e 47).

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

Durante o ano de 2017, o presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu 6.000 euros.

V. Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não se encontram fixados contratualmente quaisquer limites para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador para além do previsto na lei. A Sociedade recorrerá aos instrumentos jurídicos disponíveis na lei adequados para esta situação, nomeadamente se existir desempenho desadequado de um administrador. Por outro lado, não existe nenhum instrumento jurídico celebrado com administradores que obriguem a Sociedade, nos casos previstos na recomendação III.8, ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação além do que é legalmente exigível.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade. (art. 245º-A, nº 1, al. L).

Não foram celebrados quaisquer acordos entre a Sociedade e os administradores e dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (*stock options*)

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir opções sobre ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir opções sobre ações.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações (*'stock options'*) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir opções sobre ações.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245º-A, nº 1, al. E)).

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir opções sobre ações.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas.

Todos os negócios realizados pela Sociedade com partes relacionadas respeitam o interesse da Sociedade e suas participadas e são realizados em condições normais de mercado. Os mecanismos implementados para controlar tais transações passam por procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, e pela obrigatoriedade de aprovação prévia pelo Conselho Fiscal das transações realizadas com titulares de participação qualificada ou com entidades com eles relacionadas, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, ou respetivas renovações, cujo valor agregado por entidade seja superior a 500 mil euros por ano.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Durante o ano de 2017, não ocorreram transações que devessem ter sido sujeitas a controlo por parte do Conselho Fiscal.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.

Tal como previsto no Regulamento de Funcionamento do Conselho Fiscal, compete a este órgão apreciar previamente as transações a realizar com titulares de participação qualificada ou com entidades com eles relacionadas, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, ou respetivas renovações, cujo valor agregado por entidade seja superior a 500 mil euros por ano.

II. Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios efetuados com partes relacionadas encontra-se divulgada na Nota 38 às demonstrações financeiras consolidadas constante do Relatório e Contas Consolidadas 2017.

PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado

O presente relatório obedece ao modelo constante do anexo ao Regulamento CMVM nº 4/2013, de 1 de agosto, e tem por referência o Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2013 divulgado pela CMVM no seu endereço eletrónico www.cmvm.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

Indicação discriminada das recomendações incluídas no Código de Governo das Sociedades da CMVM adotadas e não adotadas pela MOTA-ENGIL:

Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE		
I.1. As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Cumprida	12
I.2. As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Cumprida	14
I.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Cumprida	12
I.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	
I.5. Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Cumprida	4
II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO		
II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da Sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da Sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Cumprida	21
II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a Sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da Sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do GRUPO; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Cumprida	21
II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da Sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da Sociedade, a definição da estrutura empresarial do GRUPO e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da Sociedade.	Não aplicável	
II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da Sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;	Não cumprida	21

Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
b) Refletir sobre o sistema, estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.		
II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.	Cumprida	50, 51, 52, 53, 54 e 55
II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.	Cumprida	17 e 18
II.1.7 Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da Sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo <i>free float</i> . A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: a) Ter sido colaborador da Sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a Sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; c) Ser beneficiário de remuneração paga pela Sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; e) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.	Cumprida	18
II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Cumprida	21
II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Cumprida	21
II.1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Não aplicável	

II.2. FISCALIZAÇÃO

II.2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Cumprida	32 e 33
II.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Cumprida	38 e 45
II.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Cumprida	45
II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Cumprida	50 e 51
II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à Sociedade (serviços de <i>compliance</i>), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Cumprida	38 e 50

Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES		
II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Não cumprida	67
II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da Sociedade ou que tenha relação atual com a Sociedade ou com consultora da Sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Cumprida	67
II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente: a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; d) Informação quanto à exigibilidade ou inexistência de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.	Cumprida	69
II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.	Não aplicável	
II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.	Não aplicável	

III. REMUNERAÇÕES

III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Cumprida	69 e 70
III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da Sociedade ou do seu valor.	Não cumprida	69
III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Não cumprida	69
III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo desse período.	Não cumprida	72
III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a Sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.	Cumprida	69
III.6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da Sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável	
III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	
III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Cumprida	83

Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
IV. AUDITORIA		
IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da Sociedade.	Cumprida	46
IV.2. A Sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à Sociedade.	Cumprida	46 e 47
IV.3. As Sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Cumprida	44
V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		
V.1. Os negócios da Sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Cumprida	89
V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no nº 1 do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Cumprida	89 e 91
VI. INFORMAÇÃO		
VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Não cumprida	22
VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Cumprida	56 e 58

3. Outras informações

Não existem recomendações cuja não observância ou não aplicação necessitem de posteriores fundamentações.



04 - ANEXOS

1 - Declaração nos termos da alínea c) do nº 1 do Artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários

Nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação financeira constante deste relatório e contas foi elaborada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da MOTA-ENGIL e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da MOTA-ENGIL e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 27 de março de 2018

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Presidente do Conselho de Administração

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Vice-presidente do Conselho de Administração e
Presidente da Comissão Executiva (*Chief Executive Officer*)

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
Vice-presidente do Conselho de Administração

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Vogal do Conselho de Administração

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Vogal do Conselho de Administração

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva (*Chief Financial Officer*)

António Martinho Ferreira de Oliveira
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

João Pedro dos Santos Dinis Parreira
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Eduardo João Frade Sobral Pimentel
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Luís Filipe Cardoso da Silva
Vogal do Conselho de Administração

Luís Valente de Oliveira
Vogal não-executivo e independente do
Conselho de Administração

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
Vogal não-executivo e independente do
Conselho de Administração

António Manuel da Silva Vila Cova
Vogal não-executivo e independente do
Conselho de Administração

2 - Artigos 324º nº 2 e 66º nº 5 alínea d) do Código das Sociedades Comerciais

Durante o exercício de 2017, a MOTA-ENGIL não adquiriu ações próprias.

Em 31 de dezembro de 2017, a MOTA-ENGIL detinha 3.639.812 ações próprias representativas de 1,53% do seu capital social, as quais não conferiam direitos de voto.

3 - Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 14º nº 7 do Regulamento da CMVM nº 5/2008

Divulgação de ações e outros títulos detidos por membros do Conselho de Administração e por dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas, nos termos do Artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, e das transações sobre os mesmos efetuadas no decurso do exercício.

Anexo a que se refere o Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e o nº 7 do Artigo 14º do Regulamento da CMVM nº 5/2008:

Dirigentes	Data	Detendo ações de								
		MOTA-ENGIL, SGPS, SA					MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
		Qt.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora Bolsa	%	Qt.	%	Qt.	%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	Saldo Final	5.550.020				2,34%	0	0,0%	28.701	34,48%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	Saldo Final	3.675.066				1,55%	0	0,0%	17.902	21,51%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	Saldo Final	3.676.836				1,55%	0	0,0%	17.902	21,51%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	Saldo Final	4.494.211				1,89%	0	0,0%	17.902	21,51%
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	Saldo Final	80.000				0,03%				
Maria Sílvia Fonseca Vasconcelos Mota	Saldo Final	87.061				0,04%				
José Manuel Mota Neves da Costa	Saldo Inicial	37.000								
	21/dez/17	2.000	3,689	Venda	Bolsa					
	Saldo Final	35.000				0,01%				
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	Saldo Inicial	72.985								
	16/jun/17	17.015	2,628	Compra	Bolsa					
	Saldo Final	90.000				0,04%				
Luís Filipe Cardoso da Silva	Saldo Final	12.500				0,01%				
Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins	Saldo Final	12.435				0,01%				
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	Saldo Final	1.000				0,00%				
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	Saldo Final	20.138				0,01%				
Alberto João Coraceiro de Castro	Saldo Final	2.200				0,00%				
António Largo Cerqueira, S.A.	Saldo Inicial	0								
	Aquisição*	3.091.577								
	30/ago/17	3.091.577				1,30%				
F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, SA	Saldo Final	-				-	6.337.640	100,0%		
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA	Saldo Inicial	132.756.739				55,90%				
	1/mar/17	2.000	1,664	Compra	Bolsa					
	10/jul/17	20.000	2,384	Compra	Bolsa					
	27/jul/17	25.000	2,483	Compra	Bolsa					
	Saldo Final	132.803.739				55,92%	-	-		

*Em 30 de agosto de 2017, a Mota Gestão e Participações, SGPS, SA adquiriu 51% do capital social da António Largo Cerqueira, SA, a qual detinha naquela data 3 091 577 ações da Mota-Engil, SGPS, SA

As obrigações detidas pelos membros do Conselho de Administração, pelos dirigentes e pelos membros dos órgãos de fiscalização da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 eram como segue:

Nome	Nº de obrigações	Obrigações ME 2014/2019	Obrigações ME 2015/2020
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	102	2	100
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	7	7	-
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	28	16	12
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	2	2	-
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	194	-	194
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	16	-	16
Eduardo João Frade Sobral Pimentel	56	-	56
Luís Filipe Cardoso da Silva	36	-	36
António Manuel da Silva Vila Cova	300	-	300
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	350	-	350
Alberto João Coraceiro de Castro	16	-	16

4 – Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Adicionalmente, apresenta-se de seguida a lista dos acionistas que, em 31 de dezembro de 2017, eram titulares de, pelo menos, 10%, 33% ou 50% do capital social da MOTA-ENGIL:

Acionista	2017		2016	
	Nº de ações	% capital	Nº de ações	% capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA (Direta e indiretamente através da António Largo Cerqueira, S.A.)	135.895.316	57,22%	132.756.739	55,90%

5 - Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro

Nos termos e para os efeitos do artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, declara-se que as empresas integrantes do GRUPO MOTA-ENGIL não apresentam dívidas em mora à Segurança Social.

6 - Artigo 66º nº 5 alínea g) do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2017, as empresas integrantes do GRUPO MOTA-ENGIL detinham sucursais nos seguintes países:

Empresa	País
Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA	Argélia
	Brasil
	Cabo Verde
	Colômbia
	Espanha
	EUA
	França
	Hungria
	Irlanda
	Marrocos
	Panamá
	Peru
	Paraguai
	Polónia
Reino Unido	
Rep. Checa	
Roménia	
Mota-Engil, Engenharia e Construção África, SA	Angola
	Cabo Verde
	Camarões
	Costa do Marfim
	Gana
	Malawi
	Moçambique
	Quénia
	Ruanda
	Swazilândia
	Tanzânia
	Uganda
	Zâmbia
Zimbabwe	
Manvia – Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, SA	Espanha
Manvia II Condutas, Lda.	Angola
Mota-Engil Peru, SA	Colômbia
Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA	Marrocos
Mota-Engil Africa, NV	Quénia
	Uganda
	Zâmbia
Mota-Engil Central Europe, S.A.	República Checa
SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda.	Omã

7 - Participações qualificadas

Dando cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 2º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, apresenta-se de seguida uma lista dos titulares de participações qualificadas em 31 de dezembro de 2017, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários:

Acionistas	Nº de ações	% Capital	% Direitos de voto
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA (*)	132.803.739	55,92%	56,79%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (**) (a)	5.550.020	2,34%	2,37%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (**) (a)	4.494.211	1,89%	1,92%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (**) (a)	3.676.836	1,55%	1,57%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (**) (a)	3.675.066	1,55%	1,57%
António Lago Cerqueira, S.A. (***)	3.091.577	1,30%	1,32%
Maria Sílvia Fonseca Vasconcelos Mota (****)	87.061	0,04%	0,04%
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (**)	80.000	0,03%	0,03%
José Manuel Mota Neves da Costa (****)	35.000	0,01%	0,01%
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas (**)	20.138	0,01%	0,01%
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota (**)	90.000	0,04%	0,04%
Atribuível à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA	153.603.648	64,67%	65,68%
Gothic Corp Mutima Capital (*)	3.757.593	1,58%	1,61%
Gothic JBD LLC Mutima Capital (*)	1.341.887	0,56%	0,57%
Gothic HSP Corp Mutima Capital (*)	973.089	0,41%	0,42%
Gothic ERP LLC Mutima Capital (*)	500.000	0,21%	0,21%
The Mutima Africa Fund LP (*)	353.684	0,15%	0,15%
Atribuível à Mutima Capital Management, LLC	6.926.253	2,92%	2,96%
Ações próprias	3.639.812	1,53%	-
Freefloat	73.335.428	30,88%	31,36%
TOTAL	237.505.141	100,00%	100,00%

(*) Acionista direto da Sociedade

(**) Membro do Conselho de Administração da Sociedade e Dirigente

(***) Entidade detida em 51% pela Mota Gestão e Participações, SGPS, SA

(****) Dirigente da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2017, a Mota Gestão e Participações, SGPS, SA é detida a 100% pela FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA, a qual é detida a 100% pelos membros do Conselho de Administração assinalados com (a) acima.

À data deste relatório, eram atribuíveis à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA 153.753.648 ações, correspondentes a 64,74% do capital social da MOTA-ENGIL, que conferem 65,74% dos direitos de voto.

8 - Declaração do Conselho de Administração sobre políticas de remuneração aplicáveis aos dirigentes do GRUPO MOTA-ENGIL na aceção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários

1. INTRODUÇÃO

Em alinhamento com as recomendações efetuadas pela CMVM sobre a relevância de a política de remuneração abranger os dirigentes na aceção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, apresentam-se seguidamente os princípios e opções gerais vigentes, que são extensíveis ao universo de colaboradores da GRUPO MOTA-ENGIL, no qual se incluem outros trabalhadores cuja atividade profissional possa ter um impacto relevante no perfil de risco da Sociedade e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. Relativamente às opções em matéria remuneratória aplicáveis aos membros do órgão de administração e fiscalização, cuja obrigatoriedade se encontra prevista na Lei nº 28/2009, de 19 de junho, remete-se para a Declaração da Comissão de Vencimentos as respetivas opções concretas.

2. PRINCÍPIOS GERAIS

A política de remuneração do GRUPO MOTA-ENGIL compreende um conjunto de princípios operativos que visam garantir o seu contributo para a prossecução da visão estratégica e cultura preconizada para o GRUPO, bem como o alinhamento dos interesses dos dirigentes com os interesses de longo prazo do GRUPO.

– Capacidade de captação e retenção:

O GRUPO MOTA-ENGIL pretende, através da sua política de remuneração, garantir a atração e retenção do talento, adotando um posicionamento competitivo face ao mercado, tendo em conta o grau de responsabilidade e contributo dos colaboradores para a criação de valor.

– Alinhamento das práticas de remuneração com o desempenho de curto e longo prazo:

A política de remuneração do GRUPO MOTA-ENGIL e respetivas regras de aplicação encontram-se indexadas ao modelo de avaliação de desempenho em vigor, que, por seu turno, compreende a avaliação de indicadores e metas de desempenho declinadas do Plano Estratégico do GRUPO definido para um horizonte de longo prazo.

– Equidade/competitividade:

A política de remuneração encontra-se segmentada em grupos funcionais que resultam de uma avaliação da função, permitindo, por um lado, nivelar internamente as práticas retributivas segundo critérios de responsabilidade, complexidade e autonomia e, por outro, assegurar a sua competitividade com as práticas do mercado de referência.

– Meritocracia:

Os critérios que estabelecem o incremento das componentes retributivas têm subjacente o sucesso atingido pelo GRUPO MOTA-ENGIL e pelos respetivos negócios, bem como a avaliação de desempenho individual dos colaboradores, de modo a reconhecer e premiar o mérito e a excelência.

– Transversalidade/verticalidade:

O GRUPO MOTA-ENGIL pretende associar ao seu modelo de gestão uma política comum para funções executivas e de gestão, promovendo o alinhamento transversal e a convergência para a estratégia, cultura e objetivos do GRUPO.

De modo a salvaguardar a especificidade dos diferentes negócios, a política de remuneração incorpora ainda regras de aplicação vertical, empresa a empresa, de modo a adequar as suas práticas ao contexto do respetivo setor de atividade e mercado de referência

A política retributiva do GRUPO MOTA-ENGIL está segmentada em grupos funcionais, que agregam funções de acordo com parâmetros, tais como o grau de conhecimento, complexidade e responsabilidade/autonomia exigidos, aferidos periodicamente através da metodologia internacional Hay, e que se encontram estruturados do seguinte modo:

- *Top Executives*
- *Executives*
- *Top Management*
- *Management*
- *Technicians*
- *Administrative and Operational*

Os grupos funcionais listados constituem o suporte fundamental à definição das políticas de recursos humanos, nomeadamente a política retributiva, que estabelece, para cada grupo funcional, as componentes e condições retributivas, quer sejam de natureza fixa, variável e/ou benefícios, tendo em consideração a estratégia de posicionamento preconizada e as práticas salariais dos mercados de referência determinados.

Os dirigentes do GRUPO MOTA-ENGIL encontram-se enquadrados nos grupos funcionais *Top Executives*, *Executives* e *Top Management*.

3. OPÇÕES CONCRETAS

3.1 Arquitetura global da política de remuneração do GRUPO

A política de remuneração do GRUPO MOTA-ENGIL compreende a existência de três componentes retributivas que são definidas tendo em conta a função desempenhada, o alinhamento com as práticas salariais do mercado e o desempenho demonstrado pelos colaboradores:

- Remuneração fixa, que é composta pela retribuição-base bruta paga por referência ao período de um ano. Cada grupo funcional tem associada uma banda salarial, estando estabelecidos os valores mínimos, médios e máximos, tendo em conta a função, o nível de experiência e desempenho do titular e as práticas salariais do mercado de referência e da MOTA-ENGIL.
- Remuneração variável, que inclui um bônus de curto prazo, pago em função da consecução das metas de desempenho definidas que, nos grupos funcionais de maior responsabilidade, inclui uma maior ponderação dos KPI indexados ao Plano Estratégico do GRUPO. Cada grupo funcional estabelece um conjunto de *target pays* baseados nas práticas salariais do mercado de referência para funções de nível de responsabilidade equiparáveis, de acordo com o nível de desempenho atingido pelo GRUPO e pelo colaborador.
- Benefícios, que preconiza um portfólio de benefícios aplicáveis de acordo com a função desempenhada e respetivo grupo funcional.

3.2 Indexação da política de remuneração ao desempenho do GRUPO MOTA-ENGIL

Com o objetivo de promover o alinhamento dos interesses de curto e longo prazo da MOTA-Engil e prevenir a assunção excessiva de riscos, o pagamento da componente variável encontra-se indexado à avaliação de desempenho, cujos princípios gerais e respetivo modo de aplicação se encontram previstos no Modelo Corporativo de Gestão de Desempenho.

A avaliação do desempenho no GRUPO compreende duas componentes:

- Avaliação quantitativa, que compreende um conjunto de *Key Performance Indicators (KPI)*, indexados ao Plano Estratégico do GRUPO.
- Avaliação qualitativa, que resulta de uma avaliação individual incidindo sobre competências-chave para o GRUPO.

Estão igualmente estabelecidos mecanismos preventivos que visam promover a contenção da assunção e tomada de riscos que possam ser prejudiciais para os interesses da Sociedade e inibir o pagamento de retribuição variável de modo a minimizar o incentivo de resultados desalinhados com uma perspetiva de criação de valor sustentável, num horizonte de longo prazo. Desta forma, na avaliação de desempenho são levados em consideração critérios como os riscos assumidos pelos titulares na tomada de decisão, bem como o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da Sociedade.

3.3 Planos de atribuição de ações ou opções de aquisição de ações

Não existem planos de atribuição de ações ou opções de aquisição de ações relativamente aos membros dirigentes na aceção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários.

9 - Lista de cargos exercidos pelos administradores:**António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil Angola, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da ÁreaGolfe – Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Aurimove, Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Manvia – Manutenção e Exploração de Instalações e Construções, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Martifer, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Real Estate Portugal, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MESP – Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Europa, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Nortedomus – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Sedengil – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Suma Tratamento, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Angola, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção África, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Indústria e Inovação, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Empresa Geral do Fomento, SA
- Membro do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Presidente do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda
- Membro da Comissão de Vencimentos da António do Lago Cerqueira, SA
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota
- Membro do Conselho Geral da AEP, em representação da Mota-Engil, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação AEP, em representação da Mota-Engil, SGPS, SA
- Membro da Comissão Administrativa do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa
- Membro do Conselho Municipal de Economia do Porto – “Casa dos 24”
- Membro do Conselho de Administração da Swipe News, SA

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vice-presidente)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil África, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Engenharia e Construção África, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Lineas – Concessões de Transportes, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Douro - Estradas do Douro Interior, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Pinhal Interior, Estradas do Pinhal Interior, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora DI, Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora PI, Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi, Serviços de Assessoria, Gestão e Operação, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi O&M, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Mexico SA de CV
- Gerente da Lineas – Serviços de Administração e Gestão, Lda.
- Membro do Conselho de Administração da Copexa - Concessionaria Autopista Perote-Xalapa, SA de CV
- Membro do Conselho de Administração da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo SA
- Administrador Único da Mota-Engil, África, NV
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ascendi Douro – Estradas do Douro Interior, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ascendi Pinhal Interior, Estradas do Pinhal Interior, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ascendi Operadora DI, Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ascendi Operadora PI, Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo S.A., em representação da Lineas – Concessões de Transportes, SGPS, S.A
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota- Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Vogal do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, SA

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo (Vice-presidente)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

- Presidente do Conselho de Administração da Martifer Metallic Constructions, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Indústria e Inovação, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Vetor Diálogo, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Martifer, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Martifer Solar Inc
- Membro do Conselho de Administração da Martifer Silverado Fund I, LLC
- Membro do Conselho de Administração da Duelobrigatório, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mercado Urbano – Gestão Imobiliária, SA

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Membro do Conselho Geral da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
- Membro da Direção da PROFORUM - Associação para o Desenvolvimento da Engenharia
- Vice-Presidente do Conselho Estratégico para a Cooperação, Desenvolvimento e Lusofonia Económica

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda
- Membro da Comissão de Vencimentos da Manvia - Manutenção e Exploração de Instalações e Construções, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Martifer, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Nortedomus – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Áreagolfe – Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Auri move – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Europa, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Indústria e Inovação , SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Sedengil – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Empresa Agrícola Florestal Portuguesa, SA

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda
- Gerente da Serra Lisa, Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, Lda
- Membro do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da António do Lago Cerqueira, SA
- Membro do Conselho de Curadores e Presidente do Conselho de Administração da Fundação Manuel António da Mota

Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção África, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, SA
- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
- Gerente da Navarras Supermercados, Lda
- Gerente da Imobiliária Toca do Lobo, Lda
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda
- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda
- Gerente da Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Renewing , SA
- Membro do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil Angola, SA

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Membro do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda
- Gerente da Verotâmega – Sociedade Imobiliária, Lda
- Membro da Comissão de Vencimentos da António do Lago Cerqueira, SA
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Real Estate Portugal, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Real Estate, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil America Latina, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Europa, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Empresa Construtora do Brasil, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Renewing, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Latam Portugal, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Central Europe Česká Republika, A.S.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Real Estate Portugal, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Administrador da Mota-Engil, Latin America, BV
- Administrador da Mota-Engil Energy, BV
- Administrador da Mota-Engil Tourism, BV
- Administrador da Flame Investments, BV
- Administrador da Global Technical Services Latam, BV
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Central Europe, SA

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da António do Lago Cerqueira, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota Global - Planeamento, S.A.
- Gerente da Kepler, SGPS, Lda.

Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

- Presidente do Conselho de Administração da Manvia – Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, Europa SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Aurimove – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Nortedomus – Sociedade Imobiliária, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sedengil – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, SA

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Não exerce funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

- Presidente do Conselho de Administração da Sunviauto México, S.A. de C.V.
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Serviços Partilhados Administrativos e de Gestão SA
- Membro do Conselho de Administração da Lineas – Concessões de Transportes, SGPS, S.A.
- Administrador da Mota-Engil, Finance, B.V.
- Gerente da Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda
- Gerente da Lineas – Serviços de Administração e Gestão, Lda

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da António do Lago Cerqueira, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota Global – Planeamento, S.A.
- Gerente da Kepler, SGPS, Lda.
- Vice-Presidente da Direcção Nacional da ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral do IET - Instituto Empresarial do Tâmega
- Membro da Direcção da AEP - Associação Empresarial de Portugal
- Membro do Board da EIC - European International Contractors

António Martinho Ferreira de Oliveira (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

- Presidente do Conselho de Administração da Nortedomus - Sociedade Imobiliária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Aurimove - Sociedade Imobiliária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Turalgo - Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mercado Urbano - Gestão Imobiliária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Haçor – Concessionário do Edifício da Ilha Terceira, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Central Europe Česká Republika, AS
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Magyarország Beruházási És Építőipari Zrt
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Real Estate Portugal, SA
- Membro do Conselho de Administração da Sedengil - Sociedade Imobiliária, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, Europa, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, Real Estate, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, Central Europe, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Glan Agua, Limited
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil International Construction (UK), Limited
- Gerente da Calçadas do Douro - Sociedade Imobiliária, Lda
- Gerente da Corgimobil - Empresa Imobiliária das Corgas, Lda
- Gerente da Edifícios Mota-Viso - Sociedade Imobiliária, Lda
- Gerente da Edipainel - Sociedade Imobiliária, Lda
- Gerente da Motadomus - Sociedade Imobiliária, Lda
- Gerente da Haçor Domus – Compra e Venda de Imóveis, Lda.
- Membro do Supervisory Board da Obol Invest Befektetési És Uzletviteli Tanácsadó KFT
- Membro do Supervisory Board da Obol XI Ingatlanhasznosítási Beruházo És Szolgáltató KFT
- Membro do Supervisory Board da Metró Építőipari Gépészeti és szállítási ZRT
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Central Europe, S.A.
- Membro do Supervisory Board da Devonská Project Development, AS

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Não exerce funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

- Presidente do Conselho de Administração da Empresa Agrícola Florestal Portuguesa, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Construction South Africa (PTY), Ltd
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Investments South Africa (PTY), Ltd
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil África, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Engenharia e Construção África, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil África (PTY), Limited
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, Minerals & Mining (Zimbabwe) (Private), Limited
- Membro do Conselho de Administração da Cosamo (PTY), Ltd
- Membro do Conselho de Administração da Bugesera Airport Company, Limited
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Mining Management (Proprietary), Ltd
- Gerente da Mota Internacional, Comércio e Consultadoria Económica, Lda
- Membro do Supervisory Board da Devonska Project Development, AS
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Central Europe Ceska Republika, AS

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Gerente da Kepler, SGPS, Lda.

João Pedro dos Santos Dinis Parreira (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

- Presidente do Conselho de Administração da Autopista Urbana Siervo de La Nación, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Construcciones dos Puertos, SA de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Constructora Gran Canal, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Turismo, SA de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Energy Holdings Mexico, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Turismo Holding, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Generadora Fénix SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Energia SA de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Peru SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Latam Peru SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Dominicana, SAS
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Chile, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Puente Boca del Río, SA de CV
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil América Latina SAPI de CV
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Mexico, SAPI de CV
- Membro do Conselho de Administração da Ascendi Mexico, S.A. de CV
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Latam Portugal, SA
- Membro do Conselho de Administração da Concessionária Autopista Perote-Xalapa, SA de CV
- Membro do Conselho de Administração da Gestión e Innovación en Servicios Ambientales, SA de CV
- Membro do Conselho de Administração da Operadora Autopista Perote-Xalapa, S.A. de CV
- Membro do Conselho de Administração da Empresa Construtora do Brasil, SA
- Membro Suplente do Conselho de Administração da Concessionária Autopista Cardel-Poza Rica, SA de CV
- Membro Suplente do Conselho de Administração da Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico, SA de CV
- Membro Suplente do Conselho de Administração da Constructora Concessionária Autopista Cardel-Poza Rica, SA de CV
- Membro Suplente do Conselho de Administração da Tuxpan - Tampico Construcciones, SA de CV
- Secretário do Conselho de Administração da Constructora Autopista Perote-Xalapa, SA de CV
- Secretário do Conselho de Administração da M&R Occidente, SAPI de CV
- Secretário do Conselho de Administração da Constructora M&R, SA de CV

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Não exerce funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

Eduardo João Frade Sobral Pimentel (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

- Presidente do Conselho de Administração da Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Ecodetra – Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, S.A
- Membro do Conselho de Administração da Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.
- Gerente da Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda
- Membro da Comissão de Vencimentos da Algar – Valorização de Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Amarsul – Valorização e Tratamento de Resíduos, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ersuc – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Resisestrela - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Resinorte – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Suldouro – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Valorlis – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Valorminho – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
- Presidente do Conselho Superior da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.
- Presidente do Conselho Superior da Suma Tratamento, S.A.

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

Não exerce funções em sociedades fora do Grupo Mota-Engil

Luís Filipe Cardoso da Silva (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

- Membro do Conselho de Administração da Empresa Geral do Fomento, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, Serviços Partilhados Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Resinorte - Valorização de Tratamento de Resíduos Sólidos, SA

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

Não exerce funções em sociedades fora do Grupo Mota-Engil

Luís Valente de Oliveira (Vogal Independente)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Presidente do Conselho de Fundadores da Casa da Música
- Presidente do Conselho Geral da Universidade do Minho
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Membro do Conselho Consultivo das Fundações (Presidência do Conselho de Ministros)

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (Vogal Independente)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Partner e Membro do Conselho de Administração da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados
- Membro não executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA
- Membro não executivo do Conselho de Administração da Riopele, SA
- Membro não executivo do Conselho de Administração da Vallis Capital Partners
- Membro não executivo do Conselho de Administração da Fundação Casa da Música
- Membro não executivo da Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Membro executivo do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco BPI, SGPS,SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Ascendum SA
- Presidente da Assembleia Geral da Têxtil Manuel Gonçalves, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
- Conselheiro de Estado
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo

António Manuel da Silva Vila Cova (Vogal Independente)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017**

Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2017

- Membro da Direção da Liga dos Amigos do Hospital de S. João
- Presidente do Conselho de Administração não-executivo do Banco Finantia

10 – Indicadores GRI 4: Desempenho Ambiental



Materiais – Materiais usados, discriminados por peso ou volume

Europa

Portugal – MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

Materiais	2017
Aço	11.539 t
Betão	45.397 m ³
Agregados	1.469.238 t
Betumes e emulsões	20.860 t
Cimento	48.856 t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	50.000 L

Portugal – CAPSFIL

Materiais	2017
Aço	4 t
Betão	1.646 m ³
Agregados	23.843 t
Betumes e emulsões	19 t
Cimento	251 t

Portugal – TAKARGO

Materiais	2017
Areia locomotivas	60 t
Cepos sintéticos - material compósito	7 t

Portugal – VIBEIRAS

Materiais	2017
Aço	44 t
Betão	2.370 m ³
Agregados	35.354 t
Betumes e emulsões	8 t
Cimento	672 t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	3.380 L

Portugal – EGF

Materiais	2017
Acumuladores	8 t
Sacos de plástico	14 t
Pneus novos (pesados e ligeiros)	148 t
Pneus recauchutados (pesados e ligeiros)	106 t
Lubrificantes/massas	201.107 L
Químicos Produção (herbicidas, desinfetantes, detergentes, lixívia)	81.866 L
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	1.986 L
Outros Produtos Químicos para Manutenção Automóvel	33.120 L
Papel	15 t
Cartuchos/tinteiros (jato tinta)	44 un
Toners (laser)	439 un

Portugal – SUMA

Materiais	2017
Acumuladores	5.7 t
Sacos de plástico	122 t
Pneus novos (pesados e ligeiros)	76 t
Pneus recauchutados (pesados e ligeiros)	86 t
Lubrificantes/massas	173.354 L
Químicos Produção (herbicidas, desinfetantes, detergentes, lixívia)	29.184 L
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	4.169 L
Outros Produtos Químicos para Manutenção Automóvel	3.174 L
Papel	9.7 t
Cartuchos/tinteiros (jato tinta)	297 un
Toners (laser)	171 un

Irlanda

Materiais	2017
Aço	750 t
Betão	26.500 m ³
Betumes e emulsões	630 t

Polónia

Materiais	2017
Aço	11.715 t
Betão	103.000 m ³
Betumes e emulsões	746.157 t
Cimento	24.241 t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	8.666 L

África

África do Sul

Materiais	2017
Betão	127.000 m ³
Cimento	7.780 t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	107.000 L

Angola

Materiais	2017
Aço	7.500 t
Betão	85.235 m ³
Agregados	1.503.690 t
Betumes e emulsões	20.900 t
Cimento	35.000 t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	210.000 L

Cabo Verde

Materiais	2017
Aço	106 t
Betão	6.000 m ³
Agregados	58.000 t
Cimento	13.600 t

Malawi

Materiais	2017
Aço	970 t
Betão	19.537 m ³
Agregados	120 t
Betumes e emulsões	200 t
Cimento	3.800 t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	600 L

Moçambique

Materiais	2017
Aço	250 t
Betão	2.410 m ³
Betumes e emulsões	4.500 t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	15.000 L

Ruanda

Materiais	2017
Aço	266 t

Uganda

Materiais	2017
Aço	1.010 t
Betão	13.908 m ³
Agregados	383.127 t
Betumes e emulsões	3.600 t
Cimento	4.284 t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	250 L

Zâmbia

Materiais	2017
Aço	206 t
Betão	2.117 m ³
Agregados	24.132 t
Betumes e emulsões	160 t
Cimento	1.244 t

América Latina**Brasil**

Materiais	2017
Aço	4.879 t
Betão	103.720 m ³
Agregados	623.032 t
Betumes e emulsões	7.248 t
Cimento	32.951 t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	44.700 L

México

Materiais	2017
Aço	39.639 t
Betão	348.054 m ³
Agregados	257.600 t
Betumes e emulsões	223.867 t
Cimento	1.213 t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	294 L

Paraguai

Materiais	2017
Aço	574 t
Betão	18.284 m ³
Agregados	47.272 t
Cimento	133 t

República Dominicana

Materiais	2017
Aço	120 t
Betão	5.249 m ³
Agregados	703 t
Cimento	75 t

**Materiais – Percentual de materiais usados provenientes de reciclagem****Europa****Portugal – CAPSFIL**

Materiais	2017
Pneus recauchutados	42%

Portugal – EGF

Materiais	2017
Pneus recauchutados	50%
Papel reciclado	56%
Purga da indústria de reciclagem de PE utilizada na manutenção do leito de compostagem em substituição de estilha (Amarsul)	70%
Toners	83%

Portugal – SUMA

Materiais	2017
Pneus recauchutados	47%

África

Uganda

 Materiais	 2017
Pneus usados nos muros de contenção	20%



Energia – Consumo de energia dentro da Organização

Europa

Portugal – MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

 Energia	 2017
Gasóleo	275.644 GJ/ano
Gasolina	342 GJ/ano
Propano	331 GJ/ano
Fuelóleo	78.569 GJ/ano
Gás Natural	5 GJ/ano

Portugal – CAPSFIL

 Energia	 2017
Gasóleo	10.907 GJ/ano

Portugal – TAKARGO

 Energia	 2017
Gasóleo Frota	291.721 GJ/ano

Portugal – VIBEIRAS

 Energia	 2017
Gasóleo	13.573 GJ/ano
Gasolina	2.355 GJ/ano

Portugal – EGF

 Energia	 2017
Gasóleo	362.290 GJ/ano
Gasolina	156 GJ/ano
Gás Natural	99.064 GJ/ano
GPL	7 GJ/ano
Propano	276 GJ/ano

Portugal – SUMA

 Energia	 2017
Gasóleo	173.677 GJ/ano

Portugal – MANVIA

 Energia	 2017
Gasóleo	20.378 GJ/ano
Gasolina	222 GJ/ano

Irlanda

 Energia	 2017
Gasóleo	13.977 GJ/ano

Polónia

Energia	2017
Carvão	88 GJ/ano
Gás Natural	22.757 GJ/ano
Gasolina	3.288 GJ/ano
Gasóleo	181.000 GJ/ano
Óleo	13.750 GJ/ano

África

Malawi

Energia	2017
Carvão	183 GJ/ano
Gasóleo	108.000 GJ/ano
Gasolina	914 GJ/ano
Butano	686 GJ/ano

Moçambique

Energia	2017
Gasóleo	181.255 GJ/ano

Ruanda

Energia	2017
Gasóleo	151.395 GJ/ano

Uganda

Energia	2017
Gasóleo	82.800 GJ/ano
Gasolina	242 GJ/ano
Butano	144 GJ/ano
Propano	44 GJ/ano

Zâmbia

Energia	2017
Gasóleo	71.043 GJ/ano

América Latina

Brasil

Energia	2017
Óleo Combustível (Baixo Ponto de Fluidez)	12.045 GJ/ano
Gasóleo	492.511 GJ/ano
Gasolina	4.993 GJ/ano

Paraguai

Energia	2017
Gasóleo	8.917 GJ/ano
Gasolina	492 GJ/ano

República Dominicana

Energia	2017
Gasóleo	277 GJ/ano



Energia – Consumo de energia fora da Organização

Europa

Portugal – MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

Energia	2017
Eletricidade	36.884 GJ/ano

Portugal – CAPSFIL

Energia	2017
Eletricidade	1.267 GJ/ano

Portugal – VIBEIRAS

Energia	2017
Eletricidade	219 GJ/ano

Portugal – EGF

Energia*	2017
Eletricidade	186.066 GJ/ano
Aquecimento e refrigeração	36.888 GJ/ano
Solar	603 GJ/ano

*Nota: Energia elétrica produzida internamente e vendida no valor de 1.963.797 GJ/ano

Portugal – SUMA

Energia	2017
Eletricidade	3.913 GJ/ano

Portugal – MANVIA

Energia*	2017
Eletricidade	229 GJ/ano

(* Valor não inclui Sucursal da Manvia em Espanha)

Irlanda

Energia	2017
Eletricidade	32.206 GJ/ano

Polónia

Energia	2017
Eletricidade	33.894 GJ/ano
Aquecimento e refrigeração	

África

África do Sul

Energia	2017
Eletricidade	2.676 GJ/ano

Malawi

Energia	2017
Eletricidade	2.200 GJ/ano

Moçambique

Energia	2017
Eletricidade	2.955 GJ/ano

Ruanda

Energia	2017
Eletricidade	93 GJ/ano

Uganda

Energia	2017
Eletricidade	2.293 GJ/ano

Zâmbia

Energia	2017
Eletricidade	5.123 GJ/ano

América Latina**Brasil**

Energia	2017
Eletricidade	2.496 GJ/ano

México – MOTA ENGIL MÉXICO

Energia	2017
Eletricidade	1.424 GJ/ano

México – GISA

Energia	2017
Eletricidade	1 GJ/ano

República Dominicana

Energia	2017
Eletricidade	11 GJ/ano

EN8

Água – Total de retirada de água por fonte**Europa****Portugal – MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO**

Água	2017
Captação de água de superfície	37.546 m ³ /ano
Captação de água subterrânea	88.918 m ³ /ano
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	31.323 m ³ /ano

Portugal – CAPSFIL

Água	2017
Captação de água de superfície	6.000 m ³ /ano
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	3.600 m ³ /ano

Portugal – EGF

Água	2017
Captação de água subterrânea	304.450 m ³ /ano
Captação de água da chuva diretamente recolhida e armazenada pela Organização	2.057 m ³ /ano
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	210.952 m ³ /ano
Reutilização de efluente tratado	23.151 m ³ /ano

Portugal – SUMA

Água	2017
Captação de água subterrânea	39.502 m ³ /ano
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	13.167 m ³ /ano

Portugal – MANVIA

Água	2017*
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	1.201 m ³ /ano

(*Contempla valores da Manvia e da sua Sucursal em Espanha)

África

África do Sul

Água	2017
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	15.321 m ³ /ano

Cabo Verde

Água	2017
Captação de água subterrânea	7.750 m ³ /ano

Malawi

Água	2017
Captação de água de superfície	250.000 m ³ /ano
Captação de água subterrânea	114.685 m ³ /ano
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	23.079 m ³ /ano

Moçambique

Água	2017
Captação de água de superfície	6.900.000 m ³ /ano
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	16.573 m ³ /ano

Ruanda

Água	2017
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	18.974 m ³ /ano
Captação de água de superfície	28.554 m ³ /ano

Uganda

Água	2017
Captação de água de superfície	845.000 m ³ /ano
Captação de água subterrânea	12.000 m ³ /ano

Zâmbia

Água	2017
Captação de água subterrânea	42.800 m ³ /ano

América Latina

Brasil

Água	2017
Captação de água de superfície	179.844 m ³ /ano
Captação de água subterrânea	13.429 m ³ /ano
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	73.409 m ³ /ano

México – MOTA ENGIL MÉXICO

Água	2017
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	383.863 m ³ /ano

México – GISA

Água	2017
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	340 m ³ /ano

República Dominicana

Água	2017
Captação de água subterrânea	560 m ³ /ano


Biodiversidade – Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas protegidas

- As empresas da EGF têm instalações definitivas em áreas classificadas/zonas protegidas, marcando presença no Parque Natural da Serra da Estrela (0,0036 Km² de dimensão afetada), na Reserva Agrícola do Estuário do Tejo (RNET) (0,04 Km² de dimensão afetada), na Zona parcial do Aterro Sanitário do Barlavento e, por fim, na Zona parcial do Aterro Sanitário do Sotavento (0,132 Km² de dimensão afetada), totalizando os 0,1756 Km² de dimensão afetada.

- A Irlanda tem instalações definitivas em áreas classificadas como zonas protegidas, marcando presença na zona Oughterard Wastewater Treatment Plant (0,00607 km² de dimensão afetada) e em Ballinakill GWS (0,00202 km² de dimensão afetada), totalizando os 0,00809 Km² de dimensão afetada.

- O Uganda tem instalações definitivas em áreas classificadas/zonas protegidas, marcando presença no National Park Queen Elizabeth, contabilizando 11 km lineares de área afetada.

- O México tem instalações definitivas em áreas classificadas/zonas protegidas, marcando presença no Parque Ecológico de la Chontalpa, Tabasco, contabilizando 0,02 km² de área afetada.



Biodiversidade – Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas protegidas

África

Uganda

Biodiversidade	2017
Quais as espécies afetadas?	Flora e fauna
Qual a extensão das áreas que sofrem o impacto?	17 km
Qual a duração dos impactos?	3.5 anos
Qual a reversibilidade dos impactos?	Autoregeneração das espécies

América Latina

Paraguai

Biodiversidade	2017
Quais as espécies afetadas?	Espécies de árvores: Delonix regia, Handroanthus impetiginosus, Jacaranda mimosifolia, Cordia americana, Peltophorum dubium, Ficus benjamina, Myracrodruon urundeuva, Pterogyne nitens, Cedrus, Cedrela fissilis, Handroanthus impetiginosus, Pinus elliottii, Livistona chinensis, Citrus paradisi, Ocotea puberula, Roystonea regia
Qual a extensão das áreas que sofrem o impacto?	12 km
Qual a duração dos impactos?	Impacto permanente
Qual a reversibilidade dos impactos?	Irreversível. Foram desencadeadas ações de reflorestamento em outras áreas



Emissões – Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE)

Europa

Portugal – MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

Emissões	2017
Total	26.467 t CO ₂ /ano

Portugal – TAKARGO

Emissões	2017
Total	21.813 t CO ₂ /ano

Portugal – EGF

Emissões	2017
Total	1.041.882 t CO ₂ /ano

Portugal – SUMA

Emissões	2017
Total	12.853 t CO ₂ /ano

*Nota: Por queima de resíduos foi produzida energia elétrica, a qual foi posteriormente vendida - 1.963.797 GJ/ano.

Polónia

Emissões	2017
Total	17.555 t CO ₂ /ano

África

Uganda

Emissões	2017
Total	32.000 t CO ₂ /ano

América Latina

Brasil

México – GISA

Emissões	2017	Emissões	2017
Total	34.782 t CO ₂ /ano	Total	1.779 t CO ₂ /ano

EN16

Emissões – Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia**Europa**

Portugal – MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

Portugal – EGF

Emissões	2017	Emissões	2017
Total	4.815 t CO ₂ /ano	Total	22.880 t CO ₂ /ano

Polónia

Emissões	2017
Total	13.708 t CO ₂ /ano

América Latina

Brasil

Emissões	2017
Total	57 t CO ₂ /ano

EN17

Emissões – Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE)**Europa**

Portugal – EGF

Emissões	2017
Total	654 t CO ₂ /ano

América Latina

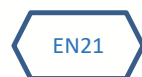
Brasil

Emissões	2017
Total	123 t CO ₂ /ano

**Emissões – Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono (SDO)****Europa**

Polónia

Emissões	2017
Total	3 t CFC-11

**Emissões – Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas****Europa**

Portugal – EGF

Polónia

Portugal – EGF		Polónia	
Emissões	2017	Emissões	2017
NOx	861.781 kg	NOx	34.831 kg
SOx	42.864 kg	SOx	59.474 kg
Compostos Orgânicos Voláteis - COV's	44.976 kg	Poluentes Orgânico Persistente (POPs)	226 kg
Material Particulado - PM	7.622 kg	Poluentes Atmosféricos Perigosos (HAP)	54 g
Compostos inorgânicos fluorados, expressos em F-	682 kg	Material Particulado - PM	13.412 kg
H2S	1.248 kg	CO	106.420 kg
HCl	4.362 kg	Poeira Total	17.882 kg
NMOC	110.458 kg		
CO	381.160 kg		

EN22

Efluentes e Resíduos – Descarga total de água, discriminada por qualidade e destino**Europa**

Portugal – VIBEIRAS

Efluentes e Resíduos	2017
<i>qualidade:</i> Carência Bioquímica do Oxigênio (CBO)	14 m ³ /ano
<i>qualidade:</i> Carência Química do Oxigênio (CQO)	45 m ³ /ano
<i>qualidade:</i> Sólidos Suspensos Totais (SST)	8 m ³ /ano
<i>qualidade:</i> Metais pesados Total	<0,4 m ³ /ano

Portugal – EGF

Efluentes e Resíduos	2017
<i>qualidade:</i> Carência Bioquímica do Oxigênio (CBO)	192.415 kg/ano
<i>qualidade:</i> Carência Química do Oxigênio (CQO)	1.522.713 kg/ano
<i>qualidade:</i> Sólidos Suspensos Totais (SST)	196.303 kg/ano
destino final: descarga coletor	558.599 m ³ /ano
<i>qualidade:</i> Carência Bioquímica do Oxigênio (CBO)	475 kg/ano
<i>qualidade:</i> Carência Química do Oxigênio (CQO)	244 kg/ano
<i>qualidade:</i> Sólidos Suspensos Totais (SST)	25 kg/ano
destino final: linha de água	12.591 m ³ /ano
<i>qualidade:</i> Carência Bioquímica do Oxigênio (CBO)	59 kg/ano
<i>qualidade:</i> Carência Química do Oxigênio (CQO)	306 kg/ano
<i>qualidade:</i> Sólidos Suspensos Totais (SST)	38 kg/ano
destino final: reutilização	15.290 m ³ /ano
<i>qualidade:</i> Carência Bioquímica do Oxigênio (CBO)	13.503 kg/ano
<i>qualidade:</i> Carência Química do Oxigênio (CQO)	146.455 kg/ano
<i>qualidade:</i> Sólidos Suspensos Totais (SST)	8.237 kg/ano
destino final: ETAR de instalação industrial	26.701 m ³ /ano

Polónia

Efluentes e Resíduos	2017
<i>qualidade:</i> Sólidos Suspensos Totais (SST)	5.776 m ³ /ano

África

Moçambique

Efluentes e Resíduos	2017
<i>qualidade:</i> Carência Bioquímica do Oxigénio (CBO)	363.000 m ³ /ano

América Latina

Brasil

Efluentes e Resíduos	2017
<i>qualidade:</i> Carência Bioquímica do Oxigénio (CBO)	1.087 m ³ /ano
<i>qualidade:</i> Carência Química do Oxigénio (CQO)	2.135 m ³ /ano
<i>qualidade:</i> Sólidos Suspensos Totais (SST)	3.883 m ³ /ano

**Efluentes e Resíduos – Peso total dos resíduos, discriminado por tipo e método de disposição**

Europa

Portugal – MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

Efluentes e Resíduos	2017
Resíduos perigosos	237 t
Resíduos não perigosos	13.942 t
Resíduos encaminhados para valorização	13.696 t
Resíduos encaminhados para eliminação	483 t

Portugal – CAPSFIL

Efluentes e Resíduos	2017
Resíduos perigosos	2 t
Resíduos não perigosos	11 t
Resíduos encaminhados para valorização	12 t
Resíduos encaminhados para eliminação	1 t

Portugal – VIBEIRAS

Efluentes e Resíduos	2017
Resíduos perigosos	27 t
Resíduos não perigosos	18.192 t
Resíduos encaminhados para valorização	18.183 t
Resíduos encaminhados para eliminação	36 t

Portugal – EGF

Efluentes e Resíduos	2017
Resíduos perigosos	320 t
Resíduos não perigosos	8.626 t
Resíduos encaminhados para valorização	557 t
Resíduos encaminhados para eliminação	8.389 t

Portugal – MANVIA

Efluentes e Resíduos	2017*
Resíduos perigosos	23 t
Resíduos não perigosos	390 t
Resíduos encaminhados para valorização	154 t
Resíduos encaminhados para eliminação	259 t

* Informação relativa à Manvia, à sua Sucursal em Espanha, à Manvia Condutas e à CH&P Anadia e Coja

Polónia

Efluentes e Resíduos	2017
Resíduos perigosos	12 t
Resíduos não perigosos	153.217 t

África

Cabo Verde

Efluentes e Resíduos	2017
Resíduos perigosos	22 t
Resíduos não perigosos	175 t
Resíduos encaminhados para eliminação	6 t

Malawi

Efluentes e Resíduos	2017
Resíduos perigosos	284 t
Resíduos não perigosos	322 t

Uganda

Efluentes e Resíduos	2017
Resíduos perigosos	6 t
Resíduos não perigosos	84 t
Resíduos encaminhados para valorização	32 t
Resíduos encaminhados para eliminação	13 t

Zâmbia

Efluentes e Resíduos	2017
Resíduos perigosos	2 t
Resíduos não perigosos	1 t
Resíduos encaminhados para valorização	6 t
Resíduos encaminhados para eliminação	10 t

América Latina

Brasil

Efluentes e Resíduos	2017
Resíduos perigosos	43 t
Resíduos não perigosos	5.388 t
Resíduos encaminhados para valorização	384 t
Resíduos encaminhados para eliminação	5.408 t

México – MOTA ENGIL MÉXICO

Efluentes e Resíduos	2017
Resíduos perigosos	21 t
Resíduos não perigosos	4.110 t
Resíduos encaminhados para valorização	2.985 t
Resíduos encaminhados para eliminação	4.109 t

México – GISA

Efluentes e Resíduos	2017
Resíduos perigosos	23 t
Resíduos não perigosos	6 t
Resíduos encaminhados para valorização	5 t
Resíduos encaminhados para eliminação	10.340 t

Peru

Efluentes e Resíduos	2017
Resíduos perigosos	117 t
Resíduos não perigosos	25.298 t
Resíduos encaminhados para valorização	659 t
Resíduos encaminhados para eliminação	6.423 t

EN24

Efluentes e Resíduos – Número total e volume de derrames significativos**Europa**

Portugal – EGF

Efluentes e Resíduos	2017
Quantos derrames ocorreram?	4
Qual a localização do derrame?	Valnor: Aterro Sanitário de Castelo Branco; Algar: 2 derrames no interior das instalações e 1 na via pública
Volume do derrame?	Valnor: 1m ³ no interior das instalações; Algar: 5L de óleo hidráulico e 2m ³ de lama (Matéria Orgânica) no interior das instalações e 35L de óleo hidráulico na via pública
Qual o material derramado? óleo, combustível, resíduos, substâncias químicas, outros	Valnor: Lixiviados; Algar: Óleo hidráulico e Lama (Matéria Orgânica)
Qual o seu impacto?	Valnor: Inexistente, face à rápida aplicação da resposta a emergências com aplicação de medidas corretivas, nomeadamente pela remoção da totalidade do derrame, assegurando o restabelecimento das condições originais do local; Algar: Inexistente face às ações desenvolvidas. Relativamente ao Óleo hidráulico: contenção do derrame com materiais absorventes, de modo a evitar o seu alastramento, sucedido de limpeza do local; Relativamente à Lama (M.O.): limpeza do local (junto ao depósitos pulmão) e remoção da parte superficial do solo afetado, com posterior encaminhamento para aterro

América Latina

Brasil

Efluentes e Resíduos	2017
Quantos derrames ocorreram?	2
Qual a localização do derrame?	Obra 228- Obra de infraestrutura ferroviária no município de Marabá - PA
Volume do derrame?	6 m ³
Qual o material derramado? óleo, combustível, resíduos, substâncias químicas, outros	Óleo Diesel e Lubrificante
Qual o seu impacto?	Contaminação do Solo

México - MOTA ENGIL MÉXICO

Efluentes e Resíduos	2017
Quantos derrames ocorreram?	12
Qual a localização do derrame?	Cardel-Poza Rica, Tuxpan-Tampico, Gran Canal e Las Varas
Volume do derrame?	3 m ³
Qual o material derramado? óleo, combustível, resíduos, substâncias químicas, outros	Óleo, Diesel e Gasolina
Qual o seu impacto?	Os materiais derramados foram coletados e descartados como resíduos perigosos em empresas devidamente autorizadas, de acordo com o Plano de Resposta a Emergências Ambientais e o Procedimento de Controlo de Derrames e Substâncias Perigosas

Peru

Efluentes e Resíduos	2017
Quantos derrames ocorreram?	10
Qual a localização do derrame?	Las Bambas – Apurímac, Chinalco – Junín, Antamina Toga Cruz – Huaraz e Consorcio Vizcachane – Arequipa
Volume do derrame?	4,8 m ³
Qual o material derramado? óleo, combustível, resíduos, substâncias químicas, outros	Combustível, Óleo Hidráulico e Cimento Asfáltico
Qual o seu impacto?	Contaminação dos solos, com posterior ativação do Plano de Emergência Ambiental

EN27

Produtos e Serviços – Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços

Europa

Portugal – VIBEIRAS

Quais?	Normas de condução / GPS e reestruturação das equipas
Até que ponto os impactos foram mitigados?	Redução de consumos de combustível

Portugal – TAKARGO

Quais?	Plano de Racionalização de Energia (PREN) – Frota
Até que ponto os impactos foram mitigados?	Acompanhamento e metas estabelecidas no PREN: Em 2017 verificou-se uma melhoria no desempenho do consumo de combustível das locomotivas, com uma redução de 3,5% no transporte

Portugal – MANVIA

Quais?	Associado à gestão da frota automóvel
Até que ponto os impactos foram mitigados?	Consumo médio por viatura (L/100 km) - redução de 3,2% (relativamente a 2016)

Portugal – EGF

Iniciativas genéricas de poupança de recursos:

- Mitigação do consumo de energia, associado à frota e às restantes infraestruturas e equipamentos fixos e móveis, com implementação das seguintes medidas:

- (i) Formação em eco condução;
- (ii) Substituição de viaturas pesadas;
- (iii) Implementação e/ou melhoria de sistemas de monitorização, análise e gestão de informação de recolha;
- (iv) Instalação de lâmpadas de menor consumo; e
- (v) Entre outras medidas previstas no PREN.

- Mitigação da libertação de odores, a partir das instalações, com implementação das seguintes medidas: fecho de fachadas abertas, cobertura de aterros, etc;

- Mitigação da carga poluente presente nos lixiviados, melhorando o sistema de tratamento;

- Mitigação de potenciais acidentes / danos ambientais, através da formação aos colaboradores e realização de simulacros;

- Promoção da reutilização de produtos ou materiais e da utilização destes reciclados; e

- Mitigação de impactes ambientais associados à utilização dos Corretivos Orgânicos e do Agregado (AEIRU), através de uma divulgação junto dos Clientes das orientações sobre a sua correta utilização.

Relativamente às iniciativas supracitadas, ainda não é possível verificar a eficácia de todas as ações em termos de mitigação dos impactos, pelo facto de ainda se encontrarem em curso ou de ainda não existir histórico que permita a sua avaliação.

A inexistência de danos ambientais associados a grande parte das empresas do SUBGRUPO EGF constitui uma evidência de mitigação de impactos ambientais.

África

Cabo Verde

Quais?	Recuperação paisagística da Pedreira
Até que ponto os impactos foram mitigados?	100%

Ruanda

Quais?	Implementação de plano de gestão de resíduos, visando o tratamento de óleo usado
Até que ponto os impactos foram mitigados?	A totalidade dos óleos usados foi direcionada para tratamento adequado

América Latina**Brasil**

Quais?	Otimização dos métodos de inspeções das áreas, visando antecipar a ocorrência dos impactos; Desenvolvimento de projetos internos de reutilização de água
Até que ponto os impactos foram mitigados?	Redução de não conformidades e desvios apontados pelo cliente e/ou auditorias relacionadas com a falha de controles operacionais; Redução do consumo de água nas unidades

México – MOTA ENGIL MÉXICO

Quais?	Elaboração e posterior implementação dos seguintes procedimentos: Ciclo de Vida; Identificação de Aspectos Ambientais e avaliação dos seus impactos; Controlo e gestão de derrames de substâncias perigosas; Resgate de espécies de Fauna e Flora; Elaboração e desenvolvimento de campanhas ambientais; Manutenção de viveiros; Atividades de reflorestamento; Sensibilização e capacitação ambiental; Colocação de sinalização informativa e restritiva; Supervisionamento ambiental; Elaboração de relatórios de conformidade; Aquisição de seguros e cauções ambientais e gestão das autorizações ambientais
Até que ponto os impactos foram mitigados?	28 áreas reflorestadas; 48.971 plantas em viveiros florestais; 38.044 espécies selvagens resgatadas; 4.131 toneladas de resíduos geridos

México – GISA

Quais?	Capacitação individual em boas práticas de compactação: Uso de kit anti-derramamento; Programa de consciencialização para o uso de água e racionalização de recursos; Programa de consciencialização para o uso de energia e racionalização de recursos; Programas de manutenção; Entrega de destino final de cartuchos de tinta e baterias
Até que ponto os impactos foram mitigados?	50%

Peru

Quais?	Ações de formação e sensibilização na gestão, controlo e manuseamento de matérias e produtos e na prevenção dos acidentes ambientais
Até que ponto os impactos foram mitigados?	-

EN28

Produtos e Serviços – Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, discriminados por categoria de produtos**Europa**

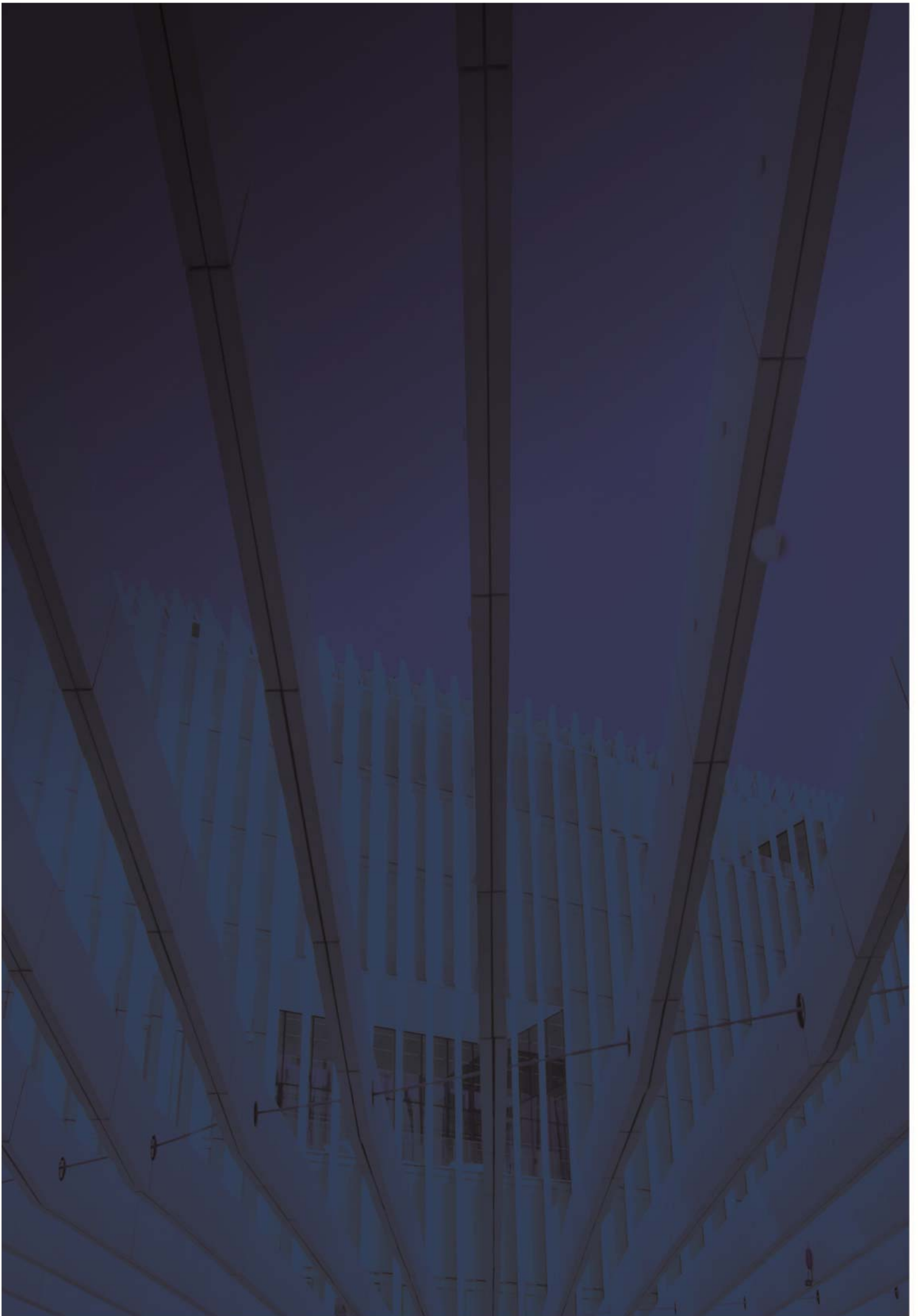
Portugal – EGF

	2017
Produtos e suas embalagens recuperadas (ton) - <i>Recolha seletiva de Vidro</i>	103.536 t
Produtos e suas embalagens recuperadas (ton) - <i>Recolha seletiva de Papel/cartão</i>	93.990 t
Produtos e suas embalagens recuperadas (ton) - <i>Recolha seletiva de Mistura de Embalagens</i>	57.221 t
Produtos e suas embalagens recuperadas (ton) - <i>Madeira</i>	7.825 t
Produtos e suas embalagens recuperadas (ton) REEE + OAU + pilhas...	6.562 t
Total - Produtos e suas embalagens recuperadas (ton)	269.132 t
Produtos vendidos embalagens de vidro (ton)	102.948 t
Produtos vendidos Papel/cartão (ton)	90.617 t
Produtos vendidos Plásticos/embalagens compósitas (ton)	43.844 t
Produtos vendidos Metais (ton)	7.370 t
Produtos vendidos embalagens de madeira (ton)	6.668 t
Total - Produtos vendidos (ton) REEE + OAU + pilhas...	7.627 t
Total de produtos vendidos (ton)	259.073 t
	104%

EN29

Conformidade – Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas devido à não conformidade com leis e regulamentos ambientais

Nenhum negócio e / ou mercado do GRUPO declarou não conformidade com leis e regulamentos ambientais em 2017.





'10 Pinhal Interior PORTUGAL



'12 Barragem de Calueque ANGOLA



'13 Linha de Metro de Cracóvia POLÓNIA



'10 Autoestrada 53 POLÓNIA



'13 Sede da EDP PORTUGAL



'13 Rodovia Pigua MÉXICO



'14 Las Bambas PERU



'15 Central de Valorização da Valorsul PORTUGAL



'15 Generadora Fénix, Central Necaxa MÉXICO



'14 Metro Guadalajara MÉXICO



'15 Ponte sobre o Rio Umbeluzi MOÇAMBIQUE

05 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Futuro em Construção

Atuando sob um Modelo empresarial assente numa estrutura Multinacional, o Grupo Mota-Engil aprofunda o seu portfólio de negócio com projetos de grande dimensão no setor das infraestruturas e expande a sua atividade nos setores do Ambiente e da Energia, consolidando a sua posição entre os 30 maiores grupos europeus no setor da Engenharia e Construção.

Compromisso de crescimento.

2010

2017



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de ativo de 4.614.090 milhares de euros e um total de capital próprio de 595.737 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 1.588 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Reconhecimento do rédito de contratos de construção</p> <p><i>Divulgações relacionadas com o rédito de contratos de construção apresentadas nas notas 1.3 xii) a), 1.3 xvii), 3, 9, 24 b), 33 e 34 das demonstrações financeiras consolidadas.</i></p> <p>O Grupo desenvolve parte da sua atividade no sector da construção, o qual é caracterizado pela existência de contratos plurianuais. O valor do rédito referente a contratos de construção em 31 de dezembro de 2017 ascende a 1.896.731 milhares de euros.</p> <p>Conforme preconizado pela IAS 11 – Contratos de construção, o rédito e margens associados aos contratos de construção em curso são reconhecidos de acordo com a percentagem de acabamento dos mesmos, a qual corresponde à proporção dos gastos incorridos sobre os gastos totais estimados do contrato.</p> <p>Na determinação da percentagem de acabamento dos contratos são realizadas estimativas e julgamentos significativos, nomeadamente no que respeita aos rendimentos globais do contrato, gastos a incorrer até à sua conclusão e impactos de trabalhos realizados diferentes dos contratados, atrasos na execução e reclamações existentes ou futuras. Estas estimativas são revistas em cada período de relato, com base no melhor conhecimento da gestão, e a revisão pode resultar em alterações materiais no rédito e margens reconhecidas.</p> <p>Dada a expressão dos montantes em causa e a incerteza e complexidade dos julgamentos nas estimativas realizadas, consideramos este tema uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>O trabalho desenvolvido sobre o reconhecimento do rédito de contratos de construção plurianuais incluiu os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">• entendimento e avaliação das atividades de controlo relacionadas com o reconhecimento de rédito de contratos de construção, e teste à eficácia dos controlos, quando relevante;• obtenção dos mapas de obras que suportam o reconhecimento de rédito dos contratos de construção plurianuais, e conciliação dos mesmos com os valores na demonstração da posição financeira consolidada e demonstração consolidada dos resultados;• confirmação da receita total estimada refletida nos mapas com os contratos celebrados com os clientes e outros termos e condições, e dos custos totais estimados com os orçamentos de produção, para uma amostra de contratos;• obtenção e análise de suporte para os custos incorridos e autos de medição dos trabalhos realizados, para uma amostra de contratos;• teste de razoabilidade à percentagem de acabamento considerada, tendo em conta os pressupostos subjacentes;• análise das estimativas e julgamentos da Gestão, no que se refere à margem reconhecida, através: (i) da análise da fiabilidade das estimativas históricas, tendo como referência os valores reais verificados em obras concluídas; e (ii) do inquérito sobre as variações ocorridas nas receitas totais e custos totais estimados, bem como nos custos incorridos em comparação com os custos orçados;

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

- análise da necessidade de reconhecimento de provisões para perdas esperadas em contratos, através da obtenção de informação junto do pessoal operacional chave, bem como do resultado da análise de contratos significativos e atas da Gestão, fatores externos conhecidos, litígios e disputas com as contrapartes ou resultados de eventos após o período de relato.

Verificámos também a adequação das divulgações relacionadas com contratos de construção apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Imparidade de ativos não correntes

Divulgações relacionadas com imparidades de ativos não correntes apresentadas nas notas 1.3 v), 1.3 xxii), 9, 17 e 20 das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo detém ativos não correntes afetos às seguintes unidades geradoras caixa (UGC), e em relação aos quais foram identificados indícios de imparidade:

- construção da Mota-Engil Engenharia, no valor de 113.053 milhares de euros;
- transporte ferroviário, no valor de 30.696 milhares de euros;
- atividade logística a desenvolver no Malawi no valor de 17.500 milhares de euros;
- atividade portuária a operar no Malawi, no valor de 3.250 milhares de euros;
- exploração de pedreiras, no valor de 39.139 milhares de euros.

O Grupo detém ainda um investimento financeiro disponível para venda numa entidade não cotada em mercado regulamentado no valor de 57.256 milhares de euros.

Como referido nas políticas contabilísticas do Grupo, em cada período de relato é feita uma avaliação para determinar se existem indícios de que os seus ativos possam estar em imparidade, sendo realizados testes para estimar a quantia recuperável dos mesmos, quando tal se verifica.

O trabalho de análise da avaliação de perdas de imparidade destes ativos consistiu em:

- aferir sobre os critérios subjacentes à identificação das unidades geradoras de caixa (UGC);
- obter os modelos preparados para determinação do valor recuperável das UGC e do investimento financeiro disponível para venda, de forma a determinar a sua conformidade com o normativo contabilístico;
- reexecutar os cálculos dos modelos;
- avaliar criticamente e, sempre que possível, de modo corroborativo os pressupostos utilizados nos modelos, nomeadamente períodos utilizados, fluxos de caixa previsionais, taxas de crescimento de fluxos de caixa nos períodos de projeção e perpetuidade, taxas de desconto, múltiplos e transações comparáveis consideradas;
- assegurar que valores recuperáveis assentes em propostas de compra de terceiros apresentam correspondência com as condições atuais do ativo/UGC, bem como viabilidade e aderência a toda a informação conhecida até à data de análise;

Matérias relevantes de auditoria

Conforme referido, para as UGC e participação de capital acima referidas foram identificados indicadores que despoletaram a necessidade de realização de testes de imparidade. A realização destes testes tem por base pressupostos que envolvem incertezas e julgamentos significativos, nomeadamente previsões de rentabilidade futura e montantes de investimento, taxas de crescimento, obtenção de comparáveis de mercado e taxas de desconto, bem como a análise de documentação associada a ofertas de compra de ativos.

Relativamente aos ativos afetos à UGC da atividade portuária a operar no Malawi foi reconhecida uma perda por imparidade na demonstração consolidada dos resultados no valor de 9.250 milhares de euros.

A análise da avaliação de perdas de imparidade destes ativos foi considerada uma matéria relevante de auditoria pela complexidade e grau de julgamento envolvidos nas estimativas realizadas pela gestão para a determinação do seu valor recuperável.

Síntese da abordagem de auditoria

- rever as análises de sensibilidade aos pressupostos mais significativos dos modelos, sempre que o valor de uso ou de mercado obtido se encontra próximo do valor contabilístico.

Verificámos também a adequação das divulgações relativas a imparidade de ativos não correntes apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Valorização de contas a receber e reconhecimento de imparidades

Divulgações relacionadas com Contas a receber apresentadas nas notas 1.3 ix) a), 1.3 xxii), 9 e 24, a) das demonstrações financeiras consolidadas.

A 31 de dezembro de 2017 o Grupo apresenta contas a receber de Clientes e Outros Devedores no valor total de 1.188.367 milhares de euros, (líquidas de Perdas por imparidade acumuladas de 238.558 milhares de euros, das quais 27.588 milhares de euros foram reconhecidas, líquidas de reversões, na demonstração consolidada dos resultados).

O Grupo avalia, em cada período de relato, o valor recuperável das contas a receber com antiguidade ou outros indícios de imparidade.

O trabalho desenvolvido sobre o reconhecimento e mensuração de imparidades para contas a receber incluiu os seguintes procedimentos:

- entendimento e avaliação das atividades de controlo relacionadas com o reconhecimento e mensuração de imparidades de contas a receber, e teste à eficácia dos controlos, quando relevante;
- obtenção do detalhe das imparidades reconhecidas e confrontação do mesmo com a contabilidade;
- obtenção de listagens de antiguidade de contas a receber, para confrontação com as perdas de imparidade reconhecidas;

Matérias relevantes de auditoria

A identificação das contas a receber em imparidade, e determinação do seu valor recuperável, envolve julgamentos significativos da gestão, nomeadamente quanto à capacidade dos devedores para regularizar a dívida, probabilidade de incumprimento de condições acordadas e perspectivas de cobrança. A existência de contas a receber significativas, nas várias geografias em que o Grupo opera, de entidades governamentais, estatais ou enquadráveis como entidades públicas, introduz um nível adicional de subjetividade e incerteza a estes julgamentos.

Adicionalmente, e conforme definido nas políticas contabilísticas do Grupo, o ciclo normal em que é expectável que as contas a receber sejam realizadas é de 12 meses. No entanto, verifica-se que existem valores a receber para os quais o período de tempo entre a prestação do serviço e o seu recebimento excede o ciclo operacional normal.

De acordo com o previsto na IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e conforme relatado na 1.3 ix) a), o Grupo estima o valor atual das contas a receber nas situações em que é expectável que o recebimento se prolongue para além do ciclo operacional normal. Nesta situação, as estimativas realizadas pela gestão requerem julgamentos, nomeadamente no que se refere ao momento em que é expectável que ocorra o recebimento e à taxa de desconto a aplicar.

As estimativas realizadas relativamente à imparidade das contas a receber e ao seu valor atual são uma matéria relevante de auditoria porque requerem um elevado grau de julgamento por parte da gestão.

Síntese da abordagem de auditoria

- discussão com a gestão dos pressupostos utilizados na determinação de perdas de imparidade de contas a receber, nomeadamente para valores significativos pendentes de recebimento por períodos de tempo alargados;
- obtenção e análise de informação de suporte disponível, utilizada pela gestão na avaliação realizada;
- verificação de recebimentos após encerramento do exercício;
- no caso particular de contas a receber significativas de entidades governamentais, estatais ou enquadráveis como entidades públicas com elevada antiguidade, verificamos se existiam confirmações externas, documentação formal de correspondência com os organismos institucionais respetivos, autos de medição ou outras evidências que comprovem a venda/serviço prestado, de modo a avaliar se estas evidências são consistentes com as perdas de imparidade reconhecidas.

Em relação à valorização das contas a receber que ultrapassam o ciclo operacional normal, os nossos procedimentos consistiram principalmente em:

- entendimento e avaliação das atividades de controlo relacionadas com mensuração dos saldos de contas a receber que ultrapassam o período de um ano, e teste à eficácia dos controlos, quando relevante;
- avaliação da integralidade das contas a receber com condições de pagamento alargadas ou especiais, consideradas pela administração para reconhecimento do valor presente descontado;
- teste ao cálculo dos efeitos do valor atual reconhecido e avaliação da razoabilidade dos pressupostos da administração, no que respeita ao momento esperado do recebimento e taxa de desconto utilizada.

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Verificámos também a adequação das divulgações relativas à valorização e imparidades de contas a receber apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Valorização de inventários imobiliários e propriedades de investimento

Divulgações relacionadas com inventários imobiliários e propriedades de investimento apresentadas nas notas 1.3 vii), 1.3 xi), 1.3 xxii), 7, 9, 22, 23 das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo detém inventários relativos a imóveis para alienação no estado atual ou para desenvolvimento imobiliário e posterior alienação, no valor de cerca de 200.000 milhares de euros, mensurados pelo menor entre o custo de aquisição ou produção e o valor realizável líquido. O Grupo detém ainda propriedades de investimento registadas a justo valor no montante de 76.676 milhares de euros, cujo impacto positivo na demonstração consolidada dos resultados foi de 3.716 milhares de euros. Os inventários imobiliários e as propriedades de investimento incluem alguns projectos para os quais não existe perspectiva de desenvolvimento imediato ou cuja venda tem sido atrasada.

A determinação do valor líquido de realização ou do justo valor destes ativos requer a realização de estimativas, as quais envolvem a utilização de pressupostos por parte da gestão, nomeadamente no que respeita a vendas comparáveis de mercado, projeções de fluxos de caixa futuros (preços de venda e custos de construção a incorrer para a conclusão do ativo), rendas de mercado e taxas de desconto.

O elevado grau de julgamento inerente aos pressupostos utilizados nas estimativas de valor realizável líquido e justo valor realizadas, e a incerteza associada às mesmas, justificam que esta seja uma matéria relevante de auditoria.

Os procedimentos de auditoria realizados, relativamente à valorização de inventários e propriedades de investimento incluíram:

- entendimento e avaliação das atividades de controlo relacionadas com o apuramento do valor líquido de realização dos inventários imobiliários e apuramento do justo valor de propriedades de investimento;
- avaliação da razoabilidade da classificação dos inventários e das propriedades de investimento, considerando o destino esperado das mesmas, com base em reuniões realizadas com a administração;
- avaliação da independência e competência dos avaliadores externos contratados pela gestão, e da competência dos peritos externos ou internos utilizados para realizar/analisar as avaliações;
- revisão da valorização dos imóveis, nomeadamente, através dos seguintes procedimentos: (a) realização de reuniões com os responsáveis da área imobiliária do Grupo e, quando necessário, com os peritos internos e externos do Grupo, a fim de analisar e discutir as evidências apresentadas e as conclusões retiradas; (b) análise da razoabilidade dos dados base utilizados nas avaliações, recorrendo ao nosso conhecimento e experiência, incluindo confronto com transações comparáveis e *benchmarks* da indústria, envolvendo, sempre que necessário, neste exercício os nossos especialistas internos.

Verificámos também a adequação das divulgações relativas a inventários imobiliários e propriedades de investimento apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Provisões e contingências

Divulgações relacionadas com provisões e contingências apresentadas nas notas 1.3 xvii), 1.3 xxii), 9, 13, 33 e 35 das demonstrações financeiras consolidadas.

O Grupo regista provisões para contingências, nomeadamente reclamações e outras responsabilidades associadas aos contratos de construção, incluindo garantias de obra. A 31 de dezembro de 2017 o montante de provisões e outras contingências apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas ascende a 89.678 milhares de euros, dos quais 3.736 milhares de euros foram reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados líquido de reversões.

Adicionalmente, pela dimensão, estrutura e dispersão geográfica das suas operações, o Grupo está exposto a enquadramentos fiscais e legais diversificados, que originam um acréscimo na complexidade dos procedimentos de natureza fiscal e legal. Como consequência, o Grupo tem diversas questões fiscais em aberto e processos de natureza legal em curso, para os quais não foram constituídas provisões e que representam Passivos contingentes. De acordo com a nota 35 das demonstrações financeiras consolidadas, os Passivos contingentes associados a processos judiciais com valor individual superior a 500 milhares de euros, ascendem a cerca de 66.000 milhares de euros. Na mesma nota é ainda mencionada uma investigação recente instaurada pelo Ministério Público do Perú sobre um conjunto de empresas de construção a operar naquele país, onde o Grupo é referenciado, mas em relação à qual ainda não foi constituído arguido, nem estão reunidas as condições para avaliar e quantificar possíveis impactos.

Em relação a provisões e passivos contingentes para responsabilidades decorrentes de contratos de construção, os procedimentos que realizamos incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos:

- entendimento e avaliação das atividades de controlo relacionadas com a identificação e mensuração de provisões para responsabilidades com contratos de construção, e teste à eficácia dos controlos, quando relevante;
- validação da listagem das provisões constituídas para responsabilidades decorrentes de contratos de construção, atendendo ao nosso conhecimento do negócio, inquéritos à gestão, leitura de atas e outra documentação e acontecimentos após o período de relato;
- avaliação da razoabilidade dos pressupostos utilizados pela gestão na mensuração das provisões, nomeadamente comparando as estimativas de períodos anteriores com os gastos reais incorridos;
- análise do cálculo das provisões constituídas e respetiva documentação de suporte.

Em relação a provisões e passivos contingentes para responsabilidades decorrentes de litígios fiscais e legais, realizamos entre outros, os seguintes procedimentos:

- compreensão dos processos de avaliação de contingências e litígios fiscais e legais realizados pela gestão;
- obtenção e análise da relação dos litígios fiscais e legais que afetam o Grupo;
- obtenção e análise das confirmações recebidas dos advogados internos e externos, em relação aos processos que têm a seu cargo;
- análise da correspondência trocada com as autoridades fiscais e com advogados externos, nomeadamente no que respeita a reclamações e contestações efetuadas pelo Grupo;

Matérias relevantes de auditoria

Conforme preconizado na IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e relatado na nota 35, o Grupo regista provisões sempre que considera que é provável um desfecho desfavorável para a contingência existente. A avaliação da probabilidade de desfecho é efetuada pela Gestão com base no seu julgamento relativamente a estas matérias, bem como no parecer dos assessores jurídicos e fiscais do Grupo.

Atendendo ao nível de julgamento envolvido na avaliação dos Passivos contingentes e na determinação da estimativa da quantia a despendar para liquidar a obrigação presente, e ao elevado grau de incerteza quanto ao desfecho dos processos, consideramos este assunto uma matéria relevante de auditoria.

Impacto nas demonstrações financeiras da qualificação de Angola como economia hiperinflacionária

Divulgações relacionadas com a classificação de Angola como economia hiperinflacionária apresentadas nas notas 1.2 i), 2 e 43 das demonstrações financeiras consolidadas.

Em resultado dos elevados níveis de inflação registados nos últimos 3 anos se aproximarem, em termos acumulados, de 100%, e considerando outros aspetos qualitativos, Angola foi classificada como uma economia hiperinflacionária em 2017.

Deste modo, as entidades cuja moeda funcional é a moeda angolana têm de aplicar a IAS 29 – ‘Relato financeiro em economias hiperinflacionárias’ às demonstrações financeiras desde 1 de janeiro de 2017. Seguindo o disposto no normativo, as demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária, quer estejam baseadas no custo histórico ou no custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente no final do período de relato. O ganho

Síntese da abordagem de auditoria

- inquérito à gestão e responsáveis da área jurídica e fiscal, com apoio dos nossos especialistas, sobre as estimativas e julgamentos mais significativos, com vista a corroborar os pressupostos assumidos na classificação e determinação do montante das provisões constituídas.

Verificámos também a adequação das divulgações relativas a provisões e contingências apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os procedimentos de auditoria realizados relativamente aos impactos da reexpressão das demonstrações financeiras das entidades angolanas consistiram em:

- acompanhar periodicamente o trabalho de validação dos ajustamentos decorrentes da aplicação do IAS 29 efetuado pelo auditor das respetivas componentes, bem como verificar a documentação de suporte à respetiva validação, com vista a garantir que a gestão:
 - utilizou um índice de inflação apropriado;
 - procedeu à correta identificação dos itens monetários e não monetários;
 - aplicou adequadamente a metodologia de reexpressão prevista na IAS 29 para os itens não monetários, itens de capital próprio, itens da demonstração do outro rendimento integral, considerando separadamente os impactos da reexpressão que são reconhecidos na demonstração dos resultados e nos resultados transitados;

Matérias relevantes de auditoria

ou a perda na posição monetária líquida devem ser incluídos nos lucros ou prejuízos e divulgados separadamente.

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo cuja moeda funcional é a moeda angolana foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços de Angola, tendo as demonstrações financeiras reexpressas sido depois transpostas às taxas de câmbio em vigor à data de reporte, para inclusão nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os impactos da reexpressão das demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas Angolanas nas demonstrações financeiras consolidadas foram positivos de 86.567 milhares de euros no Ativo, 24.672 milhares de euros no Passivo, 61.895 milhares de euros em Capital próprio e negativos de 23.038 milhares de euros na demonstração consolidada dos resultados do período.

Atendendo à magnitude dos impactos produzidos nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos a qualificação de Angola como economia hiperinflacionária e consequentes repercussões contabilísticas, como uma matéria relevante de auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

- adotou pressupostos razoáveis e consistentes, sempre que foi impraticável identificar a efetiva data de registo de cada transação para aplicação do índice de inflação respetivo;
- foram aplicados os procedimentos de reexpressão à demonstração da posição financeira de abertura previstos no IFRIC 7 – Aplicar a Abordagem da Reexpressão Prevista na IAS 29 Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias, nomeadamente no apuramento dos impactos sobre o saldo de abertura de resultados transitados e itens de impostos diferidos;
- apresentou adequadamente os resultados dos efeitos da reexpressão na demonstração dos resultados, através de uma linha separada de “Posição monetária líquida”; e
- procedeu igualmente à atualização dos itens da demonstração de fluxos de caixa.
- rever a correta transposição das demonstrações financeiras reexpressas das entidades angolanas para a moeda de reporte do Grupo, avaliando a adequação dos ajustamentos de consolidação com ela relacionados e respetivos julgamentos envolvidos;
- avaliar a adequação da apresentação dos impactos da reexpressão na “Demonstração consolidada do outro rendimento integral”, tendo em conta as políticas contabilísticas definidas;
- verificar a consistência dos resultados apresentados na demonstração consolidada dos resultados, incluindo a linha da “Posição monetária líquida”, com as demonstrações das posições financeiras das entidades angolanas.

Verificámos também a adequação das divulgações relativas ao impacto da reexpressão por hiperinflação das entidades angolanas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- e
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

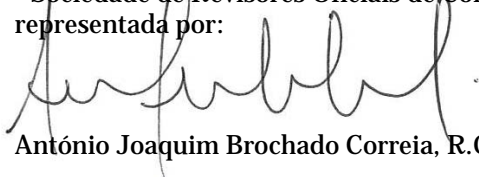
Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 24 de maio de 2017 para o período remanescente do mandato compreendido entre 2015 e 2018.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 19 de abril de 2018; e

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

19 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.



MOTA-ENGIL
SGPS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas da Mota-Engil, SGPS, S.A.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Mota-Engil, SGPS, S.A., vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de 2017, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu, como de costume, com a regularidade necessária e acompanhou a evolução da Sociedade, em especial mediante os contactos com o Conselho de Administração e os seus membros e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias.

O Conselho Fiscal acompanhou, como habitualmente, a atividade da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas/Auditor Externo, recolhendo, deste modo, elementos necessários ao desenvolvimento das funções de fiscalização. Fiscalizou ainda a atividade do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo, incluindo a sua independência e isenção.

O Conselho Fiscal analisou os referidos documentos de prestação de contas consolidadas, a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria Consolidado emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas/Auditor Externo inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, tendo recebido o respetivo Relatório Adicional dirigido ao Órgão de Fiscalização.

Nos termos do artigo 245.º, Número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório e Contas consolidado de 2017 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Mota-Engil, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho financeiro e não financeiro e da posição da Mota-Engil, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Em consequência, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração.

Porto, 19 de abril de 2018

MOTA-ENGIL

Um Mundo de Inspiração



www.mota-engil.com

 www.facebook.com/motaengil

 linkedin.com/company/mota-engil

 www.youtube.com/motaengilsgps